

BEATRIZ FERNANDES CALDAS

**DISCURSOS *SOBRE/DE* TRADUÇÃO NO BRASIL:
LÍNGUAS E SUJEITOS**

NITERÓI, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BEATRIZ FERNANDES CALDAS

**DISCURSOS *SOBRE/DE* TRADUÇÃO NO BRASIL:
LÍNGUAS E SUJEITOS**

Tese apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Bethania Sampaio Correa Mariani

Co-Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Paula Frota

NITERÓI, 2009

BEATRIZ FERNANDES CALDAS**DISCURSOS SOBRE/DE TRADUÇÃO NO BRASIL:
LÍNGUAS E SUJEITOS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos Lingüísticos.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Bethania Sampaio Correa Mariani – Orientadora
UFF

Profª Dra. Maria Paula Frota – Co-Orientadora
PUC-RJ

Profª Dra. Amanda Eloina Scherer
UFSM

Profª Dra. Maria Elizabeth Chaves de Mello
UFF

Profª Dra. Aurora Maria Soares Neiva
UFRJ

Suplentes:

Profª Dra. Lúcia Maria Alves Ferreira
UNIRIO

Profª Dra. Vanise Gomes de Medeiros
UFF

Niterói, 2009

Dedico este trabalho aos tradutores
do Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Profª Dra. Bethania Mariani, pela têmpera acadêmica e generosidade na orienta o

À Profª Dra. Maria Paula Frota, pelo entusiasmo da acolhida a mim e às minhas idéias

 s Profªs Dras. Amanda E. Scherer, Maria Elizabeth Chaves de Mello, Aurora Maria S. Neiva, Lucia Maria A. Ferreira e Vanise G. Medeiros pelo prestígio de suas presenças na banca deste exame

  secretária do SINTRA, Maria Nila Soares, pela ajuda nas pesquisas nos arquivos do SINTRA

A Vera Ribeiro, pela presteza na revisão do texto deste trabalho

A Andrea Merchak, pelo incansável trabalho de formata o de texto

  colega e amiga Ângela Baalbaki, pelos intermináveis papos sobre AD

  minha prima Maria Iracema Caldas, pelo apoio logístico incondicional que me prestou

Aos colegas da UFF, pelo convívio prazeroso de todos esses anos.

A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente.

Pêcheux & Gadet (2004)

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo o discurso *sobre* tradução no Brasil na segunda metade do século XX. O trabalho foi fundamentado no arcabouço teórico da Análise do Discurso tal como concebida por Michel Pêcheux e em construções teóricas brasileiras a ele afiliadas. A questão dos discursos *de/sobre* tradução no Brasil foi abordada com base nos trabalhos de Orlandi (1990), discurso *sobre* o Brasil, e Mariani (1998), discurso *sobre* o comunismo. Procurou-se trazer alguns conceitos teóricos mais próximos às discussões desenvolvidas em torno da questão da tradução, entre eles, os conceitos de autoria, heterogeneidade discursiva, numa abordagem sobre o processo de tradução a partir de um ponto de vista discursivo. Como dispositivo analítico, procurou-se fazer recortes que estivessem relacionados à questão da *fidelidade, língua materna, língua estrangeira, língua brasileira, língua nacional, brasileiro, estrangeiro*. Analisamos diferentes tipos de textos e concluímos que a prática da tradução é um complexo emaranhado de representações feitas pelo tradutor do que seja o texto original, acrescidos de miríades de outros sentidos com os quais o tradutor lida. A fidelidade funcionaria discursivamente como uma tentativa de estabilização de sentidos, um esforço para impedir que surjam novos sentidos ou que os sentidos deslizem para outras leituras indesejáveis. A tradução é feita no fio do político na língua e trava sempre uma disputa política pelo espaço de enunciação entre línguas.

Palavras-chave: **Análise do discurso; discurso *sobre/de*; tradução; política; línguas**

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the discourse about translation in Brazil in the second half of the twentieth century. The work was based on the theoretical framework of Discourse Analysis as conceived by Michel Pêcheux and on Brazilian theoretical constructions affiliated to it. The question of the discourses of/about translation in Brazil was tackled based on the works of Orlandi (1990), discourse about Brazil, and Mariani (1998), discourse about communism. The effort was made in order to bring out some theoretical concepts that were nearer the discussions developed around the question of translation, among them, the concepts of authorship, discursive heterogeneity, in an approach to the process of translation stemming from a discourse-oriented point of view. As an analytical device, the effort was to clip out what was related to the question of *fidelity, the mother tongue, foreign language, the Brazilian language, the national language, Brazilian and foreigner*. We analyzed different kinds of texts and concluded that the practice of translation is a complex intermingling of representations made by the translator of what the original text is, increased by myriads of other meanings with which the translator deals. Discursively, the concept of fidelity would function as an attempt to stabilize these meanings – as an effort to prevent new meanings from appearing or accepted meanings from receiving undesirable interpretations. Translation is made on the political edge of language and it always wages a political dispute between languages over the space for expression.

Key words: Discourse Analysis, discourse of/about; translation; politics; languages

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	15
2.1. Revisão de literatura: Discurso <i>De</i> e Discurso <i>Sobre</i>	16
2.1.1. Discurso <i>sobre</i> o Brasil	16
2.1.2. Circulação de discursos	22
2.2. Análise de Discurso e Tradução	28
2.2.1. Gesto de interpretação, de leitura, gesto de tradução	30
2.2.2. Percurso da AD: outros aspectos	35
2.2.3. O jogo discursivo da tradução	44
2.3. Metodologia e Delimitação da Pesquisa	48
2.3.1. A escolha dos <i>corpora</i>	52
3. A POSIÇÃO-SUJEITO E O TRADUTOR BRASILEIRO	54
3.1. Sujeito Cartesiano	54
3.2. Forma Sujeito	56
3.3. Posição-Sujeito Tradutor	58
3.4. Alguns Aspectos de uma História Discursiva da Tradução	66
3.5. A Interpretação Vista Discursivamente	81
4. A TRADUÇÃO NO PÓS II GUERRA MUNDIAL	87
4.1. A Carta do Tradutor	87
4.2. Recomendação de Nairóbi	95
4.3. Fundação da ABRATES	99
4.4. Fundação da ABRATES-RJ	107
4.5. Fundação do SINTRA	109
5. TRADUÇÃO BRASILEIRA	112
5.1. Prefácio	113
5.2. A Questão da Fidelidade	116
5.3. A Questão da Língua e a Tradução	124
5.3.1. Língua: Prefácio de Lourenço Filho	124
5.3.2. Língua: Prefácio de Tatiana Belinky	128
5.4. O Brasileiro Paulo Rónai	130
6. CONCLUSÕES	134
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
8. ANEXOS	156

LISTA DE ANEXOS

1 – CORPUS	157
2 – A Carta do Tradutor (em português)	163
3 – Recomendação de Nairóbi (em português)	167
4 – Ata de Fundação da ABRATES	173
5 – Segunda reunião da assembléia para fundação efetiva da ABRATES	175
6 – Ata de fundação da ABRATES-RJ	181
7 – Ata da Assembléia Geral com fim de transformar a ABRATES/RJ em sindicato	189
8 – Prefácio de Lourenço Filho à primeira edição (1954) do livro <i>A arte de traduzir</i> de Brenno Silveira	192
9 – Prefácio de Tatiana Belinky à segunda edição (2004) do livro <i>A arte de traduzir</i> de Brenno Silveira	195
10 – Prefácio de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira ao livro de Paulo Rónai, <i>A Tradução Viva</i>	198

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da tradução no Brasil na segunda metade do século XX. Nossa perspectiva de investigação é fundamentada nas construções teóricas de Michel Pêcheux, formulando a Análise do Discurso a partir de 1969, transpostas para o cenário acadêmico brasileiro por Eni Orlandi a partir da década de 80.

O objeto de nosso estudo é o discurso *sobre* a tradução na segunda metade do século XX. Adotamos o conceito discurso *sobre* a tradução em relação ao discurso *da* tradução a partir das reflexões de Orlandi (1990) em torno de discurso *sobre* o Brasil e discurso *do* Brasil:

Consideramos que os 'discursos sobre' são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no 'discurso sobre' que se trabalha o conceito da polifonia. Ou seja, **o "discurso sobre" é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)**. Assim, o discurso sobre o samba, o discurso sobre o cinema é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos do discurso do samba, do cinema *etc.* O mesmo se passa com o discurso sobre o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz. (ORLANDI, 1990 *nota de rodapé*, p. 37, grifos nossos).

À medida que os discursos *sobre* organizam a institucionalização dos sentidos, podemos compreender discurso *sobre* a tradução como constituído por processos ideológicos aí construídos, vindo a integrar os discursos da tradução organizada a partir dos anos 30, em um movimento contínuo.

O trabalho apresentado nesta tese pesquisa a presença de uma posição-tradutor brasileiro e o faz através da investigação em torno dos sentidos de 'fidelidade' em tradução e seus desdobramentos em relação aos sentidos de "língua nacional". Perguntamo-nos: esta posição-tradutor corresponderia a alguma formação discursiva¹ própria, que por sua vez constituiria um discurso *sobre/da* tradução? Em outras palavras, haveria uma posição-tradutor brasileiro com uma especificidade sócio-histórica e lingüística? E mais, nos discursos produzidos *sobre* a tradução e *da* tradução haveria marcas de uma memória vinculada ao seu momento de

¹ Formações discursivas são sítios de significação nos quais o sujeito ancora os sentidos que o constituem e os sentidos do que diz. Voltaremos a esse conceito ao longo desta tese. Vale ressaltar que em AD usa-se o termo *sentido* designando objeto de reflexões de ordem teórica, e nunca a palavra *significado*.

institucionalização? Essas são questões que nosso trabalho objetiva problematizar e, se possível, responder.

Nosso *corpus* empírico principal é constituído por diferentes tipos de textos, a saber:

- i) conversa virtual *sobre* tradução em lista de tradutores;
- ii) prefácios de livros *sobre* tradução;
- iii) documentos que institucionalizam a tradução no Brasil.

Todo o material analisado nesta tese foi produzido a partir da década de 50 do século XX. No *corpus* empírico foram feitos recortes discursivos² que tangenciassem as questões em foco. Procuramos assim construir um *corpus* discursivo, ou seja, procuramos compreender no funcionamento discursivo dos recortes a construção de um discurso *sobre* a tradução e a constituição de uma posição-sujeito tradutor.

Como método de trabalho, a tese tem como objetivo responder e problematizar perguntas a respeito da questão ‘fidelidade x liberdade’ sob a ótica da AD, ou seja, procura chegar a formações ideológicas que (se) materializam (em) discursos *sobre* a tradução e, em última instância, se manifestam no próprio gesto tradutório.

Esse método de trabalho em AD envolve dois dispositivos: o dispositivo teórico e o dispositivo analítico. O dispositivo teórico é o próprio cerne da AD, segundo os preceitos de Michel Pêcheux expostos ao longo de sua obra. Os conceitos teóricos da AD são constantemente mobilizados ao longo da construção do trabalho, embora haja um capítulo específico no qual apresentaremos sinteticamente o quadro teórico. O dispositivo analítico, constituído por recortes (ORLANDI, 1984) é construído por cada analista como forma mais apropriada de investigar o tema proposto. Nosso dispositivo analítico constitui-se através dos recortes ‘fidelidade’ / ‘liberdade’ / ‘brasileiro’ / ‘estrangeiro’ / ‘língua materna’ / ‘língua estrangeira’, / ‘língua nacional’ / ‘língua brasileira’. Também identificamos no material pesquisado algumas outras marcas discursivas (marcas de silêncio, lapsos de escrita, paráfrases) que, analisadas à luz do dispositivo teórico da AD, puderam nos ajudar a compreender os processos de constituição de sentido nos recortes escolhidos.

² “O recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem — e — situação” (ORLANDI, 1984, p. 14). Voltaremos a esse conceito no capítulo 2 desta tese.

A tese está organizada da seguinte forma:

Capítulo 1: Introdução a este trabalho de pesquisa.

Capítulo 2: Apresentação dos aspectos teórico-metodológicos do trabalho, discutindo os conceitos da AD que foram particularmente mobilizados ao longo da realização da pesquisa. Discorre também sobre uma perspectiva do que representa o tema investigado dentro dos estudos de tradução de acordo com os pontos de vista teóricos vigentes na segunda metade do século XX.

Capítulo 3: Exposição de análise de uma conversa virtual *sobre* tradução em lista de tradutores. Neste capítulo especulamos sobre a existência de uma *posição-tradutor brasileiro* a partir da análise do *corpus* e buscamos compreender o funcionamento da questão ‘fidelidade x liberdade’ a partir de uma perspectiva que inclui a discussão ideologia como processo de naturalização de um determinado sentido. Procuramos aqui identificar uma posição-sujeito tradutor brasileiro.

Capítulo 4: Historicização de políticas da ONU (Organização das Nações Unidas) relacionadas à prática tradutória e filiação do Brasil a essas políticas através da fundação da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores). Neste capítulo analisamos as atas de fundação da ABRATES, da ABRATES-RJ (Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro) e do SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores) procurando aí compreender de que forma se institucionalizam discursos *sobre* tradução no Brasil.

Capítulo 5: Discussão de análise de prefácios escritos por Lourenço Filho (lançamento da obra, em 1954) e Tatiana Belinky (re-edição do livro, em 2004) para o livro de autora de Brenno Silveira, *A arte de traduzir*. Na análise do prefácio da edição de 1954 procuramos apresentar e teorizar sobre o funcionamento de sentidos para ‘fidelidade x liberdade’ que o filiam a um projeto político desenvolvimentista dos anos 50 no Brasil. Na análise do prefácio de 2004 procuramos teorizar sobre a repetição parafrástica de ‘fidelidade x liberdade’, com toda a força ideológica que isso acarreta, de certa forma ignorando a difusão de estudos lingüísticos de vários matizes durante as últimas décadas do século XX. Discussão de análise de prefácio escrito por Aurélio B. de Holanda Ferreira para livro de autoria de Paulo Rónai, *A Tradução Vivida*, lançado em 1975. Nesta análise procuramos apresentar e teorizar sobre diferentes posições-sujeito relacionadas a formações discursivas distintas (‘brasileiro culto’ / ‘brasileiro popular’ / ‘brasileiro estrangeiro’), ressaltando a figura

de Paulo Rónai, como um importante elo de ligação entre filiação da tradução do Brasil a políticas internacionais e institucionalização oficial da tradução no Brasil.

Capítulo 6: Apresentação de conclusões sobre as análises: a) um percurso brasileiro do discurso *sobre* a tradução; b) a institucionalização da tradução e a questão das línguas do Brasil; c) as resistências à institucionalização.

Esta pesquisa pretende contribuir para os estudos da tradução com a apresentação de aspectos ideológicos constitutivos da posição-sujeito tradutor em sua prática. A tradução é um gesto específico de interpretação entre línguas que precisa e deve ser estudado pelo aparato teórico da AD. A tese se propõe a começar a explorar discursivamente a historicidade da tradução no Brasil.

2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este trabalho resulta de um olhar, através da Análise de Discurso pecheutiana, sobre a questão da tradução no Brasil. A Análise do Discurso (daqui em diante utilizaremos AD para nos referirmos à teoria) é uma disciplina de entremeio, ou seja, é uma disciplina situada entre o marxismo, a lingüística e uma semântica de base materialista. A psicanálise é igualmente convocada, sobretudo nas questões relativas ao sujeito. A AD constituiu-se no último quartel do século XX, na esteira das reflexões filosóficas a respeito do marxismo, o qual inspirara o regime político instaurado na União Soviética a partir de 1917 e movera, de uma forma ou de outra, os rumos ideológicos de muitos países. Desenvolveu-se nos desdobramentos das grandes discussões sobre a lingüística, além de reterritorializar conceitos da releitura da psicanálise freudiana feita por Lacan a partir dos anos 1950. Assim, no bojo de sua construção teórica, a AD introduz muitas questões instigantes, destacando-se, entre elas, a da produção de sentidos, cerne do construto teórico “discurso”. Em seu livro pioneiro *Analyse automatique du discours* (1969), após a apresentação crítica do modelo de comunicação segundo Jakobson (1974 [1960]), Pêcheux afirma:

... nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B mas, de modo geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. (Pêcheux, AAD-69, p.82, grifos nossos)

Para a AD o que está em jogo, portanto, são os efeitos de sentidos e não a transmissão de informações. A e B correspondem às posições de sujeito no discurso e não aos falantes propriamente ditos. Para a AD, a questão dos efeitos de sentidos vincula-se ao fato de que as palavras e expressões mudam de sentido conforme as posições dos sujeitos nos discursos. Quais seriam, então, para os tradutores, os efeitos de sentidos das palavras e expressões ‘fidelidade’ / ‘liberdade’ / ‘brasileiro’ / ‘estrangeiro’ / ‘língua materna’ / ‘língua estrangeira’, / ‘língua nacional’ / ‘língua brasileira’, relevantes para o tema da presente tese? Ou seja, como esses sentidos produzem efeitos no *corpus* pesquisado?

2.1. Revisão de Literatura: Discurso *De* e Discurso *Sobre*

Uma primeira aproximação filosófica à distinção entre discurso *de* e discurso *sobre* pode ser feita tendo por base o ponto de vista foucaultiano sobre a questão da autoria e comentários (Foucault, 1996 [1970]). Em AD, pode-se pensar na diferença entre discurso *de* e discurso *sobre* considerando-se a posição-sujeito em relação à formação discursiva na qual está inscrito o sujeito. Um discurso *da* tradução, portanto, seria produzido por um sujeito a partir de uma posição interna ao que se diz a respeito da ação que realiza. Em contrapartida, um discurso *sobre* a tradução poderia ser concebido como o discurso produzido por um sujeito numa posição externa ao que se diz, no que concerne ao conjunto de práticas constituintes da ação da tradução. Trazemos aqui as noções de sujeito e posição-sujeito estritamente dentro do arcabouço teórico da AD, ou seja, não estamos nos referindo a indivíduos, pessoas, ou a um sujeito bio-psico-social. Esses conceitos da AD serão desenvolvidos no capítulo 3 desta tese.

Como se constitui o discurso *sobre* a tradução no Brasil? Esse discurso *sobre* parte de algum discurso *da* tradução pré-existente? E mais, haveria algum discurso da tradução em circulação no Brasil antes dos anos 50? De que modo o discurso *sobre* a tradução nos anos 50 constitui o discurso da tradução no Brasil? Procuramos responder a essas perguntas tomando como referência o estudo de Orlandi (*Terra à vista: discurso do confronto velho e novo mundo*, 1990) e também o de Mariani (*O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*, 1998). Faremos a seguir, uma breve retomada dos trabalhos dessas autoras a fim de precisar as (possíveis) relações entre *discurso de* e *discurso sobre*.

2.1.1. Discurso *sobre* o Brasil

Ao traçar paralelos entre o discurso *sobre* o Brasil (ORLANDI, 1990) e o discurso *sobre* o comunismo (MARIANI, 1998), tomamos uma perspectiva teórica que nos ancora ao conceito de discurso *sobre*, viabilizando nossa procura de discursos *sobre* a tradução.

Em suas reflexões concernentes à formação de um discurso historiográfico sobre o Brasil, Orlandi (*op. cit.*) estabelece diferenças entre discurso *sobre* e discurso *de*. Estudando os relatos de franceses sobre o Brasil no século XVI, Orlandi

(*op. cit.*) menciona o trabalho dos turgimões. Segundo a autora, os viajantes franceses não teriam ficado tempo suficiente em terras brasileiras para poderem descrever práticas indígenas com os pormenores com que o faziam. Valiam-se do que ouviam dos turgimões³. Nas palavras de Orlandi:

isso é visível no fato de que há narrativas idênticas que aparecem um pouco em todos os textos da época. São repetições que se originam no fato de que a fonte era a mesma: os intérpretes. (ORLANDI *op. cit.*, p. 107)

Há uma discursividade em circulação a partir dos índios que fazem relatos aos intérpretes, os quais, por sua vez os relatam aos europeus que, muitas vezes os fazem ser escritos pelos *nègres*⁴ (ORLANDI, *op. cit.* p.108). Esses textos são copiados entre si, tendo como efeito a fixação de sentidos. O *corpus* da pesquisa de Orlandi (*op. cit.*) constitui-se desses relatos a respeito do Brasil escritos por franceses no século XVI e reeditados nos séculos XIX e XX. À medida que as edições foram se sucedendo, acrescentaram-se comentários e notas. Orlandi (*op. cit.*, p. 116) argumenta que esses acréscimos desempenham um papel interpretativo, atuando como comentários cujo funcionamento discursivo é fixar sentidos aos textos mais antigos, transformando-os em documentos. Esses relatos constituem assim um discurso *sobre* o Brasil, com sentidos estáveis e duradouros.

Desse modo, Orlandi (*op. cit.*, p. 20) lança mão do conceito deleuziano de cópia e simulacro para explicar o discurso que se estabelece na velha Europa a respeito da nova terra. A cópia guarda semelhança, segue o modelo. O simulacro distorce, traz semelhanças, mas também institui diferenças, apresenta fantasmas. Ou seja, como cópia, há o discurso europeu sobre a nova terra, inscrevendo os habitantes e as práticas do novo mundo segundo modelos já conhecidos. Inicialmente, havia nas novas terras apenas o discurso dos índios eivado de silenciamento e, nos séculos seguintes, surge um povo que fala de si próprio valendo-se do discurso do europeu sobre ele, procurando as cópias, mas também

³ Nos próximos parágrafos voltaremos ao termo 'turgimão', segundo trabalho de Mariani, 2007.

⁴ No dicionário on-line em <http://www.tv5.org/TV5Site/alexandria/definition.php> consultado em 12/05/2009, o verbete registra como uma das acepções para o termo *nègre* – (*figuré*) *personne anonyme qui prépare ou exécute entièrement une œuvre littéraire ou artistique, un discours, qu'un tiers signe et s'attribue* [(figurado), pessoa anônima que prepara ou executa inteiramente uma obra literária ou artística, um discurso, que um terceiro assina ou assume como seu], (tradução nossa). Outros sentidos evocados para o termo *nègre* mereceriam uma investigação mais aprofundada que não poderia ser desenvolvida neste trabalho.

os simulacros, “as imagens rebeldes e avessas a qualquer representação” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 21).

Essas práticas discursivas (cópia, silenciamento, simulacro) podem ser tomadas como processos históricos que acabam por constituir um discurso sobre o Brasil, transformando-se, por fim, em documentos, institucionalizando sentidos sobre o Brasil que até hoje são tomados como referências. Em outras palavras, como discursos do Brasil.

Sobre essas questões lingüísticas, Mariani (2004), comenta que as terras brasileiras durante os primeiros séculos de colonização constituem o cenário no qual se estabelecem e se projetam os discursos sobre o Brasil, através da interpretação e da tradução⁵.

Numa espécie de pré-história da tradução nas colônias portuguesas a presença do turgimão, intérprete ou língua é constantemente registrada nos documentos e crônicas da expansão ultramarina:

O termo preferido do cronista Gomes Eanes de Azurara é ainda o de **turgimão**, embora aqui e além constatem a utilização do termo “enterpetador” na sua *Crónica de Guiné*. O referido momento de transição deve situar-se, por conseguinte, entre os últimos anos do reinado de D. Afonso V e o início do reinado de D. João II. Numa carta de alforria de 1477 (reinado de D. Afonso V), o Príncipe D. João, futuro rei D. João II, refere que João Garrido “fora algumas vezes por língua à Guiné”. Recordamos que há pouco mencionámos uma carta da Chancelaria de D. Afonso V onde o termo utilizado foi o de *turgimão*. (PAIS, Carlos Castilho, *Turgimão*, in *O Língua*, 2002, grifo nosso)⁶

Segundo Mariani (2007), os intérpretes também são denominados “lançados”, termo que parece designar os intérpretes que vêm de Portugal e se estabelecem na África, mas preservam os hábitos de sua terra. Em outras palavras, preservam o prestígio político dos indivíduos que atuam como agentes do povo conquistador. No extremo oposto estão os intérpretes denominados “filhados”, indivíduos provenientes do povo conquistado.

⁵ Estamos aqui tomando a diferença entre a tradução e a interpretação como se costuma denominar na prática da tradução, respectivamente as modalidades escrita e oral do par de línguas em jogo.

⁶ Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/olingua/01/lingua2a.html>, acesso em 18/02/07. O termo “enterpetador” foi objeto de questionamento nosso. O autor da revista nos esclareceu que o termo já aparece assim no documento original, *Crónica de Guiné*.

O termo *língua* figura principalmente nos textos portugueses a partir do final do século XV, vindo a substituir ‘turgimão’, que era empregado anteriormente. Segundo os historiadores, esses portugueses que ficavam imersos na cultura local absorvendo ritos e aprendendo a geografia do lugar eram chamados de *tangomãos* ou **lançados** (BOXER, *id. ibid.*). Dito de outro modo, o *língua* (ou *turgimão*) designa um lugar de intérprete e uma função: atuar como intermediário em transações comerciais variadas. A atuação dos *línguas*, portanto, existe antes da chegada do processo colonizador propriamente dito, ou seja, antes de a Coroa Portuguesa sedimentar administrativa e religiosamente a terra descoberta, os intérpretes eram deixados na costa para aprender a língua desconhecida, os costumes do lugar, a geografia e a localização das riquezas. Seguindo um caminho inverso, relatos atestam que na costa da África, durante o século XV, negros eram “**filhados**”, aprisionados, e levados para Portugal para aprenderem a língua e os costumes portugueses. (Mariani, 2007, pp 88-89, grifos nossos)

Os ‘lançados’ e ‘filhados’ são ambos mediadores, mas ao se inscreverem como operadores de negociações e referências culturais há divergências ideológicas incontornáveis para o intérprete colonizado, que sofre os impactos das contradições de um discurso colonizador.

Por esse motivo é relevante falar dessas práticas de linguagem no período das descobertas e das conquistas. Os *línguas* (sejam portugueses, sejam habitantes nativos da terra desconhecida) detêm um poder de negociação, são mediadores, ocupam um lugar ainda não estabelecido, que é o lugar do gramático/da gramática. É o corpo significativo, atravessado pela linguagem em sua radicalidade. Se ocupam esse lugar estão inscritos em um discurso que é, acima de tudo, o de uma política mercantil de ocupação da terra e de incremento do poder real. E, cabe lembrar, quando é um língua não-português a ocupar esse lugar, **produz-se uma contradição**, afinal, não há como um não-português inscrever-se sem tensões no discurso do colonizador branco e cristão. (Mariani, 2007, p. 11, grifo nosso).

Acreditamos que essas contradições podem nos ajudar a compreender as questões ideológicas imbricadas na construção da historicidade dos sentidos de tradução no Brasil.

Sob essa ótica, os *discursos da* interpretação das línguas indígenas para as línguas européias e vice-versa nas vozes de quem podia se fazer ouvir, a saber, os europeus, introduzem as vozes dos primeiros atores nesse cenário discursivo sobre o Brasil. Essas vozes passam a constituir os relatos, as histórias, os fatos, o discurso sobre a Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil.

Ao discorrer sobre a língua dos índios, Orlandi (1990) aborda a questão da tradução classificando-a (*op. cit.*, pp. 87-88) em:

(1) a tradução que indica várias possibilidades da língua europeia. Reflete, em sua constituição imaginária, a incerteza diante da língua indígena ou a riqueza das línguas europeias em relação às línguas indígenas, ou seja, ressalta a existência de vários termos em língua europeia contra um único termo em língua indígena;

(2) a tradução que apresenta já uma interpretação, aqui como uma produção de sentidos, como gesto. Apresenta uma tradução “literal” seguida por uma equivalência, por uma expressão “quer dizer”. À tradução literal acrescenta-se uma interpretação em língua europeia. O exemplo citado por Orlandi é a tradução do termo indígena “Pa”, que é acrescido da interpretação de “ouy, de bonc coeur: je t’ai choisi pour demeurer avec toy e pour estre mon compere et du nombre de la famille: je t’ay prefere à un autre car je t’aime et m’as semblé estre bom homme” (Y d’Evereux, 1864 *apud* ORLANDI, *op. cit.*, p.87.).⁷

(3) a tradução cultural, que interpreta diretamente. Processo mais des-identificador, segundo Orlandi, é a tradução que completa a língua indígena, complementando-a com o que, a princípio, não parece estar lá.

Os três processos ressaltam a falta nas línguas indígenas. Cabe à tradução feita pelo europeu, em sua posição discursiva de tradutor, compensar essa *falta*, essa *rusticidade* e *pobreza*. Esses efeitos de sentido materializam-se no processo e produto das traduções. Compreendemos que essa falta é o sintoma de uma atitude política através da qual o outro não se constitui, não existe, é silenciado e falado ao invés de falar. Nesses séculos de colonização lingüística, a alteridade sofre a ação de um processo tradutório que silencia ou re-significa os sentidos produzidos na língua indígena.

Mariani aborda esse silenciamento ao desenvolver o conceito que dá título a seu livro: *Colonização Lingüística* (2004). Descreve-o como:

um processo histórico de confronto entre **línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes**, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente à(s) outra(s) colonizadas” (MARIANI, *op. cit.*, p. 19, grifo nosso).

⁷ “sim, de bom grado: eu te escolhi para morar contigo e para seres meu companheiro e membro da família: eu te preferi a um outro porque gosto de ti e me parecete ser um bom homem” (tradução nossa)

A história discursiva da colonização lingüística (MARIANI, *op. cit*) nos apresenta vários efeitos políticos, discursivamente materializados na língua que vai lentamente se estabelecendo no Brasil.

Um desses efeitos é um pretendido silenciamento oficial das línguas indígenas e africanas faladas no Brasil e a imposição ampla da língua portuguesa, conforme determinação do Diretório dos Índios, lei decretada pelo Marquês de Pombal em 1757. Era retomada a língua de Sua Majestade, rei de Portugal, a quem a língua portuguesa, instrumento de civilização, haveria de muito melhor servir. Voltaremos a esse assunto no capítulo 3 deste trabalho.

Outro ponto interessante é que as línguas indígenas eram ágrafas. Conseqüentemente, na redação dos relatos feitos durante o século XVI, observa-se um duplo translado: da modalidade de língua oral para língua escrita e a transposição de uma língua indígena para uma língua européia.

A materialidade lingüística dos relatos assim traduzidos concretiza a atitude ideológica e política vivida pelos europeus como uma verdade em sua época histórica. Na leitura que se produz hoje sobre este olhar do século XVII, pode-se dizer que se tratava de um olhar que ignorava o que via e transfixava o modelo europeu pela marca do que faltava à sociedade indígena. Os relatos se repetem redizendo o mesmo discurso da falta⁸. No decorrer de longos e contraditórios processos históricos, o discurso *da* prática dos viajantes no Brasil institucionaliza-se como um discurso *sobre* o Brasil. Podemos formular como hipótese que o discurso *da* tradução no Brasil, por lidar com a materialidade lingüística e modalidades oral e escrita, está implicado nos discursos *sobre* e *do* Brasil que foram constituídos historicamente.

Assim, o discurso *sobre* o Brasil tem como suporte material e matriz fundadora a própria tradução das línguas dos índios para as línguas européias. Esse é o pressuposto a partir do qual essa tese é construída.

Dessa forma, se por um lado as línguas são o elemento inicial de um processo de interpretação, escrita, tradução e circulação de relatos na e pela Europa, por outro lado, a prática dos línguas acaba por se institucionalizar na esfera social das atividades da colônia. Nas palavras de Wyler (2003):

⁸ Em sua tese de doutorado, sob orientação da Profa. Dra. Bethânia Mariani, Fábria Marucci toma sentidos materializados no enunciado “brasileiro não lê” e os relaciona a essa questão do discurso da falta.

A institucionalização do intérprete brasileiro processou-se dentro de padrões clássicos. À medida que a estrutura colonial se ampliava e se tornava mais complexa, o ofício de língua ia incorporando novas atribuições, ao mesmo tempo em que transformava ou perdia outras antigas, como a de auxiliar de confessor. A valorização do bi/plurilingüismo, a princípio português-nheengatu e depois nheengatu e outras línguas européias ditas de cultura, estimulou um **processo paralelo de elitização da profissão que tem se mantido até os nossos dias**. Cada vez que o intérprete era enquadrado e absorvido pelo sistema, surgia uma nova maneira de exercer seu ofício, com a exigência de novos requisitos que apenas uns poucos poderiam satisfazer. (WYLER, 2003, p.38, grifos nossos)

É muito interessante perceber na citação de Wyler acima transcrita a possibilidade de origem de apreço pelos intérpretes no gesto de oralidade, modificado e ao mesmo tempo constante ao longo dos séculos, como testemunha de uma prática discursiva tipicamente brasileira.

A essa abordagem teórica inicial, acrescentamos outra, oriunda também de uma reflexão a respeito dos discursos *sobre* e *de*, voltada para a questão da circulação de discursos.

2.1.2. Circulação de discursos

Mariani (1998), baseando-se em Orlandi (1990), faz reflexões semelhantes a respeito do discurso jornalístico.

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de discurso sobre. Um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento — o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial — e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão.

Os **discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos**, portanto no efeito de linearidade homogeneidade da memória Os *discursos sobre* são discursos intermediários pois ao *falarem sobre um discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1998, p.60, grifos nossos)

O poder discursivo dos jornais acaba por produzir uma agenda política de institucionalização dos sentidos, ou seja, toma a dispersão do discurso *do* mundo e, investido de autoridade, organiza os sentidos e os naturaliza.

Mariani (*op. cit*) afirma que o discurso jornalístico assemelha-se, em termos de seu funcionamento, a uma forma de discurso pedagógico, pleno de autoridade, voltado para a explicação do mundo, colocando os fatos nos devidos lugares mediante a intervenção de formação discursiva dominante. Este discurso *sobre* que envolve o jornalismo não é só da ordem do político, como todo discurso, mas é um também um discurso com grandes efeitos na política, alimentado-a e alimentando-se dela⁹.

Ao pensar a questão *discurso de x discurso sobre*, não podemos deixar de associá-la ao processo de circulação de discursos.

Segundo Orlandi (2001a), há três processos relacionados ao discurso:

1. sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. **sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.** (ORLANDI, 2001a. p. 9, grifo nosso)

Partindo do princípio de que há processos de circulação entre o *discurso de* e o *discurso sobre* o Brasil, deparamo-nos, em um primeiro momento, com o silêncio: discursos silenciados dos índios, que talvez falassem da terra ou de parte dela como Pindorama. Seus discursos silenciados eram formulados em línguas a princípio ininteligíveis para os europeus. Esses últimos, por sua vez, começam a produzir *discursos sobre* a Terra de Santa Cruz, Terra de Vera Cruz, finalmente, Brasil, através de cartas, relatos, descrições e outros textos. Em lento processo de contato após o acontecimento discursivo¹⁰ que se institui com a chegada dos europeus às novas terras, continuaram a surgir *discursos do* Brasil, formulados agora em línguas européias ou indígenas, inteligíveis para um número mais amplo de atores pelo esforço da catequese jesuítica.

⁹ Como exemplo do discurso *sobre*, citamos uma anedota que circulava nos grandes centros urbanos brasileiros nos anos 70 e talvez ainda no início dos anos 80: “Cuidado com fulano. Ele é como uma melancia, verde por fora, mas vermelho por dentro”. Ou seja, a piada sustenta-se em sentidos determinados pela formação discursiva *sobre* o político, em que até mesmo as cores externa e interna da fruta (o mundo) têm sentidos atribuídos por uma FD.

¹⁰ O conceito de acontecimento discursivo será apresentado de forma mais abrangente no capítulo 4 deste trabalho. É o “encontro de uma atualidade e uma memória”. Pécheux (2002, [1983] p.17).

Esse lento processo de contato, através do qual o *discurso do Brasil* alimenta o *discurso sobre o Brasil* e vice-versa, pode ser visto como um processo de circulação de discursos.

Para melhor compreender esse processo, lançamos mão do conceito de silêncio, tal como apresentado por Orlandi (ORLANDI, 2007). A autora classifica o silêncio como: a) silêncio fundante ou b) política do silêncio (*op. cit.* p. 53). Atribui ao silêncio fundante o *status* de real da significação, como uma categoria que antecede a palavra do discurso. Atribui à política do silenciamento a atuação na formulação do discurso na sua dimensão política, ou seja, fazer silenciar ‘uma’ coisa para não deixar dizer ‘outras’.

Como não há discurso sem sujeito nem sujeito sem discurso, poderíamos dizer que na circulação entre *discurso de* e *discurso sobre* o Brasil há sentidos que são silenciados pelos sujeitos do *discurso sobre* para que outros sentidos do *discurso de* não surjam, há paráfrases em heterogeneidades discursivas em profusão, resistências que se manifestam e outras que são vencidas, num constante movimento. Segundo Orlandi (*op. cit.* p.58), essa circulação de sentidos sempre tem em suas bordas um silêncio cuja historicidade é a resistência de índios que não falam do lugar de onde se esperava que falassem. Mas, a despeito desse silêncio que está no lugar onde se espera que esteja, há vozes que surgem em outros sítios de significância, à espera de quem lhes atribua sentido, naturalizadas, muitas vezes constituindo um *discurso do Brasil*, emprestando sentidos a um *discurso sobre o Brasil*.

Já Mariani (1998) lida com uma situação um pouco diferente, em sua pesquisa a respeito dos comunistas no imaginário dos jornais. Em seu *corpus* discursivo, a autora trabalha com um discurso jornalístico que trata de calar, silenciar o *discurso dos comunistas* — melhor talvez denominá-lo *discurso contra* o comunismo. Também teríamos aí um silenciamento político, mas desta vez nós o classificaríamos de silenciamento local, ou censura, conforme conceitua Orlandi (2007).

A censura não é exatamente proibir alguém de dizer algo. Banido é o sujeito do discurso. Nas palavras de Orlandi:

A censura tal com a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos

sentidos porque **se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições**. (OLANDI, 2007, p. 104, grifos nossos)

A partir do que diz Orlandi (*op. cit.*), entendemos que é como se uma determinada posição-sujeito fosse silenciada. Ao longo do século XX, houve uma política institucionalizada contra o comunismo, ou seja, instrumentos legais – entre os quais a clandestinidade imposta ao partido comunista durante longos anos – e instrumentos repressores, como a ferrenha oposição militar durante alguns episódios e longos períodos de ditadura no Brasil. Os comunistas também enfrentavam a incansável luta da igreja tradicional e das classes dominantes e formadoras de opinião.

Um *discurso sobre* o comunismo, aos moldes de um *discurso sobre* o Brasil, não circularia com facilidade semelhante. De que posições os sujeitos empíricos estariam preparados para produzir *discursos sobre* o comunismo? Em nome de quê, ou falando mais discursivamente, sob qual interpelação? Uma das hipóteses é que tal sujeito empírico fosse um sujeito assujeitado ao *discurso do* comunismo e desse modo, estaria mesmo fazendo circular o *discurso do comunismo*.

A outra hipótese é que o sujeito estivesse falando visceralmente contra o comunismo. Ora, a formação discursiva ainda seria a mesma: *discurso do comunismo*. A contra-identificação do sujeito o faz assumir uma posição-sujeito antagônica dentro do mesmo *discurso do comunismo*.

Podemos encontrar um exemplo de *discurso do comunismo* podemos encontrar na dissertação de mestrado de MARIANI (1988), *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a análise do discurso*¹¹. No último capítulo da tese, a autora apresenta entrevistas com antigos jornalistas comunistas e não comunistas que atuavam na década de 1930, entre os quais, Paulo Mota Maia. Reproduzimos abaixo um trecho da entrevista:

¹¹ MARIANI, Bethania, dissertação de mestrado, UNICAMP, 1998.

A evolução política do país nos conduziu a etapas ainda mais avançadas, né? Começaram a surgir questões, por exemplo, se falava em luta contra o latifúndio, né (pausa), e então algumas correntes políticas levavam a bandeira de luta contra o imperialismo, né. Essa palavra era nova, soava como uma coisa estranha a muitos ouvidos, né? E houve até um caso curioso: um dos jornalistas mais brilhantes do Rio de Janeiro — eu não quero dizer o nome, porque trabalhei com ele, né, e não quero deixá-lo numa situação grotesca, ele já é o morto, né, estou contando história de muitos anos atrás, né — ele estranhou que se falasse imperialismo tantos anos depois de proclamada a república, né? **Ele (risos) ele confundia a, a, o imperialismo, né, é a influência do poder do capital financeiro internacional, né, com a política imperial ou republicana, né, é.** (MARIANI, 1998, grifos nossos)

É interessante ressaltar que os sentidos de “imperialismo” diferem conforme a posição do sujeito e sua inscrição-identificação a uma formação discursiva. No discurso do jornalista falecido, “imperialismo” significa “relacionado ao império”, e no discurso *do comunismo* indicava “o poder do capital financeiro internacional”. Ou seja, o sentido de “imperialismo” não está na própria palavra e sim na formação discursiva em que está inserida. Além disso, seria interessante comparar os sentidos de “imperialismo”, dentro do *discurso do comunismo*, com o sentido de “globalização”, dentro de um discurso contemporâneo sobre política e/ou economia. Um dos sentidos de “globalização” também é “poder do capital financeiro internacional”, mas muitos outros sentidos teriam sido silenciados em relação a “imperialismo”.

Parece-nos mais apropriado dizer que, em nossa pesquisa, o *discurso de* e o *discurso sobre* a tradução interagem e, de certa forma, nutrem um ao outro. Em outras palavras, o *discurso sobre* a tradução constitui-se embasado no que deve ser feito de acordo com interesses políticos que norteiam essa prática, mas, por outro lado, vivencia, por meio do *discurso da* tradução, as vicissitudes do que pode ser feito diante de dificuldades concretas das materialidades lingüísticas em questão. Nesse embate entre o que deve e o que pode ser feito, considerando a historicidade do discurso, é quase sempre possível perceber uma relação de (complementação, antagonismo, mudança, talvez até mesmo ruptura, *etc.*) entre o *discurso de* e *discurso sobre* a tradução.

Os conceitos teóricos de *discurso de* e *discurso sobre* nos apontam a questão da institucionalização do ensino de tradução dentro das universidades brasileiras. Em seu trabalho sobre a história da tradução no Brasil, Wyler (2003) registra o

pedido de reconhecimento de curso de tradução feito pela Faculdade Ibero-Americana em São Paulo como primeiro. No entanto, segundo Wyler (*op. cit.*, p. 140) o primeiro curso a entrar efetivamente em funcionamento foi o da PUC do Rio de Janeiro. Wyler reproduz parte do catálogo escolar desta universidade referente ao ano de 1969:

Forma-os (alunos) ainda, para trabalho em editoras, redações de jornais e revistas, assessorias de diversos tipos, traduções ou como intérprete, visando assim a formação de profissionais competentes, destinados a suprir as prementes necessidades do **mercado de trabalho** nas respectivas áreas que até hoje não puderam contar com **técnicos especializados**. (catálogo da PUC, apud WYLER, *op. cit.*, p. 140, grifos nossos)

Não podemos deixar de associar a questão do ‘mercado de trabalho’, mencionada no documento, à situação política e econômica assumida ou reafirmada pelo governo militar brasileiro nos fins da década de sessenta. Na esfera política, foi assinado o Ato Institucional nº 5, AI-5, em 13 de dezembro de 1968¹² e na esfera econômica pós-64, a ditadura que governava o país atrelou a força de trabalho ao capital internacional, de forma submissa (FERREIRA JR. e BITTAR)¹³. A referência a “técnicos especializados” na citação acima também nos chama a atenção. Naquela época (anos 60 e 70) defendia-se igualmente a idéia de que os tecnocratas deveriam substituir os políticos no gerenciamento de políticas estatais por serem neutros e impermeáveis a manipulações partidárias a que estariam propensos os políticos.

Criava-se uma tecnocracia e o tradutor, visto sob essa ótica, era necessário para o bom funcionamento das relações comerciais, culturais e diplomáticas com os países hegemônicos a quem serviria de forma mais assídua. Ademais, era ainda necessário que o tradutor tivesse uma formação técnica, ou seja, fosse especializado em uma função que se pretendia apolítica. Muito dessa formação discursiva positivista se reflete na questão fidelidade x liberdade. Voltaremos a esse assunto mais adiante nesta tese.

¹² Informação disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm, página da CPDOC, consultada em 20/06/2008.

¹³ artigo de FERREIRA JR. e BITTAR (2008), disponível em página virtual <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf> consultada em 18/03/2009

2.2. Análise de Discurso e Tradução

Como já dissemos, a presente pesquisa procura levantar questões a respeito do discurso *sobre* a tradução no cenário brasileiro. Investiga até que ponto a prática tradutória é pautada por gestos regulamentados por um discurso *sobre si* própria.

Entre as perguntas que nortearam nossa pesquisa destacamos: o que é fidelidade e o que é liberdade em tradução? Tal pergunta provém de manifestações espontâneas em conversas sobre tradução, não somente na prática de sala de aula, mas também naquelas mais informais sobre atividades profissionais. Em qualquer circunstância em que se fale sobre tradução, é quase infalível haver, de uma forma ou de outra, alguma referência à questão da fidelidade. Se, por um lado, essa maneira de ver a prática da tradução esta inserida numa forma “ingênua” de se pensar a respeito dela, por outro, ela também é objeto de numerosas reflexões teóricas, de Cícero (FURLAN, 2003), questão milenar, a Derrida (1978), contemporâneo criador da visão desconstrutivista. Nossa proposta é investigar o assunto valendo-nos da análise discursiva, ou seja, procurar compreender os aspectos ideológicos em torno dessa questão, também presentes na contemporaneidade.

Além disso, a prática tradutória via de regra funciona como ponte, em nosso caso, entre o brasileiro e o outro, isto é, o estrangeiro, mediante os usos lingüísticos. Conseqüentemente, formulamos perguntas relacionadas a ‘brasileiro’ / ‘estrangeiro’. Também achamos interessante formular perguntas a respeito da matéria específica da tradução, ou seja, sobre a língua, selecionando as expressões ‘língua materna’ / ‘língua estrangeira’, / ‘língua nacional’ / ‘língua brasileira’.

Essas perguntas atuam como chaves para o nosso dispositivo analítico. As respostas às perguntas são os recortes que fizemos em nossos *corpora*. Um recorte é o resultado da relação entre a pergunta básica do analista e o material da análise. Os recortes “indicam características dos processos de significação” (ORLANDI, 2003, p.11) e, podem suscitar outros recortes como objeto de observação dos processos de discursivos. O analista faz uso do dispositivo teórico, o repertório teórico de conceitos básicos da AD. O trabalho do analista do discurso é um contínuo entretecer entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico, criado por cada analista para sua análise.

As perguntas que nos levam aos recortes estão relacionadas à constituição de uma família parafrástica através do recorte “tradução-fidelidade”, com enunciados formulados em conversas, palestras, escritos e elaborações teóricas sobre a tradução. Essa formulação está intrinsecamente ligada à figura do tradutor, à sua prática e a seu trabalho; aos enunciados resultantes das referências às línguas com as quais trabalha o tradutor. Conseqüentemente, a investigação caminha nessas duas direções privilegiando em seu percurso os sujeitos-tradutores: a forma como atuam, quem os autoriza a traduzir, para quem traduzem, quando e como o fazem. Além disso, procura-se entender a materialidade de sua prática, isto é, as línguas com que lidam, sua relação com elas, e seu posicionamento como sujeitos capazes de usar com proficiência mais de uma língua.

O uso da imagem “tradução-fidelidade” é um mito presente nas abordagens tradicionais da tradução. Focalizando a questão teórica no Brasil, e de acordo com as reflexões de Mittmann (2003), pode-se considerar que essa abordagem tradicional está relacionada às idéias de Eugene A. Nida, Erwin Theodor e Paulo Rónai (MITTMANN, *op.cit.*, p. 15) e também, mas de outra forma, às perspectivas contestadoras das teorias da tradução, representadas pelas idéias de Francis Henrik Aubert, Rosemary Arrojo, Lawrence Venuti e Theo Hermans (MITTMANN, *op.cit.*, pp 15-16).

Pode-se dizer que a questão da fidelidade está imbricada no cerne do *discurso sobre* a tradução. Segundo uma visão tradicional, logocêntrica, o tradutor é consciente, capaz de transportar os sentidos estáveis do texto de partida para o texto de chegada, sem que sua interferência seja visível. Outras visões mais recentes, contestadoras, advogam que os sentidos são interpretações do tradutor, cujas escolhas, nem sempre conscientes, são determinadas por fatores externos, tais como visão de mundo, ideologias, cultura *etc.* (MITTMANN, *op.cit.*, p 34). O tradutor, então, deixa de ser um simples meio de transporte de sentidos, segundo a visão logocêntrica, e passa a ter voz para realizar, de forma responsável, um trabalho de transformação e de produção de textos, segundo perspectivas mais recentes.

A partir de um ponto de vista filiado à AD, posicionamos a prática da tradução na confluência de práticas discursivas que oscilam entre posições-sujeito filiadas a formações discursivas que se alinham, se complementam, se confrontam, entram em contradição, se dissolvem, interagem, enfim, em constante movência e

transformação. O político atua na materialidade das línguas em ação refletindo as posições-sujeitos do tradutor nas malhas da tradução.

Abordaremos essa questão mais de perto nas próximas linhas.

2.2.1. Gesto de interpretação, gesto de leitura, gesto de tradução

Num movimento em direção a uma compreensão do que possa ser a tradução, segundo os pressupostos da AD, começamos a refletir sobre a noção de gesto: um ato no nível simbólico (Pêcheux, 1997a, [1969], p.78). Henry (1997 [1982]) traz o gesto de interpretação, a injunção à procura de sentido como o motor do que chamamos história.

Não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, **que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências**. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História. (HENRY, P., 1997 [1982], p.52, grifos nossos)

Dessa forma, sendo o sujeito “condenado a interpretar”, o *gesto* é a maneira pela qual o sujeito recorta sentidos do silêncio. Um *gesto de interpretação* é a maneira pela qual o sujeito constrói os sentidos externos e os sentidos internos que significam e o significam, inserido na rede de formações discursivas que o constituem¹⁴.

Caminhando ainda em direção a uma compreensão do que seja o trabalho do tradutor sob a ótica da AD, detivemo-nos no fato de que o tradutor é, antes de tudo, um leitor. Segundo ORLANDI,

“a leitura é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: **de historicidade**” (ORLANDI, 1988, p. 9, grifo nosso).

São vários os fatores em torno do *gesto de leitura*. Há um *leitor virtual, constituído pelo autor em sua escrita* (ORLANDI, *op. cit.*, p. 9). Tanto mais fluente então será a leitura quanto mais próximo do leitor imaginário estiver o leitor real.

¹⁴ O Analista do discurso também interpreta, mas o faz de modo crítico quando utiliza dispositivos teóricos e dispositivos analíticos em sua investigação. Procura captar o funcionamento do discurso em foco, caminhando em direção à compreensão da tessitura histórico-ideológico que o constitui.

Esta relação entre um e outro envolve fatores que passam a constituir a unidade de sentido a ser produzida pelo leitor. O *gesto de leitura* é, em outras palavras, a organização da significação levada a cabo pelo leitor, seguindo todo um jogo entre agentes sociais, mediada pelo texto. Quem escreveu, quando escreveu, para quem escreveu, como escreveu, qual o lugar desse texto no universo de textos afins, porque ler este texto *etc.* são perguntas em torno desta leitura e constituem sua historicidade. Essa inscrição da história na linguagem é processada por meio das formações discursivas (retomaremos a noção de formações discursivas logo a seguir nesta tese), sítios de significância. As formações discursivas estão sempre reconfigurando-se, movendo-se, embora funcionem incessantemente como ponto de ancoragem para os gestos de interpretação e processos de identificação do sujeito. As formações discursivas materializam, ou melhor, dão forma histórica aos mecanismos ideológicos.

Em qualquer gesto de leitura há interpretação. Segundo esse raciocínio, propomos circunscrever o gesto de tradução. Um *gesto de tradução* começa com o *gesto de leitura* e vai além. O *gesto de leitura* e o acionamento das condições histórico-ideológicas são, de certa forma, potencializados pela materialidade lingüística subsumida por uma língua. Não é possível pensar-se algumas categorias teóricas da AD, tais como discurso, interdiscurso, formações discursivas, interdiscurso, materialidade lingüística, sem concebê-las como um todo. Em outras palavras, essas categorias integram-se e manifestam-se de tal forma que a materialidade lingüística não é uma categoria autônoma. Segundo Orlandi,

O discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso. Desse modo temos a relação entre língua e ideologia afetando a constituição do sujeito e do sentido. Resta dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. É pelo fato mesmo de dizer que o sujeito se diz, se constitui. ORLANDI (2006, p. 17),

O *gesto de tradução*, portanto, passa pelo *gesto de interpretação*, pelo *gesto de leitura* e trata em seguida de aproximar-se de uma unidade interpretativa em outra materialidade lingüística, ou seja, em outra língua. O tradutor envolve-se num processo de identificação com o que interpreta. Ele lê um texto dentro de determinadas condições de produção para, em seguida, produzir um novo texto em outra materialidade lingüística, tomado por uma ilusão de que está dizendo o

mesmo. De certa forma, essa ilusão própria do *gesto de tradução* é condição necessária para essa prática.

Como exemplo, poderíamos citar a tradução para o português (na tabela abaixo, à direita) das seguintes SDs em inglês (na tabela abaixo, à esquerda). Foram exemplos colhidos de citações sobre o racismo, traduzidas do inglês para o português, feitas por importantes figuras no panorama norte-americano. A tradução foi feita profissionalmente ¹⁵:

"The modern definition of 'racist' is someone who is winning an argument with a liberal."—*Peter Brimelow on Racism*

"You don't fight racism with racism, the best way to fight racism is with solidarity."—*Bobby Seale on Racism*

"We can go on talking about racism and who treated whom badly, but what are you going to do about it? Are you going to wallow in that or are you going to create your own agenda?"—*Judith Jamison on Racism*

A definição moderna para "racista" é alguém que consegue vencer uma discussão com um liberal.

Não se combate racismo com racismo, mas sim com solidariedade.

Poderíamos ficar horas conversando sobre racismo, quem destratou quem, mas o que você vai efetivamente fazer sobre a questão? Ficar em cima do muro ou tomar uma atitude e agir?

Nas traduções dos enunciados acima surgem os termos 'racismo' e 'racista' em português. Porém, dentro da materialidade lingüística da língua inglesa, sentidos de 'racism' e 'racist' não são os mesmos dos cognatos em português. Inscrevem-se em formações discursivas diferentes, com historicidades diversas. Tomar os sentidos evocados na materialidade em inglês como sendo capazes de recobrir inteiramente os sentidos evocados no texto em português significa dizer que o sentido reside nas palavras. Dentro do arcabouço teórico da AD, no entanto, os sentidos advêm de formações discursivas em que estão inscritos e não de essências das palavras. Em outros termos, a tradução de 'racismo' e 'racista' para 'racism' e 'racist' evoca em português outras formações discursivas dentro de outra historicidade. Mais adiante neste trabalho trataremos detalhadamente dessa questão da tradução, quando abordarmos o conceito de heterogeneidade discursiva.

Perante essa constatação, no entanto, não advogamos aqui a impossibilidade teórica da tradução, nem criticamos os que procuram parâmetros éticos e operacionais para o funcionamento eficiente da prática da tradução. Procuramos tão

¹⁵ As citações estão disponíveis na página <http://www.bookrags.com/quotes/Racism> (acesso no dia 15 de maio de 2009). A tradução é de Maria Alice Capocchi.

simplesmente compreender a questão do sentido perante a tradução lançando mão de uma ótica da AD.

Como subsídios para nosso ponto de vista, trazemos aqui as ponderações de Zink-Bolognini (2004) apresentadas em artigo intitulado *Política de línguas: um exemplo na tradução*. Nele, a autora descreve como trabalhou com um grupo de notícias sobre o Brasil cobrindo as áreas de economia, corrupção, violência e generalidades (modelos e alimentação) (*op. cit.* p. 14). Dentre esses grupos de notícias, usando como critério a busca de material jornalístico que seria mais representativo das cenas brasileiras, a autora recortou as seqüências discursivas que descreviam a violência. Uma dessas seqüências é *Policiais matam 7 invasores de favela*, título da matéria em português, e sua correspondente tradução para o inglês: *Shootout between drug gangs kills 7 in Brazil*. Há outras seqüências discursivas bem exploradas pela autora em sua análise de cada um dos textos de notícias em português e em inglês, mas o seu ponto de vista pode ser compreendido a partir do próprio título da matéria.

Na notícia em português há agentes interessados em eliminar aqueles que invadem a favela, interessados em cumprir sua obrigação de proteger a comunidade. É esta a direção da argumentação da notícia em português. Já em inglês, por mais que no texto após o título venham seqüências discursivas tais como *police quickly reached the scene, battling with both groups ou police take positions in 23 of Rio's most violent slums*, já se percebe, pela manchete da notícia (*Shootout between drug gangs kills 7 in Brazil*), que a linha de argumentação segue em direção à existência de violência na cidade do Rio de Janeiro.

A autora conclui que este tradutor atenderá aos seus leitores de língua inglesa com uma leitura norte-americana sobre questões das cidades brasileiras. E essas notícias com efeitos de sentido estrangeirizador (VENUTI, 1995) disputarão espaço até mesmo dentro do Brasil.

Assim, concluímos que estamos nesse caso perante o *gesto de tradução*, que, conforme a AD, opera no fio do político, instância na qual se inscreve a disputa pelos sentidos. O *gesto de tradução* atua na interpretação de uma coisa, conseqüentemente, no silenciamento de outra, seguindo os ditames de uma determinada leitura, escolhida de forma histórica e ideológica. A discussão sobre fidelidade pode desenvolver-se a partir do político aqui expresso.

Em suas reflexões sobre a leitura de arquivo, Pêcheux (1997b) argumenta:

A outra vertente da leitura do arquivo - sem a qual a primeira não existiria provavelmente como tal - tem aderências históricas completamente diferentes: trata-se deste enorme **trabalho anônimo, fastidioso mas necessário**, através do qual **os aparelhos de poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva**. Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre *alguns* deles, autorizados a ler, a falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e *o conjunto de todos os outros*, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma *leitura*, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o grande número de escrivães, copistas e “contínuos”, particulares e públicos, se constituiu, através da Era Clássica e até nossos dias, **sobre esta renúncia a toda pretensão de “originalidade”** sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 1997b, p. 57, grifos nossos)

Na passagem acima Pêcheux não cita explicitamente os tradutores, mas podemos identificá-los entre aqueles que ajudam a engendrar a memória coletiva. Podemos também identificar a trajetória histórica do que Pêcheux denomina “renúncia a originalidade”, expressão esta de certa forma parafrástica ao que estamos denominando “fidelidade”. A fidelidade funcionaria discursivamente como uma tentativa de estabilização de sentidos, um esforço para impedir que surjam novos sentidos ou que os sentidos deslizem para outras leituras indesejáveis. Por conseguinte, o gesto de tradução, por envolver outra materialidade, é um constante desafio à leitura encomendada imposta à tradução. É neste ponto que a tradução, também como “trabalho anônimo, fastidioso mas necessário” (grifado na citação acima), apresenta seu nó górdio e impasse ideológico.

Assim, A questão do *discurso sobre* a tradução abre-se à compreensão de como o sujeito tradutor atua, para quem traduz e em quais circunstâncias trabalha. As hipóteses de Venuti (1995) vêm ao encontro dessa abordagem, embora a questão do *discurso sobre* a tradução considere o aspecto ideológico de forma diferente. Venuti (1995) toma a ideologia como fator externo no universo da tradução. Os aspectos ideológicos, segundo este autor, atuam de fora para dentro impondo suas vicissitudes aos tradutores.

No entanto, podemos afirmar que, em consonância com a teoria da AD, o *discurso sobre* a tradução é construído historicamente, e constituído pelas relações políticas e ideológicas entre as línguas e comunidades que o compõem. Em nossa

investigação, privilegamos a historicidade¹⁶ do discurso, a discursividade. Interessamos a questão do sentido atribuído ao ato de traduzir e aos deslizamentos desse sentido. Esse interesse diferencia-se do que seria um estudo sobre a história da tradução, centrada na cronologia, ou numa história ao longo do tempo.

Acreditamos que a análise pode nos remeter a construções ideológicas vigentes no Brasil desde a época colonial. Essas construções remontam a correntes de pensamentos vigentes na Europa a partir do século XVI, posteriormente estabelecidas também no ambiente intelectual brasileiro, como veremos mais adiante.

2.2.2. Percurso da AD: outros aspectos

Antes mesmo de começarmos a pensar sobre a natureza da Análise do Discurso (AD) tal como adotada em nosso trabalho, ou seja, embasada pelas construções teóricas de Pêcheux (1969 e 1975), observamos que sob este título alojam-se várias vertentes disciplinares distintas. Quais seriam os sentidos de “Análise do Discurso” que tanto atraem estudiosos de variadas vertentes teóricas, a ponto de assistir-se, hoje, à sua aplicação a diferentes áreas de conhecimento lingüístico? O que evocam as palavras “Análise do Discurso” dentro de um panorama histórico-cultural pós-moderno, fragmentado, voltado ao particular, em perene transformação sob a égide da globalização? A resposta não é simples, mas é muito provável que a atual popularidade das “Análises do Discurso” tenha profundas imbricações com muitas das grandes crises que eclodiram em torno da lingüística ao longo do século XX, objeto de longas discussões e análises.

No entanto, apesar de compartilharem a designação e de apresentarem muitos construtos diferentes, porém com idêntica denominação, essas várias

“Análises do Discurso” divergem em pontos teóricos essenciais. Para a AD na qual nos pautamos, esses pontos essenciais estão intrinsecamente relacionados à construção de sua base teórica desde os primórdios, ou seja, à forma como ela foi

¹⁶ Historicidade: Modo como a história se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão de como os sentidos são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade [Verbetes do Glossário de Termos do Discurso (LEANDRO FERREIRA, 2005a)].

desenvolvida, como contraponto a outras teorias sobre línguas e linguagem, e outras inserções filosóficas.

A Análise do Discurso, tal como concebida por Michel Pêcheux, é uma construção teórica complexa, desenvolvida mediante reflexões e associações com estudiosos de outras áreas de conhecimento. Inserido no contexto intelectual agitado e inquieto da Europa nas décadas de 60 e 70 do último século, em particular da França, Pêcheux é um filósofo atento às grandes teorias lingüísticas, filosóficas, de lógicas relacionadas ao sentido, objeto da Semântica.

Em sua obra “*Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*”¹⁷, (1988 [1975]) Pêcheux faz uma retrospectiva de abordagens da Semântica, que é, em última instância, uma apresentação da historicidade da questão do sentido. A materialidade da língua é um dos fundamentos teóricos para Pêcheux, e é exatamente nesse ponto que a Análise de Discurso pecheutiana difere de outras análises de discurso, ou seja, seus conceitos são construídos com base nas discussões que transcendem as dicotomias formalistas e trazem o analista para dentro do processo de análise, parte de uma construção teórica complexa. Além da materialidade lingüística, Pêcheux trabalha com as noções de ideologia e inconsciente, estruturas-funcionamento que caracterizam o sujeito para a AD e a diferenciam de outras disciplinas.

Na construção do arcabouço teórico da AD, Pêcheux procura compreender, valendo-se da história da filosofia, o processo de naturalização dos sentidos por que passaram os conceitos de língua, verdade, gramática, sujeito, ao longo dos séculos, até chegar à construção idealista a que chegou no século XX. Para realizar uma construção ideológica que sustente tais conceitos, e para poder demonstrar a necessidade de uma teoria materialista dos processos de produção dos sentidos, Pêcheux toma como arquivo de sua pesquisa as diferentes construções filosóficas que tratam da língua e da linguagem e o modo como essas filosofias da linguagem se constituem historicamente. Uma vez estabelecido o *corpus* de sua pesquisa, Pêcheux faz recortes por meio de um dispositivo analítico¹⁸ próprio, a saber, o recorte constituído por proposições *contingentes* e *determinativas* (representáveis

¹⁷ Título da obra em português, traduzida do original “Les Vérités de La Palice”, publicado em 1975.

¹⁸ Como estudaremos mais profundamente a seguir, para a AD, o *dispositivo analítico* é um recurso utilizado pelo analista do discurso a fim de chegar ao construto teórico *discurso*. O *dispositivo analítico* delinea-se através de uma pergunta ou de uma questão formulada ao *corpus* bruto, constituindo assim os recortes que possibilitam a análise. Tomamos essa perspectiva para explicitar o gesto de compreensão construído por Pêcheux em seu percurso.

por orações conhecidas como adjetivas na gramática tradicional, denominadas adjetivas restritivas e explicativas). Tais proposições são parte de reflexões não só de gramáticos, mas também de estudiosos de lógica e de filosofia da linguagem. É através dos recortes assim constituídos que ele chega a uma construção ideológica fundamentada em *já-ditos* para constituir a filosofia da linguagem e a lingüística no século XX.

Pêcheux (1988 [1975], p.42) comenta o ponto de vista da gramática de Port-Royal (1660) sobre a *relação determinativa*, a relação das essências entre a língua e os seres do mundo, e a *relação contingente*, relação das circunstâncias. Uma gramática inspirada no modelo científico cartesiano, baseava-se no princípio de que a língua é expressão do pensamento. Se, para Descartes, o espaço é isotrópico, ou seja, todos os seus pontos gozam das mesmas propriedades, então a mesma fundamentação se aplicaria a essa gramática tornando-a universal e igual para todos os homens. Dentro dessa perspectiva, há bases lógicas e imutáveis para a gramática das línguas humanas, bases estas constituídas por valores de determinação e verdade. A boa gramática, representação dessa língua eivada de verdades universais, seria, assim, o método a ser trilhado por aqueles que procuram a essência da língua. A contingência, ou seja, a parte da gramática que trata dos aspectos históricos, afasta as línguas humanas dos valores de verdade (*op. cit.*, p.44).

Essa proporcionalidade de verdade parece estar imbricada na questão da fidelidade, ou seja, quanto mais determinativas as relações entre a língua e os seres do mundo, mais acertada a língua, quanto mais contingentes essas relações, mais incorreta, menos precisa a língua. Como corolário, se há uma relação natural entre a língua e os seres do mundo, então a tradução fiel é aquela que mais se aproxima da determinação, ou seja, a tradução mais fiel é aquela que mais se aproxima da relação natural entre a outra língua e os seres do mundo.

Pêcheux analisa a posição de Leibniz em relação à *propriedade essencial* e à *propriedade contingente* e à proposta ficção dos mundos possíveis. Se, por meio de um raciocínio paralelo, acompanharmos o cálculo infinitesimal, ferramenta matemática elaborada por Leibniz (1677), talvez possamos compreender melhor e lançar um pouco de luz sobre sua linha de raciocínio a respeito das línguas humanas. É como se um número infinito de *contingências* fosse possível para um certo elemento do mundo real. Desse modo, poderíamos retomar o mesmo exemplo

trazido por Pêcheux, (1988 [1975], p.48), em sua apresentação das idéias de Leibniz. O exemplo envolve a personagem Tarquínio Sexto. Haveria tantos Tarquínio Sextos quantas fossem as contingências deste mundo e dos outros mundos possíveis: Tarquínio Sexto que vai a Roma, Tarquínio Sexto que vem de Roma. Tarquínio Sexto viaja sozinho, Tarquínio Sexto viaja acompanhado, *etc.* Considerando que o número de mundos possíveis é infinito, teríamos então um número infinito de *contingências* de Tarquínio Sexto. A *determinação* Tarquínio Sexto seria o resultado do somatório ou cálculo de integração de todas essas contingências em um dado momento. À gramática das línguas humanas resta tentar reconstruir o caminho que leve a esta “língua adâmica”. Considerando a questão sob essa ótica, a gramática seria a soma das contingências de Tarquínio Sexto, representando-lhe a essência. Também seria um testemunho da falta de discernimento humano para a percepção¹⁹.

... a ordem natural comum aos anjos, aos homens e a todas as inteligências em geral, mas da qual as línguas atuais só conservam um traço deformado, por correspondências parciais entre lógica e gramática (Pêcheux, 1985 [1975], p. 49).

De acordo com tal reflexão, poderíamos supor que caberia à tradução a obrigação de ser o mais clara e precisa possível e, mesmo assim, poderia sempre ser considerada mais uma possibilidade acidental do texto original, uma das suas potenciais contingências, já de antemão predestinada a não chegar à completude de sua essência.

Dentro dessa visão representada pela hipótese de Leibniz, metaforicamente, a língua dos homens vinha se corrompendo desde sua gênese adâmica. Isso equivale a dizer que não há, segundo essa visão, um lugar para o homem, para o sujeito, para o enunciador.

Em sua retrospectiva, Pêcheux cita a versão da ficção de Leibniz apresentada por Adam Smith sobre nome próprio / nome comum: nesta língua de origem os homens teriam aprendido a usar certos sons (nomes) para designar alguns objetos

¹⁹ Leibniz parece ter sido mais bem sucedido na construção do cálculo infinitesimal do que na construção de uma gramática. Em matemática, chega-se a resultados precisos a partir de enunciados da função limite, como em “ao se cortar ao meio infinitas vezes um biscoito dentro de uma caixa, tende-se a ter zero biscoito dentro da caixa quanto maior número de vezes for repetida a operação, ou seja, a quantidade de biscoito tende a zero quando o número de divisões tende ao infinito”. No nosso raciocínio paralelo para a gramática, quanto maior fosse o número de enunciados sobre as contingências de Tarquínio Sexto, mais próximo estaríamos da própria essência (determinação) de Tarquínio Sexto.

e, pela experiência, ao encontrar objetos semelhantes, os designariam com os mesmos nomes. Estes nomes próprios de designação acabariam por transformar-se em nomes comuns. Esse processo de nascimento da linguagem seria assim regido pela necessidade (*op. cit.*, p.50).

No conceito “linguagem de ação” de Condillac, Pêcheux vê o “embrião de uma teoria da enunciação” (*op. cit.*, p. 51), e nele aponta o

deslocamento, pelo qual o sujeito, *subordinado* à verdade de seu discurso, na época clássica, se torna progressivamente a *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos... PÊCHEUX (1988 [1975], p. 51).

Pêcheux assinala uma forma de transição do conceito de subjetividade ocorrida no século XVIII, em que o nome de Kant destaca-se como o mais importante. Para esse filósofo, os conceitos de juízo analítico e juízo sintético giram em torno da relação entre o predicado e o sujeito. De acordo com a leitura de Pêcheux, essa elaboração kantiana é uma retomada de um *já-dito* pela “oposição aristotélica contingente / necessário” (*op. cit.*, p.52). Pêcheux ressalta que o juízo *analítico* implica tomar consciência de uma relação *necessária* (análoga à relação de *determinação* da gramática de Port-Royal), “enquanto que, e aqui está o novo elemento decisivo, o juízo *sintético* (relação análoga à relação de *contingência* da gramática de Port-Royal) é um *ato* do sujeito que coloca uma ligação entre o conceito e algo exterior a ele” (*op. cit.*, p. 52). Estabelece-se, assim, a noção de um sujeito ligado às contingências, portanto à subjetividade.

Pêcheux continua a analisar seus recortes retomando Husserl (*op. cit.*, p.53). Atribui a este filósofo atribui o deslocamento histórico da tese de Port-Royal (necessário / contingente) para a dicotomia moderna “objetivo / subjetivo”. A objetividade alinha-se às proposições necessárias porque podem ser enunciadas por todo e qualquer sujeito sem perder sua significação. São enunciados que independem das circunstâncias em que são proferidos, conseqüentemente, têm mais valor de verdade e mais caráter universal. Os enunciados subjetivos, por sua vez, estão cercados de circunstâncias e têm, portanto, menor valor de verdade e caráter mais particular. Reconhecemos imediatamente a objetividade como virtude do discurso científico, em oposição à subjetividade própria do não-científico (literatura, ficção, etc).

O sujeito enunciador de Husserl goza de “unidade de consciência” ou “experiência de consciência”, e as representações têm origem no sujeito.

Essa construção teórica afeta até mesmo nossa escrita acadêmica, quando a orientação tradicional aconselha-nos a não usar o pronome pessoal “eu” ou “nós” em nossas formulações.

Seguindo um estilo de argumentação ironicamente didático, Pêcheux aponta para uma possível inutilidade de aprofundamento nas questões lógicas das línguas, visto que existe uma ciência volta a esses estudos, a saber, a Lingüística. No entanto, argumenta ele, embora o estudo da Fonologia tenha propiciado a criação de um modelo para estudo de morfologia e sintaxe, não deu conta dos estudos semânticos (*op. cit.*, p.60). Os modelos de Chomsky e Harris acabam por desembocar na semântica gerativa e, mais modernamente, em muitas outras vertentes de lingüística e ciências assemelhadas, que procuram dar conta do que se costuma denominar como ciências que gravitam em torno do “abandono” a que foi legada à “fala” na lingüística saussuriana.

Sobre essa questão, em trabalho posterior (PÊCHEUX & GADET, 1988, [1977]), Pêcheux identifica duas grandes correntes dentro da lingüística, a saber: o logicismo e o sociologismo. Tomadas de forma direta, a primeira dessas correntes trabalha a lingüística a partir de um ponto de vista formal, sem levar em conta nada além do próprio sistema da língua em si. Já o sociologismo procura incluir em suas teorias o elemento sujeito, bio-psico-social, indivíduo, usuário, falante, agente, ou qualquer outra denominação, sempre caracterizado como sujeito cartesiano, consciente, capaz de controlar seus processos languageiros.

Para a tradução, o logicismo acaba por filiar a tradução à teoria de Chomsky (1957), que trata dos universais lingüísticos, estrutura profunda e estrutura superficial. A existência de universais lingüísticos é interpretada por muitos teóricos como sendo uma garantia de que há algo em comum entre as línguas e que, portanto, a tradução seria viável. O próprio Chomsky desautoriza essa afirmação (CHOMSKY, 1965), mas nem por isso a idéia deixa de ser adotada. A tradução, segundo essa visão teórica, teria a garantia de que equivalências fossem sempre possíveis em outras línguas. De acordo com esse ponto de vista, caberia ao tradutor tarefa semelhante ao trabalho do falante ideal, que conhece os enunciados agramaticais em ambas as línguas de trabalho, evita os enunciados ambíguos e não comete erros. O sociologismo, por sua vez, constrói teorias de tradução que levam

em conta a sociolingüística, a pragmática, o externo à língua-sistema. Nessa mesma linha de teorização estão muitos estudos de tradução que levam em conta a lingüística textual e os gêneros textuais.

Pêcheux (1988 [1975], p. 63) levanta a hipótese segundo a qual o logicismo e o sociologismo são estranhos frutos de uma linha filosófica que, desde Aristóteles até a Semântica do século XX, movimenta-se em torno do fio da *analítica* (teoria de acesso ao conhecimento via raciocínio demonstrativo) e do fio da *retórica* (arte do uso da verossimilhança). A partir desse ponto, Pêcheux caminha para a construção de uma visão materialista da AD e elaboração de fundamentos para a compreensão da ideologia, do discurso e de sua materialidade na língua.

Na direção dessa concepção materialista do discurso, Pêcheux retoma o trabalho de Frege, que postula a diferença entre ‘pensamento’ e ‘representação mental’²⁰ As representações mentais são subjetivas e incomunicáveis. Os pensamentos são objetivos e comunicáveis. Para Husserl “há uma ‘unidade de consciência’ ou ‘experiência da consciência’ fazendo da consciência o ponto zero, a origem das representações” (Pêcheux, *op. cit.* p. 56). Para Frege (apud Pêcheux, *op. cit.*, p. 76), Husserl embaça a diferença entre conceito (pensamento) e representação, de tal forma que o subjetivo toma a aparência do objetivo. Esse ponto de vista de Frege o aproxima da tese do materialismo a que Pêcheux vem tentando chegar, desde o início de seu encaminhamento da questão.

Ao preço de rebater o plano das contingências sobre o plano das determinações através do grande operador “como se” (*op. cit.*, p. 68), as disciplinas científicas, ciências da natureza, ciências “duras” passam a ter a primazia sobre as ciências sociais, ciências historicamente constituídas. Pêcheux argumenta que essas teorias são feitas exatamente para isso, ou seja, são assim construídas não como efeito da vontade soberana de alguém, mas sim como plena realização do ideológico.

As teorias empiricistas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existências das disciplinas científicas historicamente construídas, em proveito de uma teoria universal das idéias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empiricista de um procedimento administrativos aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos. (Pêcheux, 1988, [1975], p. 72, grifo nosso).

²⁰ MACHADO, Alexandre N. *Frege, Psicologismo e o Problema da Linguagem Privada*, acesso em 18/05/2009 em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/34/31>.

A ideologia, então, é este efeito de naturalização, ou seja, é o apagamento da historicidade em prol de uma teoria universal das idéias. Este ideológico constitui a categoria filosófica “*processo sem sujeito*”. Pêcheux cita Althusser explicitamente (ALTHUSSER, 1978, p. 66-67) ao referir-se à forma-sujeito como sendo “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. A forma-sujeito, portanto, é um conceito abstrato que explica o “*processo sem sujeito*”, determinado pelas relações de produção, ou em outras palavras, é a forma-sujeito quem faz a história e não os indivíduos agentes.

Em sua construção de uma teoria materialista dos processos semânticos, Pêcheux elabora alguns conceitos fundamentais. Alguns desses conceitos são reterritorializados com base em outros saberes. Entre eles, o conceito de *formação discursiva*, formulado inicialmente por Foucault (1996 [1970]), para quem *discurso* é o conjunto de enunciados que provém do mesmo sistema de *Formações Discursivas*. Observaremos um pouco mais a proposta de Foucault para depois retornarmos a Pêcheux. O enunciado está para o discurso assim como a frase está para o texto. Esses enunciados mantêm entre si relação de regularidade e coexistem através de uma lei que os organiza numa *formação discursiva* (FD):

“sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” (Foucault, 1997 [1969]).

Para Foucault (1997, [1969]) as FDs organizam os saberes e sua formulação. Na sua reterritorialização do conceito de FD de Foucault, voltado para a questão dos saber e poder, Pêcheux concebe as FDs constituídas pela luta de classes:

a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito. (Pêcheux e Fuchs, 1990, p.166).

As FDs integram um conjunto complexo de atitudes e representações que se relacionam mais ou mesmo indiretamente a posições de classes em conflito, umas em relação às outras (Pêcheux, 1988, [1975])

o fato de que as relações de produção são relações entre “homens” no *sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultânea e sub-repticiamente, uma certa idéia de “o homem”, negação da negação, etc. (Pêcheux, 1988, [1975], p.152)

Re-territorializando conceitos na esteira de Althusser, Pêcheux (1988, [1975]) retoma o conceito ‘interpelação’, que constitui o sujeito enfatizando o fato de que se trata da constituição mesma do sujeito. Em outras palavras, seria inapropriado afirmar que “o sujeito é interpelado pela Ideologia” porque para ser interpelado, o sujeito já teria sido constituído. Nas palavras de Pêcheux, “— daí não se dizer: “O sujeito é interpelado pela Ideologia.” (*op. cit.* p. 154). A existência do sujeito antes da operação a que estaria submetido pela interpelação não está de acordo com sua tese materialista sobre o sujeito. De outra forma, estaríamos tratando ainda de um sujeito idealista, idéia contrária a toda a argumentação pechetiana. Ao usar o termo sujeito, Pêcheux o define com características próprias distinguindo-o de outros usos e aplicações em outras visões teóricas.

Esses são os pressupostos teóricos que nos autorizam a buscar a ideologia constitutiva da posição do tradutor.

Resultado da relação com a linguagem e a história, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O **sujeito é constituído a partir relação com o outro**, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. (LEANDRO FERREIRA, 2005).

Como afirma Leandro Ferreira (2005), o sujeito estabelece uma relação ativa no interior de uma dada FD, sendo por ela determinado e afetando-a em sua prática discursiva. A incompletude é uma propriedade da língua e a divisão é propriedade

do sujeito. A afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de buscar identificações que possam proporcionar um efeito pragmático de normalidade, ou, conforme explica Pêcheux “... uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (2002 [1983], p.33).

O sujeito também é clivado pelo inconsciente, ou seja, o *inconsciente* o constitui e se manifesta na materialidade das formulações. O sujeito do inconsciente, trabalhado em psicanálise, é suposto pela AD. O sujeito do discurso, portanto, é afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. A posição-sujeito está relacionada aos lugares sociais e às imagens que os sujeitos projetam para esses lugares. Essas não são imagens de traços sociais empíricos; constituem-se a partir do funcionamento discursivo e da conseqüente posição do sujeito do discurso mediante as formações imaginárias. Essas projeções ficam materializadas nos discursos. Retomaremos a noção de posição-sujeito no capítulo 3 desta tese.

2.2.3. O jogo discursivo da tradução

Procurando compreender mais de perto o processo da tradução, partindo da reflexão discursiva, transcrevemos abaixo o ponto de vista de Authier-Revuz (1998), no qual a autora se vale da tradução para explicitar o processo de traduzir o discurso científico em discurso de divulgação científica. Interessa-nos aqui, o raciocínio utilizado pela autora ao se referir à tradução:

Uma operação de tradução visa fornecer um texto D2, sendo que a tradução-produto substitui o texto D1 como equivalente. Seu trabalho de reformulação pode se manter implícito a ponto de se poder ignorar que D2 resulta de uma tradução. Se ele é explicitado, é fora do corpo mesmo de D2, através de uma menção “traduzido de... por...”; de um prefácio em que se diz sobre o “como” e os “acazos” da operação; podem-se ver também as “notas do tradutor” que, por constituírem a manifestação mais indiscreta do trabalho de reformulação, não ocupam mais do que a margem do texto. E é bem sobre este, entre outros caracteres de não-explicitação da reformulação, que **se apóiam os mitos e idéias teimosos de apagamento do tradutor e de transparência de D2 em relação ao original D1; engodo contra os quais, entretanto, os trabalhos sobre a tradução devem reafirma seu caráter de “renúncia específica de um sujeito histórico”, reafirma os parâmetros determinantes da produção de D2, os fenômenos de interferência recuperáveis de D2...** (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 109, grifos nossos).

Assim, para Authier-Revuz (*op. cit.*), uma notável diferença entre o discurso de divulgação científica (D.C.) e o discurso da tradução reside na explicitação da reformulação do D2, no primeiro caso, contra a sua ocultação no segundo caso.

A essa diferença, acrescentaríamos que a tradução é uma prática mais abrangente que a divulgação científica, incluindo textos literários em prosa e em verso, dramaturgia, textos religiosos, místicos, sagrados, — textos sensíveis — produção técnica, variando de manuais a tabelas, instruções e outros, produção científica, incluindo livros, ensaios, artigos, relatórios *etc.*, passando pelas artes de maneira geral, política, jornalismo, direito, marketing, comunicação, diplomacia, entre tantos outros campos de atividade. Talvez fosse até mesmo mais apropriado questionarmos o que NÃO é tradução em nosso redor²¹. Surpreendentemente, porém, é o silenciamento a respeito desse fato, isto é, a naturalidade com que se encara a tradução no dia a dia, ou seja, a ocultação a que refere Authier-Revuz na citação acima.

A questão da heterogeneidade proposta por Authier-Revuz também é abordada por Mittmann (1999), segundo a qual o tradutor trabalha com uma imagem do texto original. A autora toma a tradução como um processo discursivo no qual há um lugar social ocupado pela função tradutor. Essa função tradutor, como sujeito de qualquer discurso, ocupa várias posições sujeito. Semelhante à função autor, regulatória da organização do texto como unidade discursiva, responsável pela ilusória unicidade do texto, a função tradutor administra diferentes vozes que vão do Outro²² aos outros e outros mais, ainda. Esse Outro é uma heterogeneidade constitutiva, inescapável. O outro é o texto original, ou, melhor dizendo, o que o tradutor imagina ser o texto original, e as outras vozes que constituem o texto original, também imaginadas pelo tradutor, mais a sua própria voz. Além dessa heterogeneidade constitutiva, segundo Mittmann (*op. cit.*), há a heterogeneidade marcada, que mais se destaca nas notas e explicações de rodapé. Para a autora, a função tradutor é a administração dessas posições sujeitos e diferentes vozes ao longo do processo de tradução (*op. cit.*).

²¹ Tema de palestra de BARBOSA, Heloisa G., Comunicação intercultural, palestra proferida no I Encontro Internacional e Nacional “5ª Habilidade: Tradução e Ensino”, no Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, de 17 a 19 de outubro de 2007.

²² O Outro grafado com O maiúsculo é o Interdiscurso, que “corresponde ao isso-fala, o sentido já-lá”. (ORLANDI, 1990, p. 39).

No exemplo dado no item 2.2.1 (p. 32 deste trabalho), argumentávamos que os sentidos de ‘racism’ e ‘racist’ eram diferentes dos sentidos evocados por ‘racismo’ e ‘racista’, em português brasileiro. Se nos situamos no ponto de vista de Mittmann, em sua função tradutor, o profissional parte do outro, no caso, o que imagina ser o texto original, e seu processo de tradução o remete ao Outro (interdiscurso) e a FDs de historicidade do português brasileiro, provocando efeitos também outros. Aqui, vale salientar que estamos tratando da heterogeneidade discursiva, conforme postula Orlandi (1990), ao compará-la a heterogeneidade enunciativa. Authier-Revuz estaria tomando a heterogeneidade enunciativa ao nível da formulação, ao passo que Orlandi propõe que se tome essa heterogeneidade a partir da ‘constituição’ do sentido, ou seja, com a historicidade do discurso no sentido lato (interdiscurso) (ORLANDI, *op. cit.*, p. 40).

Segundo nosso ponto de vista, pode-se pensar a tradução como a reformulação de um Discurso 1 feita através de um processo teatral de encenação, em que o tradutor-ator atualiza as “falas” do texto do dramaturgo.

Tanto o ator como o tradutor “encenam” um Discurso 1 por meio de um Discurso 2. O ator trabalha arduamente para trazer ao palco e recriar uma situação através das falas, expressão corporal, ambiente físico em torno de uma personagem, enredo de uma história e tudo o mais que compõe o ato teatral. O tradutor também trabalha arduamente para trazer o Discurso 1 ao Discurso 2, mediante materialidade lingüística diferente, universo cultural distinto, e condições de produção outras. A grande diferença entre um e outro é que o trabalho do ator depende inteiramente da exibição de sua realidade física, do controle de seu corpo, da potência de sua voz. Já o do tradutor depende inteiramente de sua maestria na língua estrangeira, no seu conhecimento das diversidades culturais, no seu talento para a ocultação de sua própria voz. Além disso, se a encenação teatral é legitimamente reconhecida como encenação, a tradução se alimenta do mito de interpretação única e fiel ao texto original de que fala Authier-Revuz (*op. cit.*). Mito este que se alimenta da noção de língua tal como circula não só nas escolas brasileiras, mas em larga faixa de produções da mídia e da indústria cultural.

A metáfora do tradutor-ator é mencionada por Venuti (1995) ao apresentar a opinião de importante tradutor americano, Williard Trask. Venuti (*op. cit.*, p. 7) destaca os conceitos criados por Trask, a saber, “authoring” e “translating”,

(traduzidos por nós como “autoria” e “tradução”). Ao comentar a opinião do tradutor, Venuti complementa:

Translators are very much aware that any sense of authorial presence in a translation is an illusion, an effect of transparent discourse, comparable to a “stunt”, but they nonetheless assert that they participate in a “psychological” relationship with the author in which they repress their own “personality”. (Venuti, 1995, p. 7)²³

Venuti retoma essa questão quando discute direitos autorais do tradutor. Acreditamos que a relação entre o tradutor invisível e sua remuneração reflete-se aí como efeito ideológico de sua invisibilidade. Discutiremos mais essa questão no capítulo 4.

O foco do trabalho de Authier-Revuz (*op. cit.*) é o DDC (discurso de divulgação científica) e não o discurso da tradução, mas mesmo assim depreendemos da citação acima que o D2 da tradução, segundo a autora, “não demonstra os bastidores da exploração” e se revela sim, através das “notas de tradutor” (heterogeneidade mostrada e marcada), “da renúncia específica de um sujeito histórico” (ilusão do sujeito da tradução), de “fenômenos de interferência” (heterogeneidade constitutiva). Concordamos com a afirmação de Authier-Revuz (*op. cit.*) no que diz respeito às notas de tradutor, notas de rodapé, escritos das margens da tradução, quando o tradutor se mostra de forma legítima. Já nos “fenômenos de interferência”, e “renúncia específica de um sujeito histórico”, a explicitação do tradutor é de natureza discursiva, portanto, ideológica, indesejável ou ilegítima. Em outras palavras, é como se fosse possível acreditar que um tradutor possa renunciar à sua própria historicidade. Isso é impossível. É um efeito ideológico oriundo das crenças a respeito das línguas, derivado do pressuposto de que não há historicidade na língua. É como se houvesse um jogo no qual o tradutor conquista mais pontos à medida que se apaga como sujeito autor do texto traduzido. Ao mesmo tempo, para consolidar a conquista de seus pontos, ele tem que ser o mais perfeito dos sujeitos leitores do texto original. É um jogo paradoxal: é impossível existir um processo que implique a impossível “renúncia específica de um sujeito histórico”.

²³ “Os tradutores têm muita consciência de que qualquer sentido de presença autoral em tradução é uma ilusão, um efeito de discurso transparente, comparável a um “truque”, mas mesmo assim afirmam que participam de uma relação “psicológica” com o autor na qual reprimem a própria “personalidade”. (tradução nossa).

Por outro lado, o ato de tradução parece ser em si uma grande metáfora da própria situação da língua e do discurso. A heterogeneidade discursiva é constituinte da própria língua; a posição sujeito é sempre instável e contraditória; e a presença do outro em si mesmo representa o inconsciente. Estes três furos — da língua, da ideologia, da psicanálise — constituem o nó borromeano (FERREIRA, 2005). A posição-sujeito tradutor tangencia a cada instante a alteridade lingüística e discursiva, procurando estabilizar sentidos, na ilusão de que está renunciando à autoria do texto, seguindo, paradoxalmente a organização do texto na língua de chegada.

2.3. Metodologia e Delimitação da Pesquisa

O material empírico de que dispomos para nosso trabalho compõe-se dos textos que constituem o *corpus empírico*, a saber:

i) conversa virtual *sobre* tradução em lista de tradutores: conversa desenvolvida através de uma série de mensagens trocadas por vários participantes em lista virtual freqüentada por tradutores, em agosto de 2004, numa comunidade denominada tradutores.com.

ii) prefácios de livros *sobre* tradução: um desses livros é a *Arte de Traduzir* de Brenno Silveira, com prefácios de Lourenço Filho (na primeira edição, em 1954), e de Tatiana Belinky (na edição de 2004); o outro livro é *A tradução Vivida*, de Paulo Rónai, lançado em 1975.

iii) documentos que institucionalizam a tradução no Brasil: ata de fundação da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores), ata de fundação da ABRATES-RJ (Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro), ata de fundação do SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores), *Recommandation de Nairóbi*, e *La Charte du traducter*.

Tomamos tomando aqui o conceito de texto tal como explicitado por Orlandi (2006), ou seja, como unidade imaginária de sentidos, construído por um sujeito preenchendo uma função-autor, sem perder de vista que o autor está para o texto assim como o sujeito está para o discurso.

Alguns dos conceitos mobilizados ao longo de nossas análise são: recorte, seqüência discursiva, paráfrase e polissemia.

O recorte - conforme já mencionamos em nota de rodapé no início deste trabalho - é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem — e — situação (ORLANDI, 1984, p. 14). É um conceito fundamental para a AD porque se diferencia dos segmentos, unidade da lingüística constituída por frases ou sintagmas associados de forma linear em unidades hierárquicas. O recorte é um processo que procura destacar uma unidade de sentido enfocada pelo analista, ou melhor dizendo, uma unidade de sentido que se relaciona com as questões ou perguntas do dispositivo analítico escolhido pelo analista.

O resultado desses recortes constituem então um *corpus* discursivo no qual o analista se debruça, investigando o processo de produção de sentidos em sua relação com a historicidade, procurando compreendê-los dentro do dispositivo teórico da AD. Chega-se a este *corpus* discursivo através do processo de recortes que apresentamos como seqüências discursivas.

Os conceitos de paráfrase e polissemia também são apresentados no artigo de Orlandi, *Segmentar ou Recortar*, (1984). Nesse trabalho o enfoque da autora, nos parece, é introduzir vários conceitos de AD em contraste com conceitos de pragmática (tópico, comentário) e de gramática (sujeito, predicado). É um texto sobre fundamentos e, entre eles, estão a paráfrase e a polissemia. O primeiro deles é um modo de funcionamento discursivo pelo qual procura-se manter o sentido igual sob diferentes formas; o segundo é o processo de instauração da multiplicidade de sentidos (*op. cit.*, p. 11). É importante ressaltar que paráfrase e polissemia não representam funcionamentos discursivos estanques, ao contrário, são fluidos, ou seja, apontam para processos de produção de sentidos cujas fronteiras estão sempre em jogo (ORLANDI, 1998). A análise de paráfrases, deslizos (efeitos metafóricos), metáfora, lapsos de escrita, silêncio, silenciamento, entre outros processos discursivos, constitui instrumento para que o analista compreenda “as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 1999, p. 80).

As SDs resultantes dos recortes feitos a partir das perguntas relacionadas à *tradução-fidelidade e língua materna, língua estrangeira* constituem o corpus discursivo. Ao ler o *corpus empírico*, tratamos de fazer recortes para construir o nosso *corpus discursivo*.

O *discurso*, por sua vez, é uma construção teórica, à qual pretende chegar o analista. Para tal é necessário que construa um dispositivo analítico constituído de recortes. Segundo Orlandi,

Todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. (ORLANDI, 2002, p.62).

Assim, como já foi mencionado anteriormente, o recorte é o resultado da relação entre a pergunta básica do analista e o material da análise. Indo mais além, os recortes “indicam características dos processos de significação” (Orlandi, 2003, p.11) e podem suscitar outros recortes como objeto de observação dos processos discursivos. O analista faz uso do dispositivo teórico, o repertório teórico de conceitos básicos da AD. O trabalho do analista do discurso é um contínuo entretecer entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico, criado por cada analista para sua análise. Orlandi (2002) descreve três etapas do analista em relação a seu material de investigação. Sobre a primeira etapa:

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície lingüística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto lingüisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas. (ORLANDI, 2002, p. 66)

Sobre a segunda etapa:

Começamos por observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetido à análise. A partir desse momento estamos em condição de desenvolver a análise, a partir dos vestígios que aí vamos encontrando, podendo ir mais longe, na procura do que chamamos processo discursivo. (ORLANDI, 2002, p. 67)

Sobre a terceira etapa:

Nessa nova passagem, agora do objeto para o processo discursivo, passamos ao mesmo tempo do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer. (ORLANDI, 2002, p. 67)

Dessa forma, através dessas etapas, ou seja, passando da de-superficialização enunciativa do corpus empírico, o analista faz seus recortes e observa-os, valendo-se de paráfrases, deslocamentos, e outros recursos construídos por seu dispositivo analítico em busca de compreensão dos sentidos naturalizados. Em constantes idas e vindas de seu dispositivo analítico ao corpo teórico da AD, ele pretende chegar a seu objeto discursivo, às FDs e às formações ideológicas.

Após a constituição do *corpus empírico* organizado em nossa pesquisa com base nas seqüências colhidas, partimos para a elaboração de um dispositivo analítico que nos aproxime da questão que pretendemos investigar. Ao trabalhar com os recortes, ou seja, ao assumir uma atitude investigativa a respeito de um determinado aspecto de sentido que responda a uma questão, constrói-se um dispositivo analítico que resulta no *corpus discursivo*.

Deste *corpus* discursivo selecionamos as seqüências discursivas (SD) que foram objeto de análise. Como metodologia de trabalho, em diversos momentos da análise, fizemos paráfrases das SDs, trabalhando de forma semelhante a Orlandi em sua análise da SD “Vote sem medo”, inscrita em letras brancas em faixa negra exposta à entrada da universidade em época de eleições no campus (ORLANDI, 2007, pp. 28-29). Orlandi trabalha com os deslizamentos de sentido que vão de “sem medo” a “com coragem”, indicando que esses deslizamentos remetem a outras FDs, ao que se “pode”, “deve” ou não dizer. Em outros momentos da análise, trabalhamos com metáforas, lapsos de escrita, atos falhos, silêncio local, com o modo de organização do texto (como unidade do discurso), buscando sempre compreender como a materialidade lingüística poderia nos indicar a existência de discurso(s) sobre a tradução, numa tentativa de investigar a constituição de forma brasileira de pensar a tradução. Fundamentada teórico-metodologicamente na AD, acreditamos que nossa pesquisa se insere na área de história das idéias lingüísticas, uma vez que trabalhamos não apenas com a historicidade dos contatos multilíngües no Brasil, mas sobretudo com a forma pela qual tais contatos vêm se estabelecendo, reverberando, silenciando, e deslizando sentidos.

2.3.1. A escolha dos *corpora*

Nossa pesquisa parte inicialmente da análise de textos constituídos por uma conversa virtual em sítio freqüentado por tradutores. Atualmente, boa parte dos tradutores convive virtualmente em grandes comunidades. A conversa virtual que compõe nosso *corpus* aconteceu em agosto de 2004, entre membros de uma comunidade conhecida como “tradutores”, hospedada no sítio do *yahoo*. Dela fazem parte cerca de 1000 tradutores de várias regiões do Brasil, alguns residentes fora do país.

Esses profissionais se comunicam através de uma lista denominada “tradutores.com”, cujos participantes se propõem a ajudar os colegas nas questões relativas à terminologia, e a fornecer informações gerais sobre o mundo da tradução, ou seja, divulgar cursos, alertar contra os maus pagadores, anunciar os últimos recursos da informática para a tradução, páginas virtuais interessantes, entre vários outros assuntos. É uma lista aberta. Portanto, qualquer pessoa pode se inscrever e passar a receber todas as mensagens enviadas. O ponto em comum é o interesse de todos por algum aspecto ligado à tradução. E não há qualquer tipo de hierarquia formalizada. Como já dissemos, os moderadores oficiais da lista nunca proíbem, regulam, determinam, expulsam ou aceitam participantes, tampouco interferem para interromper brigas, fazer calar os que usam linguagem considerada indesejável, palavras de baixo calão *etc.* Disso resulta que alguns participantes acabam por exercer um patrulhamento natural, coibindo o que consideram abusos de linguagem ou comportamentos que fogem às regras da *netiquette*. Há tradutores que respondem às dúvidas com mais freqüência e de maneira mais precisa, tanto numa determinada área quanto nas várias áreas da tradução. Outros, porém, sempre perguntam e quase nunca respondem às questões. Há os que freqüentam e se mantêm na lista há muito tempo, mas certamente há também alguns que nela permanecem o tempo suficiente para obter uma ou outra resposta específica, desaparecendo em seguida. Eventualmente, ocorrem desavenças e discussões. Contudo, na maioria das vezes, há agradecimentos pela ajuda recebida e bastante solidariedade frente aos problemas comuns. A lista “tradutores.com” tem a dinâmica própria das comunidades virtuais, ou seja, é muito ágil e abrange muita gente, uma das razões de ser um local privilegiado de investigação para nossa análise.

Nosso *corpus empírico*, como já dissemos, é constituído também por outros tipos de texto, a saber, prefácios, tais como os prefácios de Lourenço Filho (1954) e de Tatiana Belinky (2004) para o livro de Brenno Silveira, *A Arte de Traduzir*; o de Aurélio Buarque de Holanda publicado no livro de Paulo Rónai, *A Tradução vivida*, lançado em 1975. Ademais, analisamos as atas de fundação da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores), da ABRATES-RJ (Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro) e do SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores). A escolha do *corpus empírico* de diferentes lugares, com diferentes condições de produção, foi feita em função da dispersão, característica do discurso. Os textos escolhidos são de períodos históricos incluídos na segunda metade do século XX, e nossa pesquisa é voltada para o *discurso sobre* a tradução. A variável cronológica também pode ser vista como fator de dispersão. Em outras palavras, procura-se chegar a um *discurso sobre* a tradução disperso em sua historicidade e no espaço social em que circula.

3. A POSIÇÃO-SUJEITO TRADUTOR BRASILEIRO

O sentido do termo “sujeito” é de tal forma naturalizado em nossa prática discursiva que dificilmente o associamos a outros termos morfológicamente próximos. Esses outros termos são: “sujeitar” e uma série de outras associações parafrásticas, tais como “subjugar, submeter” ou ainda “súdito, submisso”.

Aprendemos da etimologia que, em português, o termo é datado de 1392 (FERREIRA, *Novo Dicionário Aurélio - Século XXI*, 1999). Em francês,

o termo “sujeito” significando no início “que é subordinado”, toma a partir do século XVI, o sentido de matéria, causa, motivo” e, enfim, de “pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões”... (BLOCH e WARTBURG, *apud* HAROCHE, 1992, p. 158)²⁴

O sentido de “submissão” parece dissociado do sentido corriqueiro e atual do termo “sujeito”, paráfrase de “pessoa, indivíduo, criatura”, mas, ao depararmos-nos com sua etimologia, não podemos deixar de adivinhar um possível discurso filosófico anterior, no qual o “sujeito” tinha o sentido de “sujeito a Deus”, “sujeito à natureza”, “sujeito a”. Essas especulações sobre os sentidos do termo “sujeito” são interessantes à medida que tangenciam a compreensão do conceito “sujeito” tanto fora como dentro do arcabouço teórico da AD.

O conceito de “sujeito” tradutor, que estamos procurando elaborar neste trabalho, está imbricado no conceito de sujeito em A.D. Dessa forma, parece-nos interessante fazer uma breve passagem sobre os sentidos de “sujeito” e seus compostos “sujeito-tradutor” *etc.*

3.1. Sujeito Cartesiano

Nas formulações da Lingüística de Saussure e de Chomsky, a premissa de partida é que o sujeito é centrado, consciente de seus atos e intenções —, denominado *sujeito cartesiano*. Este sujeito, também conhecido como *sujeito da ciência*, do *cogito* cartesiano, foi moldado com base na filosofia de René Descartes,

²⁴ A citação que reproduzimos menciona *sujeito* em português, mas a referência deveria ser ao termo francês *sujet* visto que se trata de etimologia da língua francesa e não á da língua portuguesa.

no século XVII. De acordo com um ponto de vista contemporâneo, poderíamos dizer que esse sujeito da ciência se filia a uma ideologia da supressão da subjetividade, uma vez que a *res extensa* (mundo, realidade, inclusive o próprio corpo) só pode ser entendida a partir da *res cogitans* (razão, consciência), mediante um método que privilegie leis gerais e universais. A matemática é a forma mais apurada para este método, pois lida com relações universais sem perscrutar particularidades ou singularidades. Surge o "ideal de ciência", sobre o modelo da Física Clássica. (RODRIGUES, 2005).

Em sua teorização a respeito da lingüística, no início do século XX, Saussure pretendeu adotar um modelo de ciência que se aproximasse das ciências exatas. Estabeleceu a relação significado / significante, denominada SIGNO, e postulou que entre o significante e o significado havia uma relação de arbitrariedade (oposta a iconicidade). Mais tarde, essa arbitrariedade foi contestada por alguns (a relação de iconicidade é possível), sendo, portanto reinterpretada como uma relação de convenção. Todavia, tanto na relação de arbitrariedade quanto na de convenção pressupõe-se um sujeito que assiste a esse processo sem participação nenhuma, como se tivesse assegurada sua essência. Do ponto de vista lingüístico saussuriano, há uma garantia automática de que a língua sistêmica tem ali uma morada ideal.

De um ponto de vista materialista (Pêcheux, 1988 [1975]), no entanto, podemos dizer que essa naturalização do sujeito como essência é efeito de Ideologia²⁵, que o faz tomar posição na FD determinando-o como se fosse um pano de fundo.

O conceito ideológico elementar formulado por Althusser desempenha papel importante na elaboração da AD. O sujeito, segundo Althusser é uma "evidência" (ALTHUSSER, 1985 [1969]). Essa evidência, esse sentido que se toma como indiscutível resulta do efeito ideológico elementar. Nas palavras do autor:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra "designa uma coisa" ou "possua um significado" (portanto inclusive as evidências da "transparência" da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeito — e até aí que não há problema — é

²⁵ A palavra Ideologia, com inicial maiúscula, é o conceito usado por Pêcheux para designar "toda ideologia", ou seja, "a determinação do termo 'Ideologia' funciona 'em geral', como se disséssemos 'só há raiz quadrada de número positivo', entendendo que por isso que toda raiz quadrada é a raiz de um número positivo" (1988 [1975], p. 149).

um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985 [1969], P. 94)

Esse efeito ideológico elementar, portanto, é o resultado do que Althusser denomina “interpelação” (*op. cit.*, p. 96). É um dos conceitos chave da teoria pecheutiana e, sem dúvida, um marco divisor entre a AD e a lingüística. O sentido e o sujeito não são dados, não são possíveis fora da interpelação ideológica.

3.2. Forma-Sujeito

Compreender os conceitos de ideologia, sujeito e discurso em AD é uma tarefa que exige sempre uma perspectiva integrada, uma vez que a explicação de cada um dos conceitos depende do que se entende pelo outro e assim sucessivamente. Cada um dos conceitos da AD é imbricado em outro.

O indivíduo torna-se sujeito ao inscrever-se na língua que fala. A realidade de seu mundo não é um dado natural segundo a teoria materialista que norteia a AD. O próprio sentido do olhar já é um ato perpassado pela ideologia que constitui o sujeito. Nas palavras de Pêcheux:

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos ‘rituais’ ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*. (PÊCHEUX, 1988 [1975], pp.153-154, grifos do autor)

Dessa passagem depreende-se que a *interpelação*, como já dissemos acima, é o modo pelo qual a *constituição do sentido* está imbricada na *constituição do sujeito*. Não há sujeito sem ideologia, nem ideologia sem sujeito. Assim sendo, dentro dessa visão materialista, não há alguma “essência” ou “transcendência” na constituição do sujeito, mas sim o resultado de processo ideológico. O sentido, por sua vez, está nas FDs que o abrigam e não nas palavras em si, nem tampouco na realidade.

Desse modo, sendo o sujeito necessariamente *sujeito a* uma instância que está fora e dentro dele a um só tempo, vem à luz o conceito de forma-sujeito ou forma-sujeito histórica. Pêcheux introduz esse conceito na AD pautado em Althusser:

A expressão “forma-sujeito” é introduzida por L. Althusser (“Resposta a John Lewis”, *op. cit.*, p. 67): “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. (PÊCHEUX, 1988 [1975], nota 31, p. 183, grifos do autor)

O sujeito é constituído pela interpelação que sofre da ideologia, e este processo é organizado pela FD. Ou seja, a FD é o modo de materialização da ideologia que se organiza dentro do espaço do interdiscurso. Segundo esse conceito, a FD é organizada por uma forma-sujeito, ou forma-sujeito histórica, que administra e organiza várias posições-sujeito dentro de uma mesma FD. Existem desdobramentos na relação entre esses dois sujeitos: forma-sujeito, sujeito universal e o que ele denomina de “sujeito da enunciação”, o sujeito que “toma posição”. Esses desdobramentos podem ser de diferentes modalidades (*op. cit.*, p. 214).

Pêcheux menciona o “bom sujeito” e o descreve como:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livremente consentido*”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito. (Pêcheux, 1988 [1975], p.215, grifos do autor)

Também discorre sobre o “mau sujeito”:

A *segunda modalidade* caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (Pêcheux, 1988 [1975], p.215, grifos do autor)

Além dessas modalidades de identificação (bom sujeito) e contra-identificação (mau sujeito), Pêcheux (*op. cit.*) ainda menciona uma terceira modalidade (desidentificação) que descreve como

o funcionamento dessa “terceira modalidade” constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”*. (Pêcheux, 1988 [1975], p.217, grifos do autor).

Assim teorizado pela AD, esse sujeito, também é afetado por dois esquecimentos, ou ilusões. É na interpelação em sujeito que se organiza sua relação com o imaginário e na sua estruturação e nos seus processos de identificação que se compreende sua inscrição no simbólico. Segundo Indursky:

Processos discursivos assim concebidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a ***ilusão discursiva*** não apenas **de ser a fonte do sentido** (ilusão-esquecimento nº 1), mas também **de ter domínio daquilo que diz**, de ser o mestre absoluto de seu processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento nº 2). (INDURSKY 1997, p.32, grifos nossos)

Na ilusão discursiva nº 1 o sujeito não percebe a relação que mantém com a ideologia que o assujeita. É um processo inconsciente. A ilusão nº 2 está relacionada aos processos enunciativos do sujeito, criando-lhe a ilusão de que o que tem a dizer só pode ser dito através do encadeamento sintático feito por ele no intradiscurso que usa.

A contribuição da psicanálise, com sua noção de sujeito clivado pelo inconsciente, é parte do lugar de entremeio que ocupa a AD. Esse aporte teórico talvez a diferencie de forma definitiva de muitas outras disciplinas também voltadas para a língua e para o social.

3.3. Posição-Sujeito Tradutor

O sujeito do discurso, por sua vez, toma posições dentro da FD que o abriga. A relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito estabelece uma posição-sujeito. Como já dissemos, uma mesma FD pode abrigar posições-sujeito antagônicas que se relacionam de muitas formas diferentes. Essas posições-sujeito podem estar atreladas à mesma FD e a outras FDs, num complexo emaranhado

constituído por formações ideológicas. As FDs correspondem na materialidade da língua às formações ideológicas: nelas dá-se o ponto de articulação entre as formações ideológicas e a língua. A FD é constituída por aquilo “que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1988 [1975], p.160). É nosso interesse articular o modo como Pêcheux define formação discursiva com a maneira foucaultiana de trabalhar as FDs, ou seja, é nosso interesse tentar mostrar a regularidade de enunciados na dispersão do discurso.

Trabalhando na dispersão do *corpus* empírico, procuramos identificar posições-sujeito. E, no desdobramento da análise, localizar as FDs que abrigam os processos discursivos aos quais a posição-sujeito tradutor estaria ancorada. É o que veremos a seguir.

Analisando o texto que traz a conversa de participantes na lista de tradutores, focalizamos nossa atenção no resultado do recorte relacionado a uma das perguntas que constituíam nosso dispositivo analítico, a saber, *tradução e fidelidade*.

A seqüência SD1 abaixo²⁶ lança luz sobre a questão da posição-sujeito e, conseqüentemente, sobre uma formação discursiva correspondente. Destacamos na seqüência SD1 abaixo, inserida no quadro 6:

6
De: D
Muito boa a tua definição, Y !!!!!!!
Realmente outros julgamentos o tradutor não pode supor, apenas traduzir...
É bom aprender com vcs !!!!!!!
D

SD1 - Realmente outros julgamentos o tradutor não pode supor, apenas traduzir...

Procuramos compreender a pausa representada por reticências ao final da seqüência.

²⁶ A conversa está no anexo 1, representada dentro de retângulos numerados na ordem em que se sucederam. Como neste capítulo apresentamos SDs recortadas desse corpus empírico, decidimos manter a representação em retângulos para que o leitor tenha uma idéia mais precisa da localização da ocorrência de cada SD apresentada e discutida dentro da conversa.

Buscamos trabalhar de forma a chegar ao discurso, a partir do texto como material empírico. Se podemos afirmar que o discurso está para a dispersão assim como o texto está para a unicidade, temos também que admitir que entre discurso e texto há tensões, muitas vezes expressas por sinais de pontuação empregados na escrita e outras marcas no texto oral. Segundo Orlandi (2001a):

A pontuação administra — sem eliminar — a falta e o equívoco. Ela não os resolve pragmaticamente, ela os trabalha como necessidade pragmática. Gesto de um sujeito que se situa em um mundo com suas dimensões em que o sentido é carregado de memória e o dizer tem sua extensão, seus segmentos, suas dimensões. (ORLANDI, 2001a, p.116, grifo nosso)

Procuramos assim compreender o leque de efeitos de sentido possíveis através das marcas de reticências em nossa seqüência. Parece-nos representar uma invocação a alguma instância que não está no texto, a algo que está no interdiscurso. Talvez represente a ligação tangível do texto com um já-dito, uma remissão do intradiscurso, da formulação à verticalidade do interdiscurso. Fomos adiante à procura do intangível dessa representação.

Orlandi entende o silêncio fundante (ORLANDI, 2007) como o real da significação²⁷. A autora toma os conceitos de tempo contínuo (em latim *aevum*, como em medievo) e tempo marcado (*tempus* em latim, como em tempo, ritmo, compasso) (*op. cit.*, p.25) para estabelecer um paralelo com o silêncio fundante e a palavra. As palavras (*tempus*) marcam o silêncio (*aevum*) ao inscreverem-se nele. Numa metáfora sonora, o silêncio é como o pano de fundo, a instância em que vão se inscrever as notas musicais. Numa metáfora pictográfica, Orlandi compara o silêncio à cor branca, presença de todas as cores. As palavras são como traços inscritos nessa tela.

Como compreender, então, o silêncio que se manifesta com as reticências na seqüência recortada?

Tomamos esta pausa como uma invocação a um mestre fictício, o mestre tradutor. Nossas pistas são reforçadas pelas seqüências vizinhas a nossa primeira SD:

SD1 -1 - *Muito boa a tua definição, Y !!!!!!!*

²⁷ O conceito *real da significação* (silêncio) é paralelo aos conceitos de *real da língua* (*lalangue*), *real da história* (contradição), *real do inconsciente* (ato falho), (LEANDRO FERREIRA, A trama enfática do sujeito, In *Anais do II Seminários de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre, 2005)

SD1 - *Realmente outros julgamentos o tradutor não pode supor, apenas traduzir...*

SD1+1 - *É bom aprender com vcs !!!!!!*

A pontuação !!!!! em ambos os recortes também mostra incompletude e aponta para algum já-dito. A pausa final na formulação da seqüência discursiva SD1 representa silêncio.

O autor (D) atribui a “definição” de tradução a um participante que não existe (Y). Y não é nenhum dos participantes da conversa (cujos nomes foram representados por letras: A, B, C, D, E, F, G, H e X). X é o participante cuja participação única é a pergunta inicial que provoca todas as respostas ao longo da conversa. Y, portanto, não é nenhum dos participantes efetivamente engajados na troca de idéias. Foi uma alusão a uma participante inexistente, um engano do participante D, apontando para outra pessoa fora do espaço da conversa. A referência a esta outra pessoa (Y) é interessante se considerada como um ato falho do sujeito, uma formulação do seu inconsciente. A formulação resultante do ato falho abre-se para interpretações possíveis. Uma delas seria tomá-la como uma referência à posição-sujeito deste discurso. Qualquer um poderia ter formulado a “definição” de tradução, pois ela é um suposto saber, é aquilo que se pode e deve saber dizer dentro da formação discursiva dada.

Tracemos um breve paralelo. Orlandi (2007) elabora teoricamente o discurso religioso como aquele que funciona com “a onipotência do silêncio divino” (*op. cit.*, p.28). Essa forma de funcionamento do silêncio dentro do discurso religioso é um tanto ou quanto paradoxal, uma vez que o silêncio deixa de ser silêncio e fala em nome de Deus. Dentro do que expõe Orlandi (*op. cit.*), o silêncio é fundante, da ordem do real, e o real não tem voz nem sentido. Atribuir-lhe sentidos já é, em si, discursivizá-lo, atribuir-lhe um sentido.

No nosso exemplo, que não é de discurso religioso, acreditamos, não obstante, que o funcionamento do discurso é comparável. O silêncio assim discursivizado representaria a onipresença de um mestre.

Essa forma de funcionamento do silêncio nos recortes que apresentamos acima nos fez pensar sobre a historicidade de construção do discurso *sobre* a tradução. Acreditamos que essas associações à fidelidade nos reportam à idéia da determinação, conforme apresentada por Claudine Haroche (1992). Segundo esta

autora, a determinação x contingência das gramáticas medievais está imbricada nas questões do sujeito.

Até o século XII, a pedagogia medieval consiste em ler textos. O exercício essencial é a *lectio*. Não se comenta, não se interpreta, não se questiona o texto, a *fortiori* ele ainda não é discutido, em suma, não se procura compreender um objeto desconhecido, pode-se apenas reconhecê-lo pela recitação ou, quando muito, anunciando-o. A *lectio* necessita textos **transparentes, unívocos, perfeitamente “inteligíveis”**, tanto no plano formal como no plano doutrinal, tendo em conta o caráter o mais freqüentemente sagrado do texto. (HAROCHE, 1992, p. 72, grifos nossos).

Ainda no século XII, Abelardo introduz a dialética e avança numa pedagogia que vai da *lectio* a *quaestio* e a *disputatio*. (*op. cit.*). As perguntas (*quaestio*) são, a princípio, questões do leitor e não questionamentos sobre o texto. Esses questionamentos surgem no estágio da *disputatio*, no qual acontecem os debates, as contradições e ambigüidades, acontecimentos esses indesejáveis porque põem em xeque a sacralidade do texto ou a autoridade de seu autor. Quando há disputas é porque os autores não são autores de textos autênticos e sim autores de opiniões. Quando o texto é ambíguo, é porque houve falhas do copista, falhas do tradutor, diferentes níveis de falha de entendimento entre os leitores. Não há como se duvidar da verdade do texto. E, em última instância, cabe ao mestre determinar seu sentido através da *determinatio*.

Haroche cita os meados do século XII como a época em que se originaram as palavras “interpretar” e “interpretação”. Cita também que o termo “intérprete” surgiu no século XIV (*op. cit.*, p. 78). Segundo a autora, a diferença de quase dois séculos para o surgimento da palavra “intérprete” indica que a ‘interpretação’ não era reivindicada como fato pertinente a um indivíduo antes do século XIV. Ao longo dos séculos XIII e XIV, a prática do *disputatio* foi se expandindo num jogo perigoso que suscita reações. Para controlar as polêmicas, são instituídas normas para os debates. Emerge, então, um sujeito submetido a uma determinação institucional pedagógica, uma tentativa de controlar ainda a determinação religiosa. No entanto, ao longo dos séculos seguintes, há uma marcha inexorável do sujeito em direção a uma situação de determinação individual, à medida que a sociedade se transforma. O embate entre o sujeito religioso e sujeito jurídico — mais semelhante ao sujeito moderno — vai materializando-se nas gramáticas e nas discussões sobre elas.

As considerações que estamos fazendo a respeito das pedagogias da Idade Média e seus desdobramentos talvez nos ajudem a compreender esse recorte que fizemos no texto da conversa sobre tradução, transcrito a seguir:

4

De: C

Não A...

Você está acrescentando coisas que o texto não diz. Ser claro não significa incluir idéias próprias e pré-concebidas. Isso pode inclusive destruir a mensagem do original.

O que está dito é: "se podem mentir para nós sobre isso, podem mentir sobre qualquer outra coisa" e pronto.

O que é 'isso', o que é a 'outra coisa' e quem são 'eles' não cabe ao tradutor interpretar.

C

SD2 - Ser claro não significa incluir idéias próprias e pré-concebidas. Isso pode inclusive destruir a mensagem do original.

Este recorte poderia ser parafraseado como:

Ser claro não significa incluir idéias particulares e falsas. Isso pode inclusive destruir a verdade do original.

Ser claro não significa incluir idéias particulares e incorretas. Isso pode inclusive destruir a palavra de Deus.

Ser claro não significa incluir interpretação. Isso pode inclusive destruir a essência do original.

Dessas paráfrases, podemos construir uma relação de comparação, apresentada no quadro que se segue:

SD2	PARÁFRASES DA SD2
idéias próprias e pré-concebidas.	idéias particulares e falsas/ idéias particulares e incorretas / interpretação
a mensagem do original	a verdade do original / a palavra de Deus / a essência do original

A partir das paráfrases chegamos a uma formulação que nos soa como uma voz ecoando os ensinamentos do século XII, conforme apreendemos na citação de Haroche (*op. cit.*), levando-nos à reflexão a respeito da relação entre o leitor e o texto, conforme apresentada (*lectio*).

Os ecos dessa voz antiga, no entanto, certamente trazem também os já-ditos da gramática de Port-Royal (1660) e da polêmica entre jansenistas e jesuítas. Sobre a gramática de Arnauld e Lancelot (1660), tomamos um trecho escrito por Pêcheux:

Nessa perspectiva, *o bom uso da palavra* é o de reconduzir o sujeito às verdades do mundo das essências, a “arte de falar” é constitutivamente uma pedagogia: a *explicação* torna-se *aquilo pelo que se reabsorve o desencontro* entre meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere, isso é, ao nível da gramática, entre o que M. Foucault chama a “língua materna” (ou ao menos a parte da língua materna que é adquirida durante a infância) e a língua a aprender (ou ao menos as regras da língua materna que não são ainda nem utilizadas nem compreendidas). (grifos do autor) (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 45).

Ao ler a citação de Pêcheux, não podemos deixar de conjecturar as circunstâncias que traçavam os contornos das línguas nos primeiros séculos no Brasil. Durante toda a Idade Média, houve na França mudanças políticas no sentido da nacionalização e a questão da língua acompanhou essas mudanças junto com a constituição do próprio sujeito, a princípio submisso a um poder real, movendo-se em direção a um estado burguês, tal como foi implantado pela Revolução Francesa.

Aprendemos com Haroche (*op. cit.*) que, na França, em vários momentos a língua resultava de disputas com os patoás, geradores de equívocos, da institucionalização da linguagem jurídica do poder real em oposição ao poder religioso, dos conflitos entre a língua da Bíblia em latim e a incapacidade que muitos tinham de compreendê-lo. Neste universo de controvérsias e contradições, os jansenistas e os jesuítas querelavam a respeito do sujeito e sua autonomia em relação ao poder real e à religião.

Em termos políticos, os jansenistas protegiam-se da expansão do poder real, defendendo “a autonomia do indivíduo e direito de consciência” (*op. cit.*, p. 90). Quanto aos postulados dos jansenistas, havia duas questões aparentemente contraditórias: por um lado defendiam uma parcial obscuridade do discurso que indica “a submissão ao hermetismo desejado por Deus” (*op. cit.* p. 93); por outro

lado admitiam um sujeito que interpreta e pensa, naturalmente dirigido por um plano divino determinado.

Se os jansenistas tomam a ambigüidade como uma questão teológica, os jesuítas, por sua vez, a combatem inteiramente não negando sua existência, mas tratando de evitá-la num trabalho voltado para a forma e para o estilo. Usando a língua como instrumento de pregação da fé em sua prática e ensinamentos não levam em conta a questão do contexto, situação, sujeito, conforme postula a visão jansenista apoiada na gramática de Port-Royal (*op. cit.*).²⁸

Em outras palavras, perguntamo-nos a respeito das práticas de leitura, escrita e tradução das línguas do Brasil colonial, e até que ponto os jesuítas alimentavam-se delas e ao mesmo tempo as nutriam com seus pontos de vista, opostos aos dos jansenistas. Cercados de povos que falavam línguas diversas, ansiosos para cumprir sua missão evangelizadora, os jesuítas lutavam pela catequização dos índios com todas as armas de que dispunham. Entre elas, o ensino de língua geral, de português e o processo de conversão religiosa.

Um ato político jurídico — Diretório dos Índios —, instituído pelo Marquês de Pombal, decretou a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. A respeito disso, lemos em Mariani (2004):

Institucionaliza-se, assim, A língua portuguesa com SUA memória de filiação ao latim. O Diretório busca colocar em silêncio a língua geral e seus falantes, caracterizando a referida língua como uma “invenção diabólica”. Não se fala em um português-brasileiro. Ele ou não existe aos olhos da metrópole, ou, se existe, precisa ser corrigido, melhorado, reformatado de acordo com os moldes gramaticais portugueses. (MARIANI, 2004, p. 33, grifos da autora).

É interessante a denominação “invenção diabólica” para a língua geral. Talvez possamos relacionar essa denominação ao que descrevemos acima como característica dos jesuítas e de seu modo de pensar o falso e o verdadeiro.

Fala por si o silêncio que se segue a respeito da proibição da língua geral e imposição da língua portuguesa no Brasil, ao longo das décadas e séculos que sucedem ao Diretório dos Índios.

Recortamos mais uma vez a seqüência discursiva do quadro 4, (p. 63):

²⁸ Haroche cita Pascal, que critica Sánchez, o autor da teoria dos equívocos. Esta teoria evita a mentira, oferecendo a possibilidade de fazer crer em coisas falsas. Um dos exemplos que Haroche traz de Pascal é alguém dizendo em voz alta “eu juro que não fiz isto”, e prosseguindo em voz baixa “hoje” (PASCAL apud HAROCHE, .(1992, p. 98).

SD2 - Ser claro não significa incluir idéias próprias e pré-concebidas. Isso pode inclusive destruir a mensagem do original.

Podemos agora tentar identificar nela um já-dito, memória de uma tentativa de evitar a ambigüidade de formulação e de estilo. A que senhor serviria? Certamente não mais ao senhor jesuíta, mas nem por isso menos peremptório.

Assim, através do silêncio e do lapso (formulação SD1-1 / SD1 / SD1+1) identificamos um possível mestre, uma posição-sujeito do discurso, e, mediante as paráfrases de SD2, repetições históricas²⁹ (ORLANDI, 1999, p. 54) construímos a hipótese de um provável gesto de tradução imerso em já-ditos (talvez ensinamentos jesuíticos).

Debruçamo-nos mais uma vez sobre a SD1:

SD1 - Realmente outros julgamentos o tradutor não pode supor, apenas traduzir...

Nessa formulação de SD1, também percebemos uma repetição: o tradutor não pode supor / (o tradutor pode) apenas traduzir...

De que maneira analisamos aqui esta repetição, como uma repetição empírica, quase que uma ladainha, ou como uma repetição formal? É outro modo de dizer o mesmo, uma repetição formal, mas funciona como uma ladainha, como uma repetição que não quer deixar esquecer. Essa ladainha, esse modo de falar em forma de oração também nos permite entrever formas de um possível discurso religioso.

3.4. Alguns Aspectos de uma História Discursiva da Tradução

Reconstruímos sucintamente alguns acontecimentos históricos com o objetivo de procurar traçar uma história discursiva da tradução, e, de forma ainda mais relevante, procurar salientar que a historicidade não depende da linha de tempo. Em outras palavras, em nosso *corpus* empírico datado do ano de 2004, somos capazes de identificar um *bom sujeito* (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.215), ou seja, uma posição-

²⁹ Orlandi classifica as repetições como: repetição empírica (mnemônica), repetição formal (um outro modo de dizer o mesmo) e repetição histórica, que é a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso... (ORLANDI, 1999, p.54)

sujeito bem alinhada a uma forma histórica que se vincula a uma formação discursiva religiosa, de autoridade indiscutível. Mas supomos também, a presença de outra posição-sujeito tradutor vinculada a outra FD, que denominamos resistência. Pensar na historicidade, diferentemente da história, é pensar nos modos como os sentidos foram produzidos e circulam através dos tempos. Tal fato nos autoriza a pensar que a forma-sujeito, detectada através de nosso recorte (c.f. 3.3), possivelmente sempre esteve presente, talvez entre outras formas históricas, nos processos de tradução ao longo de todos os períodos históricos, sucintamente descritos nos parágrafos abaixo.

A pergunta que se coloca, pois, é a respeito da historicidade da posição-sujeito e forma-sujeito que mencionamos acima. Sem dúvida, é uma construção apoiada num *já-dito*, no interdiscurso, na memória discursiva. Portanto, como poderíamos começar a pensar a historicidade da tradução no Brasil?

Faremos, neste ponto, um retorno a questões lingüísticas que, do nosso ponto de vista, subjazem à problemática da tradução no Brasil. É inescapável a reflexão sobre a questão do silenciamento a que foram submetidos os índios nos primeiros anos de contato. Vários são os relatos ressaltando o *déficit* lingüístico que existia nas línguas indígenas, refletindo sempre o estado de barbárie em que viviam os habitantes da terra (MARIANI, 2004).

Já em 1502, escrevia Américo Vespúcio:

“Não têm lei nem fé nenhuma, vivem segundo natureza (...) não têm Rei, nem obedecem a ninguém” (Lettera di Amerigo Vespucci a Lorenzo di Piero de’ Medici.in Gasbarro, 1992, p. 124, *apud* POMPA, 2003, p. 43)

Ecos das palavras de Vespúcio encontram-se em passagem de Pero de Magalhães Gândavo:

a lingoa deste gentio toda pella costa he hĩa, careçe de três letras – F – não se acha nella, nē, L, nē, R, cousa digna despanto por q̄ assy não tem fê nē, lei, nē Rei, & desta maneira viuē sem justiça desordenadamente. (GÂNDAVO, História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil, 1576, *apud* MARIANI, 2004, p. 58)

Interessante registrar que às anotações de Vespúcio a respeito do déficit de ordem sócio-cultural, Gândavo acrescenta a falta associada à língua. Aqui, podemos observar o funcionamento de um silenciamento, da ordem do político (ORLANDI,

2007). Além de não terem Fé, nem Lei, nem Rei, Alma também não tinham, pelo menos não para os bandeirantes, que os apresavam como animais. O papa Paulo III, em 1537, na bula *Sublimis Deus* (ORLANDI, 1990, p.139), conferiu-lhes alma, mesmo porque se não a tivessem, não haveria catequese.

Como se sabe, as interações lingüísticas eram, sobretudo, na modalidade oral. As gramatizações das línguas indígenas apontam para um silenciamento político³⁰, representado principalmente pela gramática de José de Anchieta, denominada *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, cuja licença para publicação foi obtida em 1595, tendo sido reeditada sete vezes desde então. A circulação da gramática representa um grande esforço no sentido de catequizar e civilizar os índios de forma mais eficaz. O trabalho com a gramática, catecismos, autos de teatro entre outros textos escritos reflete a mudança de estratégia de evangelização dos jesuítas. Cansados da inconstância dos índios, os clérigos decidem criar as aldeias com estrutura mais fixa e passam a usar os instrumentos didáticos ligados à língua escrita (POMPA, *op. cit.*, p. 61).

Uma das práticas católicas adotadas pelos jesuítas era a confissão. De acordo com a doutrina inaciana, a confissão era uma forma de exame de consciência, que acabava por servir a dois propósitos na vida nas missões: a “adaptação das normas” e “tolerâncias das violações”. Não podemos deixar de acreditar que a criação do conceito “polícia”, instituído pelos jesuítas para melhor controle das atividades evangelizadoras (POMPA, *op. cit.*, p. 69), não tenha se estendido à prática da leitura, da escrita e da tradução. Um mestre conhecedor de duas línguas muito provavelmente atribuía aos aprendizes de catecismos, de leitura e aos eventuais tradutores, quais os sentidos a serem reproduzidos, quais as verdades dos textos religiosos.

A tradução esteve principalmente a serviço da evangelização nos três primeiros séculos de história do Brasil. Porém, se os ventos do Iluminismo e da transformação política já haviam levado embora do Brasil os jesuítas, confiscado suas riquezas materiais e encerrado seus métodos de ensino, provavelmente muito ficou de seus ensinamentos, da ambigüidade que sempre geraram no trato com o gentio, cujas almas desejavam ardentemente salvar, mas cuja cultura nem por isso, deixaram de destruir.

³⁰ Silenciamento não significa que não tenha havido resistência. Muitos dos hábitos dos índios eram aceitos e amalgamados aos rituais cristãos à revelia da vontade dos padres, mas ao mesmo tempo aceito por eles como forma de viabilizar a evangelização (POMPA, *op. cit.*)

Ao final do século XVIII, entra em cena a tradução como resistência, desempenhando um papel de oposição à dominação portuguesa, dentro do movimento político do Iluminismo. Um exemplo de tradução como resistência teria sido o trabalho de Claudio Manoel da Costa ao passar para o português a obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*. Por medo da Inquisição, o autor teria evitado a publicação oficial desse escrito, que teria circulado de forma clandestina (Pereira da Silva, apud ROCHA, 1993) ³¹, provavelmente no Brasil mesmo como combustível ideológico da Conjuração Mineira. Sobre essa mesma tradução, Hirsch (2008) ³² traz um trecho do historiador Joaquim Norberto de Souza e Silva:

Joaquim Norberto, o famoso historiados do século XIX, comenta que Cláudio Manoel da Costa foi o primeiro escritor português a discutir a nova ciência política e que o manuscrito foi apreendido com outro inédito seu e teve o sumiço que o fisco real achou conveniente dar-lhe (Silva, 1911: 68) (HIRSCH, 2008, p.3).

A julgar por ambas as fontes, a tradução de Claudio Manoel da Costa teria tido circulação logo censurada ou teria tido vida curta.

A mesma obra de Adam Smith também teria sido traduzida por Antonio Moraes e Silva, segundo carta dele ao Visconde de Cairu (Pereira da Silva, apud ROCHA, *op. cit.*). Presume-se que essa tradução tenha sido feita na última década do século XVIII, configurando assim uma tradução perigosa para as leis que proibiam a impressão e circulação de livros na colônia, embora não se possa associar Antonio Moraes e Silva a nenhuma heresia ou revolta contra a autoridade lusitana. A obra de Adam Smith no original em inglês, ou talvez traduzida, circulou na colônia, fomentando um iluminismo mineiro. Várias traduções clandestinas de obras européias provavelmente disseminaram na colônia as idéias de liberdade.

Quanto às idéias de Adam Smith no Brasil no início do século XIX, destacamos o seguinte trecho da obra de Holanda:

Nos seus *Estudos do Bem Comum*, publicados a partir de 1819, o futuro Visconde de Cairu propõe-se mostrar aos seus compatriotas, brasileiros ou portugueses, como o fim da economia não é carregar a sociedade de trabalhos mecânicos, braçais e penosos. E pergunta,

³¹ Artigo disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/52-4.pdf>, consultado em 13/11/2008

³² HIRSCH, I. *A tradução e a Inconfidência Mineira*, consultado em www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/12699.PDF?NrOcoSis=41664&CdLinPrg=pt em 27/02/2009.

apoiando-se confusamente numa passagem de Adam Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações, contribui mais, e em que grau, a *quantidade de trabalho* ou a *quantidade de inteligência*. A propósito desta questão que, diga-se de passagem, não figura no trecho referido de Smith, mas resulta, sem dúvida, de uma tradução malfeita e, em verdade, mais segundo o espírito do tradutor do que do original, nosso economista toma decididamente o partido da “inteligência”. (HOLANDA, 1979, p.51)

Apesar do anonimato do tradutor e de seu trabalho malfeito, a tradução parece ter produzido novos sentidos no discurso do Visconde de Cairu. Ainda segundo Holanda (*op. cit.*, p. 51), “a própria palavra ‘inteligência’ está, ao que parece, no lugar dos vocábulos *skill*, *dexterity* e *judgement*, do original inglês, nenhum dos quais, isoladamente ou em conjunto, poderia ter tal significado”. Teria a tradução de três termos em inglês sido feita por um único termo em português porque o tradutor não conhecia bem a língua estrangeira? Ou teria sido feita dessa forma porque o tradutor, em sua posição-sujeito tradutor, teria sido afetado pelo político nas línguas? Uma análise mais profunda dos efeitos desses deslocamentos de sentidos desses termos talvez nos ensinasse muito sobre o imaginário da colônia e/ou nova sede do governo português, pois, malfeita ou não, segundo Holanda (*op. cit.*), a tradução foi aceita e utilizada pelo Visconde de Cairu e seus leitores.

Além das traduções voltadas para a resistência política, começavam a circular as traduções técnicas, já no início do XIX. WYLER (2003, p.81) aponta o primeiro livro técnico traduzido no Brasil: *Elementos de geometria*, de autoria de A. M. Le Gendre, traduzido por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães. A criação da Imprensa Régia também favoreceu a tradução, não só técnica, mas também tradução de aventuras, como *Aventuras pasmozas do célebre Barão Munkausen*, obra traduzida por A... J..., em 1814.

O folhetim e sua tradução foram grande novidade no século XIX. Um gênero literário que logo se popularizou na França, os folhetins parisienses traduzidos para o português logo explodiriam no Brasil com muito sucesso. Ao longo das décadas de 1840 e 1850, a publicação de folhetins chega a modificar a diagramação dos jornais, a aumentar suas páginas de anúncio e a consolidar a situação financeira de vários periódicos (MEYER, 1996). No dicionário Houaiss (2002), o termo “folhetim” traz as seguintes entradas:

- 1 Rubrica: jornalismo.

- texto literário, esp. novelas ou trabalhos de crítica de literatura e artes, ger. impressos na parte inferior da página de um jornal; gazetilha
- 2 Derivação: por metonímia. Rubrica: literatura.
romance ou novela, publicado regularmente em periódicos, em fragmentos ou capítulos
Ex.: Machado de Assis publicou grande parte de suas obras em folhetins
- 3 Uso: pejorativo.
obra literária considerada de pouco valor literário, destinada a leitores menos exigentes
Ex.: é um reles escritor de f.
- 4 Rubrica: encadernação.
pequeno caderno composto de oito páginas

Esse tipo de publicação também era denominado “literatura ao rés-do chão, bazar asiático, folhetim” (FERREIRA JUNIOR) ³³. A posição física do folhetim na página do jornal (abaixo, no rodapé), isolado das partes mais nobres do jornal, acrescida de sentidos pejorativos (reles, do rés-do-chão, destinada a leitores menos exigentes) dão uma idéia do prestígio literário que tais obras desfrutavam no imaginário dos críticos literários. A despeito disso, muitos escritores, entre eles Machado de Assis e José de Alencar, escreveram obras em folhetim. Em 1854, esse último publica o folhetim *Ao Correr da Pena* no *Correio Mercantil*. Segundo Medeiros (2003) ³⁴ começava aí a forma do que viria a ser a crônica no Brasil.

Os folhetins traduzidos em ritmo acelerado do francês para o português, logo passaram a ser publicados nas páginas dos jornais a fim de cumprirem os prazos de lançamento diário dos jornais. Alguns folhetins eram encadernados em volumes de livros com bom valor no mercado editorial. Algumas histórias dos folhetins também eram transformadas em peças teatrais, criando um ávido público consumidor de novidades parisienses trazidas para o Brasil. Criava-se, assim, uma indústria de tradução, interessada em agradar ao público e a atender às exigências dos editores dos jornais.

O tempo era fator preponderante na produção e publicação das traduções. Por vezes o navio não trazia de Paris a continuação do folhetim, obrigando os jornais brasileiros a substituí-lo por outro, gerando ansiedade nos leitores (MÉIER, pp. 287-288). É bem documentado o caso da tradução do folhetim *Rocamboles*, de Ponson du Terrail. A obra, publicada no Rio de Janeiro no *Jornal do Comércio* era traduzida para o português por Souza Ferreira. Devido a atraso na chegada dos

³³ FERREIRA JUNIOR, José, *Aluísio Azevedo e Crítica Literária em Folhetim*, consultado em 1/6/2009, <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0022-1.pdf>

³⁴ MEDEIROS, Vanise Gomes de. Tese de doutorado, UFF, 2003.

originais para a tradução, o tradutor escreveu capítulos de próprio punho para evitar a interrupção do folhetim (MACHADO, U., apud ESTEVES, Lenita)³⁵. Este tipo de tradução, que não é uma tradução, poderia ser classificado pela autora inglesa Bassnett (1998) como pseudo-tradução³⁶, mas não completamente, porque o tradutor, Sousa Ferreira, teve trabalho dobrado ao receber os originais e refazer os capítulos do folhetim, tratando agora de dar coesão, coerência e continuidade aos próximos acontecimentos do folhetim.

Quanto à remuneração pelo trabalho, nas palavras de Hallewell:

Por volta de 1870, mesmo um **escritor** desconhecido poderia receber mais ou menos 70\$000 por mês pela tradução de folhetins do Francês; um nome consagrado que produzisse originais brasileiros poderia ganhar 200\$000 por mês — ou **seis** vezes o salário de um professor de escola rural — o suficiente para que Aluizio Azevedo vivesse, nessa ocasião exclusivamente de seus escritos. (Hallewell, L., 2005 [1985], p.211)

A remuneração do tradutor podia então chegar a cerca de um terço do valor pago a um escritor, ou acompanhando os cálculos feitos por Hallewell, o correspondente ao dobro do que percebia um professor de escola rural. Não parecia ser um pagamento generoso. Assinalamos como especialmente interessante a referência feita por Hallewell ao profissional tradutor: *escritor*. Parece-nos que há sempre uma certa dificuldade em identificar o tradutor como tal. Essa dificuldade é visível nos trâmites que seriam vividos na segunda metade do século XX ao longo do processo de criação de entidades de classe, conforme apresentaremos no capítulo 4 deste trabalho.

Nesta época, a lei dos direitos autorais ainda não estava estabelecida no Brasil, de forma que o mesmo folhetim podia ser re-traduzido se o jornal assim o decidisse. Havia uma certa “adaptação” ao cenário nacional por parte de alguns tradutores e, como também o seu oposto, ou seja, havia uma forte dose de importação de cultura francesa via comportamento, moda e hábitos dos personagens das histórias. Talvez por isso mesmo houvesse também alguma

³⁵ ESTEVES, L. em 1/1/2009 em <http://lenitaesteves.pro.br/MicrosoftWord-emquesetraduzaingenuidaderom%C3%A2ntica.doc.pdf>

³⁶ A autora inglesa Bassnett, em seu artigo *When is a Translation not a Translation?* (quando a tradução não é uma tradução?), denomina pseudotranslation (pseudo-tradução) alguns tipos de não tradução, entre as quais the inauthentic source (fonte não-autêntica), self-translation (auto-tradução), inventing a translation (invenção de uma tradução), travellers as translators (viajantes tradutores), e fictitious translation (tradução fictícia). (traduções nossas).

resistência de autores nacionais, como a de Joaquim Manuel de Macedo, que escreveu e publicou *A moreninha* sob a forma de folhetim. A dinâmica dos folhetins e a necessidade de movimentação rápida de seus produtores certamente contribuíram muito para a criação de um público leitor. A estrangeirização e resistência provocada pela tradução dos folhetins esboçam os contornos de um discurso *de e sobre* tradução no Brasil que perdura até nossos dias.

A questão da tradução e exaltação de uma literatura brasileira é ilustrada por Sérgio Bellei, em seu artigo "*The Raven, by Machado de Assis*" (1987). O autor tece interessantes considerações sobre as traduções do poema de Edgard Allan Poe para o português, feitas por Fernando Pessoa e Machado de Assis. Reproduzimos abaixo um pequeno trecho do poema original e as traduções de Pessoa e Machado de Assis:

The Raven (Poema de Poe publicado em 1845)

Once upon a midnight dreary, while I pondered, weak and weary,
Over many a quaint and curious volume of forgotten lore,
While I nodded, nearly napping, suddenly there came a tapping,
As of someone gently rapping, rapping at my chamber door.
" 'Tis some visitor," I muttered, "tapping at my chamber door;

Only this, and nothing more."

O Corvo (tradução de F. Pessoa, em 1924)

Numa meia-noite agreste, quando eu lia, lento e triste,
Vagos, curiosos tomos de ciências ancestrais,
E já quase adormecia, ouvi o que parecia
O som de alguém que batia levemente a meus umbrais.
"Uma visita", eu me disse, "está batendo a meus umbrais.

É só isto, e nada mais."

O Corvo (Tradução de Machado de Assis, em 1883)

Em certo dia, à hora, à hora
Da meia-noite que apavora,
Eu, caindo de sono e exausto de fadiga,
Ao pé de muita lauda antiga,
De uma velha doutrina agora morta,
la pensando, quando ouvi à porta
De meu quarto um soar devagarinho,
E disse estas palavras tais:

"É alguém que me bate à porta de mansinho;

Há-de ser isso e nada mais."

Bellei (*op. cit.*) invoca um conceito de tradução de poesia elaborado pelo próprio Fernando Pessoa:

Um poema é uma impressão intelectualizada, ou uma idéia convertida em emoção, comunicada a outros por meio de um ritmo. Este ritmo é duplo em um só, como os aspectos côncavo e convexo

do mesmo arco: é constituído por um ritmo verbal ou musical e por um ritmo visual ou de imagem que lhe corresponde internamente. A tradução de um poema deve, portanto, conformar-se absolutamente (1) à idéia ou emoção que o constitui, (2) ao ritmo verbal em que essa idéia ou emoção é expressa; deve conformar-se em relação ao ritmo interno ou visual, aderindo às próprias imagens quando possa, mas aderindo sempre ao tipo de imagem.

Foi baseado neste critério que fiz as minhas traduções portuguesas de *Annabel Lee* e *Ulalume* de Poe, que traduzi, não pelo grande valor intrínseco que possuam, mas por serem um repto permanente aos tradutores. (PESSOA, F., 1973, pp. 74-75)

A tradução é para Fernando Pessoa uma tentativa de alcançar um equilíbrio entre as idéias e o ritmo verbal do original na língua de chegada. A tentativa não vai além de um exercício de maestria de comando do discurso poético (BELLEI, *op. cit.*)

Machado de Assis, no entanto, nessa posição de sujeito tradutor, não reproduz em português a correspondência de som e idéia do poema de Poe. Aparentemente, pretende mesmo ignorá-la. Há a hipótese segundo a qual o conhecimento de inglês de Machado de Assis seria inferior ao de Fernando Pessoa. No entanto, se tal explicação fosse verdadeira, os desvios do original não seriam tão sistemáticos. Em segundo lugar, embora Machado de Assis não soubesse tanto inglês quanto Pessoa, ainda sim, seu domínio da língua era muito bom. Não seria essa a razão para os desvios da tradução. (BELLEI, *op. cit.*)

Em oposição ao equilíbrio entre som e idéia, Machado de Assis teria optado por um equilíbrio entre as origens de uma tradição da literatura ocidental e o começo de uma literatura brasileira (BELLEI, *op. cit.*) Teria recriado o poema de Poe à brasileira, apropriando-se do texto do autor americano como uma estratégia básica para nacionalizá-lo, ou domesticá-lo (VENUTI, 2002).

Interessa-nos focalizar nessa tradução a materialidade lingüística, ou seja, a língua usada por Machado de Assis em sua recriação. Destacamos aí o uso do diminutivo nos recortes:

devagarinho / mansinho

Convocamos Sérgio Buarque de Holanda, do qual reproduzimos a citação que se segue:

Sabemos como é freqüente, entre portugueses, o zombarem de certos abusos desse nosso apego aos diminutivos, abusos tão

ridículos para eles quanto o é para nós, muitas vezes, a pieguice lusitana, lacrimosa e amarga. (HOLANDA, 1979 [1936], p. 108)

Conforme Holanda (1979 [1936]), portanto, o uso do diminutivo é característica do português brasileiro. Sentimo-nos, pois, autorizadas a concluir que o uso do diminutivo é, na tradução de Machado de Assis, um traço de brasilidade, de língua portuguesa do Brasil, uma tradução à brasileira.

Tendo encontrado seus meios de existência propiciados pela chegada da corte ao Brasil e conseqüentes melhorias que a transferência do poder de Lisboa para o Rio de Janeiro poderia acarretar, a tradução estava no bojo da vida literária e editorial do século XIX. Imbricada na criação de um público leitor, através de folhetins ela reflete as controvérsias nacionalistas não só na aceitação dos galicismos dos livros e peças de teatro, mas também na resistência manifestada através da publicação de folhetins brasileiros e até mesmo, como vimos, na reação da própria literatura. Podemos conjecturar que haveria nas traduções do século XIX duas posições-sujeito de um discurso nacionalista.

Poderíamos também conjecturar a existência de outras posições-sujeito tradutor ao longo desses acontecimentos políticos na virada do século XIX para o século XX. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil vivia grandes contradições políticas de uma república recém proclamada com toda uma estrutura estatal em dificuldades para desvencilhar-se dos moldes do Brasil Império. Começavam a soprar os primeiros ventos de uma incipiente industrialização com o surgimento dos trabalhadores e seus movimentos, entre eles, o anarquismo. O índice de analfabetismo era altíssimo, o país era eminentemente rural e indústria do livro ainda não se estabelecera no Brasil, em parte porque o interesse das massas já não se concentrava mais nos folhetins que se esvaneceria com a chegada do rádio e com o surgimento das novelas radiofônicas, e em parte também porque o preço do papel havia subido muito com a eclosão da I Guerra Mundial, dificultando a impressão de livros (WYLER. 2003).

Durante o Estado Novo, de 1930 a 1945, houve uma exacerbação do nacionalismo e muitas políticas foram traçadas no sentido de afirmar essa política. Nesse sentido, o Ministério da Educação e Saúde Pública (criado em novembro de 1930) estabeleceu em 1937 uma política de incentivo aos livros com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), cuja principal missão era a criação de uma

Enciclopédia Brasileira e um Dicionário da Língua Brasileira. A preocupação com a homogeneização da língua pelo território nacional (posteriormente aplicada em proibição legal do uso de outros idiomas que não o português na esfera pública da vida brasileira) é sintoma do que representava a língua para a constituição da nação moderna. O INL também tinha a incumbência de publicar obras sobre o passado da nação: relatos de viajantes nos primeiros séculos, proclamação da Independência, abolição da escravidão, proclamação da República *etc.* Era uma política de construção de uma memória coletiva, elemento com poder aglutinador dos interesses da nação. Esse mesmo intuito de exaltação da memória coletiva também era atendido com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O programa de radiodifusão oficial do governo, denominado *Hora do Brasil*, foi inaugurado em 1938. Da mesma época data o Cinejornal brasileiro, documentário de propaganda das ações do governo, exibido obrigatoriamente nos cinemas antes do início do filme.

Entre outras realizações dessa década, pode-se mencionar a fundação da Universidade do Brasil (1937), posteriormente denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (em 1965). As universidades denominadas Pontifícias Universidades Católicas foram instituídas na década seguinte (a PUC-RJ foi oficialmente instituída em 1946). Um dos fatores preponderantes para a organização e fundação dessas duas instituições talvez possa ser traçado na polêmica entre os liberais e os católicos que já se arrastava desde os anos 20. Os liberais estavam alinhados a um movimento laico de independência de crenças religiosas e os católicos pugnavam pela inclusão do ensino religioso (católico) na educação. O governo de Getúlio Vargas teria, de certa forma, atendido às duas correntes: ao culto a um estado forte, com várias faculdades integradas em projetos únicos de universidades federais, e também à instituição do ensino católico, guardião contra a ideologia de inspiração comunista que rondava várias instituições na vida brasileira. A polêmica entre liberais e católicos interessa-nos mais de perto, conforme demonstraremos no capítulo 5 desta tese.

A maior parte das instituições criadas pelo Estado Novo eram centralizadoras e autoritárias. No que diz respeito à prática de tradução, havia duas políticas: a primeira delas, controlada pelo INL, era voltada para obras que enfatizassem os sentimentos nacionalistas, e a segunda era o controle de outras obras, traduzidas de

acordo com as determinações da censura instituída pelo governo getulista em 1937 — o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia. (WYLER, 2003).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial desestabilizaram-se as forças sociais no Brasil e o aparato do estado pendeu com mais força para a repressão e controle da produção e apresentação de espetáculos teatrais, filmes, atividades culturais e esportivas de qualquer espécie no país. Foi também criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a missão de organizar, censurar e dirigir a propaganda interna e externa do governo. Nesse cenário a atividade política era intensa, incluindo comunistas, integralistas, militares, trabalhadores, sindicalistas e muitos outros de um lado, e de outro lado, a repressão e a tortura. As editoras não podiam publicar obras de autores nacionais com muita facilidade, de modo que muitos deles conseguiam ganhar a vida como tradutores. A tradução foi, então, um refúgio de muitos escritores, denominados autores-tradutores.

As décadas de 30 e 40 do século passado foram fundamentais para uma indústria de tradução no Brasil. Com a quebra da hegemonia dos autores em língua francesa, Monteiro Lobato, através da Editora Nacional, publicou muitas traduções. Segundo Oliveira (OLIVEIRA, 2006), Monteiro Lobato domestica textos, e acaba “contribuindo assim para a formação de novos sujeitos domésticos, agindo de forma estrangeirizante” (*op. cit.*, p. 170). Com isso, Monteiro Lobato estaria contribuindo para a criação de um leitor brasileiro capaz de receber textos estrangeiros.

Ao referir-se à domesticação e estrangeirização, Oliveira se reporta aos conceitos criados por Venuti (2002). Oliveira (*op. cit.*) comenta ainda, usando os mesmos conceitos, as traduções de Haroldo de Campos, que se utilizaria de um processo inverso, o da estrangeirização, ou seja, a recriação, “transcrição, reimaginação (...), transparadização ou transluminação (...) e transluciferação mefistofáustica” (CAMPOS, apud MAGALHÃES, 1998, p. 145).

Assim, tanto nas das traduções de Monteiro Lobato quanto nas de Haroldo de Campos, há gestos de tradução em que se discute a questão da fidelidade ao original. Na obra de tradução de Haroldo de Campos há parricídio, se entendermos a metáfora segundo a qual a tradução destrói o original como um filho mata o pai, ainda que o ame e esteja preso a ele (MAGALHÃES, *op. cit.*). Parece ser uma contra-identificação (conceito que já mencionamos, em Pêcheux, 1988 [1975], p.215) do sujeito tradutor em relação a uma FD. Em Monteiro Lobato também há

uma destruição do velho e criação do novo, mas o brilho de sua tradução não está no processo em si, mas sim em seus efeitos, de tal monta e de tão grandes proporções para a cultura brasileira que talvez pudéssemos apontar aí um processo discursivo mais próximo a uma desidentificação a FDs, vislumbre de uma nova perspectiva para o leitor brasileiro³⁷.

Durante as décadas de 40, houve também o sucesso da Editora Globo³⁸, com traduções de obras do inglês, espanhol. Para Wyler (2003), o ambiente de trabalho, a remuneração dos tradutores e a qualidade das produções editoriais constituíram a Idade de Ouro da tradução no Brasil entre 1942 e 1947 (*op. cit.*, p. 129).

Vale lembrar também a ocorrência de algumas iniciativas estruturadas mais diretamente para a criação de um público leitor. Uma delas foi o Clube do livro, fundado em 1943. Sua forma de trabalho, ou seja, escolha de livros a serem traduzidos, processo de tradução e distribuição, era em parte inspirada no modelo da *Book-of-the-month* que já atuava nos Estados Unidos desde a década de 20. Os títulos a serem traduzidos deveriam ser promissores. O processo de tradução deveria obedecer à censura da editora, evitando palavras de baixo calão, gírias *etc.* Havia notas de rodapé esclarecendo vários pontos que os editores julgassem obscuros para o leitor a quem se destinavam os livros: um leitor pouco esclarecido e carente de informações sobre o mundo. O número de páginas das edições era controlado e limitado, muito provavelmente por questões de custo de produção. O produto final era uma tradução em língua padrão, com cortes em relação à obra original e com notas de rodapé educativas para esse leitor imaginário. Praticava-se, então, uma tradução domada e controlada, na certeza de que seus resultados contribuiriam para a formação do cidadão brasileiro. É muito provável que tenham contribuído para incentivar o gosto pela leitura no Brasil entre os que podiam alcançar os cânones literários estabelecidos para esse leitor mediano imaginário, afastando-o, no entanto, de obras de cunho social, críticas ou polêmicas. (MILTON, 2002). O conceito de fidelidade, neste caso, tem o sentido de “fidelidade à editora e a seus princípios.”

³⁷ Esse ponto de vista discursivo sobre a obra de Monteiro Lobato resulta em grande parte de conversas com Giovana Campos, que prepara tese de doutorado sobre Monteiro Lobato sob orientação da Prof^a. Dra. Maria Paula Frota.

³⁸ A Editora Globo a que nos referimos era sediada no Rio Grande do Sul. Sobreviveu a crises econômicas ao longo dos anos para ser finalmente vendida a Info-Globo Comunicações, uma empresa das organizações Globo do Rio de Janeiro.

Outra iniciativa estribada na tradução nos anos 40 foi a publicação do *Reader's Digest*. Sua proposta era seguir as etapas planejadas pelo OCIAA - *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, departamento norte-americano que tinha a missão de integrar os países das Américas ao *America way of life*, com vistas a um alinhamento político, econômico, cultural que isolasse não só as ameaças nazistas, mas também as ameaças comunistas. A revista *Reader's Digest* foi difundida no Brasil e no mundo todo, refletindo os valores norte-americanos e sua história como grande valores universais a serem seguidos e imitados por todos os povos. A esse respeito, achamos muito interessante a análise feita por Junqueira (2001) sobre os sentidos de "wilderness" no imaginário estadunidense e os sentidos atribuídos a esse termo quando se fazia referência ao Brasil nos artigos da *Reader's Digest*. Nas palavras de Junqueira, "o wilderness é considerado um dos elementos básicos da construção da identidade e do nacionalismo norte-americanos", representando aquilo que os primeiros colonos conquistaram e a base sobre a qual erigiram sua cultura. Ao referirem-se a países da América Latina e ao Brasil, o termo "wilderness" passa a ter um sentido negativo, como o ermo, o vazio, o sertão, aquilo que precisa ser conquistado e ocupado pela civilização para prosperar. E esses sentidos de "wilderness" estavam associados, em diferentes momentos, à descrição da Amazônia, à trajetória do Marechal Rondon pela região central do Brasil, à construção de Brasília (JUNQUEIRA, *op. cit.*), à abertura da estrada transamazônica *etc.*

No bojo dessa integração houve a visita de Walt Disney ao Brasil e a criação de seu personagem *Zé Carioca*, que no filme "Amigos" apresenta o Brasil aos americanos e procura criar um clima de amizade e identidade entre os povos. Em 1950, chegam ao Brasil outros personagens de Walt Disney, traduzidos como *Mickey, Pato Donald, Tio Patinhas, Huguinho, Zezinho e Luizinho, Margarida, Professor Pardal, Pluto, Primo Gastão*, entre outros. Assim, com denominações razoavelmente domesticadas (VENUTI, 1995) consagraram-se entre os leitores de revistas em quadrinhos, em oposição a personagens mais recentes advindos da indústria cinematográfica norte-americana, entre os quais *Shrek*, um protagonista da estrangeirização (VENUTI, *op. cit.*).

Nos anos de chumbo houve traduções de muitas obras que exaltavam o modo de vida norte-americano e a democracia capitalista como valores a serem imitados. O complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e

Instituto Brasileiro de Ação Democrática) atuou em conjunto entre 1959 e 1961 com o intuito de lutar contra o comunismo e quem o representasse, concreta ou ideologicamente. Com essa diretriz, providenciavam traduções de material que apregoasse as vantagens do modo de vida norte-americano entre estudantes, operários e trabalhadores em geral. Era a tradução fiel a preceitos ideológicos de mais uma ditadura brasileira.

Procuramos, então, correlacionar características discursivas *sobre* tradução no Brasil desde seus primórdios até os meados do século XX:

Características das Traduções	Características Discursivas
silêncio dos índios	-
tradução e conversão	deslizamento de sentidos – fidelidade aos jesuítas
tradução e movimentos revolucionários	perigosa fidelidade aos ideais liberais
tradução na nova sede do império	traduções no Brasil e fidelidade à língua de Portugal.
tradução e folhetim	fidelidade ao editor do jornal e ao empresário teatral
tradução e literatura	fidelidade ao sentimento de nacionalidade
tradução e manipulação política	fidelidade à ditadura de Vargas e ideais na nação
tradução e criação de público leitor brasileiro	fidelidade ao novo público imaginado pela Editora Globo, Editora Nacional na Era de Ouro da tradução

Uma pesquisa voltada para o discurso da tradução ao longo desses séculos e períodos esboçados acima poderia trazer à tona fatos que pudessem ser tratados teoricamente pela AD, de modo a nos fazer compreender outros aspectos do discurso *sobre* a tradução no Brasil. Nossa pesquisa, não obstante, está voltada para a segunda metade do século XX e não pode ter a pretensão de abarcar tantas transformações históricas.

3.5. A Interpretação Vista Discursivamente

Como possível corolário do nosso dispositivo analítico na forma de recorte tradução-fidelidade, podemos pensar a tradução como ato interpretativo. A tradução não fiel seria então uma tradução interpretativa, ou seja, livre, no sentido da escolha ou interpretação do tradutor. Haveria, aqui, outra posição-sujeito tradutor?

Aventamos a hipótese de que a suposta fidelidade ao texto original tenha sofrido influências diretas dos ensinamentos sobre boa língua, clareza, texto mais verdadeiro x mau uso da língua, ambigüidade, falsidade ao longo dos séculos da Idade Média na Europa. Retomemos, para melhor discutir essa hipótese, a já mencionada lista de tradutores.

No *corpus* empírico temos:

1
<p>De: X Olá a todos.</p> <p>Tenho uma frase para a qual não consigo uma tradução "decente". O assunto é o seguinte: um comentarista está falando sobre o comunismo e diz que, em sua opinião, o sistema comunista começou a acabar com o acidente nuclear de Chernobyl e diz que ele sente que as pessoas pensam: "if they can lie to us about this, they can lie about anything". O que vocês acham que ele quis dizer? Eu não consigo entender o sentido. Obrigada a quem puder me ajudar</p> <p>X</p>

2
<p>De: A Olá, X,</p> <p>Eu entendo assim: "se eles querem nos enganar respeito deste assunto, então (eles) são capazes de mentir a respeito de qualquer coisa". Na verdade, talvez não fique muito claro quem são "eles" neste trecho. São "eles" os donos do poder, os dirigentes, os políticos, no caso, na antiga União Soviética. "Deste assunto" é evidentemente o acidente nuclear de Chernobyl, e esta "qualquer coisa" a que o comentarista se refere é o sistema comunista.</p> <p>Talvez você possa deixar esse enunciado mais claro dependendo do público para quem você está fazendo a tradução.</p> <p>"Se eles têm coragem de tentar nos enganar a respeito do acidente nuclear de Chernobyl, então são capazes de querer nos enganar a respeito de qualquer assunto".</p> <p>"Se eles têm coragem de tentar nos enganar a respeito do acidente nuclear de Chernobyl, então são capazes de querer nos enganar até mesmo sobre o comunismo".</p> <p>Boa sorte, abraços,</p>

A

O participante A propõe a explicitação de elementos anafóricos para a tradução, conforme aparece em SD3 e SD4:

SD3 - *if they can lie to us about this, they can lie about anything.*

SD4- *Se eles querem nos enganar respeito deste assunto, então (eles) são capazes de mentir a respeito de qualquer coisa.*

Propõem-se então novas formulações nas SD5 e SD6, com explicitação dos elementos anafóricos:

SD5 - *Se eles têm coragem de tentar nos enganar a respeito do acidente nuclear de Chernobyl, então são capazes de querer nos enganar a respeito de qualquer assunto.*

SD6 - *Se eles têm coragem de tentar nos enganar a respeito do acidente nuclear de Chernobyl, então são capazes de querer nos enganar até mesmo sobre o comunismo.*

Um dos possíveis enfoques da questão nas reformulações de SD4 é o gesto de explicitação de sentidos na seqüência discursiva. Nas reformulações surgem “acidente nuclear de Chernobyl”, e “comunismo”. A primeira delas — “acidente nuclear de Chernobyl” — é interessante porque introduz um lapso de escrita: o erro na ortografia da palavra Chernobyl. Estamos tomando o conceito freudiano de lapso de escrita em estreita consonância com o que nos ensina Frota (2000, p. 200):

Essas diferentes formações do inconsciente examinadas n’ *A psicopatologia da vida cotidiana* podem, a partir de classificação proposta por Freud, ser agrupadas em três categorias: lembranças encobridoras, atos falhos e **lapsos de língua**. São esses últimos que me parecer ter uma relevância direta para a presente investigação. Dependendo da operação lingüística em que tais lapsos acontecem, Freud os distingue, ainda, como “**lapsos de escrita**”, “**lapsos de leitura**” e “**lapsos de fala**” ... O processo tradutório, como é de se esperar, se apresenta como uma situação em que podem ocorrer **lapsos de língua dos dois primeiros tipos**. Freud observa que pode haver uma percepção imediata ou apenas tardia dos lapsos cometidos; ou mesmo total ausência dessa percepção, eu diria, como não raro verificamos em textos escritos, em traduções, por exemplo. (grifo nosso) (FROTA, *op.cit.* p.200)

Em seu trabalho Frota introduz o conceito de ‘singularidade na escrita tradutora’, com base na psicanálise, e trata de explicitar as diferenças entre a sua proposição e os as propostas de Venuti:

Porém, diversamente de Venuti, o meu interesse volta-se para um campo de determinações singulares que têm efeitos igualmente singulares, ou, em outros termos, volta-se para uma dimensão de diferença lingüística, interpretativa, mais estreita – porque referida à história do sujeito individual – do que aquela implicada nas noções de formação social e ideológica. (FROTA, *op. cit.*, p. 195)

Frota também ressalta a ausência de reflexão mais minuciosa sobre a relação que Venuti (1995) estabelece entre a subjetividade a as esferas ideológica e lingüística. Retomemos nosso recorte, já com essas reflexões.

O lapso de escrita pode nos remeter, por associação de sons, às palavras “xenófilo” / “xenófobo”, sugerindo ambigüidade (em relação aos russos), como que antecipando o sentido de “comunismo” que vem logo em seguida na seqüência. Um dos motivos pelo qual o tradutor cometeu este lapso de escrita seria uma singularidade de sua escrita tradutora.

Para a AD, a leitura do mesmo fenômeno é também a de um sujeito clivado pelo inconsciente, porém o enfoque teórico recai sobre FDs em jogo. Em outras palavras, nessas formulações há redes de sentidos que o precedem: *xenofilia e comunistas, xenofobia e comunistas*. O lapso da escrita remete para sentidos que ficam nas bordas do que está sendo formulado no intradiscursos. São aventados, rondam o que é dito. Devem ser silenciados ou explicitados? Podem ser silenciados ou explicitados?

A recomendação clara para que a tradução seja fiel, condenando qualquer tentativa de ‘interpretação’ da co-referência (“isso”, interpretado como “o acidente nuclear de Chernobyl”, ou “qualquer coisa”, interpretado como “comunismo”), sob o ponto de vista da AD, vai muito além de uma discussão sobre fidelidade x liberdade, parece-nos, conforme procuraremos argumentar.

É um gesto com sentidos duplamente interpretáveis: 1) é silêncio constitutivo, ou seja, o sentido de uma política de silenciamento, um gesto do político na língua (silenciamento); 2) é também um gesto de silêncio local que perpassa FDs já censuradas (ORLANDI, 2007). Fazendo um paralelo, embora sentidos evocados por “comunismo” não sejam mais censurados de forma explícita conforme foram ao longo de boa parte do século XX (MARIANI, 1998), as FDs em que estavam inscritos

determinados sentidos sobre o PCB ainda podem estar associadas às marcas da censura a que estavam expostas.

Dessa forma, a questão da explicitação do uso da co-referência na seqüência discursiva recortada do *corpus* também pode ser entendida como uma questão política. O termo da referência anafórica *comunismo* evoca sentidos que o tradutor pode desejar ou precisar silenciar. Se a referência anafórica evocasse sentidos políticos menos contundentes para o tradutor, será que a interdição à interpretação ainda se manteria? Em outras palavras, a questão da explicitação (“isso”, interpretado como “o acidente nuclear de Chernobyl”; “qualquer coisa”, interpretado como “comunismo”) não só reflete o político na língua, mas também nos remete a outra personagem abstrata, nomeadamente, o senhor dos sentidos, aquele que, em última instância, tomará a decisão sobre explicitar o sentido ou não. Invocar a premissa de fidelidade ao texto original parece-nos, então, uma atitude naturalizada demais para que nela não se perceba a interpelação ideológica sofrida pelo tradutor, a ponto de considerar bom, correto e recomendável eximir-se de interpelação e manter o termo neutro (“isso” / “qualquer coisa”) porque não está autorizado a interpretar. Aliás, essa é mesmo a SD de um de nossos recortes, a saber:

18
<p>De: G</p> <p>Eu não falei em uma interpretação. Eu SEI que há milhões de interpretações p/ textos em geral, e sei também que interpretar é tirar daquelas palavras alguma conclusão, alguma idéia, tirar alguma coisa, produzir conhecimento, sei lá. Pois bem, foi o que eu disse, essa não é a função do tradutor. O tradutor tem que pegar aquelas palavras e colocar em outra língua, "apenas" isso. É beeeeeem diferente de interpretar um texto.</p>

De onde destacamos:

SD7 - O tradutor tem que pegar aquelas palavras e colocar em outra língua, “apenas” isso.

Que poderia ser parafraseado como:

O tradutor tem que pegar aqueles sentidos e os colocar em outra língua, “apenas” isso.

Onde *aquelas palavras* (as palavras neutras *isso* e *qualquer coisa*) corresponderiam a sentidos ('o acidente nuclear de Chernobyl' e 'comunistas') que não devem e não podem ser 'interpretados' pelo tradutor.

Aqui, vale ressaltar que as palavras são tomadas como os próprios sentidos, numa visão semântica que difere da visão do ponto de vista da AD, segundo o qual os sentidos não advêm das palavras, mas sim das FDs em que estão inseridos. Evitar a explicitação ("o acidente nuclear de Chernobyl" e "comunistas") não evita que esses sentidos possam constituir-se a partir da mesma formação discursiva que o estabelece, com ou sem uso de palavras neutras (*isso* e *qualquer coisa*).

Gostaríamos aqui de tornar a enfatizar que não estamos propondo uma demolição da prática da tradução, muito menos apregoando que devem ser abolidas as regras que regulam essa prática. Em outras palavras, não estamos propondo que a tradução venha a ser um ato irresponsável em nome de uma liberdade teórica que, afinal, viabilizaria a emergência e o deslizamento infinitos de sentidos.

Estamos procurando desenvolver um estudo a respeito da prática da tradução pautado no arcabouço teórico da AD. Nas palavras de Arrojo:

Tanto a rejeição da 'teoria', como sua valorização, proposta por alguma disciplina acadêmica, em detrimento até mesmo da evidência da prática, constituem um desserviço ao tradutor. Para que comece a deixar de ser 'invisível' é fundamental que o **tradutor comece também a refletir sobre seu ofício**, sobre aquele que faz, **sobre as 'instituições' que o impulsionam a tomar as decisões que toma** e a aceitar o papel secundário e desvalorizado que ainda pensa desempenhar numa cultura obcecada pelo culto ao 'original', e ao significado 'imutável' que esse 'original' supostamente encerra e preserva, numa cultura que persiste em não enxergar o quanto depende da tradução e da produção de significados realizada por qualquer tradutor. (Arrojo, 1993a, p. 9) (grifo nosso)

A partir das questões tangenciadas por Arrojo, destacamos que a reflexão sobre o próprio ofício é essencial para a compreensão do político que é inerente às línguas, e conseqüentemente, à tradução. A tentativa de ocultar sentidos ou esquivar-se deles, ao invés de afastar o tradutor de inserção política inerente a seu ofício, a reafirma como silenciamento e apagamento. Em outras palavras, não há prática sem um conjunto de saberes e atitudes ideológicas e políticas subjacentes a essa prática.

Arrojo também faz referência às “instituições” que impulsionam o tradutor a tomar as decisões que toma. Compreendemos que as “instituições” mencionadas pela autora possam ser interpretadas como sendo de cunho abstrato, como um conjunto de saberes e normas que regulam a prática da tradução, ou seja, uma política de tradução. A compreensão dessas “instituições” nos é particularmente cara, visto que a institucionalização da tradução, da forma como a AD a subsume, está imbricada em sua própria historicidade, ou seja, na maneira como sentidos materializam-se e inscrevem-se em sua prática ao longo da História.

Conforme já dissemos, não é nosso objetivo discutir questões estritamente relacionadas à ética, processo, ensino de tradução, nem nos posicionarmos quanto a prescrições ou definições do que o tradutor deve fazer ou não. Compreendemos que a questão fidelidade x liberdade já foi sobejamente tratada, suscitando posicionamentos acadêmicos por vezes tomados apaixonadamente por seus adeptos. Acreditamos, no entanto, que haja aí aspectos nunca abordados via aparato teórico da AD. Esperamos, portanto, contribuir para uma compreensão dos processos históricos vividos pelos sujeitos tradutores no Brasil ao longo da última metade do século XX.

Assim, dentro de nossa proposta de compreensão da institucionalização da tradução, abordaremos no próximo capítulo alguns aspectos que julgamos relevantes para oferecer um panorama do discurso sobre a tradução no Brasil durante o período acima citado.

4. A TRADUÇÃO NO PÓS II GUERRA MUNDIAL

As pesquisas em tradução automática foram muito intensas entre os anos 1940-1960. Possibilitada pelos primeiros passos da ciência da computação em aplicação não numérica e motivada pela necessidade de traduzir e transmitir de forma rápida textos científicos russos, as pesquisas pareciam muito promissoras (ALFARO, 1998). Devido ao fato de não apresentar o sucesso que dela se esperava, a tradução automática foi abandonada nessa época para ser retomada como objeto de pesquisa bem mais tarde, na década de 80.

Se, por um lado, acreditou-se durante algum tempo que os tradutores logo seriam substituídos por máquinas, por outro, assistiu-se a um grande esforço de organização de tradutores. Foi fundada por Pierre François Caillé a *Fédération Internationale de Traducteurs* — FIT — em Paris, em 1953³⁹. Trata-se de uma instituição ligada a UNESCO, e seus associados não são pessoas físicas, mas instituições, associações, sindicatos e assemelhados, voltados sempre para a profissão de tradutor e/ou intérprete.

4.1. A Carta do Tradutor

Uma década após sua fundação, no Congresso de Dubrovnik, a FIT publicou *La Charte du traducteur*⁴⁰, documento revisto em Oslo em 1994. *A Carta do tradutor* é, basicamente, um documento que reconhece a tradução como atividade permanente, universal e necessária no mundo contemporâneo, e proclama que a atividade de tradução deve ser reconhecida como profissão específica e autônoma. Além disso, apresenta os deveres e direitos dos tradutores, discorre sobre o *status* social, financeiro, jurídico dos tradutores em seus regimes de trabalho e recomenda que os tradutores associem-se, não só em nível local, como também se façam representar em nível internacional, filiando-se, em última instância, à FIT. *A Carta do tradutor* é um documento constituído de seis partes: apresentação, deveres dos

³⁹A *Federation Internationale des Traducteurs* — FIT — continua em pleno funcionamento até os dias de hoje.

⁴⁰As traduções nossas para o português dos dois documentos: *La Charte du traducteur* (texto adotado em 1963, modificado em 1994). e *Recommandation de Nairobi* (1976) estão incluídas em anexo a esta tese. Os textos em francês e inglês estão na página virtual da FIT em <http://www.fit-ift.org/fr/accueil.php> ou <http://www.fit-ift.org/en/home.php>

tradutores (capítulo 1), direitos dos tradutores (capítulo 2), situação econômica e social do tradutor (capítulo 3), associações e sindicatos de tradutores (capítulo 4), e organizações nacionais e federação internacional de tradutores (capítulo 5).

Nosso primeiro recorte nesse documento, seqüência discursiva encontrada na apresentação da FIT, é:

SD1 - A Federação Internacional dos Tradutores, ao constatar que a tradução se afirma no mundo contemporâneo como uma atividade permanente, universal e necessária, ela enriquece a vida das nações e contribui para uma melhor compreensão entre os homens, tornando possíveis as trocas espirituais e materiais entre os povos (introdução do documento)

Nesse recorte faz-se referência a um mundo contemporâneo (1963) em que a tradução se afirma. Considerando que a tradução é uma atividade milenar, queremos acreditar que o sentido do termo *tradução*, nesse caso aponta para uma identificação com o sentido de *Federação Internacional de Tradutores*, como na paráfrase:

A Federação Internacional dos Tradutores, ao constatar que ela própria se afirma no mundo contemporâneo...

A FIT, esta sim, afirma-se por meio de *A Carta do tradutor*. Filiada à UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization — Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), a FIT foi fundada na esteira dos ideais da ONU. A criação da ONU, em que pese a existência de organismos internacionais anteriores à sua fundação, é uma referência forte, principalmente no mundo ocidental, pois foi a partir da Declaração dos Direitos Humanos que foram reordenadas muitas práticas políticas, sociais, econômicas, e outras, com atuação na área da saúde, da educação, da cultura, da educação física e esportes, citando só algumas, entre elas a prática da tradução. O *modus operandi* da ONU pode ser compreendido como uma referência forte a documentos fundadores, o mais importante deles é a Declaração dos Direitos Humanos, constituindo sua parte estrutural, ou seja, aquilo por meio do qual define a si própria. Ao lado disso há as Cartas, Recomendações, Declarações, Manifestos e outros documentos que surgem de discussões e fóruns sobre questões como, por exemplo, a luta das mulheres pela

igualdade jurídica, social e econômica, a luta pelo reconhecimento dos direitos dos deficientes, a luta pela erradicação de todas as formas de racismo. Parece-nos que esse segundo tipo de documento — entre os quais *A Carta do tradutor* e a *Recomendação de Nairóbi* — constitui-se como ação mais conjuntural dos órgãos da ONU, ou seja, atendendo às necessidades consideradas relevantes à medida que surgem as questões e os problemas.

Analisemos o enunciado da apresentação do documento:

SD2 - *que, a despeito das variadas condições nas quais ela é exercida, a tradução deve ser reconhecida em nossos dias como uma profissão específica e autônoma;* (introdução do documento)

Percebemos que, uma vez mais, faz-se referência a *nossos dias*. Parece-nos que a expressão alinha-se à idéia de *mundo contemporâneo*, também citada anteriormente, na SD1. Ou seja, é aqui (Europa, onde foi concebido e lançado o documento *A Carta do tradutor*) e agora (1963). Talvez porque esses dois fatores criassem, enfim, as condições para que o profissional tradutor ficasse mais visível: profissão específica e autônoma. Talvez também porque o volume de trabalho para tradutores estivesse crescendo no mundo capitalista em proporções até então inigualáveis, mas com certeza pelo fato de os tradutores terem de inserir-se nas práticas de produção da maneira mais apropriada possível. Daí o uso do modal *deve* em *deve ser reconhecida*, sugerindo uma interpelação.

Ainda da SD2, destacamos *a despeito das variadas condições nas quais ela é exercida*

Bem, julgamos que as variadas condições desfavoráveis ao tradutor seriam: baixa remuneração, inexistência de regime de trabalho bem estabelecido, falta de instrumentos para seu trabalho, pouca valorização de seus esforços, etc. Poder-se-ia sempre argumentar que essas afirmações não representavam novidade alguma, mas a promessa de vencer esses percalços era, supomos, a inserção do tradutor numa nova ordem mundial, num novo ordenamento econômico, social e cultural que já se esboçava desde o fim da Segunda Guerra Mundial, há cerca de vinte anos.

Analisemos a seguinte seqüência discursiva, também recortada da primeira parte de *A Carta do tradutor*:

SD3 - *para ressaltar a função social da tradução, para especificar os direitos e deveres do tradutor, para colocar as bases de um código moral do tradutor, para melhorar as condições econômicas e o clima social nos quais o tradutor exerce sua atividade, (introdução do documento).*

A posição do tradutor agora é a de cidadão de direitos e deveres, obedece a um código moral e, como todo sujeito do capitalismo, usufrui do ganho de seu trabalho com melhorias nas condições econômicas e mais prestígio social. É o tradutor-cidadão. Não teria o mesmo sentido falar em pagamento de tradutor ou intérprete na Antiguidade ou na Idade Média, ainda que fossem eventualmente remunerados por seu trabalho. O sentido de direitos autorais vai se desenvolvendo com o desenrolar da própria sociedade capitalista.

Conforme veremos mais adiante, no Brasil, filiado a toda uma transformação da ordem mundial, esse acontecimento discursivo representado pela criação da FIT provocará o surgimento do ideal de um tradutor-cidadão brasileiro, já diferente do tradutor-religioso dos primeiros séculos e do tradutor-incidental do século XIX.

Mas quem é afinal esse tradutor? O que faz, afinal?

Tomemos o recorte abaixo, do primeiro capítulo de *A Carta do tradutor*:

SD4 - *Toda tradução deve ser fiel e transmitir exatamente a idéia e a forma da obra original – a fidelidade constitui para o tradutor tanto um dever moral quanto uma obrigação de natureza jurídica.* (capítulo I, DEVERES GERAIS DO TRADUTOR, item 4).

O tradutor continua intimado a ser fiel, assim como era o tradutor religioso. Mas, agora, sua fidelidade ou a falta dela não está mais ligada à questão de fé, heresia, ou onipotência divina. Transformou-se num dever moral e numa obrigação de natureza jurídica. É um claro sinal de que o sujeito do capitalismo entrava mesmo em franca vigência também na prática da tradução. Essas transformações preconizadas pelo documento *A Carta do tradutor* terão desdobramentos em sua transposição para o Brasil, questão que abordaremos mais adiante.

Em contrapartida, como direito seu, o tradutor-cidadão imaginado pela FIT tem seus direitos autorais reconhecidos, com todas as prerrogativas que emanam desse direito. Analisemos a seqüência discursiva abaixo, recortada do segundo capítulo de *A Carta do tradutor*:

SD5 - O tradutor é, então, titular de um direito de autor, e, por conseqüência, investido das mesmas prerrogativas do autor de obra original. (capítulo II, DIREITOS DO TRADUTOR, item 3).

É então concedido ao tradutor-cidadão, sujeito da modernidade, o direito de equiparar-se a um autor. O direito de autoria do tradutor é uma questão relacionada, pelo menos, a duas visões: uma delas é o que Venuti (2002) denomina “conceito romântico de autoria original” (*op. cit.*, p. 105), segundo a qual, o texto original traz sentidos que só o autor conhece e só a ele pode e deve ser creditada a propriedade do texto. A tradução seria assim uma obra derivada que tem diferenças na forma como é apresentada, mas nunca em sua essência, que é única.

A segunda dessas visões considera a tradução como resultado de um trabalho efetivamente realizado. Esse ponto de vista está ligado ao conceito de *labour* tal como o concebe Locke, pensador inglês, ligado ao liberalismo (apud Venuti, 2002, p. 105). De acordo com Locke, o corpo é propriedade de um homem livre e, conseqüentemente, também é propriedade sua tudo que resulte do trabalho de suas mãos ou labor de seu corpo. A propriedade é um direito natural e resulta da atuação do homem sobre a natureza. Delineia-se aqui o conceito de “meu” e “teu” e a idéia de individualidade⁴¹. (Kuntz, 1997)⁴². Segundo esse ponto de vista, poder-se-ia considerar o tradutor também como autor, autor de uma tradução.

Ambos os pontos de vista enfatizam a questão da individualidade, do sujeito-cidadão que despontava em substituição ao sujeito medieval e se afirmava ao longo do século XVIII. O Iluminismo consolidava essa modificação valendo-se dos enciclopedistas e da revolução técnica e científica que se precipitou nesse século.

Nas legislações modernas em vários países o direito de autoria do tradutor é tratado na realidade em dois planos. No Brasil, no plano jurídico, faz-se a ressalva assinalando os direitos de propriedade intelectual quando, na prática comercial, este direito é atendido na divulgação do nome do tradutor na obra publicada, sem que este ganhe pela venda dos exemplares, mas sim e tão somente pelo preço acordado para o trabalho de tradução. O tradutor assina um contrato renunciando a esse

⁴¹ De forma bem contraditória, as idéias de Locke também favoreciam a escravidão, uma vez que esse direito natural à apropriação valia para humanos e os subjugados pela guerra, por exemplo, perdiam essa qualidade. Inferimos que os prisioneiros passavam a ser, segundo essa ótica, itens do patrimônio amealhado pelo vencedor.

⁴² KUNTZ, Rolf. *Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade*. Texto da conferência realizada no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo em 11 de abril de 1997. Página consultada em 31 de maio de 2009: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/kuntzlocke.pdf>.

direito. Há exceções, com muitas questões encaminhadas aos tribunais em busca de uma solução, mas número significativo de tradutores trabalha no Brasil sob essas condições.

Do texto de *A Carta do tradutor*, recortamos:

SD6 - *A tradução, enquanto criação intelectual usufrui de proteção jurídica reconhecida às obras do espírito.* (capítulo II, DIREITOS DO TRADUTOR, item 2)

Procuramos compreender mais especificamente os sentidos de *obras do espírito*. Numa primeira aproximação de um sentido para “obras de espírito”, poderíamos compreender a referência como sendo “obras que não são do corpo”, “obras do intelecto”. Por outro lado, não podemos nos furtar a associar a expressão ao termo espírito conforme reproduzimos abaixo:

do verbete do dicionário Aurélio (1999):

espírito

[Do lat. spiritu.] Substantivo masculino.

4. A parte incorpórea, inteligente ou sensível do ser humano; o pensamento; a mente: as atividades do espírito; ter paz de espírito.

do verbete do dicionário Houaiss (2001):

□ substantivo masculino

9. mente, pensamento, cabeça

Ex.: <a cena não me sai do e.> <ele é um e. superior>

O verbete do dicionário Aurélio (*op. cit.*) traz especificamente o sintagma *espírito da obra*, com a seguinte aceção:

7. Idéia predominante; significação, sentido: O espírito da obra está claro; o espírito da lei.

O sentido de *idéia predominante* parece indicar uma idéia de unicidade, de espírito único. E, além do mais, a obra tem espírito, mas não tem corporeidade. É

uma dicotomia clássica, alinhada às oposições “substância x forma”, “matéria x alma”, questões filosóficas que nos remetem à metafísica, Aristóteles e Platão. É a “essência” do texto sendo valorizada. Do registro no dicionário, “espírito da obra”, derivamos “obra de espírito” como sendo a obra dotada de idéia predominante; significação; sentido, de essência, de valor, enfim.

O verbete *espírito* do dicionário de Houaiss (*op. cit.*), na acepção n.12, transcrito a seguir remete-nos diretamente a Hegel:

12 Rubrica: filosofia.

no *hegelianismo*, princípio dinâmico, infinito, impessoal e imaterial que conduz a história da humanidade, e que se concretiza plenamente neste processo em seu final, quando se manifesta no ser humano como plena razão e liberdade

A leitura do verbete nos possibilita a compreensão de outro sentido possível para *obras do espírito*, ou seja, como parafraseáveis por *obras da razão*, *obras do humano*. Os sentidos que surgem nos recortes, configurando diferentes FDs, remetem ao século XVIII e XIX, ao Iluminismo, ao Liberalismo, à consolidação de práticas burguesas, mercantilistas, chegando à sociedade contemporânea. O *espírito*, nessa acepção, seria o espírito humano, a própria essência da humanidade: seu poder de criação, sua verve e sua força.

Depois dessa incursão nos vários sentidos que emergem em torno de *espírito*, voltamos então às *obras do espírito*, retomando uma citação tirada do artigo de Denise Bottman⁴³:

...”obra do espírito protegida pela legislação dos direitos autorais” se distingue por lei de outros produtos como, digamos, um automóvel ou um refrigerante. Isto é, a chamada “obra do espírito” tem um aspecto imaterial que extrapola seu aspecto estritamente comercial.* Esse aspecto imaterial faz parte de um amplo domínio da vida social que se chama “cultura”. Toda “obra do espírito” faz parte da cultura de uma sociedade.

Compreendemos que as *obras do espírito* parecem ter um sentido além de *obras da mente* ou *obras intelectuais*. Fazem parte da cultura e, de certa forma,

⁴³ Denise Bottman é tradutora, ativista dos direitos autorais. Mantém blog na Internet, cujo endereço é: <http://naogostodeplagio.blogspot.com/>. O artigo específico a que nos referimos nesta tese está no site: http://www.brasilquele.com.br/uol_texto_ler.php?id=5036&page=13, consultado em 13 de abril de 2009.

representam uma sociedade. Retomamos, então, a seqüência discursiva já apresentada:

SD6 - *A tradução, enquanto criação intelectual usufrui de proteção jurídica reconhecida às obras do espírito.* (capítulo II, DIREITOS DO TRADUTOR, item 2).

Dessa forma, podemos interpretar a formulação *reconhecida às obras do espírito* como substituível por *como se fossem obras do espírito, à guisa de obras do espírito*. Ou seja, a tradução usufrui de proteção jurídica como se fosse uma *obra do espírito*, mas a própria formulação da seqüência discursiva aponta o contrário, ou, ainda que a protegendo por meio da defesa de direitos autorais, para uma dúvida sobre sua legitimidade como *obra do espírito*.

Essa mesma dúvida, ou seja, esse deslizamento de sentido que compreendemos na seqüência discursiva que acabamos de apresentar, parece, de alguma forma, ter sido percebido por Venuti, quando registra essa “continuidade à subordinação dos tradutores aos autores” (2002, pp. 103-104) na *Recomendação de Nairóbi* (de 1976, tópico que abordaremos a seguir). Segundo esse autor (2002, p.104), a carta da UNESCO repete as palavras da *Convenção de Berna*⁴⁴.

Portanto, ao tentar identificar nos recortes do documento *A Carta do tradutor* a historicidade que constitui os sentidos ali associados, deparamo-nos com idéias que, apesar de inovadoras na esfera jurídica, refletem as mesmas crenças românticas e logocêntricas a respeito da “essência” do texto original.

Para atender às condições de trabalhador inserido de forma justa e condizente no mercado de trabalho, o documento *A Carta do tradutor* também versa sobre o seu regime de trabalho, recomendando contratos regulares que atendam às leis do trabalho.

Ressaltamos o recorte abaixo, numa SD recortada do terceiro capítulo do documento:

SD7 - *A profissão de tradutor, da mesma forma que os outros profissionais, deve receber em todos os países uma proteção equivalente àquela que este país dá às outras profissões através de convenções coletivas, contratos padrão etc.* (capítulo III, SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO TRADUTOR, item 23).

⁴⁴ A Convenção de Berna, em 1886, reconheceu o direito de autor.

Assinalamos a expressão *em todos os países* como uma marca do caráter universal a que se propunha o documento. Essa pretensão, aliás, se reforça nos recortes que fizemos no quinto capítulo do documento:

SD8 - As associações nacionais e a Federação Internacional dos Tradutores, seu organismo central, utilizam a energia necessária à continuação de seus objetivos profissionais com sentimento de solidariedade existente entre os tradutores e na dignidade da tradução que contribui a uma melhor compreensão entre os povos e à divulgação da cultura no mundo. (capítulo V, ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TRADUTORES, item 40)

Mais uma vez identificamos um sentido hegeliano de bem absoluto, de Homem Racional e Universal. Subjaz a essa filosofia uma idéia segundo a qual o outro (outra cultura, outra sociedade, outro modo de organização) fica obrigado a ser o mesmo, pois existe um Homem Universal e é para ele que se volta a ética dos direitos humanos (BADIOU, 1995).

Logo, a posição-sujeito tradutor suposta em *A Carta do Tradutor* parece estar filiada a FDs que giram em torno dos direitos humanos, dos direitos dos profissionais, do novo ordenamento do mundo capitalista pós Segunda Guerra Mundial.

4.2. Recomendação de Nairóbi

Interessada em estender sua atuação pelo mundo todo, na Conferência Geral da organização das Nações Unidas de 1976 — *Recommandation de Nairobi* — a FIT conseguiu promulgar a *Recommandation sur la protection juridique des traducteurs et des traductions et sur les moyens pratiques d'améliorer la condition des traducteurs*. No cabeçalho do documento consta uma introdução, com comentários; tal como se segue abaixo:

La Conférence générale de l'Organisation des Nations Unies (UNESCO), réunie à Nairobi, le 22 novembre 1976, en sa dix-neuvième session, a adopté la "**Recommandation sur la protection juridique des traducteurs et des traductions et sur les moyens pratiques d'améliorer la condition des traducteurs**".

Il s'agissait, à cette occasion, du premier document officiel publié par une organisation internationale permettant de dégager certaines informations sur **la profession du traducteur** et de faire connaître aux peuples de toutes les nations les problèmes essentiels de cette profession. Ce document avait d'ailleurs pour but d'appeler l'attention sur un état de faits justifiant certaines mesures d'urgence en vue d'améliorer **la condition des traducteurs**, non seulement dans l'intérêt de cette profession, mais aussi dans l'intérêt de la compréhension internationale et de la diffusion des valeurs culturelles et, d'une manière particulière, au service des sciences, du progrès technologique et du développement économique. (Cabeçalho da Recommandation de Nairobi, incluindo comentários, grifos nossos)⁴⁵

No trecho transcrito, observa-se a relevância da profissionalização do tradutor. Fala-se na profissão de tradutor e em medidas de urgência visando melhorar a condição do tradutor. Perguntamo-nos de que forma os tradutores poderiam passar a ter proteção jurídica. Algumas reflexões sobre as possíveis respostas passam primeiramente pela questão da identificação de quem é tradutor. Em segundo lugar, este tradutor passaria a obedecer a um conjunto de leis, caracterizando-o com um tradutor cidadão, pronto para assumir seu papel no estado de direito em que vive. Depreende-se, nesse ponto, a vinculação do sujeito-tradutor à forma-sujeito filiada ao sujeito do capitalismo, que, como já assinalamos, reafirma-se após a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, ele é cidadão de direitos e deveres, com uma espécie de atestado de nascimento ou de renascimento para os novos tempos em que se situa.

Podemos supor a existência de uma relação bem estabelecida entre a organização da atividade da tradução e a nova ordem instituída no pós-guerra na Europa. Durante toda a segunda metade do século XX, a ONU (Organização das Nações Unidas) vem tratando de aconselhar e orientar as diretrizes de vários segmentos da sociedade, sempre inspirada em seu documento fundador, que é a

⁴⁵. A Conferência geral da Organização das Nações Unidas (UNESCO), realizada em Nairóbi no dia 22 de novembro de 1976, em sua décima nona sessão, adotou a "Recomendação sobre a proteção jurídica de tradutores e tradução e sobre os meios práticos para melhorar o *status* dos tradutores. Foi o primeiro documento oficial publicado por uma organização internacional a lançar luz sobre a profissão de tradutor e a divulgar, entre os povos de todas as nações, os principais problemas dessa profissão. Este documento chamou a atenção para uma situação que demandava certas medidas de urgência voltadas não somente ao interesse da profissão, mas também à compreensão internacional e a difusão dos valores culturais, e em particular, ao serviço das ciências, do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico. (tradução nossa)

*Declaração Universal dos Direitos do Homem*⁴⁶, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) na Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Talvez o fato de tais direitos serem tão universais e, conseqüentemente, tão abstratos, tenha dirigido os trabalhos da ONU para a promulgação de vários outros documentos (declarações, cartas, recomendações *etc.*) ao longo de sua história, contemplando os povos indígenas, as crianças, as mulheres, os deficientes físicos, entre outros, e protegendo os patrimônios históricos, artísticos e culturais da humanidade; incentivando esportes, educação e atividades em vários segmentos de atividades humanas.

O funcionamento da ONU, então, é ditado pela filosofia de um documento basilar, a saber, a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, e pelas considerações contidas em vários outros documentos produzidos praticamente ao sabor das questões que a ONU julga merecerem seu direcionamento. A filosofia da declaração universal está fundamentada na crença de que há um homem universal, ou seja, há a essência universal de um homem.

Badiou (1995) argumenta que, após:

- 1) Foucault ter declarado o homem como conceito construído historicamente;
- 2) Althusser ter compreendido a história como um “processo sem sujeito”, regulada por um processo ideológico;
- 3) Lacan ter defendido o sujeito como destituído de substância, dependente das leis da língua, da história e dos objetos do desejo,

o conceito de homem universal torna-se indefensável. Badiou (*op. cit.*) ressalta que a posição dos pensadores acima não é cínica, mas sim voltada para os interesses dos homens, quer seja nas prisões (Foucault), na luta por uma verdadeira emancipação (Althusser) ou na resistência à prática de um psicologismo normativo (Lacan).

Como corolário da condição imortal do homem universal, há a ética do não-mal, ou seja, a ética que postula o bem como contrapartida do mal (BADIOU, *op. cit.*, p.23). A inspiração da Declaração dos Direitos Humanos é proteger este homem universal dos males que o afligem: doença, morte, tortura, desconforto. Essa proteção, no entanto, é voltada mais especificamente para um padrão de homem: branco, anglo-saxão, protestante (WASP). Grande exemplo do discurso dos direitos humanos é a democracia imposta a países que não a escolheram como forma de

⁴⁶ A Declaração Universal dos Direitos do Homem também está em anexo a esta tese.

governo. Tem-se feito guerras, assassinado e torturado em nome desses valores universais. Para Badiou (*op. cit.*), não há lugar, então, para a alteridade, pois o outro tem que ser igual ao mesmo.

A FIT é uma organização não-governamental, embasada em documentos (*Declaração de Nairóbi* e *A Carta do tradutor*) que a filiam a aos princípios da ONU, inscrevendo-a, em última instância, à ideologia que sustenta a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Essa crença na universalidade do conceito de homem é visível na descrição de si própria, conforme se pode ler na sua página na Internet⁴⁷:

Organisation non gouvernementale de catégorie A reconnue par l'UNESCO, la FIT est une fédération de traducteurs professionnels, **strictement apolitique** (auto definição da FIT, segundo consta em sua página virtual, grifos nossos) ⁴⁸

Chama a atenção a seqüência discursiva abaixo:

SD9 - a FIT é uma federação de tradutores profissionais, estritamente apolítica.

Tendo em vistas as reflexões que fizemos, podemos nos perguntar: seria possível uma federação profissional, seja ela qual for, ser apolítica? A própria organização sob a forma de federação já não representa um ato político? O fato de se propor uma federação apolítica vincula-se a que concepção de tradução? Seria supor que, se os tradutores têm posições políticas, o ato de traduzir deve se resguardado de tais posições? Considerando o que vimos com Frota (*op. cit.*), podemos entender que a singularidade da escrita tradutora aponta justamente para o fato de que o tradutor não é uma máquina.

Dada a impossibilidade de extirpar o político da língua e, conseqüentemente da tradução entre línguas, não é possível conceber-se uma federação como sendo apolítica. Entendemos a SD9 como uma forma de silenciamento, uma censura localizada. Em outras palavras, parafraseamos o seu sentido como:

todos os tradutores filiados a instituições membros da FIT devem saber que a política de tradução e de tradutores é ditada pela FIT.

⁴⁷ <http://www.fit-ift.org/>

⁴⁸ Organização não governamental de categoria A reconhecida pelo UNESCO, a FIT é uma federação de tradutores profissionais, estritamente apolítica. (tradução nossa)

Dessa política de tradução e tradutores na afiliação à FIT surge, mais uma vez, a idéia de um Homem Universal, de um Homem que compartilha com todos os outros de suas qualidades essenciais, um Homem a que se chega através de conquistas da civilização. Com base nesse raciocínio, pode-se fazer uma guerra para obrigar uma nação a ter um regime de governo democrático, porque a democracia é a melhor forma de governo jamais concebida pela humanidade: “organizam-se expedições militares em nome da ‘ética dos direitos humanos” (BADIOU, *op. cit.*, p.15).

A tradução concebida dessa forma é, então, apolítica, ou seja, não contempla os aspectos históricos, culturais dos povos que geram os textos a serem traduzidos, nem tampouco sua historicidade e relações de poder que suas línguas mantêm com outras.

Assim, a FIT é uma instituição em sintonia com seu tempo, em busca da proteção de uma posição tradutor, cuja imagem (cf. Pêcheux, 1969) seria a de um sujeito sem ideologias, e, dessa forma, juridicamente tratado dentro das leis, das normas e dos cânones da abrangência histórica de sua atuação.

4.3. Fundação da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores)

A ABRATES foi fundada no Brasil em maio de 1974, sob a liderança de Paulo Rónai. Atas e outros documentos relacionados à fundação da ABRATES e suas transformações jurídicas fazem parte do acervo do SINTRA, ao qual tivemos acesso na condição de pesquisadora e afiliada à associação.⁴⁹

Na assembléia de fundação consta uma menção à FIT e, na assembléia de junho do mesmo ano, lê-se:

SD10- Art. 3º. Com o fito de estender suas atividades a tradutores residentes no exterior, e de qualquer nacionalidade, a ABRATES poderá no Brasil representar suas congêneres estrangeiras, mediante convênio com reciprocidade, bem como filiar-se à Federação Internacional de Tradutores (FIT), com sede na França, e participar de seus Congressos. (Ata da segunda Reunião Assembléia para fundação efetiva da ABRATES)

Trata-se de uma ata manuscrita, parte da documentação sobre a ABRATES, ABRATES-RJ e SINTRA. Mais do que um convênio de reciprocidade com a FIT,

⁴⁹ Essas Atas e documentos estão incluídos em anexo.

conforme reza o Art. 3º acima, compreendemos essa seqüência discursiva como uma filiação ideológica dos tradutores brasileiros a uma história estrangeira.

Trazemos mais uma seqüência discursiva dessa mesma ata manuscrita:

SD11 - Depois da leitura e aprovação da ata de reunião de vinte e um de maio de mil novecentos e setenta e quatro, procedeu-se a eleição da Diretoria, tendo ficado decidido que esta teria mandato provisório, com poderes para os atos de legislação, digo, legalização da pessoa jurídica da Associação, terminando o seu mandato... (trecho da ata de fundação da ABRATES)

Perguntamo-nos se a troca de **legislação** por **legalização** não seria mesmo mais apropriada ao sutil exercício de interpelação ideológica de uma instituição (estrangeira) em relação à outra que se funda (brasileira). O registro da palavra **mandato**, que em seguida não é sequer mais corrigido, também pode corroborar nossa compreensão de que poderia haver algo de força maior em jogo. Nossa hipótese é que essas marcas inscritas na materialidade desse discurso estão relacionadas a um momento importante de institucionalização da prática de tradutores que culmina com a inscrição do sujeito tradutor à ideologia que sustenta o sujeito de direito. Nesses lapsos, teríamos um acontecimento discursivo, conforme postula Pêcheux: “encontro de uma atualidade e uma memória” (2002, [1983] p. 17). Desenvolveremos logo adiante essa hipótese.

Se, por um lado, a cronologia da história já marcava cerca de três décadas desde o fim da Segunda Guerra, esse tempo não é relevante se a inscrição de seus efeitos no discurso acontece no Brasil, na década de 70. Foi o tempo e o momento de filiação de uma categoria profissional aos moldes propostos para uma nova ordem mundial. São tempos de capitalismo, tempos de sujeito de direito, época em que o Brasil vivia os anos de chumbo da ditadura militar. No entanto, a abordagem que faz a AD sobre a interpelação ideológica na materialidade lingüística não é da ordem da história ou da política, mas sim da ordem da historicidade e do político que se inscrevem no discurso, ou seja, da divisão dos sentidos inscrita na materialidade da língua.

Na primeira reunião, vinte e sete pessoas assinaram o livro de atas de fundação da ABRATES, em 21 de maio de 1974. A reunião aconteceu na sede da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, a SBAT.

Não podemos deixar de assinalar que o local em que foi realizada a reunião de fundação — sede da SBAT — integra as condições de produção do discurso. Em outras palavras, a reunião não aconteceu na sede da Academia Brasileira de Letras, nem na sede Associação Brasileira de Imprensa e muito menos na sede da Ordem dos Advogados do Brasil ou na sede da Sede da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Hipoteticamente, qualquer uma dessas entidades teria interesse em atividades tradutórias. No entanto, a reunião aconteceu na sede da SBAT e, conforme afirma Paul Henry (1994, pp. 51-52): “não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências”.

A SBAT foi fundada em 1917 com o intuito de regular e cobrar direitos autorais de dramaturgos. Fundada antes da existência do rádio no Brasil, a Associação viu surgir o cinema mudo, o cinema falado, a televisão e, mais recentemente, a mídia eletrônica. A época de sua fundação reflete as novas práticas de reprodução gráfica e fonográfica de peças musicais e peças de teatro.

Poderíamos dizer muito a respeito da eficiência com que a SBAT tem cumprido seus objetivos, dos acordos e rixas que tem vivenciado com outras instituições, e sua situação atual. Interessa-nos, porém, destacar dois aspectos relacionados a essa sociedade: 1) seu pioneirismo na luta pela cobrança dos direitos autorais de dramaturgos⁵⁰; 2) a representatividade que conquistou dentro do universo de produção cultural no Rio de Janeiro e no Brasil.

Ambos os aspectos estão relacionados aos objetivos que a ABRATES parecia nutrir. Organizava-se para poder melhor lutar pelo direito a pagamento digno a seus associados, tradutores, e para conquistar a representatividade bem dentro do espírito de fortalecimento da profissão de tradutor preconizada pela FIT.

Retomamos, aqui, a hipótese de que a fundação da ABRATES poderia ser considerada um *acontecimento discursivo* Pêcheux (2002, [1983], p. 17). Recuperamos, a seguir, parte da argumentação desenvolvida pelo autor para conceituar acontecimento discursivo, pois essa argumentação é relevante para a continuidade de nosso trabalho. Vejamos.

Em sua reflexão sobre Estrutura ou Acontecimento, Pêcheux (*op. cit.*) aborda a questão da *interpretação*:

⁵⁰ A questão dos direitos autorais de obras literárias, técnicas, didáticas e assemelhadas tem pontos em comum e ao mesmo tempo não é tão específica quanto a questão defendida pela SBAT, que se funda em torno da defesa dos direitos dos autores de peças teatrais.

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. Pêcheux (2002, [1983], p. 54),

A questão que subjaz à interpretação é a força da metodologia estruturalista que atravessou boa parte do século XX. O estruturalismo olha para a lógica interna de um sistema, num modelo baseado em sincronicidade e repetição, sem dar conta do externo. Foi esse o modelo do estruturalismo da lingüística que fez escola entre as outras ciências sociais.

Esta possibilidade de interpretar a que se refere Pêcheux advém dos furos do real da linguagem (equívoco), da ideologia (contradição), da psicanálise (inconsciente). São categorias que se marcam como ausência na estrutura. (FERREIRA, 2005)

O sujeito do discurso da AD não é centrado, nem totalmente inscrito em uma consciência de si. O sujeito empírico confronta-se com as coisas-a-saber e as interpreta a partir do lugar do assujeitamento, do lugar do desejo, e na qualidade de sujeito do discurso. Tal como discutido no capítulo 2, esses lugares se materializam na linguagem.

Então, numa tentativa de melhor compreender o que Pêcheux designa como acontecimento discursivo, a saber: o “encontro de uma atualidade e uma memória” (2002, [1983], p.17), entendemos que esse encontro seria a manifestação na língua daquilo que resulta de algo já conhecido, que está na memória, no interdiscurso, muito embora nesse momento precise ser interpretado à luz de um novo ordenamento, de uma nova formação ideológica.

Na realização do ofício ao longo dos séculos no Brasil, foram línguas, religiosos, índios, náufragos, capitães-do-mato, escravos, viajantes, órfãos, revolucionários, assujeitados pela ideologia da colonização e da libertação de uma maneira ou de outra. Eram bacharéis, homens de letras, clérigos, assujeitados pela idéia do Iluminismo; havia literatos, professores, historiadores, engenheiros, técnicos de todos os matizes, militares, médicos, comerciantes, trabalhando pelas ambições

de ordenamento de um novo império, gente de teatro, gente que mal sabia ler e escrever, gente que mal conhecia outras línguas, poetas, músicos, críticos literários, intelectuais, funcionários da coroa, funcionários do império, secretários, amanuenses, enfim, um cortejo de trabalhadores do texto, cada um em seu tempo, cada um servindo a um senhor, muitas vezes sem pagamento, praticamente todos anônimos. Essa é a parte da memória.

A atualidade é a filiação aos ideais da FIT, a inscrição nas FDs do sujeito-de-direito, a adoção da nova ordem, a filiação aos direitos e deveres do tradutor moderno e engajado. Essa nova maneira de ver os tradutores os atualizava e lhes conquistava um lugar no mundo do capitalismo contemporâneo.

Desde meados do século XIX e ao longo de todo o século XX, a organização de trabalhadores faz-se em muitos países sob a forma de sindicatos, associações de trabalhadores e organizações semelhantes. A voz de Marx e Engels “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, 2004 [1848]) foi a palavra de ordem de muitos desses movimentos e inspiração para muitas lutas da massa proletária.

No Brasil, o movimento sindical teve seus primórdios no século XIX, com a libertação dos escravos e chegada de imigrantes como força de trabalho, principalmente os europeus. Há sentidos relacionados à luta sindical, sindicatos, operários e a toda uma cadeia de associações que parece gravitar em torno de FDs do anarquismo, posteriormente, do comunismo (MARIANI, 1998). Houve várias lutas, resistências e transformações, mas o fato é que o governo Vargas conseguiu atrelar os sindicatos ao poder central através da contribuição sindical obrigatória, administrada pelo Ministério do Trabalho, criado em 1930. Domesticadas as aspirações das massas trabalhadoras do país, o governo pregava um sindicalismo destituído de aspirações políticas, voltado para o interesse imediato dos trabalhadores. Seguindo essas diretrizes, muitas das associações sindicais do Brasil, ao longo de sua atuação, administram os interesses dos trabalhadores perante a classe dominante, empresários burgueses, donos dos meios de produção, que oferecem trabalho e precisam dos trabalhadores, mas o fazem sempre mediados pelo governo. Teríamos, nesse caso, uma assunção da idéia de sindicato tal qual concebida pela revolução comunista na União Soviética, ou seja, a idéia de

sindicato ordeiro e organizado, tal como vigora no Brasil e em outros países capitalistas⁵¹.

As estratégias políticas criados pelo Estado Novo serviriam como matriz de argumentação e atuação das autoridades para a regulamentação e controle dos movimentos sindicais no Brasil, até mesmo na constituição cidadã promulgada em 1988 (MATTOS, 2003). Ao longo do século houve épocas de maior liberdade e atuação sindical, como nos anos entre 1950/1964, seguida de drástico fechamento e repressão, como durante os anos do governo militar, de 1964 a 1985.

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES, — conhecida como ABRATES — foi fundada em 1974 e o objetivo de seus fundadores era transformá-la em sindicato tão logo quanto possível. O sintagma escolhido para denominar a instituição poderia ter sido ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRADUTORES ou ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO TRADUTOR. Que sentidos teriam sido mobilizados por essa escolha? A fundação da ABRATES é um acontecimento discursivo, como já vimos.

Lancemos mão do conceito de Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005) para examinar mais de perto sua denominação. Segundo esse ponto de vista teórico, o sentido é produzido pelo acontecimento de linguagem, que se caracteriza pelo funcionamento da língua nos espaços de enunciação. Tomemos a seqüência discursiva que nomeia a instituição:

SD12 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES

De um ponto de vista gramatical, segundo Bechara,

O artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos da mesma classe, como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte (...) (assim, "o homem é um animal racional" equivale a "aquilo que conhecemos pela palavra homem...") (BECHARA, 1999, p.153).

Segundo Macedo, "o artigo definido refere-se a termo ou objeto conhecido de quem fala ou escreve e daquele a quem se dirige (1991, p.136).

Em termos discursivos, diríamos então que o artigo remete a algo já conhecido, *já-dito*. Assim, a preposição DE sem a determinação de artigo (DO, DOS)

⁵¹ Existe sempre um movimento de silenciamento dos sentidos de sindicato e movimento social como revoltas sociais de peso. Um exemplo é o dia Primeiro de Maio, dia Internacional do Trabalho. Este dia refere-se a movimento de trabalhadores em Chicago, EUA, lutando por uma jornada de 8 horas. Os líderes do movimento foram presos, e alguns deles foram enforcados. Nos EUA comemora-se o Dia do Trabalho na primeira segunda-feira de setembro.

sugere um sentido geral para a categoria de tradutores. São todos os tradutores. O sintagma ‘de tradutores’, conforme aparece no título da associação, nos lembra versos semelhantes aos dizeres do Monsieur de la Palice, jocosamente denominado patrono dos semanticistas por Pêcheux (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.36)⁵². No Brasil, há o mesmo sentido nos versos da cantiga popular: “O meu chapéu tem três pontas / Tem três pontas o meu chapéu / Se não tivesse três pontas / Não seria o meu chapéu”

Em outras palavras, o sentido ‘de tradutores’ remete a ‘aqueles que traduzem’, e a explicação caminha em círculos. Além disso, o sentido da SD também sugere que ‘tradutores’ em ‘de tradutores’ são todos e qualquer um que traduza, numa tal naturalização da classe dos tradutores que os indetermina e, conseqüentemente, sugere que para ser tradutor basta traduzir.

No entanto, a ata da primeiríssima reunião de fundação da ABRATES traz os seguintes dizeres:

SD13 - O Presidente declarou constituída a ABRATES e expôs a finalidade visada pelos organizadores: defesa dos interesses dos tradutores, elevação do conceito e do nível profissional da classe. (Ata de fundação da ABRATES, em 21 de maio de 1974).

No mesmo documento em que é instituído o nome da associação, aparece o sintagma ‘dos tradutores’. Este sintagma traz como sentido uma determinação ‘de + os tradutores’. Agora o sentido parece deslocar-se de tradutores em geral para tradutores específicos. Que processo de especificação seria esse? Uma possível interpretação para a passagem seria a associação a uma classe cujo nível profissional fosse mais elevado? Poderíamos levantar a hipótese de que um profissional como um tradutor entre tantos, ao filiar-se a essa ABRATES, fosse incluído por pertença a uma classe determinada: os tradutores.

A oscilação exposta na denominação dos profissionais materializada nos sintagmas ‘de tradutores’ e ‘dos tradutores’ no mesmo texto (ata de fundação da ABRATES) materializa em si o próprio dilema da organização da associação. Quem são os tradutores?

⁵² É uma longa cantiga da qual reproduzimos os primeiros versos: “Messieurs vous plaît-il d’ouïr / L’air du fameux La Palice, / Il pourra vous divertir/ Pourvu qu’il vous réjouisse/ La Palice eut peu de bien / Pour soutenir sa naissance, / Mais il ne manqua de rien / Tant qu’il fut dans l’abondance.

Em sua segunda Assembléia, convocada para fundação efetiva da ABRATES, eleição de sua Diretoria, discussão e votação dos estatutos apresentados pela Comissão, o artigo 5º reza:

SD14 - Poderá filiar-se à ABRATES quem, residindo no Brasil, for proposto a nela ingressar, e houver traduzido de uma para qualquer outra língua, texto escrito ou por qualquer outro meio fixado para reprodução, mas tendo-o feito mediante remuneração, e desde que, para filiar-se, apresentar como comprovante do exercício do ofício, seja exemplar de livro ou folheto por qualquer modo gravado e por ele vertido, ou o contrato da edição da obra que haja traduzido, ou o recibo do pagamento da tradução expedido por empresa legalmente estabelecida, ou outro documento hábil (artigo 5º da ata de Fundação da ABRATES, manuscrita, parte integrante do Livro de Atas da Associação, grifo nosso)

Procurando entender o tradutor que se filiaria à ABRATES, extraímos do artigo 5º as exigências a serem cumpridas pelo candidato. Haveria de ter sido remunerado por seu trabalho, ou seja, haveria que provar que mantinha relações profissionais, bem definidas pelas práticas capitalistas. Retomando então a hipótese de especificação por nós levantada acima, o critério para pertença ao grupo da ABRATES era sua inserção no comércio, na prestação de serviços. Um critério externo, portanto, construído a partir da inserção do grupo nas práticas sociais e profissionais. A questão crucial do perfil de tradutor continuava a ser um olhar externo, ou seja, como se faz um tradutor, o que o constitui como profissional.

Era pretensão de seus fundadores transformar a ABRATES em sindicato. Para tanto, em 1977, foram envidados esforços para que fosse apresentado ao Ministério do Trabalho um projeto de lei para a regulamentação da profissão⁵³. Essa regulamentação viria após o reconhecimento legal da profissão de tradutor. O projeto de lei foi indeferido. Houve manifestações contra o projeto entre os próprios tradutores, mas, segundo Esqueda (1999), as razões objetivas para a não aceitação da proposta por parte do Ministério do Trabalho não estavam relacionadas a nenhuma dessas manifestações, e sim à indiferença de autoridades em relação ao assunto.⁵⁴

⁵³ ESQUEDA, dissertação de mestrado, UNICAMP, 1999.

⁵⁴ Com a constituição brasileira de 1988, a profissão de tradutor veio a ser reconhecida, mas nunca foi regulamentada.

4.4. Fundação da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro, ABRATES-RJ

Em 1974 não teria sido tarefa fácil fundar sindicatos no Brasil, em pleno regime militar. O movimento sindical brasileiro, tão próspero de 1950/1964, sofreu profundos golpes e foi seriamente reprimido durante os anos de chumbo (MATTOS, 2003). Assim, o movimento para transformar a ABRATES em Sindicato Nacional dos Tradutores aguardou alguns anos, até que houvesse espaço político no país para essa transformação. Como etapa administrativa e legalmente necessária para sua realização, a ABRATES foi transformada em Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro, ABRATES-RJ, registrada em ata em junho de 1985.

A seqüência discursiva que nomeia a associação passa a ser:

SD15 - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE TRADUTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A ata da reunião trata de numerosos assuntos e toca na questão de direito à associação, ou seja, sobre quem são os tradutores profissionais. Remete às determinações da entidade que precede à Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro (ou seja, a Associação Brasileira de Tradutores) e tangencia a questão jurídica de registro da associação no Ministério do Trabalho. Reproduzindo abaixo as próprias palavras da ata:

SD16 - Falou em seguida a Sra. Waldívia M. Portinho que se estendeu sobre os antecedentes da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro, sobre aqueles que podem fazer parte de seu quadro de associados, o registro da associação no Ministério do Trabalho com a inclusão da categoria no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Ata da Assembléia Geral de Fundação da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro – ABRATES-RJ) (grifo nosso)

A ata que temos em mãos é manuscrita, de forma que é possível perceber um borrão no papel em cima da palavra **de**. Podemos tomar a significação do borrão no papel como uma hesitação possível, um gesto de dúvida de quem a escreveu ao registrar a palavra em “Associação Profissional **de** Tradutores do Estado do Rio de Janeiro” e “Associação Profissional **dos** Tradutores do Estado do Rio de Janeiro”.

Na seqüência discursiva abaixo:

SD17 - Associação Profissional dos Tradutores do Estado do Rio de Janeiro

O artigo definido *dos* pressupõe que haja tradutores e que, além disso, os tradutores sejam do Estado do Rio de Janeiro.

Na próxima seqüência discursiva:

SD18 - Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro

A ausência do artigo definido aponta para um sentido mais genérico, como: há no Estado do Rio de Janeiro uma associação voltada para os interesses de tradutores em geral, de qualquer profissional que se diga tradutor.

Nossa interpretação aponta para a própria materialidade mesmo que estamos procurando abordar, ou seja, o gesto de escrita do título da associação traz em si marcas das dúvidas e questões que envolvem a caracterização de quem seja, de fato e de direito, um tradutor.

Por um lado, o tradutor é aquele que é remunerado por seu trabalho, isto é, pode provar que mantém relações profissionais bem definidas pelas práticas capitalistas, segundo definição digna do Monsieur de La Palice, (conforme já comentamos acima). Por outro lado, há um elemento novo nos dizeres da Ata da Assembléia Geral de Fundação da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro, a saber, a “inclusão da categoria no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho”. Também é uma conceituação tautológica e pouco eficaz, pois na ocasião da transformação da Associação Brasileira de Tradutores em Associação de Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro a profissão de tradutor não estava incluída no cadastro de profissões mencionado na respectiva Ata.

De fato, só em 1988⁵⁵ foi incluída a profissão de tradução no cadastro de profissões da Confederação Nacional de Profissionais Liberais. Em vista da abertura propiciada pela inclusão na profissão de traduções no cadastro de profissões

⁵⁵ Em setembro de 1988, o Ministério do Trabalho reconheceu a profissão de tradutor, durante a gestão da presidente da ABRATES Wilma Vidal.

liberais, acreditou-se possível transformá-la em profissão regulamentada, fato que não ocorreu até os dias de hoje.

4.5. Fundação do SINTRA

A regulamentação da profissão era uma das grandes ambições do SINDICATO NACIONAL DE TRADUTORES, conforme reza a sua ata de fundação-transformação a partir da Associação de Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro. Muitas são as explicações e pontos de vista para essa situação (ESQUEDA, dissertação de mestrado, UNICAMP, 1999). É interessante observar o registro do nome na Ata de Fundação e o nome oficial, conforme consta na página virtual do sindicato: SINDICATO NACIONAL DOS TRADUTORES. Mais uma vez, observa-se ambigüidade na materialidade do nome do sindicato, segundo nosso ponto de vista, refletindo mesmo a dificuldade na caracterização da profissional da tradução.

O nó górdio reside nessa caracterização do profissional. A impressão que fica de todo o esforço feito no sentido de organizar associações e, por fim, um sindicato, é que, por um lado, as forças políticas entre os tradutores sempre estiveram longe de uma organização de baixo para cima no Brasil. Por outro, o perfil do tradutor foi firmando-se ao sabor da conquista de um mercado editorial muitas vezes organizando em torno de seus interesses, trazendo o tradutor a reboque. A despeito disso, fica também registrado o monumental esforço para organizar as relações profissionais desses profissionais, que, mesmo sob as mais variadas controvérsias, ganha espaço na comunidade de tradutores.

A questão da tradução está profundamente imbricada na historicidade, nas revoluções tecnológicas que ocorreram durante todo o século XX. A lenta transformação capitalista tornou-se vertiginosa antes da virada do milênio, e os tradutores, suas associações, sindicatos e novas comunidades criadas em ambiente virtual vivem as contradições da globalização.

Compreendemos que estamos em presença de duas FDs diferentes entre os próprios tradutores. Por um lado, temos a formação discursiva A, segundo a qual todos os tradutores são iguais, todos lutam e precisam de proteção, todos merecem salários dignos *etc.* Esta FD poderia ser traduzida como SOMOS TODOS IGUAIS.

Por outro lado, a formação discursiva B abriga como sentidos possíveis “não somos todos iguais; ALGUNS DE NÓS SÃO MELHORES DO QUE OUTROS”. O movimento sindical, segundo esta visão, trataria, então de procurar transformar todos ou muitos deles nos melhores, mediante uma formação acadêmica sólida regulada por alguns poucos que conheceriam seu escopo e abrangência.

Há entre as duas FDs impasses de tal ordem que a segunda delas, a Formação Discursiva B, acaba por constituir discurso que paralisa as ações dos que estavam envolvidos na criação do sindicato, segundo os parâmetros de um discurso embasado na Formação Discursiva A.

Este antagonismo entre “SOMOS TODOS IGUAIS” e “ALGUNS DE NÓS SÃO MELHORES DO QUE OUTROS” introduz embates como nas tentativas de oferecimento de privilégios a alguns dos membros do sindicato em detrimento de outros. Entre os privilégios dessa natureza, estaria vedada a uma associação sindical a organização de exames de credenciamento para tradutores, ou, por algum mérito que os destacasse de outros, o privilégio de concessão de carteira de filiação ao FIT somente a alguns tradutores destacados.

Com a transformação da ABRATES em ABRATES-RJ e posteriormente em SINTRA, ficaram suspensas as atividades que não fossem compatíveis com o perfil de um sindicato. Devido a essa situação, com o intuito de preencher esse espaço, foi recriada a ABRATES nos últimos anos da década de 1990. Entidade muito ligada ao SINTRA chegou a ocupar sala contígua às instalações do escritório do sindicato, no mesmo endereço comercial no centro da cidade do Rio de Janeiro, embora tivesse outra diretoria e outra administração. Em seguida, transferiu-se para outro endereço, desvinculou-se completamente do SINTRA e vem firmando-se como centro de atividades de interesse dos tradutores. Uma das ofertas da nova ABRATES é a qualificação de tradutores. Os candidatos submetem-se a uma prova de tradução, e uma vez aprovados, recebem o credenciamento da nova ABRATES⁵⁶. Essa seria uma prática inscrita na FD “ALGUNS DE NÓS SÃO MELHORES DO QUE OUTROS”, que procura legitimar-se através da demonstração da excelência profissional e proficiência nas competências tradutórias. É um alinhamento à filosofia da meritocracia que vigora na *American Translators Association* – ATA, Associação Americana de Tradutores. O SINTRA,

⁵⁶ A nova ABRATES recentemente modificou sua denominação oficial para ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES E INTÉRPRETES.

inscrito à FD “SOMOS TODOS IGUAIS”, não pode oferecer prova de credenciamento, sob pena de ser acusado de estar discriminando os profissionais de sua classe profissional.

Entre as marcas mais notáveis da prática de tradução nos dias atuais está o controle, a quantificação, a fastidiosa contagem de laudas, palavras, linhas, memórias de tradução a serem reutilizáveis em novas traduções, o aniquilamento do autor da tradução, o plágio deslavado de editoras que relançam traduções já feitas sem publicar o nome do tradutor e por vezes, até adulterando o nome do profissional, marcas essas que enfim, paradoxalmente convivem com a afirmação do tradutor, realização de congressos e eventos sobre tradução, proliferação de cursos de tradução desde o nível técnico (SENAC) até a pós-graduação *stricto sensu* (Universidade Federal de Santa Catarina) e centros de excelência no ensino de tradução (PUC-RJ, entre outras) com a publicação de muitas revistas virtuais sobre tradução em várias universidades brasileiras.

Tendo nos debruçado mais atentamente sobre a análise de documentos, conforme fizemos neste capítulo que ora encerramos, poderíamos dizer que vislumbramos uma posição-sujeito tradutor filiada a um discurso humanista subsumido pelo discurso dos direitos humanos, pelo discurso do capitalismo em sua luta contra o discurso do comunismo. Percebe-se, por meio de muitas seqüências recortadas dos documentos, uma posição-sujeito tradutor que procura firmar-se nesse espaço do reconhecimento profissional, na inserção no mercado de trabalho e nos direitos e deveres dessa forma estabelecidos.

No próximo capítulo nos debruçaremos sobre os prefácios de livros sobre tradução, procurando investigar as mesmas questões.

5. TRADUÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo, trabalhamos com dois prefácios de livros sobre tradução, escritos por Lourenço Filho, Aurélio de Holanda Ferreira e Tatiana Belinky.

Nosso enfoque em relação a esses prefácios está relacionado às categorias discurso *de* e discurso *sobre*, apresentadas no capítulo 2 desta tese. O discurso *de* caracteriza-se por uma posição interna do sujeito em relação a uma prática realizada, enquanto o discurso *sobre* caracteriza-se pela posição externa do sujeito em relação a uma determinada prática. Um mesmo sujeito tradutor pode ocupar alternadamente as duas posições, sujeito do discurso *de* e sujeito do discurso *sobre*.

De acordo com essa categorização, os prefácios em pauta são textos em que as posições-sujeito produzem enunciados apresentando os livros ao grande público em geral, tradutores ou não, a partir de um ponto de vista externo, embora os autores sejam também tradutores. Essa orientação nos fez considerar os prefácios como textos vinculados ao discurso *sobre* tradução.

Além disso, podemos dizer que estão vinculados a um discurso brasileiro *sobre* tradução, uma vez que suas condições de produção (ORLANDI, 1999) em sentido estrito (contexto imediato: sujeito e situação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico, ideológico) os localizam no Brasil⁵⁷. Não nos atemos, aqui, à nação brasileira como território geográfico, mas ao conjunto de representações imaginárias e aos traços identitários que nos constituem como nação. Assim, estamos tomando a expressão “tradução brasileira” na medida em que as condições de produção e historicidade possam trazer marcas únicas à prática da tradução e principalmente a um discurso *sobre* a tradução no Brasil. No período cronológico escolhido para nossa investigação, a saber, a partir da segunda metade do século XX, escolhemos os prefácios das duas publicações mencionadas.

O primeiro desses recortes é de fato constituído de dois itens: o primeiro deles é o prefácio da obra de Brenno Silveira, *A arte de traduzir*, escrito por Lourenço Filho, na época do lançamento do livro, 1954; o segundo item é o prefácio de Tatiana Belinky, escrito para a reedição do livro de Brenno Silveira, lançado em 2004 pela Editora UNESP.

⁵⁷ Estamos em nossa análise, levamos em conta as posições-sujeito autores dos prefácios e não os indivíduos bio-psico-sociais. Portanto não estamos considerando a questão de suas nacionalidades. Em outras palavras, interessa-nos as posições de onde falam, e não quem são.

O fato de o prefácio da época em que o livro foi lançado assim como o prefácio de 2004 estarem juntos na mesma publicação chamou nossa atenção, como um convite a uma reflexão histórica autorizada pelo período de 50 anos entre uma publicação e a outra. Todavia, o que a princípio mais nos levou a considerar a realização da análise dos dois prefácios foi a possibilidade de se chegar a discursos *sobre* a tradução no Brasil nessas épocas distintas.

O segundo texto que escolhemos do *corpus* empírico foi o prefácio de autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira para o livro de Paulo Rónai, *A Tradução Viva*, lançado em 1975. Paulo Rónai foi o autor do primeiro livro *sobre* tradução no Brasil, lançado em 1952 (*Escola de Tradutores*). Escolhemos tal prefácio em função de seu título “O brasileiro Paulo Rónai”, cuja combinação de idéias nos pareceu relevante de acordo com o que havíamos estabelecido como guia para nossa investigação, (sentidos de “brasileiro”, “estrangeiro” *etc.*). A assinatura de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira como autor do prefácio também pesou em nossa escolha, porquanto seu nome está associado à autoria de um popular dicionário de português lançado no Brasil. Tivemos curiosidade de ler suas próprias palavras a respeito da atividade de tradução.

Antes de começarmos a análise dos prefácios, faremos, em seguida, uma abordagem teórica sobre *prefácio* dentro da AD.

5.1. Prefácio

O prefácio é uma peça comum na edição de livros. Seguem abaixo as definições de “prefácio” de acordo com alguns dicionários:

[Do lat. *praefatio* (nom.), 'o que se diz no princípio'.] S. m. 1. Discurso ou advertência, ordinariamente breve, que antecede uma obra escrita; prefação, preâmbulo, prólogo, proêmio, prolusão, prelúdio, preliminar, introdução, anteâmbulo, antelóquio, exórdio. [Antôn.: *posfácio*.] 2. Lit. Parte da missa católica que precede imediatamente o cânon. [Cf. *prefacio*, do v. *prefaciar*.] (FERREIRA, 1975, p. 1129)

substantivo masculino

texto preliminar de apresentação, ger. breve, escrito pelo autor ou por outrem, colocado no começo do livro, com explicações sobre seu conteúdo, objetivos ou sobre a pessoa do autor (HOUAISS, 2001, p. 2284)

Ambas as definições apontam para o tamanho do prefácio, sua função, autoria e posição no livro. Uma das definições fornece a etimologia da palavra

“praefatio”⁵⁸, ‘o que se diz no princípio’, e que é muito curiosa, pois, na verdade, o prefácio é uma das últimas peças de composição do livro moderno, geralmente escrito após o fim da obra. Este sentido etimológico da palavra “prefácio” está presente como reminiscência do passado do livro. Nas palavras de Compagnon:

Segundo a retórica antiga, o discurso se abria canonicamente, **dirigindo-se de maneira concisa ao leitor ou ao ouvinte**, a *captatio benevolentiae*, afirmando, assim, seu propósito, ou seja, colocar o outro em condições favoráveis, torná-lo indulgente. (Quintiliano acrescentava: atento e dócil). A *captatio benevolentiae* agia entre dois agentes (dois lugares estruturais em relação ao discurso); ela distribuía os papéis antes que os sujeitos desaparecessem. As epístolas dedicatórias da idade média e do início da imprensa tinham função análoga: definiam uma situação (afetiva, institucional) de escrita e leitura. (COMPAGNON, 1996, p. 84, grifos nossos)

O prefácio se desdobra em outras funções e modos de atrair a atenção do leitor. Pressupõe um livro já escrito e terminado. Assim sendo, o prefácio pode ser uma proposta de método de leitura, uma exposição das intenções do autor, uma retrospectiva do que foi escrito. Pode ser escrito pelo próprio autor do livro, ou por outro autor, e procura estabelecer uma ponte entre o leitor e o título da obra, entre o leitor e a representação de sujeito-autor que o prefaciador deseja oferecer ao leitor, mesmo que por apenas um breve instante, minutos antes das cortinas do palco se abrirem deixando aparecer o livro-espetáculo e, por fim, trazerem à cena, de uma vez por todas, o sujeito autor.

Ainda segundo Compagnon (1996, p. 85), “a certidão de nascimento do prefácio moderno” é a carta escrita por Descartes ao abade Picot, tradutor para o francês de sua obra *Princípios da Filosofia*, originalmente escrita em latim. Nessa carta, Descartes discorre sobre alguns esclarecimentos, cabendo ao tradutor apresentá-los num prefácio à obra em francês. A própria carta, porém, foi publicada como prefácio do livro.

Os prefácios, assim como as citações, as epígrafes, as notas de rodapé, o posfácio, entre outros, são os textos que circundam o livro e o delimitam,

⁵⁸ Verbetes do dicionário latino português de Torrinha: **praefātiō**, ōnis [praefor], f. **1.** Acção de falar primeiramente. **2.** o que se diz em primeiro lugar, no princípio; prefácio, preâmbulo; considerações prévias. *praefatio sacrorum*: fórmula pronunciada antes duma cerimônia religiosa. (TORRINHA, p. 672).

constituindo o que Compagnon denomina perigrafia, (*op. cit.*, p. 70), a saber: “uma zona intermediária entre o fora do texto e o texto”.

Os prefácios são depositários do que já foi dito e do que ainda será dito sobre o assunto, acontecimentos, uma vez que dizem o já dito de novas formas, valendo-se de novas formulações. O prefácio, lido no início do livro e paradoxalmente escrito após a conclusão da obra, desdobra-se em várias funções. Pode ser uma proposta de método de leitura, uma exposição das intenções do autor, uma retrospectiva do que foi escrito procurando, como já dissemos, estabelecer uma ponte entre o leitor e o título da obra.

Foucault aponta para procedimentos internos ao discurso exercendo seu próprio controle. O primeiro deles é o “comentário”: Os prefácios constituem-se dentro do conjunto do livro como “comentários” (FOUCAULT, 1996 [1970]) ao discurso que perpassa a obra em si.

Em primeiro lugar, **o comentário**: Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazer variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos; **os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou;** e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala **que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua fórmula são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer.** Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de “literários”; em certa medida textos científicos. (FOUCAULT, 1996, [1970], p 21, grifos nossos)

Do longo recorte de Foucault, depreendemos que os *comentários* referem-se aos discursos que retomam, transformam e falam, tomando como atemporais os atos de fala que acompanham, consagrando-os com valor de verdade. Segundo este ponto de vista, os prefácios podem ser considerados comentários ao texto principal, dizendo o que já foi dito pelo autor do livro, repetindo, validando, emprestando solidariedade ao autor, projetando seu prestígio e explicando sua obra ao leitor. Em nossa pesquisa, pensamos poder afirmar que o

prefácio é uma peça do discurso sobre a tradução, uma vez que circula e valida um conjunto de saberes sobre a tradução.

Dentro da perspectiva da AD, Orlandi (1990) nos ensina que uma das propriedades do texto é sua incompletude. Tanto os prefácios quanto as notas de rodapé são sintomas de que o texto é interminável, incompleto. O prefácio de um texto dá a este uma perspectiva, um limite.

... pode-se dizer que o prefácio “limita” o texto: ele procura instituir-lhe um início, uma perspectiva, um modo de leitura ou ao menos procura colocar-lhe uma referência, um início particular. Ele o contextualiza e o insere na perspectiva de um processo discursivo específico. (ORLANDI, *op. cit.*, p. 106).

Orlandi (1990) lança mão das perspectivas apontadas pelos prefácios (e notas) às sucessivas edições de *Singularités*, texto de André Thevet, (*op. cit.*, p.110) do século XVI. Demonstra que os prefácios e acréscimos ao texto de Thevet, nas reedições lançadas nos séculos subseqüentes, dão ao texto, por um lado, um direcionamento, uma chave de interpretação. Por um lado, transformam o texto de Thevet em documento fixando-lhe o sentido como referência.

Guardadas as devidas proporções, assim como Orlandi em sua análise do texto de André Thevet (entre outros textos antigos), tomamos os prefácios analisados abaixo como *comentários*, no sentido foucaultiano, às obras originais, e procuramos também compreender de que forma trabalham sentidos e sugerem chaves de interpretação aos próprios textos.

5.2. A Questão da Fidelidade

Uma das perguntas básicas que guia nossa pesquisa está relacionada à idéia da fidelidade da tradução. Em ambos os prefácios, recortamos dos textos as SDs que tocassem esse tema e que estivessem relacionadas à atitude ética do tradutor perante seu trabalho e perante a matéria-prima de seu trabalho, basicamente as línguas com que lida. São SDs que tangenciam à pergunta: o que é fidelidade?

Apresentamos primeiramente a análise do prefácio escrito por Manuel Lourenço Filho para a primeira edição do livro de Brenno Silveira, *A Arte de Traduzir*, lançado em 1954. Eminentemente educador, Lourenço Filho teve participação ativa no ensino público no Brasil, tendo exercido funções de chefe de gabinete do ministro da

Educação Francisco Campos. Em 1938, a pedido do ministro da Educação Gustavo Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que, em 1944, lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (MONARCHA, 1997).

As SDs relacionadas à atitude do tradutor são:

SD1 - ... *são os tradutores arrastados a pecados veniais muito freqüentes, como também a autêntica traição de pensamento. Donde, o dito mordaz, da justa aplicação tantas vezes: traduttore, traditore...* (SILVEIRA, 2004, p. 13)

SD2 - *no tradutor: a “humildade intelectual”, expressa em completa submissão ao texto original: a “paciência”, o que significa disposição tenaz em vencer as grandes e pequenas tentações; e, enfim, a “honestidade”, ou o firme propósito de alcançar a máxima fidelidade, a fim de que o pensamento e a emoção do escritor original sejam trasladados, de um a outro idioma, com perfeita inteireza.* (op. cit., p. 15)

SD3 - *o agente há de “apreender” o que encontre expresso, não aí identificando ou reconhecendo apenas vocábulos ou frases, mas penetrando a essência do contexto.* (op. cit., p. 15)

SD4 - *e há de voltar, enfim, ao texto primitivo para confrontá-lo com o que haja escrito, buscando a mais perfeita harmonia e equilíbrio da expressão.* (op. cit., p. 15)

SD5 - *Reconhece-o o autor que tais predicados são mais de ordem moral que mesmo resultantes de preparação técnico-lingüística* (op. cit., p. 15)

SD6 - *...de tudo isso na formação do tradutor: é que ela não se completa de uma vez por todas; ou, melhor, que ela demanda adaptação a cada caso especial, no gênero e na espécie, donde a necessidade de estudo e reflexão, e o aprimoramento daquelas qualidades éticas essenciais, a que faz referência.* (op. cit., p. 16)

Nos recortes do prefácio de Lourenço Filho, destacamos as seqüências: *a autêntica traição de pensamento / “humildade intelectual” / pecados veniais disposição tenaz / grandes e pequenas tentações / máxima fidelidade / perfeita inteireza / ordem moral, qualidades éticas essenciais.* Essas seqüências representam mais do que sintagmas nominais típicos constituídos de substantivos e adjetivos, como afirma Indursky:

Em nosso entender, um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como modificador de sua extensão, contribuindo para ampliar-lhe a compreensão, limitando-lhe a extensão, já que sua

referência virtual pode ser por demais genérica. Desse modo, assumimos que o adjetivo pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um **determinante discursivo**, isto é, em uma das categorias que **promovem a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da seqüência discursiva**. (Indursky, 1997, p. 177, grifos nossos)

Entendemos, portanto, que a produção de sentidos dessas seqüências discursivas está ligada a uma FD que atravessa este discurso emergindo também na metáfora “vencer as grandes e pequenas tentações”. A imagem religiosa evocada na metáfora coaduna-se ao sentido de qualidade moral expresso na construção do imaginário de um tradutor ideal, que poderia ser considerado uma posição-sujeito dominante de uma FD de tradução. Esta FD, por sua vez, está imbricada numa FD religiosa (ver p. 61), cujas características emergem das metáforas utilizadas. Propomos, então, que esta posição-sujeito tradutor, pela inscrição de seus deslizamentos de sentido em direção a um discurso religioso, seja compreendida como uma posição-sujeito religiosa semelhante à posição-sujeito que apreendemos na análise do nosso recorte da conversa via Internet (capítulo 2). Cinquenta anos de história separam esses recortes: o prefácio de Lourenço Filho foi publicado em 1954, e a conversa na Internet aconteceu em 2004. Todavia, seus aspectos parafrásticos nos apontam uma repetição que Orlandi (1999, p.54) denomina histórica, já citada por nós nesta tese. Voltaremos a esse tópico após a apresentação, a seguir, dos recortes que fizemos, no prefácio de Tatiana Belinky, também em torno de fidelidade.

O segundo prefácio para a mesma obra de Brenno Silveira, lançada em 2004, foi escrito por Tatiana Belinky. Nascida na Rússia em 1919 e morando no Brasil desde os dez anos de idade, essa escritora de literatura infanto-juvenil tem tido intensa participação na atividade de teledramaturgia principalmente em espetáculos teatrais voltados para crianças, além de trabalhar em jornalismo e na tradução de várias obras do russo, inglês e francês para o português (VASQUES, 2005).

As SDs apresentadas abaixo são as que tangenciam a resposta à pergunta: o que é fidelidade?

SD7 - ... *a Ética. A grande Ética geral que deve permear todo o trabalho — e que trabalho — do tradutor de qualquer área de conhecimento...* (Silveira, 2004, p. 8)

SD8 - ...*E podem ser diversos tradutores, todos bons – com suas diferenças pessoais. Mas não tão pessoais ao ponto de “trair” o original. Todos conhecem o dito italiano traduttore, traditore ... (op. cit., p. 8)*

SD9 - *E aqui voltamos ao assunto fidelidade, dentro do capítulo da ética do tradutor...* (op. cit., p. 9)

SD10 - *Fidelidade, sim!* (op. cit., p. 9)

SD11 - *o tradutor também deve evitar sucumbir à tentação de “facilitar” o texto para o leitor, com modificações arbitrárias ou outros recursos...* (op. cit., p. 10)

SD12 - *Um bom dicionário (e, hoje em dia, para quem pode, o providencial computador) deve estar sempre ao alcance da mão do tradutor honesto e consciencioso, que leva o seu trabalho – a sua missão! – a sério* (op. cit., p. 10)

No prefácio de Tatiana Belinky destacamos as seqüências discursivas: *grande Ética geral / não tão pessoais ao ponto de “trair” / da ética do tradutor / Fidelidade, sim / deve evitar sucumbir à tentação / tradutor honesto e consciencioso, / a sua missão.*

Mais uma vez, o sentido que essas seqüências evocam é a qualidade ética do tradutor, cujo trabalho chega a ser comparado a uma “missão”. Mais uma vez é empregada a metáfora do pecado e da retidão moral: *sucumbir à tentação de..., / não cair nessa outra tentação /, / tradutor honesto e consciencioso, / a sua missão* repetindo a imagem religiosa representativa de qualidade moral. Logo, a posição-sujeito tradutor, no prefácio de Tatiana Belinky, relaciona-se também de forma parafrástica à posição-sujeito tradutor do prefácio de Lourenço Filho. No entanto, julgamos ter detectado nele alguns deslizamentos e marcas de outra historicidade.

Belinky traz à tona a *grande Ética geral*. Trabalhamos com a conjectura de que *A grande Ética geral* pode ser parafraseada por *grande Ética não pessoal*. Teríamos então a oposição *geral x pessoal*. Não podemos nos furtar à referência a preceitos da gramática de Port-Royal não sobre tradução mas sobre gramática e também sobre o que se espera do trabalho com as línguas: aos ensinamentos da relação de determinação x relação explicativa (Pêcheux, 1988 [1975], pp.44-45), conforme abordamos no capítulo 2. Sob a égide da relação de determinação está o caminho para a verdade, para a essência, para o *geral* ao passo que sob a égide da relação explicativa fica o contingente, o efêmero, o *pessoal*.

Na oposição *geral x pessoal* subsumi-se o *sujeito cartesiano*, sujeito da ciência. E dentro de uma lógica própria, o caminho para o funcionamento do sujeito

cartesiano é a remoção dos fatores que o impeçam de operar, ou seja, as contingências, a transitoriedade, o *peçoal*. Transpondo esse raciocínio para nossa análise, chegaríamos à hipótese segundo a qual o tradutor trabalha para atingir a *impessoalidade*, o *geral*, a *grande Ética*, afastando de si o *peçoal*, as *tentações*. Não podemos, pois, descartar a possibilidade de estarmos perante uma atitude, um gesto de tradução, um sentido de tradutor que nos autoriza a associá-lo a uma formação discursiva e a um *sujeito da tradução*.

No parágrafo anterior fizemos menção a *sujeito cartesiano* e *sujeito da tradução* (ver capítulo 3). O primeiro deles está ligado ao conceito de sujeito centrado, indivisível, inteiro, consciente e capaz de controlar sua própria língua. Subentende um sujeito inteiro, completo, sentidos estáveis e bem definidos. De que forma então agiria o tradutor nessa posição-sujeito para filiar-se como *bom* sujeito à FD que o interpela? Talvez possamos responder a essa pergunta procedendo ao recorte de seqüências discursivas associadas à atitude do tradutor para manter a fidelidade. Examinemos as SDs que se seguem:

No prefácio de Lourenço Filho:

SD12- *no tradutor: a “humildade intelectual”, expressa em completa submissão ao texto original: a “paciência”, o que significa disposição tenaz em vencer as grandes e pequenas tentações; e, enfim, a “honestidade”, ou o firme propósito de alcançar a máxima fidelidade, a fim de que o pensamento e a emoção do escritor original sejam trasladados, de um a outro idioma, com perfeita inteireza. (op. cit., p. 15)*

SD13 – *Que ninguém pense em traduzir, com exatidão, sem o trato apurado de ambas as línguas – a de que traduza e a para a qual traduza. Neste ponto há o engano generalizado de que bastará conhecer a língua de origem. (op. cit., p.15)*

SD14 - *O processo mental de traduzir é, na verdade, de natureza “circular”. De uma parte, o agente há de “apreender” o que encontre expresso, não aí identificando ou reconhecendo apenas vocábulos ou frases, mas penetrando a essência do contexto, ou caminhando da compreensão literal ao sentido implícito que contenha; de outra parte, terá de projetar essa compreensão profunda em sua língua nacional, com todas as nuances e sutilezas da matriz: e há de voltar, enfim, ao texto primitivo para confrontá-lo com o que haja escrito, buscando a mais perfeita harmonia e equilíbrio da expressão (op. cit., p.15).*

No prefácio de autoria de Belinky:

SD15 - *O respeito devido é devido não só às palavras, ao texto do autor; vale também para a sua “voz”, ao clima do texto traduzido, à época, ao ambiente, ao local a tanta e tanta coisa mais. Mas sem a pretensão se “melhorar” o texto original, por maior que seja a tentação (e ainda que, ocasionalmente, isso possa corresponder à verdade). Isso nunca! (op. cit., p. 9).*

SD16 - *O texto literário traduzido para o nosso português brasileiro deve ser, é claro, em português correto, escoreito, e de acordo com o original traduzido. (op. cit., p. 9)*

SD17 - *Isto é, não pode “pular” palavras que o tradutor acha difíceis – e haja pesquisa! Muito menos frases ou mesmo parágrafos inteiros – o que vi acontecer muitas vezes, vergonhosamente... Um bom dicionário (e, hoje em dia, para quem pode, o providencial computador) deve estar sempre ao alcance da mão do tradutor honesto e consciencioso, que leva o seu trabalho — a sua missão! — a sério (op. cit., p. 10).*

Assim, nos conjuntos de SDs de ambos os prefaciadores, encontramos:

COMO DEVE AGIR O BOM SUJEITO NESSA POSIÇÃO SUJEITO	
Prefácio de Lourenço Filho	Prefácio de Tatiana Belinky
<i>perfeita inteireza</i>	<i>respeito devido é devido não só às palavras, ao texto do autor; vale também para a sua “voz”, ao clima do texto traduzido, à época, ao ambiente, ao local a tanta e tanta coisa mais /</i>
<i>traduzir, com exatidão</i>	<i>de acordo com o original traduzido</i>
<i>apreender</i>	<i>não pode “pular” palavras</i>
<i>penetrando a essência do contexto</i>	<i>Um bom dicionário</i>
<i>compreensão literal ao sentido implícito que contenha</i>	<i>o providencial computador</i>
<i>essa compreensão profunda</i>	<i>que leva o seu trabalho — a sua missão! — a sério</i>

Ao examinar esses recortes, percebemos que em torno do texto evocado por Lourenço Filho há um conjunto de sentidos: o texto assim concebido teria uma única essência e sua compreensão seria inteira, exata, e profunda, a ser apreendida, compreendida, conferindo ao tradutor o papel de uma espécie de hermeneuta ou caçador de sentido único e essencial.

O mesmo conjunto de sentidos é aventado por Tatiana Belinky. Valendo-se do uso do artigo definido, encontramos referência a unicidade das palavras, do texto do autor, de sua “voz”, do clima do texto traduzido, da época, do ambiente, do local. A tarefa do tradutor é então ajustar sua bússola para caminhar na direção certa.

Esta bússola seria, segundo Belinky, um bom dicionário ou o providencial computador.

Perguntamo-nos por que os recortes trazem artigo definido e artigo indefinido, respectivamente (**um** bom dicionário ou **o** providencial computador). Nossa interpretação aponta para a introdução do computador no cotidiano não só dos tradutores, mas também dos sujeitos de uma nova ordem tecnológica. Não existiriam computadores dos quais se escolheria um, como se faz com dicionários. Todos os computadores são iguais, de modo que ter *uma* unidade é ser dono *do* computador e não *de um* computador. Além disso, teria o computador dado um passo à frente do dicionário no acesso ao repertório de sentidos exatos, essenciais, corretos?

A partir da análise desses recortes acima apresentada podemos então sustentar nossa compreensão de que as qualidades descritas para o sujeito cartesiano constituiriam uma posição de sujeito tradutor dessa formação discursiva em pauta. Assemelha-se também aos conceitos da gramática de Port-Royal, alinha-se às noções de gramática como exercício em busca da qualidade do espírito, superior, a ser vencida em seu embate com a tentação do corpo, do mutável, do inferior.

Esta posição-sujeito tradutor, profundamente imbricada dentro de FDs da educação, parece contemporânea aos sentidos de educação possíveis para Lourenço Filho, um homem que atravessou a crise da educação no Brasil durante os anos 30, vivenciou a luta entre liberais e católicos, assistiu à transformação da educação imposta pela Constituição de 1934 e participou da administração da educação durante o governo Vargas.

Ainda que Lourenço Filho fosse filiado à corrente liberal e não a dos católicos, nem por isso seu discurso liberta-se das construções de um discurso religioso que podem hoje nos parecer até certo ponto metafóricas. Mas, dentro da historicidade em que foram produzidas essas SDs, os sentidos evocados estavam bem próximos aos preceitos da fé católica, de religiosidade, de cultivo da alma, de educação como sacerdócio e de tradução como atividade sublime e nobre.

No prefácio de Tatiana Belinky, como dissemos algumas linhas atrás, parece haver SDs que nos conduzem à mesma formação discursiva a que chegamos no prefácio anterior. De fato, muitas delas são parafrásticas. Uma das SDs recortadas do texto de Belinky, no entanto, é particularmente interessante: **Fidelidade, sim! É**

uma construção que responde a uma pergunta retórica como **A fidelidade é importante?** Talvez tenha sido enunciada pela própria Belinky, ou por alguma outra voz, mas é interessante que tenha surgido. A que fidelidade estaria Belinky referindo-se nesse caso? Que sentidos teria essa fidelidade? Os mesmos sentidos da FD de 1954, a entrega espiritual à tradução, o amor ao trabalho, à procura do bem, do correto de forma humilde, ponderada e cheia de amor a Deus? Belinky explicita a **grande Ética geral**, que está ali, como uma grande narrativa, um grande referencial. Visto sob essa ótica, o prefácio de Belinky funciona como confirmação, paráfrase não só da obra prefaciada como também do prefácio anterior.

Paradoxalmente, Belinky apresenta também longos trechos entre parênteses, usa linguagem coloquial, traz outras vozes inquietas para dentro de seu prefácio num complexo de SDs heterogêneas que atravessam seu texto de forma mais contemporânea, quase que em contradição com a **grande Ética geral** com a qual concorda. Exemplos dessas SDs são:

SD18 – *(Ainda mal comparando, sempre com a música, alguém pode dizer que ouvir uma partitura de Beethoven mais ou menos mal interpretada é melhor do que não ouvir Beethoven ouvir Beethoven de todo. Não sei, nem vou discutir isso. Mas certamente não consigo aceitar tal coisa com relação à Literatura.)* (Silveira, 2004, p. 8)

SD19– *... Todos conhecem o dito italiano traduttore, traditore... isto sem falar naquele outro, pior ainda, machista e tolo, não me lembro de que origem, que diz que “tradução é como mulher: quando é bela não é fiel, e quando é fiel não é bela”. (op. cit., pp. 8-9)*

SD20 – *Claro que o computador é uma “mão na roda”, sim: ele ajuda muito, mas não substitui o bom-senso, e muitos menos a criatividade e a imaginação do tradutor dedicado e competente. O computar é eficiente, mas não é inteligente – ainda! (op. cit., p. 10)*

A posição-sujeito evocada primeiramente por Lourenço Filho, também detectável no prefácio de Tatiana Belinky é um praticante de **qualidades éticas essenciais** que o remetem às grandes narrativas (DUFOR, 2005). Esta posição-sujeito prima pela ética, pela fidelidade, pela honestidade como valores em si, ou seja, não há menções, referências ou alusões a clientes, ao mercado da tradução, a uma ética pelo outro, e sim, a uma ética em si. No prefácio de Belinky há vários discursos imbricados no discurso sobre a tradução: discurso *sobre* música, discurso feminista, discurso da tecnologia. Numa construção “colcha de retalhos”, muito mais próxima da contemporaneidade, o

prefácio de Belinky aproxima-se da obra original e do prefácio original por parafrasear uma Grande Ética e, ao mesmo tempo, afasta-se deles por trazer tantos questionamentos e fragmentações na organização de seu próprio discurso.

5.3. A Questão da Língua e a Tradução

É possível que em nenhuma outra prática discursiva, além da tradução fique tão à flor da pele dos sujeitos do discurso a mutabilidade dos sentidos em trânsito de uma língua para outra. Um dos pontos básicos dessa dificuldade reside na questão da língua, que procuramos investigar nos recortes relacionados em seguida.

As perguntas básicas que nos guiaram neste ponto da análise estão relacionadas à idéia de língua.

De acordo com a teoria da AD, a língua é concebida como a materialidade na qual se manifestam as formações discursivas que, por sua vez, materializam as formações ideológicas. É um produto social, opaco e sujeito a sistematicidade. Também é constituída pelo equívoco.

5.3.1. Língua: Prefácio de Lourenço Filho

As seqüências discursivas que apresentamos abaixo foram recortadas do prefácio de Lourenço Filho, em resposta à indagação sobre línguas. Dessas seqüências discursivas pretendemos compreender as formações imaginárias em torno da representação de língua corrente nesse discurso:

As SDs recortadas são:

SD22 – Pois não basta que uma pessoa saiba ler num idioma estrangeiro qualquer e que, em língua nacional, vá reescrevendo o texto, palavra a palavra, frase a frase, parágrafo a parágrafo? (Silveira, 2004, p.13)

SD23 – Sua habilitação pedagógica ganhará, portanto, em conhecer os fatos, as observações e a documentação que nesta obra se coligem, mesmo porque no trabalho de traduzir, queiramos ou não, emergem as qualidades e os defeitos do ensino de línguas. (op. cit., p.14)

SD24 – Fazendo refletir sobre os problemas de tradução, proporá o exame das diferentes modalidades de construção em cada língua, o que quer dizer, os delineamentos de uma “gramática comparada”. (op. cit., p. 14)

SD25 – *Reconhece-o o autor que tais predicados são mais de ordem moral que mesmo resultantes de preparação técnico-lingüística. Esta última, ninguém o nega, terá de ser “requisito”, ou condição preliminar. Que ninguém pense em traduzir, com exatidão, sem o trato apurado de ambas as línguas – a de que traduza e a para a qual traduza. Neste ponto há o engano generalizado de que bastará conhecer a língua de origem. (op. cit., p.15)*

SD26 – *... de outra parte, terá de projetar essa compreensão profunda em sua língua nacional, com todas as nuances e sutilezas da matriz (op. cit., p.15)*

SD27 – *Ora, isso não se torna possível sem que o tradutor tenha amplo conhecimento da língua para a qual traduza, seus recursos léxicos e sintáticos, ou seja, vocabulário, formas de construção, e sua própria índole. (op. cit., p.15)*

SD28 – *A rigor, ninguém chega a conhecer uma língua (qualquer que ela seja, ainda a materna), em todas as suas variadíssimas manifestações, no espaço e no tempo. Aprendemos e apuramos “uma linguagem”, ou “algumas linguagens” dentro de uma língua, isso sim, e na medida de nossa cultura e de nossos interesses. (op. cit., p. 16)*

SD29 – *... o seu idioma. O bom tradutor deve saber respeitá-lo e tudo fazer para crescê-lo em recursos e vigor, sem que concorra, no entanto, para deturpá-lo por estrangeirismos equivocados, ou dispensáveis, ou por formas bárbaras de construção. Já nos livros, já na imprensa diária, muito temos a lamentar, certamente, por este aspecto. Só a boa formação dos tradutores e jornalistas poderá obstar, no entanto, tais e tantas máculas... (op. cit., p. 17)*

Organizamos essas representações em um quadro, procurando relacioná-las à maneira como deve proceder o sujeito-tradutor para atingir seus objetivos:

COMO O BOM SUJEITO DEVE TRATAR AS LÍNGUAS DA TRADUÇÃO	
<i>para traduzir</i>	<i>não basta ler num idioma estrangeiro qualquer e que, em língua nacional, vá reescrevendo o texto</i>
<i>ao traduzir</i>	<i>emergem as qualidades e os defeitos do ensino de línguas</i>
<i>refletir sobre os problemas da tradução</i>	<i>exame de diferentes modalidades de construção em cada língua / delineamentos de uma “gramática comparada”</i>
<i>ter como requisito para traduzir</i>	<i>preparação técnico-lingüística / trato apurado de ambas as línguas</i>
<i>projetar compreensão profunda</i>	<i>língua nacional</i>
<i>ter amplo conhecimento da língua para a qual traduza</i>	<i>seus recursos léxicos e sintáticos, ou seja, vocabulário, formas de construção, e sua própria índole.</i>
<i>conhecer uma língua (qualquer que ela seja, ainda a materna)</i>	<i>“uma linguagem”, ou “algumas linguagens” dentro de uma língua</i>

<i>respeitar(o seu idioma)</i>	<i>estrangeirismos equivocados, ou dispensáveis, ou por formas bárbaras de construção</i>
--------------------------------	---

As seqüências discursivas do prefácio de Lourenço Filho são ricas em termos oriundos dos estudos de gramática: “gramática comparada” / preparação técnico-lingüística / recursos léxicos e sintáticos / vocabulário / formas de construção / índole / “algumas linguagens” dentro de uma língua / estrangeirismos.

É interessante a maneira como o autor traz à baila os termos “*uma linguagem*” / “*algumas linguagens*”, em:

SD28 – *A rigor, ninguém chega a conhecer uma língua (qualquer que ela seja, ainda a materna), em todas as suas variadíssimas manifestações, no espaço e no tempo. Aprendemos e apuramos “uma linguagem”, ou “algumas linguagens” dentro de uma língua, isso sim, e na medida de nossa cultura e de nossos interesses. (op. cit., p. 16)*

A expressão está grafada entre parênteses, portanto traz uma marca de heterogeneidade discursiva. Poderíamos suspeitar que o autor se referisse a variações lingüísticas, dialetos, registros, estilos, gêneros textuais, ainda que não conhecesse as teorias lingüísticas que embasam tais conceitos. Este, porém, não seria o caso, visto que o prefácio foi escrito em 1954 e tais idéias vieram à luz ou chegaram ao Brasil depois dessa data. É mais provável, nesse caso, que o autor se referisse a conceitos de gramática de sua época.

É possível que Lourenço Filho conhecesse as idéias de Saussure, ou pelo menos tivesse ouvido falar em *Lingüística Geral*, uma vez que usa o termo *técnico-lingüística*. Segundo Orlandi (2002, p. 196), o livro de Mattoso Câmara *Princípios de Lingüística Geral* havia sido publicado no Brasil em 1942, e reeditado em 1954. No entanto, parece-nos que toda a construção das seqüências discursivas que recortamos aponta para um discurso de exaltação à gramática como patrimônio nacional, dentro da linha de “Filologia Portuguesa, que dá sustentação teórica para a inscrição da gramática da língua portuguesa no quadro das disciplinas universitárias” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 196).

Lourenço Filho era ativista e fundador da escola nova, filosofia de educação alinhada aos interesses e políticas do governo getulista. De acordo com essa visão, a língua portuguesa era um patrimônio brasileiro e sua unidade deveria ser preservada em território nacional. Para melhor compreender as idéias vigentes nessa época, trazemos palavras de Guimarães (2000):

... retornemos à Constituição de 1946, que pela primeira vez introduz a questão da língua como questão constitucional. Isto se dá no “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, Art. 35: “O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional”.

Esta inclusão está ligada a um debate nacionalista sobre a língua que se fala no Brasil, que se coloca fortemente na segunda metade do século XIX e que teve um momento de intensidade especial nas décadas de 30 e 40 deste século. (GUIMARÃES, 2000, p. 170)

As afirmações de Lourenço Filho parecem refletir idéias em relação à língua a ser usada na tradução: língua a ser respeitada, cultivada, estudada, tratada, usada com o esmero de quem a conhece profundamente.

A prática de tradução, portanto, a julgar pelo que percebemos das SDs do prefácio de Lourenço Filho, preconiza um tradutor culto, capaz de usar com maestria a língua escrita, ainda que deva conhecer bem “*algumas linguagens*” dentro de uma língua.

Perguntamo-nos a respeito da *língua nacional* e da *língua materna*. Haveria diferenças entre uma e outra a partir das seqüências discursivas deste prefácio?

Lourenço Filho usa a expressão ***língua nacional*** em:

SD22 – *Pois não basta que uma pessoa saiba ler num idioma estrangeiro qualquer e que, em língua nacional, vá reescrevendo o texto, palavra a palavra, frase a frase, parágrafo a parágrafo?* (Silveira, 2004, p.13)

SD14– *... de outra parte, terá de projetar essa compreensão profunda em sua língua nacional, com todas as nuances e sutilezas da matriz* (op. cit., p.15)

Para procurar responder a nossas perguntas, tomemos por comparação o recorte 28:

SD28 – *A rigor, ninguém chega a conhecer uma língua (qualquer que ela seja, ainda a materna), em todas as suas variadíssimas manifestações, no espaço e no tempo. Aprendemos e apuramos “uma linguagem”, ou “algumas linguagens” dentro de uma língua, isso sim, e na medida de nossa cultura e de nossos interesses.* (op. cit., p. 16)

A julgar pelo sentido de *língua materna* na SD28, associamos seu sentido àquela linguagem que precisa ser apurada (*apuramos “uma linguagem”*). Dito em

outros termos, a *língua materna* é “*uma linguagem*”. A língua a ser usada na tradução é mais do que isso. É um universo de *linguagens*.

O sentido de língua nacional, portanto, não tem o mesmo sentido de língua materna. Seu sentido está mais próximo de “língua da nação” e não há como fugir do político aí refletido. Lourenço Filho fala à e da nação brasileira. Apesar da referência à *língua materna*, esta não é a língua nacional, a língua do Brasil. Sobre esta nação brasileira, comenta Lourenço Filho em outro trecho do seu prefácio:

SD30 – Nos dias atuais, em que o mundo anseia por melhor e mais profunda compreensão, o trabalho aparentemente modesto de traduzir desempenha função de extraordinária importância no adiantamento literário, científico e técnico, muito especialmente entre os povos de mais jovem formação; e, em todos, e em qualquer hipótese, papel também relevante na unificação espiritual e moral. (op. cit., p.17)

Os *dias atuais* a que se refere Lourenço Filho são a primeira metade do século XX ou os quatro primeiros anos da segunda metade. Para esse prefaciador, o povo brasileiro estava *entre os povos de mais jovem formação*. Este sentido está atrelado a uma formação discursiva responsável também pelo conhecido lugar comum *Brasil, país do futuro*, ligado a uma política desenvolvimentista já em vigor nos anos 50.

Tomamos um outro recorte do mesmo prefácio:

SD31 – No ponto a que, felizmente, já atingiu em nosso país a atividade está a merecer maior número de cultores, e coletores de superior informação. (op. cit., p.17)

Este recorte aponta para um sentido imaginado de suposta maioria, da qual o Brasil estaria, por fim, se aproximando.

5.3.2. Língua: Prefácio de Tatiana Belinky

SD32 – O texto literário traduzido para o nosso português brasileiro deve ser, é claro, em português correto, escorreito, e de acordo com o original traduzido. E, evidentemente, o tradutor deve conhecer muito bem a sua própria língua, com todas as suas peculiaridades (o que nem sempre acontece, infelizmente), tanto quanto a língua da qual traduz. Ou ainda mais. Mas sem querer fazer crer que o livro traduzido foi escrito no próprio idioma do tradutor. Eu quase direi que o – corretíssimo – texto traduzido deve conservar como que uma espécie de leve “sotaque” do texto original.

Não dá para aceitar um livro traduzido de um texto original inglês cuja ação se passa na Inglaterra elisabetana, em um português brasileiro do século XXI, com palavras “modernas”, com gíria e tudo! (SILVEIRA, 2004, p. 9)

Ao referir-se à língua, Tatiana Belinky usa a expressão *nosso português brasileiro*, adjetivando o nome da língua. Em seguida, complementa: *deve ser, é claro, em português correto, escoreito*. Apesar da denominação *nosso português brasileiro*, a língua da tradução deve ser *português correto, escoreito*. Tatiana Belinky toma como natural as designações *português brasileiro* e *português correto, escoreito*.

Além disso, continua, na SD recortada acima: *o tradutor deve conhecer muito bem a sua própria língua, com todas as suas peculiaridades (o que nem sempre acontece, infelizmente)*.

A necessidade de afirmar *o que nem sempre acontece, infelizmente* pode ser compreendida como:

Nem todos os tradutores sabem português.

Muitos tradutores desconhecem português.

Ou seja, nem todos os tradutores conhecem o *português correto, escoreito* apregoado como modelo para a tradução (língua imaginária). Essa reclamação de Tatiana Belinky aponta para a produção de sentidos relacionados à história da língua portuguesa no Brasil: língua brasileira, a outra língua, a língua incorreta (Orlandi, 2005). Este sentido velado circula também no imaginário dos tradutores, apontando-lhes o dedo em acusação contra o uso da língua imprópria. É preciso lembrar sempre que a tradução também é uma escrita e, como tal, está sujeita às institucionalizações impostas à língua pelos gramáticos e literatos.

As várias referências à língua em ambos os prefácios convergem para uma determinada concepção de língua. A língua sistêmica, como explica Indursky (2005), é uma língua ideal, independente do sujeito que a usa, tomada em oposição à fala ou performance dentro da lingüística de Saussure ou de Chomsky. Apesar de alguns movimentos no sentido de inclusão de traços do sujeito, denominados “variáveis não lingüísticas”, a sociolingüística, em nome de uma assepsia de um sujeito homogêneo, atém-se ao modelo “científico” e bane o sujeito. A língua da enunciação (conforme concebida por Benveniste) é apontada por Indursky (2005) como a precursora de diferentes disciplinas reivindicadoras de elementos de subjetividade e

de contexto para os estudos da linguagem. Finalmente, a língua da AD, dentro do arcabouço teórico criado por Michel Pêcheux, é um conceito diferente (Indursky, 2005). É a materialidade manifesta do discurso, que, por sua vez, é visto por Pêcheux como o efeito de sentidos entre interlocutores (AAD-69, p. 82), os quais são os sujeitos do discurso, constituídos pela historicidade em que estão imersos, assujeitados através da ideologia pela qual são interpelados, afetados pelo inconsciente. A língua da AD é constituída também pelo deslize, pela falha, pela ambigüidade e pela incompletude.

Na realidade, esses prefácios apresentados são comentários (Foucault, 1996, [1970]) de textos imemoriais sobre a tradução, baseados na assunção da língua sistêmica, sem sujeito, objeto dotado de uma essência em si. É possível que a visão de língua conforme concebida pela AD tenha muitos elementos para tornar ainda mais complexa a visão sobre a tradução, mas parece-nos imprescindível adotar seus conceitos para uma investigação em torno do discurso *sobre* a tradução no Brasil.

5.4. O Brasileiro Paulo Rónai

O *corpus* empírico em tela é o prefácio de autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira para o livro de Paulo Rónai, *A Tradução Vivida*, lançado em 1975. Os recortes feitos para a análise são constituídos por SDs que giram em torno dos sentidos de *brasileiro / estrangeiro / língua nacional / língua brasileira / língua estrangeira*. Foram recortadas no *corpus* SDs que representem a materialidade de um discurso relacionado à historicidade da tradução na cena brasileira. Servindo-se da análise de sentidos expressos no *corpus* empírico, a pesquisa busca chegar a um discurso sobre a tradução.

Os recortes “indicam características dos processos de significação” (ORLANDI, 2003, p.11), e podem suscitar outros recortes como objeto de observação dos processos discursivos. Mais uma vez, as nossas perguntas em torno dos sentidos de *brasileiro / estrangeiro / língua nacional / língua brasileira / língua estrangeira* constituem as chaves de nosso procedimento analítico. Ao percorrer essas etapas, o analista trabalha com seu dispositivo analítico que lhe permite recortar seu objeto empírico e chegar a seu objeto discursivo, às FDs e às formações ideológicas.

Recortamos do corpus empírico as seguintes SDs, relacionadas à questão *brasileiro*:

SD33 – *o brasileiro Paulo Rónai* (RÓNAI, [1975] 1981, p. 11)

SD34 – *brasilidade ronaiana* (*op. cit.*, p. 11)

SD35 – *“intelectual húngaro, escolheu, simultaneamente, a liberdade e o Brasil. Eu, de minha parte, se me fosse dado escolher um compatriota, teria escolhido o Sr. Paulo Rónai”* (*op. cit.*, p. 11)

SD36– *“O português, como o aprendi / Paulo Rónai conta, fagueiro. / Outra façanha dele eu vi: / aprendeu a ser brasileiro”* (*op. cit.*, p. 11)

SD37 – *...contato com o povo começava bem cedo, nos bondes...* (*op. cit.*, p. 12)

SD38– *...um passageiro alagoano...* (*op. cit.*, p. 12)

SD39 – *Pôs-se o meu conterrâneo a conversar com o homem que viera da Europa...* (*op. cit.*, p. 12)

SD40 – *“Está vendo aquele homem com quem eu falei? Pois é alagoano, como eu. Eu sou alagoano, meu amigo. E tenho muitos conhecidos alagoanos. A bem dizer, todo o mundo aqui é de Alagoas.”* (*op. cit.*, p. 12)

SD41 – *...Paulo Rónai, brasileiro que já o era bem antes de se naturalizar, em 1945.* (*op. cit.*, p. 12)

SD42 – *...ensaísta, conferencista (que já tem andado pelo Brasil e pelo estrangeiro)...* (*op. cit.*, p. 12)

SD43 – *É também do humanista de largas fronteiras; do homem de perfeita formação universitária européia...* (*op. cit.*, p. 13)

SD44 – *Grande brasileiro, o brasileiro Paulo Rónai.* (*op. cit.*, p. 15)

O primeiro dos recortes “brasileiro Paulo Rónai”, título do prefácio, constitui o enunciado a partir do qual uma rede parafrástica se organiza ao longo do texto por meios das SDs: “Paulo Rónai, brasileiro que já o era bem antes de se naturalizar, em 1945”, “Grande brasileiro, o brasileiro Paulo Rónai”. Tangencia, assim, sentidos de adjetivo pátrio que qualificam Paulo Rónai de brasileiro por ter adotado o Brasil como pátria, brasileiro à sua maneira própria, tornado brasileiro pelas circunstâncias da vida que viveu e pelo amor que tinha à língua portuguesa do Brasil. O que torna Paulo Rónai brasileiro não é o fato de ter nascido no Brasil nem o de ser filho de

brasileiros, mas sim a maestria com que escreve na língua portuguesa do Brasil. Essa forma de brasilidade é denominada “brasilidade ronaiana”, cujo sentido aponta para brasileiro como sendo aquele que entende, fala, lê e escreve com maestria em língua portuguesa do Brasil.

Por um lado, há praticamente uma unanimidade entre os intelectuais a respeito de Paulo Rónai. É festejado por Guimarães Rosa, Magalhães Júnior, Joel Pontes, Wilson Martins, Carlos Drummond de Andrade, citando somente as referências do prefácio em questão. Por outro, há o Paulo Rónai que viaja no estribo do bonde superlotado, onde se encontra com alagoanos, fala com eles como se fosse um deles sendo até mesmo considerado alagoano por eles. Quais são os sentidos da dicotomia “brasileiro / alagoano”? Os brasileiros sobrepõem-se aos alagoanos, os alagoanos sobrepõem-se aos brasileiros, uma categoria contém a outra? São duas posições de sujeito distintas dentro do discurso. Os sentidos de “alagoano” alinham-se aos sentidos “nordestino”, “pobre”, “povão”, “inculto”. Paulo Rónai também é alagoano, assim considerado por outro alagoano no estribo do bonde em viagem para o Méier. O sentido jocoso hungaramente percebido por Rónai, segundo o autor do prefácio, não seria o mesmo se “alagoano” não tivesse sentido diferente de “brasileiro”. Mas isso não é tudo: o próprio Aurélio Buarque de Holanda Ferreira é alagoano, de modo que os sentidos de “inculto”, “povão”, são imediatamente descartados. Qual seria a diferença entre a condição de alagoano de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e do passageiro no estribo do bonde? Ambos são alagoanos, sim, mas o primeiro deles é escritor, lexicógrafo, intelectual, e o segundo, não. Dessa forma, tanto o autor do prefácio quanto Paulo Rónai são intelectuais, mestres, eruditos, com vantagens sobre aquele passageiro alagoano específico que tem o “verbo solto” como único patrimônio intelectual.

A conclusão a que chegamos diz respeito à questão língua e tradução. Paulo Rónai conquista a nacionalidade brasileira pela maestria com que domina a língua portuguesa do Brasil. Para a posição-sujeito Paulo Rónai, a língua é sua pátria. Este sentido de língua parece constituir um dos esteios de discursos *sobre* a tradução. Em oposição ao discurso religioso vigente do século XVI ao século XVIII no Brasil, no qual a veracidade do texto estava irremediavelmente ligada à questão da fé, autoridade e autoria do texto, com a constituição da nação, a língua passa a representar um dos símbolos de identidade, elemento imaginário de união do país. O sujeito-tradutor procura essa representação lingüística ideal e pugna por ela,

como se a gramática da língua e seu uso correto fossem naturais e não o resultado histórico-ideológico de um percurso de idéias lingüísticas.

Nessa procura dos traços de identificação do tradutor, na busca por seu rosto, ressalta não só a obra de Paulo Rónai mas também o que ele representou como sujeito-tradutor. Ocupou posição chave uma vez que é brasileiro por adoção e, ao mesmo tempo, europeu e intelectual. Reúne posições dentro dessa formação discursiva que o privilegiam como representação de um sujeito-tradutor ideal, tanto no Brasil quanto no exterior. No Brasil, um dos sentidos dessa representação é o reconhecimento da existência e relevância da língua portuguesa do Brasil pois, afinal, ela mereceu que um europeu por ela se apaixonasse e a identificasse com pátria e liberdade. Fora do Brasil, a representação do Paulo Rónai é a de um europeu brasileiro, alguém que, por fim, entende o que se passa nesse grande Outro. A representação de Paulo Rónai como sujeito tradutor cai como uma luva num ambiente pós-guerra em que se busca resgatar valores humanistas, entre os quais a importância da tradução, seja como instrumento de difusão científica e cultural, seja para a resolução dos conflitos diplomáticos.

Novos instrumentos de escrita têm aparecido junto a novas ferramentas de tradução e o tradutor vem adotando cada vez mais as premissas de um sujeito de tecnologia da informática. Ainda assim, dentro dessa análise do discurso sobre a tradução, cabe ressaltar que o desejo de identificação da língua com uma pátria continua a ser um dos mais importantes traços identitários do sujeito tradutor.

6. CONCLUSÕES

O objeto de nosso trabalho foi o discurso *sobre* a tradução na segunda metade do século XX. A conceituação desse objeto de análise, discurso *sobre* tradução, em oposição a discurso *de* tradução nos envolveu em diferenças sustentadas pelo arcabouço teórico da AD, principalmente pelos escritos de duas autoras, Orlandi (1990) e Mariani (1998), cujos trabalhos voltados para o discurso *sobre* Brasil e discurso *sobre* comunismo, respectivamente, ofereceram-nos subsídios para nossas elaborações em torno de discurso *sobre* a tradução.

Também como fundamentação teórica, valemo-nos não só dos conceitos de discurso *sobre/de* de Orlandi e Mariani, como já citamos, mas também de muitos outros trabalhos e reflexões do que já se denomina Análise do Discurso brasileira. Além disso, ainda dentro de nosso arcabouço teórico, situamos nosso trabalho na linha de História das Idéias Lingüísticas, trabalho teórico que resultou principalmente das pesquisas lideradas por Sylvain Auroux, centradas sobre duas grandes teses: a investigação sobre o surgimento das considerações reflexivas sobre a linguagem humana e o estudo do processo de gramatização, ou seja, a produção gradual de gramáticas e dicionários em todas as línguas do mundo, na base da tradição greco-romana. No Brasil, sob a orientação de Eni Orlandi, a História da Idéias Lingüísticas investiga o processo de constituição da língua nacional. Esse projeto de pesquisa sobre tradução alinha-se às pesquisas em História das Idéias Lingüísticas, posto que engloba a investigação das reflexões em torno do discurso *sobre* a tradução no Brasil, sobre os sentidos de língua nacional, língua estrangeira, língua materna e historicidade de tradução.

Como exercício teórico, procuramos acompanhar a linha de raciocínio desenvolvida por Pêcheux ao longo de sua construção de uma teoria de Análise do Discurso, como está exposto em sua obra, principalmente em *Semântica e Discurso* (1988 [1975]). Pêcheux tem como questionamento teórico a própria construção filosófica sobre língua, percorrendo teorias que abordam esse tema ao longo de séculos. Para tratar dessas construções teóricas, que poderíamos conceituar como seu *corpus* empírico, Pêcheux utiliza o dispositivo analítico da investigação das proposições *contingentes* e *determinativas*. Grande parte da teoria sobre a AD foi

desenvolvida a partir dos seus encaminhamentos e reflexões em torno dessas questões.

Como dispositivos teóricos, mobilizamos conceitos da AD, destacando-se, entre eles, a questão do sujeito, a heterogeneidade discursiva, a autoria, o político na língua, os espaços de enunciação, a materialidade da língua e sua opacidade, os lapsos nas formulações, que permitem a manifestação do inconsciente no sujeito suposto pela AD, as formações discursivas, as formações ideológicas, os recortes, a historicidade, a própria noção de discurso e texto, língua, língua fluida, língua imaginária, espaços de enunciação, entre outras. Procuramos compreender o processo de tradução com base nos pressupostos da AD. Figura nesse processo de tradução principalmente a questão da autoria centrada no interdiscurso da posição-sujeito tradutor, do que ele tem como representação do discurso original, dos vários outros que o atravessam no processo que não é só lingüístico, mas também discursivo, de um texto numa língua para um texto em outra língua. Há o silenciamento do autor, em que o traduzido parece ter brotado e nunca ter sido dito ou escrito pelo tradutor, e ele mesmo crê nisso. Há o político na língua, que é capaz de silenciar constitutivamente alguns sentidos para fazer aflorar outros, em outras direções argumentativas; há os deslizamentos de sentido, há a disputa política pelos espaços de enunciação. É um processo muito complexo, sempre aberto a novas buscas e compreensão. Buscamos também pautar nossas reflexões à luz da teoria da tradução, numa tentativa de aproximá-la das questões da AD.

Nossas indagações procuravam responder às seguintes questões: existiria uma posição-sujeito tradutor correspondente a alguma formação discursiva própria, que por sua vez constituiria um discurso *sobre/da* tradução? Haveria uma posição-sujeito tradutor brasileiro com uma especificidade sócio-histórica e lingüística?. Nosso trabalho constrói-se em torno da historicidade de sentidos associados a alguns termos e expressões, entre elas: *fidelidade*, / *liberdade* / *brasileiro* / *estrangeiro* / *língua materna* / *língua estrangeira*, / *língua nacional* / *língua brasileira*. Também fizemos recortes em que havia marcas de silêncio, lapsos de escrita, referências e deslizamentos, entre outras especificidades na materialidade lingüística dos textos que examinamos e que nos serviram de guia para a compreensão dos processos de constituição de sentido do que seja posição-sujeito tradutor. Além disso, o dispositivo teórico da AD foi mobilizado durante toda a nossa pesquisa com o intuito de compreendermos a constituição, no Brasil, do que

denominamos discursos *sobre* a tradução na segunda metade do século XX, como resultado de longos processos históricos internos e externos que acompanham sua institucionalização.

Nossa pergunta era: esta posição-sujeito tradutor corresponderia a alguma formação discursiva própria, que por sua vez constituiria um discurso *sobre/da* tradução? Em outras palavras, haveria uma posição-sujeito tradutor brasileiro com uma especificidade sócio-histórica e lingüística? E mais, nos discursos produzidos *sobre* a tradução e *da* tradução haveria marcas de uma memória vinculada ao seu momento de institucionalização? Ao fim de nossas análises, julgamos ter abordado aspectos discursivos que tangenciam as respostas a essas questões.

Iniciamos nossa pesquisa trabalhando com material empírico contemporâneo, a saber, uma conversa na Internet. Detivemo-nos, mediante a análise da superfície lingüística, procurando enunciados a recortar de forma que chegássemos a um possível discurso *sobre* tradução. Por meio das pausas em enunciações que indicavam silenciamentos locais, buscamos compreender um perfil de posição-sujeito que se nos afigurou, de forma bem surpreendente, como paráfrases históricas de construções discursivas medievais. As vozes que surgiam nesse discurso podem ser consideradas marcas da memória, dos já-ditos, do interdiscurso. Perguntamo-nos como se poderia ver emergir construções discursivas tão antigas nos enunciados analisados, já que estamos em pleno século XXI, após o desenvolvimento e divulgação dos saberes desenvolvidos a respeito de língua e linguagem humana. Uma das reflexões a que chegamos, ao fim do trabalho, é que a questão do discurso *sobre* a tradução está intimamente entrelaçada à questão do político na língua e fora dela, poder de quem autoriza a tradução, de quê, quando, onde e como se pode traduzir. Parece-nos também que o discurso *sobre* a tradução está numa encruzilhada entre os gestos de leitura dos arquivos literários e científicos (PÊCHEUX, Ler o arquivo hoje, 1997b [1982]). Se o discurso *sobre* a tradução trabalhasse com os arquivos humanistas, estaria entre os discursos literários, históricos, no rol dos saberes hermenêuticos, estudos de interpretação. Se fosse classificado entre os arquivos ditos científicos, estaria, como cada vez mais pretende estar, entre os discursos *sobre* técnicas, *sobre* saberes que dependem de instrumentos, computadores, memórias eletrônicas e meios virtuais de comunicação. Para que estivesse entre um lado ou outro dos arquivos descritos por Pêcheux, a prática da tradução teria que se libertar de suas características de trabalho anônimo,

fastidioso, invisível e sem valor com o qual está associada, pelo menos em nossa cultura ocidental. São muitas as sobre-determinações em torno do discurso *sobre a tradução*.

Em seguida, buscamos compreender a historicidade dos discursos *sobre tradução* no Brasil, em busca de sentidos brasileiros para tradução. Esbarramos com a questão do poder e do político, dessa vez traduzida como silêncio logo nos primórdios dessa construção. O primeiro desses processos tem início com a figura do língua, do intérprete. Não há a escrita, só a fala. O língua lê o interlocutor, lê seus gestos, seus movimentos, suas expressões faciais, e também o que o rodeia física e concretamente. Acreditamos que um dos sentidos do título do artigo de Mariani (2007) sobre os línguas, denominado “Quando as línguas eram corpos”, recupere este gesto de leitura dos línguas em seu trabalho, procurando interpretar o que vêem.

Em suas reflexões sobre a tradução chinesa e oriental, Lefevere (1988) afirma:

Both in the Western and the Chinese traditions, translation activity seems to have begun with the interpretation of spoken rather than the translation of written texts. This is important for at least two reasons. One, though not the most important, is that translation activity does not find its origin in the translation of sacred or even literary texts, but in the translation of oral communications that concern trade. This situation emphasises the importance of the interpreter (as we shall be calling the translator for now) as a person, as a mediator. It also stresses the importance of the actual situation in which interpretation takes place. (LEFEVERE, 1988, p. 14-15)⁵⁹

Lefevere atribui à centralidade desse mediador ao longo do processo sua interpretação da famosa expressão de Horácio em *Ars Poética*, ‘*fidus interpres*’ (*op. cit.*, p. 15): o sentido de *fidus* é confiável, alguém que não desaponta. O sentido de fidelidade, então, está ligado ao intérprete e não ao texto, mesmo porque estamos nos referindo a uma situação em que não há escrita. Nesse sentido, temos, no Brasil, como já mencionamos, a atuação dos línguas, cujos corpos eram a própria

⁵⁹ Em ambas as tradições chinesa e ocidental, a atividade tradutória parece ter começado com a interpretação de textos orais e não escritos. Tal fato é importante pelo menos por duas razões. Uma delas, embora não a principal, é que a atividade tradutória não tem origem na tradução de textos sagrados, tampouco literários, mas sim na tradução de comunicações orais relacionadas ao comércio. Tal situação ressalta a importância do intérprete (assim denominaremos o tradutor daqui em diante) como pessoa, como mediador. Também enfatiza a importância da situação real na qual se desenrola a interpretação. (*tradução nossa*)

língua, como sugere o título do trabalho de Mariani, *Quando as línguas eram corpos* (2007).

Podemos argumentar então que esse momento de tradução no Brasil não foi um processo de transposição de uma língua para outra, mas sim um processo de colonização lingüística, um esforço concentrado e dirigido para um apagamento não só das línguas indígenas como também de suas historicidades. A resposta dos índios foi o silêncio. O silêncio como resistência. É um silêncio que se traduz em falta, em carência, em ausência e que marca os discursos de/sobre o Brasil desde então. No discurso sobre a tradução, o silêncio se manifesta, entre outras características, no trato com a língua escrita, material de trabalho da tradução. Toda a questão que envolve a legitimidade das línguas do Brasil, incluindo línguas indígenas, língua geral e português falado no Brasil reflete-se na escrita e, conseqüentemente, na tradução. Concluímos que muito do discurso sobre a tradução no Brasil reflete também essa preocupação com a língua a ser usada pelos tradutores em suas posições-sujeito.

Acreditamos que devido à característica de oralidade preponderante nas práticas discursivas no Brasil, tenha havido sempre uma dificuldade em aceitar os processos de disciplinização do ensino de escrita de língua portuguesa (GALLO, 2002). Essa dificuldade poderia ter tido suas matrizes no ensino de escrita ainda em língua geral, na língua representada pelos jesuítas por meio da *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, entre outras gramáticas, tais como *Grammatica de Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, em 1536, e *Grammatica de Lingua Portuguesa*, de João de Barros, em 1540. Além da gramática de Anchieta, houve duas outras obras do mesmo gênero que circularam bastante na colônia: *Arte da língua brasílica*, do Padre Luís Figueira, publicada em 1621, e uma da língua da nação cariri, *Arte de Gramática da língua brasílica da nação Kariri*, de autoria do Padre Luís Vincencio Mamiani, lançada em 1699. (ROSA, 2003). Esta última é sobre a língua dos índios cariri e as outras duas tratam de outra língua “brasílica”, a mais falada na costa do Brasil, que não é, porém, o tupinambá antigo, mas a língua de contato, o tupi jesuíta. Na busca de homogeneização lingüística os jesuítas fazem o tupi jesuítico figurar como paradigma da língua a ser usada por outros povos indígenas.

Esses gestos em relação à oralidade e a língua escrita provavelmente refletem práticas discursivas comuns durante muitas décadas no Brasil. Entre essas

práticas discursivas figuraria a tradução. Como já dissemos, a princípio a conversão, posteriormente, tradução.

Com o trabalho de conversão religiosa realizado pelos jesuítas do Brasil, a tradução se institucionaliza dentro dos moldes afeitos a essa organização religiosa: um discurso que pretende aproximar-se dos índios para catequizá-los. Organiza-se, então, o discurso da conversão, com deslizamentos de sentidos. Uma vez mais, trata-se do funcionamento do político na língua: os jesuítas apropriavam-se de sentidos que imaginavam existir no discurso dos índios e atribuíam-lhes novas significações cristãs. É o discurso de conversão. Esse processo, portanto, faz-se também valer do silêncio e do fato das línguas indígenas serem ágrafas. O empenho religioso dos jesuítas também foi fator preponderante para um discurso de conversão.

Em seu trabalho sobre a conversão do discurso, Collinot (1989) faz observações a respeito de preleção de Jouvençy, padre jesuíta do século XVII / XVIII, sobre textos de autoria de Cícero, em latim, imersos na cultura pagã, através do que denomina “deslocamentos enunciativos” (1989, p.84) em direção à cristianização. Collinot acaba por atribuir à conversão do discurso lugar de destaque na cultura ocidental: através da EPISTROPHÉ (conversão-retorno), retorno à origem, retorno a si mesmo, e METANOÏA (conversão-mutação), mudança de pensamento, arrependimento (1989, p.87). Podemos imaginar o processo de des-historicização que essa *metanoïa* teria acarretado às cosmogonias diversas dos índios no Brasil. Conforme comenta o próprio Collinot:

O acontecimento, aqui, é a tentativa bem sucedida da conversão do discurso latino, efetuada pelos jesuítas nos séculos XVII e XVIII, numa forma discursiva que governa, ainda, nossa forma de falar cada vez que queremos impor nossa fala ao outro. (Collinot, 1989, p. 91)

Buscamos também entender a questão dos escritos, das traduções de relatos *do e sobre* o Brasil. Temos aí um longo processo de relatos orais, interpretados por línguas, escritos por *nègres*, circulando na Europa, institucionalizando a visão européia sobre o Brasil e estabilizando discursos *sobre* o Brasil. São discursos fundadores, construídos via interpretação (tradução oral). Muito do que se diria e se diz *sobre* o Brasil repete já-ditos que constituíram discursos fundadores, com sentidos que se procura fixar nesses textos tomados como documentos. O trabalho

dos línguas tornou possível essa trajetória histórica e discursiva também, só que de tão naturalizada é sequer mencionada. A autoria dos relatos que circulavam tampouco foi atribuída a línguas ou a *nègres*, mas sim a Montaigne, Thevet, J. de Léry, que deles se valiam para escrever seus relatos (ORLANDI, 1990, p. 107). É um tipo de silenciamento que não se configura formalmente como censura, mas é um silêncio local, é o apagamento do autor destituído de sua autoria por alguém que tinha muito mais poder sobre os meios de publicação e circulação dos textos, legitimidade e autoridade para assumi-los. Tanto foi assim, que muitas dessas narrativas são consideradas documentos com valor histórico, crônicas *sobre* o Brasil tomadas como fidedignas e legítimas. Temos então autores de textos que dependiam de sujeitos-intérpretes invisíveis, destituídos de legitimidade ao longo dos processos de tradução.

Procuramos também compreender o possível discurso *de/sobre* tradução durante momentos políticos contemporâneos à revolução francesa e à revolução americana e, no Brasil, contemporâneos ao movimento de Conjuração Mineira. Nessas traduções há posições-sujeito politicamente censuradas, com silenciamento local bem determinado. São as traduções perigosas, sujeitas à devassa. Além do silenciamento na política a que estavam sujeitas, a traduções das idéias iluministas que circulavam na Europa chegavam ou circulavam no Brasil por meio de interpretações nas quais se lia em português termos como, *inteligência* como traduzindo *skill*, *dexterity* e *judgement*, conforme citamos no capítulo 3 desta tese. As motivações políticas para essa tradução mereceriam uma pesquisa em si. Mais uma vez estamos perante a questão do político e da política na tradução.

Com a chegada da família real ao Brasil, começam a existir livros e traduções autorizadas de obras técnicas. A Imprensa Régia passava a imprimir livros, mas havia controle das obras que deveriam ser publicadas e, com certeza, das obras que poderiam ou deveriam ser traduzidas. A censura oficial foi abolida a partir de agosto de 1821, mas, mesmo assim, provavelmente havia uma política tácita regulando o que deveria ou não ser traduzido. A tradução, no entanto, serviu de proteção para a publicação de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), de Nísia Floresta, traduzido da obra inglesa *Vindications of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft. Comprovou-se em estudos feministas no fim do século passado que a tradução de Nísia Floresta era uma pseudo-tradução (DEPECHE, 2002), provavelmente feita assim para facilitar a publicação de idéias feministas, as quais,

de outra forma, talvez não tivessem sido publicadas na época, ou deixassem a autora vulnerável a muitas críticas. Ainda uma vez volta-se a notar os efeitos da política na tradução.

Procuramos contextualizar discursivamente a prática da tradução dos folhetins no Brasil do século XIX. A produção dos folhetins demandava um número grande de tradutores entre os quais muitos escritores. No entanto, nem por isso deixavam de haver críticas às traduções, à língua usada pelos tradutores, ou ao uso exagerado dos termos franceses em português. Associando o número de traduções à reputação de que não eram bem feitas, levantamos a hipótese de que houve nessa época um embate entre a língua usada pelos tradutores de cânones literários vigentes. Dizendo de outra forma, e bem provável que tenha sido um dos primeiros momentos de produção em tradução em que emergiu a questão das duas línguas denominadas português: uma delas legitimada, obediente as regras e determinações da língua culta *versus* a outra, muito mais próxima a oralidade, mais popular e menos comprometida com os padrões literários. Haveria o contraste entre um tradutor escritor (*bom sujeito*) e um tradutor menos literato (*mau sujeito*). Esta é uma conclusão nossa, também fundamentada na questão da língua portuguesa e nacionalismo que recrudescia nesse século. Sem entrar no mérito da reputação de qualidade baixa atribuída a esse tipo de tradução, havia, em nossa opinião, uma disputa entre duas línguas, a saber: a língua legitimada e a língua portuguesa outra. Ademais, havia desacordo também entre o que se imaginava ser a língua portuguesa, com seus brios nacionalistas bem em voga nesse século, contra a língua estrangeira, principalmente o francês. A tradução e o político se imiscuem nesses gestos de resistência (crítica a má qualidade da tradução) e nacionalismo (ojeriza aos termos estrangeiros), numa disputa pelo espaço discursivo (GUIMARÃES, 2000).

Com o século XX entra em cena a grande luta política em torno das idéias comunistas, liberais e nazistas. No Brasil, há grande mudanças, principalmente a partir da década de 30, com o fim da republica Velha e instituição da ditadura de Getulio Vargas. A língua e a questão do nacionalismo recrudesceram e tiveram reflexos na pratica da tradução. A língua passa por processos de institucionalização, representada no imaginário político da época como um símbolo nacional, ícone de união territorial e política. Na tradução há mais trabalho porque a indústria livreira sob censura do estado novo obriga os escritores a recorrerem à tradução para

ganhar a vida. Há traduções feitas por grandes nomes da literatura brasileira que emprestam seu prestígio à capa do livro traduzido. Há crítica contra muitas traduções, muitas vezes com justa razão, pois o fato de ser escritor talentoso em português não é suficiente para se compreender bem uma língua estrangeira, mas o teor das críticas é diferente daquele nas que se faziam contra os tradutores de folhetins do século anterior. Há críticas sobre traduções de Rachel de Queiroz, por exemplo, que versam sobre a propriedade com que a escritora traduziu tal e tal termo do original em inglês (OLIVEIRA, Priscilla e OLIVEIRA, Maria Clara C. de, 2008), mas não temos notícia de que Rachel de Queiroz tenha sido acusada de não conhecer português ou desconhecer a arte da escrita. Acreditamos, então, que não estávamos diante de uma disputa política pelo espaço da língua portuguesa. As críticas aos autores tradutores são divergências, mas a partir de um ponto de vista discursivo não estaria em jogo conflito semelhante ao que houvera no século anterior com a tradução de folhetins, ou seja, as presenças do *bom* e *mau sujeito* em suas posições de tradutor.

Contra a aceitação da tradução disciplinada, temos a figura do sujeito-tradutor Monteiro Lobato. Concluímos que este escritor preenche uma posição de desidentificação dentro da tradução no Brasil, principalmente dentro da literatura infantil. Rompendo com os cânones da língua legitimada até então, o português lusitano, Monteiro Lobato representa o sujeito de um discurso que transcende o impasse e vai além, criando cânones de tradução brasileira, levando em conta a oralidade da língua e ao mesmo tempo abrindo espaço para a representação escrita dessa língua. Criando condições para a aceitação dos elementos estrangeiros (num processo de estrangeirização), por meio de suas traduções e de sua literatura própria, Lobato deita as bases da imaginação de várias gerações de brasileiros. Em sua posição-sujeito tradutor, Monteiro Lobato é uma rara figura de tradutor renovador.

Ao fim de nossa tentativa de historicização do discurso *sobre* a tradução até os meados do século XX, chegamos ao cerne da nossa questão, a saber, a institucionalização da tradução via criação de instrumentos jurídicos e legais para isso. Debruçamo-nos sobre a filiação ideológica da FIT aos direitos humanos e a todo o redesenho da Europa pós-guerra. No Brasil, há um movimento de criação de organismos que pudessem representar a categoria dos tradutores via associação sindical. Vemos essa movimentação como uma filiação às formações ideológicas

que ganharam certo terreno nas nações do ocidente a partir do início do século XX, principalmente em função da revolução comunista vitoriosa na Rússia. Como resistência, houve muitos percalços no caminho dessa sindicalização. Uma dessas frentes de resistência estava no próprio governo, pouco interessado em aprovar um projeto de reconhecimento da profissão de tradutor. Sem a figura do profissional tradutor não havia possibilidade jurídica de criação de um sindicato. A outra frente de resistência vinha dos próprios tradutores. O discurso dos bacharéis, escritores e literatos consagrados, a elite intelectual do Brasil era avessa à identificação com a força trabalhadora, aos sindicalismos de macacão. A ABRATES e posteriormente, com a constituição de 1988 e reconhecimento da profissão de tradutor, transformada em ABRATES-RJ, e finalmente o SINTRA, não conseguiram aglutinar os tradutores do Brasil todo em torno de seus ideais primordialmente sindicalistas. O SINTRA existe e funciona, mas acabou por inserir-se num perfil mais próximo de uma academia de tradutores do que propriamente dito num órgão de reivindicações contra patrões em luta por melhores salários. Em nossas análises dos documentos de fundação da ABRATES, ABRATES-RJ e SINTRA, deparamo-nos com uma grande dificuldade no discurso a que conseguimos chegar: a própria identificação do tradutor. O movimento de institucionalização desenvolvido pelas associações e pelo próprio sindicato dos tradutores deu abertura para que o tradutor profissional que vive inteiramente dessa atividade possa ter um pouco mais de reconhecimento no mundo editorial e em outras esferas de atividade. Há um movimento, ainda que incipiente, para um reconhecimento mais favorável ao tradutor. A força da mídia tem se imposto ao divulgar obras plagiadas por editoras, desrespeito a direitos autorais e outras atitudes ilícitas. O tradutor cidadão reconhecido, contribuinte de impostos de seu trabalho, em posição-sujeito alinhada aos direitos constitucionais, só tem um grande entrave contra sua profissionalização: a movimentação da globalização, a escravização cada vez mais acentuada da força de trabalho aos meios de produção de livros e material impresso, mas essa força não atinge somente aos tradutores e sim — se é que isso é uma vantagem — a todos os trabalhadores.

Na última parte do nosso trabalho procuramos investigar o discurso *sobre* tradução em uma das primeiras obras sobre tradução na segunda metade do século XX no Brasil. Escolhemos prefácios de três autores. Desses prefácios, apreendemos uma posição-sujeito tradutor exemplar, cuja relação com a língua traz vários já-ditos e reminiscências que se repetem em paráfrases históricas. A posição sujeito do

tradutor no prefácio de 1954 é uma posição nacionalista, com marcas do discurso disciplinado de uma língua portuguesa oficial que mal esconde as versões de uma língua materna a ser dominada e contida. No prefácio de 2004, chegamos a um discurso que mantém a posição do bom sujeito, embora haja algumas interferências de um discurso técnico. Há uma promessa de que “o” computador, afinal, possa vir a resolver muitos dos problemas enfrentados pelos tradutores.

Visitamos também o prefácio de um dicionarista brasileiro a respeito de uma das obras de Paulo Rónai. Procuramos compreender a representação do *brasileiro Paulo Rónai* como um enunciado que sintetiza um personagem há longo esperado na discursividade brasileira: um estrangeiro que ama e respeita a língua e a literatura do Brasil. Nesse sentido, Paulo Rónai é saudado no prefácio como um homem que transita muito bem entre duas posições-sujeito no Brasil: conhece a língua culta da alta literatura brasileira e conversa com os alagoanos nos estribos do bonde que o traz do Méier. É um tradutor tenaz que acreditou inteiramente nos valores do trabalho e na regulamentação da profissão. Foi uma das maiores figuras da institucionalização jurídica dos tradutores no Brasil e seus esforços criaram o SINTRA.

Percebe-se que a forma-sujeito do capitalismo está em vias de transformação. Dentro desse novo alinhamento, com os avanços do programas de tradução automática cruzados à tecnologia de memória de tradução, é bem possível que em breve estejamos falando de uma posição-sujeito tradutor máquina. Há quem preconize o fim dos tradutores humanos. Circulam dois enunciados sobre esse assunto: *Traduza bem, ou será substituído por uma máquina* e *Você será certamente substituído por uma máquina que traduzirá mais e melhor do que você*. São as ameaças da aliança entre a globalização e a técnica. Sem medo de que tais ameaças se cumpram antes do fim dos tempos, muito resta a ser compreendido sobre a historicidade da tradução brasileira, sobre os processos discursivos de tradução imbricados nas línguas e nos espaços de enunciação no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARO DE CARVALHO, C. *A tradução para legendas: dos polissistemas à singularidade do tradutor*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2005.

ALVES, Fábio. (ed.). *Triangulating translation: perspectives in process oriented research*, (Benjamins Translation Library 45). Amsterdam: John Benjamins. 2003.

ANCHIETA, José de. *Artes de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. [1ª edição em 1595].

ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno F. Bassetto e Henrique Graciano Murachco, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1660].

ARROJO, Rosemary. As relações ambivalentes entre tradutores e teorias da tradução. *Ao Pé da Letra - Caderno de Tradução do Sindicato Nacional dos Tradutores*. Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p. 8 - 9, jul. 1993a.

_____. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993b.

AULETE, Caldas. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Maria Laura V Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969].

_____. *Posições I: Resposta a John Lewis*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 [1972].

AUSTIN, John. L. *How to Do Things with Words*. ed. J. O. Urmson and Marina Sbisá. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1962.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p.25-42, jul./dez. 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Dialogismo e divulgação científica. Tradução Eduardo Guimarães. *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp/NUDREC*, Campinas, n.5, p.9-15, março 1999.

BADIOU, Alan. *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Tradução de Antônio Transito e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BAKHTIN, Michail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. Campinas: Pontes Editora, Campinas, 1990.

_____. *The Virtual Image: Brazilian Literature in English Translation*. 1994. Tese (Doutorado em Translation Studies) – Universidade de Warwick, Inglaterra, 1994.

_____. A tradução, seus modelos teóricos e sua prática cotidiana. *Cadernos de Letras*. Faculdade de Letras, Departamento de Letras Anglo-Germânicas, Setor de Alemão. UFRJ. Rio de Janeiro, n. 16, p 345-359, 2001.

BASSNETT, Susan. When is a translation not a translation. In: BASSNETT, S & LEFEVERE, A. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. UK: Multilingual Matters Ltd, 1998, p.25-40.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BELLEI, Sérgio. The Raven, by Machado de Assis. *Ilha do Desterro: Revista do Programa de Pós-Graduação em Inglês do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da UFSC, Florianópolis*, n.17, p. 47-62, jan./jun.1987.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BORGES, Luiz C. A Instituição de Línguas Gerais no Brasil. In: ORLANDI, Eni (org.) *História das Idéias Lingüísticas: Construção do saber metalingüístico e constituição da Língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001, p. 199-222.

BOTTMAN, Denise. Lei Rouanet e Cidadania Cultural. Disponível em http://www.brasilquele.com.br/uol_texto_ler.php?id=5036&page=13 Acesso em 15 jun. 2009.

BRITTO, Paulo H. Desconstruir para quê? *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 2, n. 8, p. 41-50, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita na História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAMBERLAIN, Lori, Gender metaphors in translation. In: BAKER, Mona. *Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge, 1998.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. New York: Walter de Gruyter, 2nd edition 2002, [1957].

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1965.

_____. Conhecimento da História e construção Teórica na Lingüística Moderna. Tradução de Carolina Siqueira e Maria Cecília Lopes. *DELTA*. São Paulo, v. 13, n. spe, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 2 jan. 2007.

COLLINOT, André. A preleção jesuíta ou a conversão do discurso. In GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1989, p.83-91.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Tradução de Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEPECHE, Marie-France. As traduções subversivas feministas ontem e hoje. In *Labrys, Estudos Feministas*, número 1-2, julho/ dezembro 2002. Disponível em http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/mfd1.html. Acesso em: 12 dez 2005.

DERRIDA, Jacques. Signature, événement, contexte. In: DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Tradução de E. Weber. Paris: Galilée, 1972. p. 17-51.

_____. *Writing and Difference*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

DESLILE, Jean e WOODSWORTH, Judith. *Os tradutores na história*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1988.

DUFOUR, Dany-Robert, *A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2005.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

ESQUEDA, Marileide. Dias. *RÓNAI PÁL: conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução*. 1999. 103f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ESQUEDA, Marileide. Dias. *O tradutor Paulo Rónai: o desejo da tradução e do traduzir*. 2004. 213f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ESTEVES, Lenita. Em que se traduz a ingenuidade romântica? A tradução do romance-folhetim no Romantismo brasileiro. In: *50º Seminário do GEL*. 2002, São Paulo, 2002. Comunicação. Disponível em: <http://lenitaesteves.pro.br/MicrosoftWordemquesetraduzaingenuidadederom%C3%A2ntica.doc.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2009.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Studies. In: *Poetics Today: International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*. Durham, vol. 11, n. 1, p. 97-191, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio - Século XXI*. Versão Eletrônica 3.0. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A trama do sujeito. In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2005. *Anais do II SEAD*. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (CD-ROM).

_____. (coord.). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005a.

FERREIRA JR., Amarílio, BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos. Cedes*. Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2009.

FERREIRA JUNIOR, José. Aluísio Azevedo e Crítica Literária em Folhetim. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0022-1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1969].

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1970].

_____. *Isto não é um cachimbo*. Tradução de Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 [1973].

FONTANA, Mônica Zoppi. Os sentidos marginais. *Leitura: teoria & prática*. Campinas, n°8, p.48-58, dez.1991.

FREIRE, Sérgio Augusto. *Conhecendo Análise de Discurso – Linguagem, Sociedade e Ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

FROTA, Maria. Paula. *A singularidade na escrita tradutora – linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2000.

FURLAN, Mauri. Brevíssima historia da teoria da tradução no Ocidente: os romanos. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: Núcleo de Tradução, n.8, p. 11-28, 2003.

GALLO, Solange. L. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Unicamp, 1992.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua de Civilização e Línguas de Cultura: A língua Nacional do Brasil. In BARROS, Diana L. P. (org.), *Os discursos do descobrimento* São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. In *Letras* (Santa Maria), v. 27, p. 47-54, 2006. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_4.pdf. Acesso em 22 abril 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

GROSS, Alexander. *Hermes — God of Translators and Interpreters*. Disponível em: <http://language.home.sprynet.com/trandex/hermes.htm#totop>. Acesso em: 23 dez. 2006.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de M. da Penha Villalobos; Lólio Lourenço de Oliveira; Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer Querer Dizer*. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. A História não Existe? Tradução de José Horta Nunes. In ORLANDI, Eni (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997 [1982], pp. 29-53.

HIRSCH, I. *A tradução e a Inconfidência Mineira*. Tradução em Revista (Online). v. 5, p. 1-10, 2008. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/trad_em_revista.php?strSecao=input0. Acesso em: 25 mar. 2009

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, CD.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979 [1936].

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In HENRIQUES, Cláudio Cezar; SIMÕES, Darcília (orgs.). *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2005, p. 15-37.

ILARI, Rodolfo. Linguagem – atividade constitutiva (idéias e leituras de um aprendiz). *Revista Letras*. Curitiba, n. 61, spe., p. 45-76, 2003.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e teoria da comunicação. In JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Tradução de I. Blikstein e J. P. Paes. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 73-86.

JUNQUEIRA, Mary A. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo, vol.21, n.42, p. 323-342, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 de fev. 2009

KELLY, Louis G, Latin tradition. In BAKER, Mona. *Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge, 1998, p.495-505.

KUHN, Thomas. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

KUNTZ, Rolf. Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade. *Coleção Documentos - Série Teoria Política (IEA/USP)*. São Paulo, v. 34, 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/kuntzlocke.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2009

LACAN, Jacques. *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. (conferências proferidas em 1967, 1968)

_____. *O Seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Tradução de Marie Christine. Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

LEFEVERE, Andre. Chinese and Western Thinking on Translation. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, Andre. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. UK, Multilingual Matters, 1998.

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. *Psicanálise e Análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MACHADO, Alexandre N. Frege, psicologismo e o problema da linguagem privada. *Barbarói-* Revista do Depart. de Ciências Humanas e do Depart. de Psicologia da UNISC. Santa Cruz do Sul, n. 26, p.55-67, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/34/31>. Acesso em: 18 maio 2009.

MACEDO, Walmirio. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1991.

MAGALHÃES, C. M. Haroldo de Campos e o sujeito da tradução monstruosa. *Tradterm: Revista de Tradução e Terminologia*. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 11-22, 1998.

MAGNANTI, Celestina. O que se faz com a linguagem verbal? *Linguagem em (Dis)curso* Tubarão, vol. 1, n. 1, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0101/10.htm>. Acesso em: 3 fev. 2007.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso- (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1848].

MATTOS, Marcelo Badaró. [O Sindicalismo Brasileiro Após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.](#)

MARIANI, Bethânia. Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise do discurso). *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói, n. 12, p. 13-23, 1996.

_____. Discurso, memória e acontecimento. *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói, nº14, p. 35-47, 1º sem. 1997a.

_____. Fundamento sujeito-teórico da análise do discurso – a questão da produção de sentidos. *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói, n 15, p.33-46, 2º sem. 1997b.

_____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. Discurso e Instituição: a Imprensa. *Rua*. Campinas, n 5, p.47-61, 1999.

_____. *Colonização lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Quando as línguas eram corpos - Sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas, Pontes, 2007, p. 83 -111.

MARTINS, Márcia A. P (org). *Tradução e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

MEDEIROS, Vanise Gomes de. *Dizer a si através do outro*. 2003. 275f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

_____. *Lendo Crônicas do período JK*. Disponível em <http://www.eca.usp.br/caligrama/artigos/numero1/Rev%2004.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2009.

_____. Discurso Direto e Discurso Indireto: História e Sentidos. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, série VIII, n 12, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno12-09.html>. Acesso em: 23 nov. 2006.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MILTON, John. *Monteiro Lobato and translation: "Um país se faz com homens e livros"*. *DELTA*, vol.19, n. spe., p.117-132, 2003.

_____. *O Clube do Livro e a Tradução*. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. *O poder da tradução*. São Paulo: Ars Poética, 1993.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. Heterogeneidade e função tradutor. *Cadernos de Tradução*. Santa Catarina, n.4, p.221-237, 1999.

_____. *Discurso e Texto: Na Pista de uma Metodologia de Análise*. Disponível em: <http://209.85.165.104/search?q=cache:pJgePqW6JksJ:www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/discurso/solange.pdf+P%C3%A4cheux+corpus+arquivo&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br>. Acesso em: 1 mar. 2007.

MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho – outros aspectos, mesma obra*. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

NIDA Eugene, Bible translation, in BAKER, Mona, *Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge, 1998.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões Entrelaçamento de tradução e história no contexto brasileiro. *Ipotesi*. Juiz de Fora, v. 10, p. 167-177, 2006.

OLIVEIRA, Priscilla P., OLIVEIRA, Maria Clara Castellões. Rachel de Queiroz e a tradução na década de 40 do século XX. Tradução em Revista (Online), v. 5, p. 1-20, 2008. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/trad_em_revista.php?strSecao=report1&fas=60, Acesso em: 27 nov. 2008.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Tradução de Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: Editora Usinos; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Segmentar ou recortar? *Linguística: Questões e Controvérsias*. Uberaba, n 10, p. 9-26, 1984. (Série Estudos).

_____. *O que é linguística*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (Coleção Passando a Limpo).

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. In ORLANDI, Eni (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997 [1993], pp. 7-14.

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. In *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp/NUDREC*, Campinas, n.4, p.9-19, 1998.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001a.

_____. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001b.

_____. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001c [1983].

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002

_____. *A Leitura e os Leitores*. 2ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Discurso e Textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 4ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

OTTONI, Paulo. *Derrida - entre a língua e o idioma - o primeiro pensador da tradução*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~ottonix/DerridaRio2004.htm>. Acesso em: 20 dez. 2006.

PAGANO, A. S. Translation history in Latin America: a corpora-based analysis of the strategies used by a literary translator during the 1930-1950s Brazilian publishing boom. *Cadernos de Tradução: Corpora e Tradução*. Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 131-151, 2002.

PAGURA, Reynaldo. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *DELTA*. São Paulo, vol.19, n. spe., p.209-236, 2003.

PAIS, Carlos Castilho. Nomear o intérprete. *O Língua: Revista Digital sobre Tradução*, n.1, maio 2002. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/olingua/01/lingua2.html>. Acesso em: 22 out. 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à Afirmação do Óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988 [1975].

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, F. e HAK, T (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997a, [1969], pp. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças L.M. do Amaral. In ORLANDI, Eni (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b [1982], pp. 55-64.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002 [1983].

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. Há uma via para a lingüística fora do logicismo e sociologismo? *Escritos: Discurso e Política*. Campinas, n.3, p. 6-13, 1998 [1977].

_____. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Tradução de Bethania Mariani e Elizabeth Chaves de Mello, Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].

PAIS, Carlos Castilho. Turgimão. *O Língua - Revista Digital sobre Tradução*. Instituto Camões, n. 1, maio de 2002. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/olinguagem/01/lingua2a.html>. Acesso em: 28 de mar. 2007

PESSOA, Fernando. *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*. Lisboa: Editora Ática Lisboa, 1973.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PLATÃO. *Introdução em diálogos*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1987.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? *Cadernos da Pós-Letras/UERJ*. Rio de Janeiro, n.19, p.12-43, 1997.

RODRIGUES, Ana Cabral et al. Psicanálise, saber e conhecimento. *Revista do Departamento de Psicologia*. Niterói, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2006.

ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 13. n.4, out./dez.1993. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/52-4.pdf>. Acesso em 24 nov. 2008.

RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Educom, 1976 [1952].

_____. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981 [1975].

ROSA, Maria Carlota. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: BESSA FREIRE, José Ribamar; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003, p. 133-146.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SCHMITZ, John Robert and CALTABIANO, Maria Aparecida. Apresentação. *DELTA*. São Paulo, vol.19, n..spe, p.VII-XI, 2003.

SILVEIRA, Brenno. *A arte de traduzir*. São Paulo: Melhoramentos; Editora UNESP, 2004 [1954]. .

TOURY, Gideon. Introduction: a case for descriptive translation studies: the nature and role of norms in translation. In: _____. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995, p. 1-4; 53-59.

_____. *In Search of a Theory of Translation*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.

VASQUES, Marciano. *Encontro com Tatiana Belinky*. São Paulo: Editora Noovha America, 2005.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility: a history of translation*. London: Routledge, 1995.

_____. Strategies of translation, in BAKER, Mona, *Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge, 1998

_____. *Escândalos da tradução*. Florianópolis: EDUSC, 2002.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2003.

ZINK-BOLOGNINI, Carmen. Política de línguas: um exemplo na tradução. In *Línguas e Instrumentos Lingüísticos n^{os} 13/14*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004, pp.9-19.

ANEXOS

ANEXO 1 – CORPUS

1

De: X

Olá a todos.
Tenho uma frase para a qual não consigo uma tradução "decente". O assunto é o seguinte: um comentarista está falando sobre o comunismo e diz que, em sua opinião, o sistema comunista começou a acabar com o acidente nuclear de Chenobyl e diz que ele sente que as pessoas pensam: "if they can lie to us about this, they can lie about anything".
O que vocês acham que ele quis dizer? Eu não consigo entender o sentido. Obrigada a quem puder me ajudar.
X

2

De: A

Olá, X,
Eu entendo assim: "se eles querem nos enganar respeito deste assunto, então (eles) são capazes de mentir a respeito de qualquer coisa". Na verdade, talvez não fique muito claro quem são "eles" neste trecho. São "eles" os donos do poder, os dirigentes, os políticos, no caso, na antiga União Soviética. "Deste assunto" é evidentemente o acidente nuclear de Chenobyl, e esta "qualquer coisa" a que o comentarista se refere é o sistema comunista.
Talvez você possa deixar esse enunciado mais claro dependendo do público para quem você está fazendo a tradução.
"Se eles têm coragem de tentar nos enganar a respeito do acidente nuclear de Chenobyl, então são capazes de querer nos enganar a respeito de qualquer assunto".
"Se eles têm coragem de tentar nos enganar a respeito do acidente nuclear de Chenobyl, então são capazes de querer nos enganar até mesmo sobre o comunismo".
Boa sorte, abraços,
A

3

De: B

"Se mentem sobre isso, mentem sobre qualquer coisa".
B

4

De: C

Não A...

Você está acrescentando coisas que o texto não diz. Ser claro não significa incluir idéias próprias e pré-concebidas. Isso pode inclusive destruir a mensagem do original. O que está dito é: "se podem mentir para nós sobre isso, podem mentir sobre qualquer outra coisa" e pronto.

O que é 'isso', o que é a 'outra coisa' e quem são 'eles' não cabe ao tradutor interpretar.

C

5

De: A

Não, C,

Não concordo com você. Textos não dizem nada. As pessoas falam através de múltiplos efeitos de sentido contidos no texto. Você não pode esquecer o público alvo da tradução. No caso em questão não tenho a menor idéia sobre quem vai ler o texto final, por isso mesmo usei a expressão "talvez".

Saudações,

A

6

De: D

Muito boa a tua definição, Y !!!!!!!!

Realmente outros julgamentos o tradutor não pode supor, apenas traduzir...

É bom aprender com vcs !!!!!!!!

D

7

De: A

Olá, D,

É interessante constatar a recorrência da idéia segundo a qual o tradutor não supõe nada, apenas traduz antissepticamente. Faz parte do imaginário de muitos tradutores ainda nos dias atuais...

Outra coisa interessante para a qual você também deveria se voltar é a questão da coesão. Será que os elementos coesivos de uma língua são sempre tão expressivos em outra língua? É uma questão teórica bem interessante.

Saudações,

A

8

De: E

Desculpem entrar em conversa alheia, mas acho que está havendo um "esquentamento" da discussão e talvez seja evitável. Com todo o respeito A, acho que você realmente divagou um pouco na frase apresentada e não concordo com a sua tradução de "lie" por "enganar" - é "mentir" mesmo, como colocaram os outros colegas. Por outro lado, concordo que o tradutor às vezes deva fazer um pouco de "localização", mas certamente não sem contexto e num simples trecho em que um colega pediu uma ajuda.

Meus 2 cents,

E

9

De: A

Olá, E,

As pessoas de vez em quando se expressam mais ou menos apaixonadamente sobre o que acreditam ser os fundamentos básicos da tradução, sua prática etc. e tal.

Ao ler a pergunta inicial tive a impressão de que a colega não havia entendido as referências do texto original, daí sua dificuldade em traduzir o trecho e minha tentativa de explicitar o possível significado a partir do contexto apresentado. As co-referências do texto às vezes confundem.

Com todo o respeito, não concordo com a sua tradução de "lie" como "mentir" em português como única opção de tradução. Seria ideal que existisse uma univocidade em tradução, mas não é bem assim.

Bom dia de trabalho para você e para todos.

Saudações,

A

10

De: F

A,

No curso que estou frequentando na PUC (intérpretes para a língua inglesa), o professor vive nos repetindo que não é nossa função "suavizar" as expressões ou palavras, mas traduzi-las ao pé da letra para que a outra parte possa se defender. Nós somos apenas intermediários, não moderadores de discussão. Portanto, se o texto original usa "lie", não vejo porque não traduzi-lo por "mentir". É importante saber o contexto ou ter uma informação cultural (a tal bagagem cultural que tanta falta faz para inúmeros colegas tradutores), na qual a palavra se insere, para se fazer uma tradução o mais fiel possível do que está escrito ou dito.

F

De: A

11

Olá, F

Eu não disse em momento algum que "lie" não deveria ser traduzido por mentir. Será que eu passei esta idéia?

O que eu disse foi que não concordo que "lie" tenha que ser sempre traduzido por "mentir". Há muitos contextos diferentes, nisso parece que concordamos. A bagagem cultural faz muito falta a muitos tradutores, também concordo, mas no caso em questão, o contexto oferecido era muito pequeno, de modo que a gente está mesmo falando em tese, de maneira geral, não é verdade?

Quanto ao que você está aprendendo no seu curso da PUC, acho que está muito bem. Talvez você ainda venha a fazer algumas cadeiras mais teóricas na própria PUC sobre temas como tradução e fidelidade e idéias semelhantes. São temas muito instigantes. Abraços,

A

De: E

12

Olá, A

Obrigada pela sua resposta. Acho que toda discussão civilizada é enriquecedora. Um abraço,

E

De: G

13

Mas o tradutor não está ali para interpretar, até pq possibilidades de interpretação são muitas, amplas. O tradutor está ali para traduzir o texto, independente do público-alvo! Vc criou um novo texto, só nesse trechinho, e eu não gostaria de ler seus comentários, e sim os do comentarista que escreveu o texto! Se ele falou isso, vou querer entender e interpretar esse isso do MEU jeito, de acordo com o texto e com meu conhecimento, sem influência do tradutor e seu conhecimento! O papel do tradutor NÃO é explicitar os "múltiplos efeitos de sentido contidos no texto". Não mesmo!

G

De: G

14

Concordo PLENAMENTE C. Talvez esse they encontre alguma referência anterior. E mesmo se não encontrar o que está ali para ser traduzido é they. Agora as outras coisas definitivamente não se resumem ao comunismo somente. São QUALQUER coisa, como a própria frase diz (o outras acabou sendo acrescentado tb). Não é necessário mencionar novamente o acidente nuclear como início do fim do comunismo, visto que isso já foi mencionado anteriormente, ficaria uma repetição desnecessária.

G

De: H

15

G,

e você acredita mesmo que é possível um tradutor ler um texto sem interpretar? Sugiro a você duas leituras:

1) Fish, Stanley. Is there a text in this class? e How to recognize a poem when you see one. (são difíceis de conseguir, mas você querendo, faça cópias e envie para o seu endereço)

2) Arrojo, Rosemary. Oficina de tradução: a teoria na prática. Editora Ática. (um livro da Série Princípios. Tem a história do conto do Borges, sobre a tradução do Dom Quixote, que é bárbara e se encaixa perfeitamente nos seus comentários. Vale a pena!).

Não precisa explicar nada, só estou sugerindo um pouco mais de reflexão sobre esse assunto, que não é tão simplório como você colocou na sua mensagem.

Abraço.

H

De: G

16

Não coloquei *de forma alguma* o assunto de forma simplória. É claro que o tradutor qdo lê interpreta o texto. Só que a função dele não é fazer um resenha ou um paper, e sim colocar aquele *mesmo* texto que está em uma língua, em outra. Ou será que fiquei maluca de vez? Como eu disse, é uma pena que eu não saiba muitas línguas, pq sei o qto perco por não ler o original, e sim tradutores que dão que dão uma interpretada básica no texto... Ainda bem que sei inglês, já que mta coisa tem nessa língua e tb muita tradução... Dáí dá p/ tirar minhas conclusões.

17

De: A

Diga-me uma coisa: você acha que existe uma única interpretação de um texto? Uma única, a verdadeira, e genuína interpretação? Você acredita nisso? Caberia então ao tradutor ter acesso a esta única e verdadeira interpretação e passá-la para a outra língua? Esta crença é um mito, G. O tradutor tem mesmo é que dar uma interpretada "básica", como diz você. Aprender a dar esta "interpretada básica", saber o que está fazendo e por que está traduzindo assim ou assado é a parte mais difícil.

Leia o livro "Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação", de Fábio Alves, Célia Magalhães e Adriana Pagano, da Editora Contexto. É um bom começo.

Abraços,

A

18

De: G

Eu não falei em uma interpretação. Eu SEI que há milhões de interpretações p/ textos em geral, e sei também que interpretar é tirar daquelas palavras alguma conclusão, alguma idéia, tirar alguma coisa, produzir conhecimento, sei lá. Pois bem, foi o que eu disse, essa não é a função do tradutor. O tradutor tem que pegar aquelas palavras e colocar em outra língua, "apenas" isso. É beeeeeem diferente de interpretar um texto.

ANEXO 2 – A Carta do Tradutor (em português)

A Carta do Tradutor

(texto adotado pelo Congresso de Dubrovnik em 1963 e modificado em Oslo, em 9 de julho de 1994)

Deveres gerais do tradutor
Direitos do tradutor
Situação econômica e social do tradutor
Associações e sindicatos de tradutores
Organizações nacionais e Federação internacional de tradutores

A Federação Internacional dos Tradutores, ao constatar

que a tradução se afirma no mundo contemporâneo como uma atividade permanente, universal e necessária, ela enriquece a vida das nações e contribui para uma melhor compreensão entre os homens, tornando possíveis as trocas espirituais e materiais entre os povos;

que, a despeito das variadas condições nas quais ela é exercida, a tradução deve ser reconhecida em nossos dias como uma profissão específica e autônoma;

desejosa

de estabelecer, sob a forma de ato solene, os princípios gerais inerentes à profissão do tradutor, especialmente

para ressaltar a função social da tradução, para especificar os direitos e deveres do tradutor,

para colocar as bases de um código moral do tradutor,

para melhorar as condições econômicas e o clima social nos quais o tradutor exerce sua atividade,

para recomendar certas linhas de conduta para os tradutores e para as organizações profissionais, e para contribuir desta forma para confirmação da tradução enquanto profissão específica e autônoma,

apresenta o texto de uma Carta destinada a guiar o tradutor no exercício de sua profissão.

CAPÍTULO I

DEVERES GERAIS DO TRADUTOR

1. A tradução, enquanto uma atividade intelectual cujo objeto é a transposição de textos literários, científicos e técnicos de uma língua para outra, impõe àquele que a exerce deveres específicos pertinentes à sua própria natureza.

2. Uma tradução deve sempre estar sob a responsabilidade do tradutor, qualquer que seja a natureza do assunto ou do contrato que o liga ao usuário.
3. O tradutor recusar-se-á a dar ao texto uma interpretação que ele não aprove ou que o fará transgredir os deveres de sua profissão.
4. Toda tradução deve ser fiel e transmitir exatamente a idéia e a forma da obra original – a fidelidade constitui para o tradutor tanto um dever moral quanto uma obrigação de natureza jurídica.
5. É preciso não confundir, no entanto, tradução fiel e tradução literal – a fidelidade da tradução não exclui uma adaptação necessária para dar forma, atmosfera, significado profundo da obra, sensíveis em outra língua e em outro país.
6. O tradutor deve ter um conhecimento da língua a partir da qual ele traduz, mas, sobretudo, mestria naquela a qual ele traduz.
7. Deve possuir igualmente cultura geral e conhecer suficientemente a matéria que é o objeto da tradução e abster-se de se aventurar numa tradução a qual não tem domínio e escapa à sua competência.
8. O tradutor deve evitar qualquer concorrência desleal no exercício de sua profissão; em particular ele deverá se esforçar para obter uma remuneração justa e não aceitará tarifas inferiores àquelas que seriam eventualmente fixadas pelas leis ou regulamentos.
9. De uma maneira geral, ele não deve procurar nem aceitar trabalho em condições humilhantes para ele e para a profissão que ele exerce.
10. O tradutor deve respeitar os interesses legítimos do usuário, considerando como segredo profissional todos os dados que ele teve acesso graças à tradução que lhe foi confiada.
11. Na qualidade de autor “derivado” o tradutor está sujeito a obrigações especiais diante do autor da obra original.
12. O tradutor deve receber do autor a obra original ou obter do contratante a autorização de traduzir esta obra assim como respeitar todos os outros direitos dos quais o autor está investido.

CAPITULO II

DIREITOS DO TRADUTOR

13. Todo tradutor, em relação à tradução que ele fez, usufrui de direitos absolutos reconhecidos aos outros trabalhadores intelectuais no país onde ele exerce sua atividade.
14. A tradução, enquanto criação intelectual usufrui de proteção jurídica reconhecida às obras do espírito.
15. O tradutor é, então, titular de um direito de autor, e, por consequência, investido das mesmas prerrogativas do autor de obra original.
16. O tradutor usufrui, por consequência, de todos os direitos morais e patrimoniais inerentes à qualidade de autor.
17. Assim, o tradutor conserva durante toda sua vida o direito de reivindicar a paternidade de sua obra resultante notadamente:
 - a) que o nome do tradutor deva ser citado de uma forma manifesta e não equivocada ante qualquer utilização pública de sua tradução;
 - b) que o tradutor seja autorizado a se opor a toda forma de deformação, mutilação ou outra modificação de sua tradução;

- c) que os editores e outros beneficiários da tradução não têm o direito de colocar na obra nenhuma modificação sem o prévio consentimento do tradutor;
 - d) que o tradutor está autorizado a impedir qualquer utilização abusiva de sua tradução e a se opor em geral a toda tentativa prejudicial à sua honra ou à sua reputação
18. O tradutor, da mesma forma, está investido do direito exclusivo para autorizar à publicação, a apresentação, a transmissão, a re-tradução, a adaptação, a modificação e outras transformações de sua tradução e, de uma maneira geral, a utilização de sua tradução qualquer que seja sua forma.
19. Pertence ao tradutor, em toda utilização pública de sua tradução, o direito à remuneração pecuniária cujo valor é fixado pelo contrato ou pela lei.

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO TRADUTOR

20. Ao tradutor devem ser asseguradas condições de existência lhe permitindo completar com eficácia e dignidade a tarefa social que lhe foi confiada.
21. O tradutor deve estar associado à sorte de sua obra, notadamente ter direito a uma remuneração proporcional ao produto comercial da obra traduzida.
22. Deve ser reconhecido que a tradução pode se apresentar também sob o aspecto de um trabalho por encomenda e abrir, sob este título, um direito a uma remuneração independente dos lucros comerciais da obra traduzida.
23. A profissão de tradutor, da mesma forma que os outros profissionais, deve receber em todos os países uma proteção equivalente àquela que este país dá às outras profissões através de convenções coletivas, contratos padrão etc.
24. Os tradutores devem ter, em cada país, todos os benefícios garantidos aos trabalhadores intelectuais e notadamente de todos os sistemas de seguro social, quanto à aposentadoria por velhice, por doença, por desemprego e pensão alimentícia.

CAPÍTULO IV

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DE TRADUTORES

25. Os tradutores assim como os representantes de outras profissões têm direito de constituir associações ou sindicatos profissionais.
26. Estas associações exercem o papel de velar pelo melhoramento da qualidade das traduções e de tratar de todas outras questões relativas à tradução, afora a defesa dos interesses morais e materiais dos tradutores.
27. Elas intervêm junto aos poderes públicos na preparação e organização das medidas legislativas e regulamentares concernentes à profissão.
28. Elas se empenham para manter contatos permanentes com as organizações que recorrem à tradução (sindicatos, editores, empresas industriais e comerciais, administrações públicas ou privadas, órgãos da imprensa, etc.) visando o estudo e solução de seus problemas comuns.
29. Ao cuidar da qualidade das obras traduzidas em seus países, elas mantêm contato com organismos culturais, sociedades de autores, seções nacionais do Pen Club, representantes da crítica literária, sociedades culturais, universidades e os institutos de pesquisa técnica e científica.

30. Elas são chamadas para exercer uma ação de arbitragem e de especialização diante de todas as diferenças entre tradutores e usuários da tradução.
31. Cabe-lhes dar seu parecer a respeito da formação e recrutamento dos tradutores e até participar com os institutos especializados e as universidades para realização destes objetivos.
32. Elas se empenharão em reunir as informações de todas as procedências concernentes à profissão para colocá-las à disposição dos tradutores sob a forma de bibliotecas, dossiês, revistas, boletins e criarão, com esta finalidade, serviços de informações teóricas e práticas, e criarão, com esta finalidade, serviços de informação teóricas e práticas, organizarão colóquios e reuniões.

CAPITULO V

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TRADUTORES

33. Se existir num país diversos grupos de tradutores constituídos, seja em base regional, seja por categorias de tradutores, faz-se desejar que esses grupos coordenem seus esforços numa organização central, respeitando suas individualidades.
34. No país onde ainda não exista associação ou sindicato de tradutores, sugere-se a esses últimos unir seus esforços visando chegar à criação indispensável de tal organismo, com as condições requeridas pelas legislações destes países.
35. As organizações nacionais representativas dos tradutores são conclamadas a se unir à Federação Internacional dos Tradutores (FIT) para garantir os esforços comuns na realização de seus objetivos para a realização de seus objetivos no plano mundial.
36. A associação dos tradutores em associações nacionais, assim como aquelas últimas na Federação Internacional dos Tradutores deve atuar em completa liberdade.
37. A Federação Internacional dos Tradutores defende os direitos materiais e morais dos tradutores no plano internacional, acompanha as questões teóricas e práticas relativas à tradução e se empenha em contribuir na difusão da cultura no mundo.
38. A Federação Internacional dos Tradutores realiza esses objetivos representando os tradutores no plano internacional especialmente nas relações com as organizações governamentais, não governamentais e supranacionais, participando de reuniões que possam interessar aos tradutores e à tradução em escala internacional e editando as publicações, organizando ou fazendo organizar congressos que permitam o estudo de questões que interessem à tradução e aos tradutores.
39. A Federação Internacional dos Tradutores, de maneira geral, prolonga a ação das sociedades de todos os países no plano internacional, coordena seus esforços e define sua linha de conduta comum.
40. As associações nacionais e a Federação Internacional dos Tradutores, seu organismo central, utilizam a energia necessária à continuação de seus objetivos profissionais com sentimento de solidariedade existente entre os tradutores e na dignidade da tradução que contribui a uma melhor compreensão entre os povos e à divulgação da cultura no mundo.

ANEXO 3 – Recomendação de Nairóbi (em português)

UNESCO

RECOMENDAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS TRADUTORES E TRADUÇÕES E SOBRE OS MEIOS PRÁTICOS PARA MELHORAR A CONDIÇÃO DOS TRADUTORES

A Confederação Geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, reunida em Nairóbi, de 26 de outubro até 30 de novembro de 1976 em sua 19ª sessão,

Considerando

que a tradução favorece a compreensão entre os povos e a cooperação entre as nações, facilitando a difusão das obras literárias e científicas, incluídas as obras técnicas, além das barreiras lingüísticas, assim como a troca de idéias.

Constatando

O papel extremamente importante que tem os tradutores e as traduções no intercâmbio internacional, no campo da cultura, da arte e da ciência, particularmente quando se trata de obras escritas ou traduzidas em línguas de menor difusão,

Reconhecendo

Que a proteção dos tradutores é indispensável, se quisermos que as traduções tenham a qualidade necessária para poder exercer eficazmente sua missão a serviço da cultura e do desenvolvimento,

Lembrando

Que, se os princípios de tal proteção já estão contidos na Convenção Universal sobre o direito do autor e se a Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas e as legislações nacionais de certo número de estados membros também contém disposições específicas relativas a tal proteção, a aplicação prática deste princípios e disposições nem sempre adequadas,

Sendo de opinião

Que se, em numerosos países os tradutores e traduções usufruem, a respeito do direito do autor, de uma proteção análoga àquela conferida aos autores e às obras literárias e científicas, compreendendo as obras técnicas, a adoção de medidas de ordem essencialmente prática, equiparando o tradutor ao autor e próprias da profissão de tradutor, se justifica a Recomendação de Nairóbi visando, ao mesmo tempo, a melhoria da aplicação efetiva dos textos jurídicos em vigência,

Tendo decidido, em sua 18ª sessão que a proteção dos tradutores deverá ser objeto de uma recomendação aos estados membros quanto ao artigo IV, parágrafo 4, do Ato constitutivo,

Adota a presente recomendação no vigésimo segundo dia de novembro de 1976.

A Conferência Geral recomenda aos estados membros a aplicação dos dispositivos a partir de agora no que diz respeito à proteção dos tradutores e das traduções adotando, sob a forma de lei nacional ou de outra forma e em conformidade com suas disposições constitucionais e suas respectivas práticas institucionais, medidas apropriadas para ter efeito nos territórios sob sua jurisdição aos princípios e às normas formuladas nesta recomendação.

A Conferência Geral recomenda que os estados membros levem esta recomendação às autoridades, serviços ou órgãos com competência para lidar com os problemas apresentados pelos interesses morais e materiais dos tradutores e pela proteção das traduções, assim como chamar a atenção das diversas organizações e associações que representam ou defendem os interesses dos tradutores e àquelas dos editores, dos empresários de espetáculos, dos organismos de radiodifusão e de televisão e de outros meios e partes interessadas.

A Conferência geral recomenda que nas datas e na forma que ela determinará, os estados membros submetam à Organização dos relatórios o prosseguimento dado por eles à presente recomendação.

I. DEFINIÇÃO E CAMPO DE APLICAÇÃO

1- A presente recomendação dá o seguinte sentido:

a) a palavra “tradução” designa a transposição de uma obra literária ou científica, incluída uma obra técnica, de uma língua para outra, quer a obra pré-existente ou a tradução seja destinada ou não à publicação em livro, numa revista, num jornal ou sob qualquer outra forma, ou seja objeto de uma representação no teatro, no cinema, à radiodifusão, à televisão ou qualquer outro meio;

b) a palavra “tradutores” designa os tradutores de obras literárias ou científicas, inclusive as obras técnicas;

c) a palavra “usuário” designa as pessoas físicas ou morais para quem a tradução é feita.

2 – A presente recomendação se aplica a todos os tradutores quem quer que sejam:

a) o *status* jurídico que lhes é aplicado na qualidade de:

I. tradutores independentes ou

II. tradutores assalariados;

b) a disciplina de que trata a obra traduzida;

c) o caráter de sua atividade: tempo integral ou tempo parcial.

II. SITUAÇÃO JURÍDICA GERAL DOS TRADUTORES

3. Os estados-membros deverão fazer beneficiar os tradutores, em vista de suas traduções, proteção que lhes concedem os autores conforme as disposições das Convenções internacionais do direito do autor das quais fazem parte e daquelas de

sua legislação nacional ou de umas ou outras e isso sem prejuízo dos direitos dos autores das obras pré-existentes.

III. MEDIDAS APROPRIADAS PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO EFETIVA DA PROTEÇÃO QUE BENEFICIA OS TRADUTORES A TÍTULO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS SOBRE O DIREITO DO AUTOR

4. É aconselhável que uma convenção escrita seja acordada entre o tradutor e o usuário.

5. O contrato rege as relações entre um tradutor e um usuário, de modo geral, da mesma forma quando for necessário, todo e qualquer outro instrumento jurídico que rege tais relações deverão:

a) conceder uma remuneração equitativa ao tradutor, qualquer que seja sua situação jurídica;

b) conceder ao tradutor, quando ele não atuar na qualidade de tradutor assalariado, uma remuneração proporcional às receitas provenientes da venda, ou seja uma remuneração proporcional às receitas provenientes da venda ou da exploração da tradução, com pagamento de um valor, este adquirido pelo tradutor quaisquer que seja as mencionadas receitas, seja prever em seu proveito o depósito de uma quantia calculada segundo um outro sistema de remuneração independente das vendas, se um tal sistema previsto ou admitido pela legislação nacional, seja a previsão em seu proveito de uma remuneração de uma quantia equitativa, quando da remuneração proporcional se mostra insuficiente ou inaplicável. O método apropriado deve ser escolhido levando-se em conta o sistema legal do país interessado, no caso final, do gênero da obra pré-existente;

c) prever, se for o caso, uma remuneração suplementar no caso em que a utilização da tradução exceder os limites definidos pelo contrato;

d) especificar que as autorizações consentidas pelo tradutor estão limitadas aos direitos que são objeto de uma menção expressa, esta disposição se aplica a novas edições eventuais;

e) estipular que, no caso em que o tradutor não tenha obtido as autorizações necessárias, cabe ao usuário obter tais autorizações;

f) estipular que o tradutor garanta ao usuário o desfrute tranqüilo de todos os direitos cedidos e se compromete a se abster de todo ato suscetível que firam os interesses legítimos deste e a se submeter, se for o caso, à regra do sigilo profissional;

g) estipular que, sob reserva das prerrogativas do autor da obra pré-existente, não haverá nenhuma modificação no texto de uma tradução destinada à publicação, sem que seja efetuada anteriormente acordo com o tradutor;

h) garantir ao tradutor e à sua tradução, guardadas as devidas proporções, uma publicidade análoga àquela que usufruem os autores, em particular, o nome do

tradutor que deverá figurar num bom lugar em todos os exemplares publicados da tradução, nos anúncios de teatro, nas comunicações que acompanham as emissões de radiodifusão ou de televisão, nos letreiros dos filmes e também em todo material de promoção;

i) prever que o usuário se comprometa a fazer constar nos exemplares da tradução as referências para responder às formalidades existentes em matéria de direito do autor nos países onde pode-se razoavelmente esperar que a tradução seja utilizada;

j) prever regulamento de diferenças que poderiam surgir, principalmente quanto à qualidade da tradução, enquanto que possível através de arbitragem ou de acordo como procedimento estabelecido pela legislação nacional ou qualquer outro regulamento diferente que, de um lado seja de natureza que traga as garantias de imparcialidade que, por outro lado, seja de utilização cômoda ou pouco dispendiosa.

k) mencionar as línguas a partir das quais e para as quais o tradutor será chamado para traduzir e, sem prejuízo das disposições do parágrafo 1. a), subordinar, além disso, a conclusão de um acordo explícito no caso eventual de seus serviços na qualidade de intérprete.

6. Para facilitar a aplicação das medidas recomendadas nos parágrafos 4, 5 e 14, os estados-membros deverão, ressalvado o respeito à liberdade de todo tradutor de contratar individualmente, estimular as partes interessadas, em particular as organizações ou associações profissionais de tradutores e outras associações profissionais de tradutores e outras organizações que os representem, de um lado, e os representantes dos usuários, e de outro lado para adotar contratos típicos ou à conclusão dos acordos coletivos levando em conta as disposições da presente recomendação e de todas as situações que possam se apresentar em vista tanto da pessoa do tradutor quanto da natureza da tradução.

7. Os estados-membros deverão, por outro lado, encorajar as medidas que visam assegurar uma representação eficaz dos tradutores e para favorecer a criação e o desenvolvimento das organizações ou associações profissionais de tradutores e outras organizações que os representem encarregadas de definir as regras e os deveres que devem presidir o exercício da profissão, de defender os interesses morais e materiais dos tradutores e de facilitar as trocas lingüísticas, culturais, científicas e técnicas entre tradutores e entre os tradutores e os autores das obras a serem traduzidas.

Para esse fim, essas organizações ou associações poderão empreender, na medida em que a lei nacional o permita, principalmente as atividades a seguir:

- a) favorecer a adoção de normas regendo a profissão de tradutor. Estas normas devem conter, especialmente para o tradutor a obrigação de assegurar uma qualidade elevada da tradução do ponto de vista da língua e do estilo e de garantir que a tradução será fiel a original;
- b) estudar as bases de remuneração que sejam aceitáveis pelos tradutores e usuários;
- c) instituir procedimentos destinados a facilitar a regulamentação das diferenças que possam surgir em relação à qualidade das traduções;

- d) aconselhar os tradutores em suas negociações com os usuários e colaborar com as outras partes interessadas na elaboração de contratos típicos de tradução;
- e) se empenhar em trazer benefícios aos tradutores individualmente ou de forma coletiva, de acordo com as leis nacionais ou eventualmente com os acordos coletivos aplicáveis à espécie, na distribuição dos fundos provenientes de fontes privadas ou públicas que podem ou poderiam beneficiar os autores;
- f) assegurar trocas de informações a respeito de questões interessantes aos tradutores publicando boletins de informação, organizando reuniões ou através de qualquer outro meio apropriado;
- g) favorecer a assimilação dos tradutores aos autores de obras literárias ou científicas, incluídas obras técnicas quanto à prestação de serviços sociais admitidas à estes últimos e ao regime fiscal que lhes seja aplicado;
- h) favorecer a elaboração e o desenvolvimento de programas especiais para formação de tradutores;
- i) cooperar com outros organismos nacionais, regionais ou internacionais que defendem os interesses dos tradutores, e com todos os centros de informação nacionais e regionais sobre os direitos do autor criados para ajudar a preencher as formalidades necessárias à utilização das obras pelos direitos do autor, assim como Centro Internacional de Informação dos direitos do autor da UNESCO;
- j) manter estreitos contatos com os usuários e também com seus representantes ou com as organizações ou associações profissionais afim de defender os interesses dos tradutores e de negociar com estes representantes ou estas organizações ou associações dos acordos coletivos no caso em que tal medida pareça apresentar uma vantagem;
- k) contribuir, de maneira geral, ao desenvolvimento da profissão do tradutor.

8. Sem prejuízo das disposições do parágrafo 7, a filiação em organizações ou associações profissionais que representem os tradutores não deverá, no entanto, ser uma condição necessária à proteção, as disposições da presente recomendação deve se aplicar a todos os tradutores, pertençam ou não a tais organizações ou associações.

IV. SITUAÇÃO SOCIAL E FISCAL DOS TRADUTORES

9. Os tradutores independentes, que recebem ou não royalties, deverão ter benefício prático de todos os sistemas de seguro social, no que diz respeito à aposentadoria, à doença, à pensão familiar, etc. e do regime fiscal que são, de uma maneira geral, aplicáveis aos autores de obras literárias ou científicas, incluindo as obras técnicas.

10. Os tradutores assalariados deverão ser absorvidos nos quadros e se beneficiar, sob esse título, do regime de prestações sociais que lhes é aplicável. Sob este aspecto, os *status* profissionais, os acordos coletivos e os contratos de trabalho baseados nestes deverão mencionar expressamente a categoria dos tradutores de textos científicos e técnicos, para que sua qualidade de tradutor seja reconhecida especialmente na sua classificação profissional.

V. FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRADUTORES

11. Os estados-membros deverão reconhecer o princípio no qual a tradução é uma disciplina autônoma cujo ensino deve ser distinto do ensino exclusivamente

lingüístico e requer uma formação especializada. Eles deverão encorajar a criação especialmente com as organizações ou associações profissionais de tradutores, das universidades ou de outros estabelecimentos de ensino, cursos de redação destinados aos tradutores bem como a instituição de seminários ou de estágios práticos. É conveniente também reconhecer a utilidade para os tradutores de poder se beneficiar de estágios de formação contínua.

12. Os estados-membros deverão examinar a possibilidade de organizar centros de terminologia que poderão desenvolver as seguintes atividades:

- a) comunicar aos tradutores as informações concernentes à terminologia necessária ao seu trabalho cotidiano.
- b) colaborar estreitamente com os centros de terminologia no mundo inteiro com o objetivo de normalizar e desenvolver a internacionalização da terminologia científica e técnica para facilitar o trabalho dos tradutores.

13. Em colaboração com as organizações ou associações profissionais e outros interessados, os estados-membros deverão facilitar a troca de tradutores entre eles, afim de permitir-lhes um melhor conhecimento da língua de sua especialidade, assim como do meio sócio-cultural no que se elaboram as obras que eles tem que traduzir.

14. Para melhorar a qualidade das traduções, os princípios e disposições de ordem prática aqui dispostas deverão ser expressamente mencionadas nos estatutos profissionais evocados na alínea 7 a) e em todas as outras convenções que ligam os tradutores aos usuários:

- a) O tradutor deve prever um adiamento razoável para cumprir sua tarefa;
- b) todos os documentos e informações necessárias para a compreensão do texto a ser traduzido e para a redação da tradução devem ser colocados à sua disposição na medida do possível;
- c) em regra geral, a tradução deve ser feita a partir do original, o recurso à re-tradução deve ser limitado aos casos em que isto for absolutamente indispensável;
- d) o tradutor deve, na medida do possível, traduzir em sua língua materna ou numa língua a qual ela a tenha como materna.

VI. PAISES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO

15. Os princípios e normas dispostos na presente recomendação podem ser adaptados pelos países em via de desenvolvimento, de forma que eles julguem os meios adequados às suas necessidades, e levarão em conta cláusulas especiais introduzidas com este propósito na Convenção Universal do direito do autor, como ela foi revisada em Paris, 24 de julho de 1971, e no Ato de Paris (1971) na Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas.

VII. CLÁUSULA FINAL

16. Quando os tradutores ou as traduções desfrutam, em certos aspectos, de uma proteção mais favorável do que aquela que resulte das disposições da presente recomendação, estas disposições não deverão, em nenhum caso, ser invocadas para reduzir a proteção já acordada.

ANEXO 4 - Ata de Fundação da ABRATES

Livro de Atas da Associação Brasileira de Tradutores, iniciado no dia 21 de maio de 1974, com a presença de

1. Raymundo da Palma
2. Paulo Bonari
3. Osvaldo Chagas de Oliveira
4. Luiz Schmöge Leit Ribeiro
5. Elís Davidson
6. Francisco de Paula C. Vêga
7. João F. de Sá
8. Renato da Silva
9. José de Fátima
10. Maria da Silva
11. Regal Zanabetti de Paiva Chaves
12. Heloisa Lygia Ferraz
13. ~~Luís de Lima~~
14. Luís de Lima
15. Willy Keller
16. Themia de Oliveira Rente
17. Themia de Oliveira Rente p/ Jayme Salomão
18. Themia de Oliveira Rente
19. Pontina Honniss
20. Estanislau
21. Francisca de Sá
22. ~~Luís de Lima~~
23. Clóvis Zanabetti
24. Graça Elza Massena
25. Regina Ray
26. ~~Paulo de Carvalho~~ (PAULO DE CARVALHO BRAGA)
27. Themia Amêlio de Moura Thaly

Com a presença das pessoas cujas assinaturas se liem acima, foi realizada a 21 de maio de 1974 na sede da Sociedade Brasileira de Outores Teca-

traís a primeira reunião da Associação Brasileira
 de Tradutores (ABRATES), presidida pelo sr. Raymundo
 Magalhães Junior. Considerando o número de
 presentes a reunião e o das pessoas que manifes-
 taram o seu interesse remetendo propostas escri-
 tas, o Presidente declarou constituída a ABRATES
 e expôs a finalidade visada pelos organizadores:
 defesa dos interesses dos tradutores, elevação do
 conceito e do nível profissional da classe. O sr.
 Paulo Ronai relatou a repercussão das noti-
 cias publicadas na imprensa sobre a fundação
 da ABRATES inclusive o interesse demonstrado pe-
 la Fédération Internationale des Traducteurs na
 pessoa de seu presidente, sr. Pierre Francis Caillé,
 e pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Docu-
 mentação, cuja presidente, D. Hagar Espanha Gomes
 se fazia representar na reunião por D. Sonia Ma-
 ria Santiago Dreyfus, e o voto de louvor aprova-
 do pela Assembleia Legislativa do Estado da Gua-
 narara por proposta de sr. Deputado Frederico
 Mella. Aberto a discussão, vários participantes
 tomaram a palavra para debater os objetivos da
 ABRATES, assim como o critério de admissão dos
 sócios da mesma. Por sugestão do Presidente foi
 designada uma comissão composta dos Senho-
 res Daniel Koelke, Clóvis, Augusto, Clóvis Ramalho
 e Paulo Ronai, e assessorada pelo sr. Antônio Kou-
 aiss, para elaborar uma definição a respeito e apre-
 sentá-la juntamente com o rascunho dos statu-
 tos definitivos numa segunda reunião, marcada pa-
 ra o dia 12 (doze) de junho de 1974 (mil nove-
 centos e setenta e quatro)

Raymundo Magalhães Junior
 Paulo Ronai

ANEXO 5 - Segunda reunião da assembléa para fundação efetiva da
ABRATES

717 27 Novembro 1964

3

- 1) Raymundo Magalhães J
- 2) Elis de Aguiar
- 3) Carlos Hoffeld
- 4) ~~João de Deus~~
- 5) J. C. Pedro Grande
- 6) ~~Idi. na de Bengoa~~
- 7) Paulo Américo
- 8) Maurício Buithe
- 9) Luiz de Aguiar
- 10) Jaciely de C. S.
- 11) Vera Lúcia de Barros Bastos
- 12) Maria da Glória de Souza Reis
- 13) Gutierrez Housson
- 14) Lygia Lapa de Aguiar
- 15) Helena Lygia de Aguiar
- 16) Roberto de Aguiar
- 17) Elis Regina de Aguiar
- 18) Elizabeth Cepha Huggins
- 19) France Knox
- 20) João de Aguiar
- 21) ~~João de Aguiar~~
- 22) ~~João de Aguiar~~
- 23) ~~João de Aguiar~~
- 24) Paulo Rónai
- 25) Cláudio Ramalho
- 26) Régis Ray
- 27) Marco Antônio de Moura Melo

Com a presença dos acima assinados, sob a presiden-
cia de Raymundo Magalhães Júnior e secretariado
por Paulo Rónai, foi realizada a segunda reunião
da Assembléa para fundação efetiva da ABRATES
(Associação Brasileira de Tradutores), eleição de sua
Diretoria, discussão e votação dos estatutos apresen-
tados pela Comissão constituída para este fim na

primeira reunião. Depois da leitura e aprovação da ata de reunião de vinte e um de maio de mil novecentos e setenta e quatro, procedeu-se a eleição da Diretoria, tendo ficado decidido que esta teria mandato provisório, com poderes para os atos de legislação, digo, legalização da pessoa jurídica da Associação, terminando o seu mandato na primeira reunião, a ser convocada pela própria Diretoria. Foram eleitos por aclamação: Presidente, Olovis Romallete Maia, residente na Rua Lassandou 93, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 3944, de inscrição 2684, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, sessão da Guanabara, e de C.P.F. nº 003863757; Secretário, Paulo Ronari, residente a Rua Décio Filares, 168, brasileiro, casado, professor, portador da carteira de identidade expedida pelo Instituto Felix Pacheco de nº 711800, e de C.P.F. nº 000588827; e Tesoureiro, Daniel da Silva Rocha, residente à Rua Figueiredo de Magalhães nº 934, apt.º 702, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade expedida pelo Instituto Felix Pacheco de nº 215415 e de C.P.F. nº 008189177. Passou-se a leitura dos estatutos, tendo tomado parte na discussão formulando emendas e acréscimos os seguintes sócios: Felix Rabinstein, Eliane Zagury, Francisco Antonio de Oliveira Pereira, Carlos Mayfeld, Gabuila The Leis, Elza Massena, Roberto Tamara, Edith Van de Rénque e Regina Rajs. Os estatutos em sua forma final, resultantes do debate e votados e que passarão a reger a sociedade, são os seguintes: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES ABRATES - ESTATUTOS, votado em 18.IV.44 - I. DA SOCIEDADE E SEUS FINS - Art. 1º. A Associação Brasileira de

Tradutores - ABRATES, sociedade sem fins lucrativos ou políticos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por finalidade a coordenação, defesa e representação dos direitos e interesses dos tradutores de obra literária, científica ou técnica, o reconhecimento efetivo da sua equiparação ao autor quanto aos efeitos da sua atividade e cuidar, inclusive, do aprimoramento profissional, bem como dos problemas em geral com ela pertinentes. Art. 2º. Com o ato da sua filiação à ABRATES, o associado torna-a sua mandatária para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extra-judicial dos seus direitos autorais, bem como para os de sua cobrança (Lei 5.988 de 14.XII.73, "Código dos Direitos de Autor"). Art. 3º. Com o fito de estender suas atividades a tradutores residentes no exterior, e de qualquer nacionalidade, a ABRATES poderá no Brasil representar suas congêneres estrangeiras, mediante convenio com reciprocidade, bem como filiar-se à Federação Internacional de Tradutores (FIT), com sede na França, e participar de seus Congressos. Art. 4º. A ABRATES promoverá a instituição de tabelas mínimas de pagamento devido ao tradutor, resguardadas as peculiaridades dos gêneros de tradução, bem como a decisão pessoal do associado em fixar o preço de seus trabalhos acima dos níveis gerais que forem assentados pela ABRATES; e pugnará pela adoção compulsória de contratos-tipo de tradução, a serem utilizados por seus filiados, com o objetivo da proteção integral dos seus direitos autorais. II - DOS SOCIOS - Art. 5º. Poderá filiar-se à ABRATES quem, residindo no Brasil, for proposto a nela ingressar, e houver traduzido de uma para qualquer

outra língua, texto escrito ou por qualquer outro meio fixado para reprodução, mas tendo-o feito mediante remuneração, de modo permanente ou eventual, e desde que, para filiar-se, apresente como comprovante do exercício do ofício, seja exemplar de livro ou folhete por qualquer modo gravado e por ele verificado, ou o contrato da edição da obra que haja traduzido, ou o recibo do pagamento da tradução expedido por empresa legalmente estabelecida, ou outro documento hábil.

Art. 6.º São deveres dos sócios: 1. reconhecer na ABRATES a qualidade de sua representante para a conclusão de seus contratos de tradução e para a cobrança dos respectivos direitos, podendo a ABRATES fazê-lo diretamente ou por convenio com outra associação de autores; 2. cumprir os estatutos da Associação; 3. fornecer a secretaria da entidade, a relação de suas obras de tradução e atualizá-la, nos moldes da regulamentação e normas internas adotadas para este cadastramento; 4. efetuar o pagamento da taxa administrativa, que foi fixado pelos órgãos competentes da ABRATES; 5. aceitar a cobrança da taxa de serviços, pela ABRATES, referente à administração de seus direitos e que foi adotada; 6. admitir a intermediação da ABRATES na negociação e conclusão de seus contratos de tradução, atendidas as instruções que a ela e associado transmitir;

Art. 7.º São direitos dos sócios: 1. votar e ser votado para os cargos de seus órgãos gestores; 2. debater, formular proposições e votá-las, nas Assembleias e outras reuniões de que legitimamente participam; 3. solicitar e obter orientação comercial e jurídica,

referente ao seu exercício profissional de tradutor; 4. receber a intermediação extra-judicial da ABRATES para encaminhar soluções a questões surgidas em sua atividade de tradutor, sem como, dado o caso, obter da ABRATES na forma da lei o patrocínio judicial e seus eventuais direitos; 5. ser incluído no quadro social, se dele se tiver desligado a pedido pessoal. Art. 8º. Será excluído do quadro da ABRATES: 1. o associado que, por dois terços de votos da Diretoria, for considerado como tendo ou estando agindo em contrário aos interesses e fins da entidade, cabendo-lhe recurso ao Conselho Deliberativo, com quinze dias da ciência do ato, o qual lhe será comunicado em cinco dias após a decisão; 2. o que solicitar desligamento, ao término de três anos de filiação, período este que se renova por novo prazo fixo independentemente de solicitação, sendo que a admissão no quadro social equivale a um contrato de adesão para administração de direitos autorais do associado, pela ABRATES, na forma destes Estatutos. Art. 9º. As receitas da ABRATES serão constituídas: de contribuições fixas, pagas pelos associados, correspondentes a períodos que o Conselho Deliberativo estabelecer; de percentagens sobre cobranças dos direitos de associados; e de doações que à entidade receber. III. DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS - Art. 10º. A ABRATES será dirigida pela Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Art. 11º. A Assembleia Geral, órgão supremo, reunir-se-á uma vez por ano ordinariamente, e extraordinariamente sempre que a convoque ou a Diretoria, ou dois quintos do quadro social ou o Conselho Fiscal. A convocação será assinada pelo Presidente e feita mediante

des comerciais em uso; entregue o relatório de contas da Diretoria ao Presidente do Conselho Fiscal, este distribuirá a um Relator, que terá prazo de trinta dias para exame e parecer conclusivo, inclusive para saí-lo em diligência; após o prazo deve apresentá-lo em reunião, ao Conselho Fiscal, que o Presidente deste convocará até a primeira semana de março. Art. 21º. As alterações do Estatuto da ABRATES serão decididas pela Assembleia Geral, em sessão extraordinária e desde que instalada com a presença da maioria absoluta dos sócios quites, prosseguindo os trabalhos com qualquer número e tomadas as decisões pela maioria dos votos presente. Art. 22º. A ABRATES será dissolvida quando assim o decidir a Assembleia Geral pela maioria absoluta de seu quadro social ou em caso de insolvência, por proposta da Diretoria à Assembleia Geral extraordinária, e neste caso, por maioria absoluta em primeira convocação e, com qualquer número, em segunda. O patrimônio, se o houver, será doado a uma das sociedades de autores a escolha da Assembleia Geral. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembleia dando-se a ABRATES por fundada; e eu Paulo Louai fiz lavrar esta ata que assino com o Presidente Dr. Clóvis Kamallete e o Tesoureiro Dr. Daniel Koeha.

Paulo Louai
Daniel Koeha

ANEXO 6 – Ata de fundação da ABRATES-RJ

Ata de Fundação
TERMO DE FUNDACAO

CONTÉM ESTE LIVRO 200 FOLHAS NUMERADAS... TIPOGRAFICAMENTE DE 1 A 200

E SERVIRÁ DE livro Ata da Assembleia... (MATRIZ, AGÊNCIA OU FILIAL)

DA FIRMA Associação Profissional de Trad. do Est. R. Janeiro - Abrates
 ESTABELECE-SE A Rua da Quitanda n° 194 - 10º andar 5/5005
 RAMO DE NEGÓCIO ASSOCIACAO DE TRAD.
 REGISTRADA N.º RS. 88.155 POR DESPACH. 30 DE MARÇO DE 1986
 FRC PRR: INSCRITO
 NO CADASTRO GER. E DE CON. QUANTOS CCM F. SUB. O N.º 29418407 N.º DE ORDEM 0001-15
 O PRESENTE TERMO VALE ASSINADO PELO CONTRATADO
 REGISTRADO NO CRC-06 SOB O N.º 35.827 - 3RT

RAZÃO SOCIAL de Junho de 1986
 ASSINADO POR O NOME DA FIRMA Waldemar Cabral Cavalcanti Portinho
 ASSINATURA DA FIRMA [Assinatura]
 INSCRIÇÃO E CADASTRO NO N.º DO TÉCNICO DE CONTABILIDADE

ESCRITÓRIO CENTRAL VILA ÚNICA
 Direção: [Endereço]
 CRC: 06/006
 Av. Suburbana, 3847 - Setor 1208
 Tel. 261-2716 - RJ.

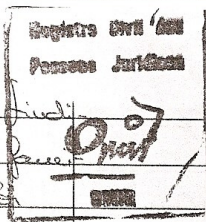
29418407/0001-15
 ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE
 TRADUTORES DO ESTADO DO RJ
 ABRATES-RJ
 RUA DA QUITANDA, 194 - 10º ANDAR - SALA 1005 PTE,
 CENTRO - CEP 20031
 RIO DE JANEIRO - RJ

Ata da Assembleia Geral de fundação da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro - ABRATES-RJ No dia 19 de Junho de 1985, às 19 horas e 30 minutos no auditório da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo 190, 14ª andar, na cidade do Rio de Janeiro, os tradutores cujos nomes constam no livro de presença por eles assinado reuniram-se em assembleia geral para a fundação da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro - ABRATES-RJ, tendo sido escolhida para presidir os trabalhos a Sr.^{ta} Waldívnia M. Portinho, presidente da Comissão Organizadora e da Associação Brasileira de Tradutores, que chamou para fazerem a mesa os Srs. Paulo Római, Elías Davidovich, Waltusair Dutra, A.B. Pinheiro de Jermes e Luiz F. Papi, dando-se em seguida a palavra ao Sr. Paulo Római, que ressaltou a importância da reunião e da fundação da associação profissional. Estou em seguida a Sr.^{ta} Waldívnia M. Portinho que se estendeu sobre os antecedentes da Associação Profissional dos Tradutores do Estado do Rio de Janeiro, sobre aqueles que podem fazer parte de seu quadro de associados, o registro da associação no registro de Trabalho, com a inclusão da categoria no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da Constituição das leis de Trabalho. Em seguida a presidente deu a palavra ao Sr. Waltusair Dutra, que falou sobre os problemas de organização profissional dos tradutores, ressaltando a necessidade da regulamentação da profissão, e da criação de um sindicato. Pediu a palavra em seguida o Sr. Daniel Lopes de Sá F.^o, tradutor de televisão, que falou sobre os problemas de

Registro Geral das
Pessoas Jurídicas

01/01/85

sua categoria; falou em continuação o Sr. Paulo Roberto de Amaral Oliveira, tradutor técnico, salientando que a ABRATES dedicasse mais atenção aos problemas dos tradutores técnicos. O Sr. Walter José Dutra esclareceu que a atual Associação Brasileira de Tradutores está sempre pronta a ouvir as reivindicações de todos os grupos, mas que para isso é necessário que esses grupos tenham contribuído tais reivindicações, e saudou o pronunciamento dos Srs. Leonival Lopes de Sá ^{SE} e Paulo Roberto de Amaral Oliveira, como uma contribuição de grande valor para que as questões de interesse da categoria dos tradutores como um todo possam ser examinadas em conjunto. Foram distribuídos os estatutos da Associação Profissional dos Estados do Rio de Janeiro, que, postos em votação, foram aprovados por aclamação, e são transmitidos ao final desta ata, dela fazendo parte integral. Procedeu-se em seguida à eleição da primeira diretoria da Associação, tendo sido constituída uma comissão para acompanhar a votação e apurar os votos, consistida do Sr. Nery F. J. Japane e da Sra. Lia Corrêa da Cunha Alvares-Wyler. Por 112 votos e sem que houvesse votos nulos ou em branco, foi eleita a seguinte diretoria: presidente, Waldívio M. Portinho, suplente A. B. Pinkins de Jesus; secretário-geral, Walter José Dutra, suplente Luis F. Papi; primeira secretária, Vera Rosário, suplente Márcia Galvão de Oliveira ^{SE}; tesouraria, Estela dos Santos Akemi, suplente Denise de Leite Ribeiro; Conselho Fiscal: Elías Davidovich, Regina M. A. Machado, Marina Mariani; suplentes: Rosa Maria Ripper D'Almeida, Elizane Zagury de Vas do Nello, e Rubel Torguê de Araújo, que foi imediatamente empurrada. Os presentes foram convidados a participar da próxima reunião da Associação Brasileira de Tradutores no



dia 17 de julho próximo futuro, na sede do prédio
 cento dos Escritórios do município do Rio de Janeiro,
 av. sita à Rua do Rosário lot. 39 andar. Foi
 convocação da maioria dos presentes, o horário
 fixado foi o das 18 horas. Nada mais havendo
 a tratar, eu WALTER DUTRA, secretário ad hoc
 da assembleia, dei a presente ata, que foi por
 mim assinada, bem como pela presidente da
 assembleia e da Associação, bem como pelos presen-
 tes que assim o desejaram, e cuja nome e assina-
 tura foi constar do livro de reuniões da Associação
 Profissional de Tradutores do Estado do Rio de
 Janeiro - ABRATES-RJ, que foi nesta data aberta
 solicitação para inclusão na lista de sócios
 devedores os Srs. Rebeca Davidovich, Sylvia No-
 brega, Vilma Vidal e Zita Machado Pessoa que
 não compareceram por motivo de força maior. Esta
 ata da Associação Profissional de Tradutores do Es-
 tado do Rio de Janeiro: Capítulo I - Da Sociedade
 e Seus Fins. Art. 1º - A Associação Profissional de
 Tradutores do Estado do Rio de Janeiro, com sede
 e foro na cidade do Rio de Janeiro, é constitui-
 da para fins de estudo, coordenação e proteção dos
 direitos e interesses, assim como o aprimoramento
 profissional, dos tradutores que residem ou exercem
 a profissão no Estado do Rio de Janeiro. Art. 2º - São
 prerrogativas da Associação: a) representar perante as
 autoridades administrativas e judiciais os interesses
 dos associados, relativamente à categoria dos tradutores;
 b) colaborar com o Estado, com os órgãos técnicos e conal-
 tivos, no estudo e solução dos problemas que se rela-
 cionam com sua categoria profissional. Art. 3º - São
 deveres da Associação: a) servir de foro para o debate e
 a solução dos problemas da categoria dos tradutores;
 b) promover o diálogo entre os tradutores e entidades

que digam respeito ao exercício de suas funções, em colaboração com os poderes públicos; c) manter serviços de assistência judiciária visando a proteção dos interesses profissionais dos associados; d) promover o treinamento e o aperfeiçoamento profissional dos associados. Art. 4º São condições para o funcionamento da Associação, a) a observância rigorosa da lei; b) abstenção de qualquer atividade político-partidária; c) inexistência do exercício de cargo eletivo cumulativamente com o emprego remunerado pela Associação. Capítulo II - Dos DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS. Art. 5º É tal o aquele que participe da estatuição de tradutores assiste o direito de ser admitido na associação. Art. 6º São direitos dos associados: a) tomar parte, votar e ser votado nas Assembleias Gerais na conformidade com os Arts. 10 e 14; b) requerer, com número de associados superior a dez por cento (10%), a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, justificando-a; c) gozar dos serviços da Associação. § 1º Os direitos dos associados são pessoais e intransmissíveis; § 2º Poderá ser desligado o associado que por qualquer motivo deixar o exercício da profissão, exceto nos casos de aposentadoria.

Art. 7º São deveres dos associados, a) pagar pontualmente a mensalidade que for arbitrada pela Assembleia Geral; b) comparecer às Assembleias Gerais e acatar suas decisões; c) prestigiar a Associação por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os elementos da categoria dos tradutores; d) respeitar, entendo, a lei e acatar as autoridades constituídas; e) cumprir o presente estatuto e os regulamentos que forem criados. Art. 8º Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e de eliminação da quadra social. § 1º São suspensos os direitos dos associados que não comparecerem a três

(3) Assembleias Gerais convocadas para causa justificada. § 2º São eliminados do quadro social a) o que por sua má conduta profissional fornecer dados elementares nocivos à entidade; b) o que por motivo fortuito se atrasar em mais de três (3) meses no pagamento das suas contribuições. § 3º As penalidades serão impostas pela Diretoria. § 4º A aplicação das penalidades, sob pena de nulidade, deverá preceder a audiência do associado, a qual poderá aduzir por escrito a sua defesa. § 5º Da penalidade imposta caberá recurso para a Assembleia Geral. Art. 9º Os associados que tenham sido eliminados do quadro social poderão ingressar na Associação, desde que se habilitem, a fim de a Assembleia Geral, ou que liquidem os seus débitos, quando se tratar de atraso de pagamento. Capítulos III DA VOTAÇÃO. Art. 10º As condições para votar e ser votado, o processo eleitoral das votações obedecerão as normas gerais para as sociedades civis, atendida sempre a exigência do escrutínio secreto e considerados eletos os que alcançarem a maioria de votos dos presentes. Capítulos IV Das Assembleias Gerais e DA ADMINISTRAÇÃO Art. 11º As Assembleias Gerais são convocadas nas reuniões não contínuas às suas vigentes e a este Estatuto, e suas decisões serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes, salvo as exceções previstas, digo, contidas nos presentes estatutos. Parágrafo único Quando a Assembleia Geral não puder funcionar em 1ª convocação, será convocada outra numa base de dois, a qual poderá realizar-se com qualquer número, salvo casos previstos nos presentes estatutos. Art. 12. Realizar-se-ão as Assembleias Gerais Extraordinárias a) quando o presidente ou a maioria da Diretoria ou do Conselho Fiscal o julgar conveniente; b) a requer

omento dos associados, um número de dez por cento (10%) dos associados em condições de requerê-la, os quais especificarão por menção explícita os motivos da convocação. Art. 13 A convocação da Assembleia Geral Extraordinária, quando feita pela maioria da Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pelos associados, não poderá operar o presidente da Associação, que terá de promover sua realização dentro de cinco dias, contados da entrega do requerimento na secretaria. Parágrafo Único. Na falta de convocação pelo presidente, de láção, expirado o prazo marcado neste artigo, aqueles que deliberaram realizá-la. Art. 14 As assembleias gerais extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para os quais foram convocadas.

Capítulo V - DA DIRETORIA. Art. 15 A Associação será administrada por uma Diretoria composta de quatro (4) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para os cargos de Presidente, Secretário-Geral, Secretário e Tesoureiro. Parágrafo Único. O mandato de Diretoria será de um ano, renovável por três vezes.

Capítulo VI - DO PATRIMÔNIO Art. 16 Constitui o patrimônio da Associação a) a contribuição dos associados; b) doações e legados; c) as rendas obtidas com a realização de cursos, conferências, seminários e outros eventos culturais; d) os bens e valores adquiridos e as rendas pelas mesmas produzidas; e) os aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos. Art. 17 As despesas da Associação correrão pelas seguintes rubricas: a) ensino técnico-profissional; b) despesas gerais; c) expediente; d) representação; e) despesas de conservação; f) previdência e seguros sociais; g) impostos; h) multas; i) honorários e comissões; j) diversas despesas; l) assistência social, judiciária, etc. Art. 18 A Administração do patrimônio

da associação constituída pela totalidade dos bens que a mesma possui, compete à Diretoria Art. 19

Os títulos de crédito, bem como os bens imóveis, só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembleia Geral, em seu título respectivo.

Art. 20 No caso de dissolução, não se acharão a associação incurso nas leis que definem, contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e a ordem política e social, os seus bens, passivos e dívidas decorrentes das suas responsabilidades, nem incomparados ao patrimônio de organizações de assistência social, a critério do órgão que decretar a referida dissolução.

Art. 21 No caso de dissolução da associação que se der por qualquer razão expressa da Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada e com a presença de três quartos (3/4) dos associados equitativos, o seu patrimônio

terceira e destino que a mesma Assembleia Geral determinar. Capítulo III Do Conselho Fiscal

Art. 22 A associação terá um Conselho Fiscal composto de três membros e três suplentes eleitos pela Assembleia Geral, na forma deste estatuto, limitando-se a sua competência à fiscalização dos gastos financeiros Parágrafo único. O mandato do Conselho Fiscal não é de dois anos, renovável uma vez.

Capítulo IV Disposições Gerais Art. 23 Dentro da base territorial, a associação, quando julgar oportuno, instituirá delegacias em locais para melhor proteção dos interesses dos associados.

Art. 24 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

Art. 25 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

Art. 26 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

Art. 27 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

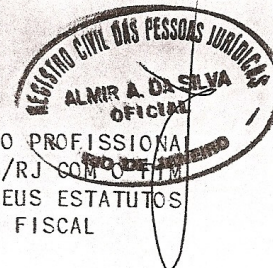
Art. 28 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

Art. 29 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

Art. 30 - O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar uma necessidade, devendo essa reforma ser feita por uma Assembleia Geral para esse fim especialmente convocada, estando presentes pelo menos dois terços (2/3) dos associados equitativos.

ANEXO 7 – Ata da Assembléia Geral com fim de transformar a ABRATES/RJ em sindicato

- 1 -



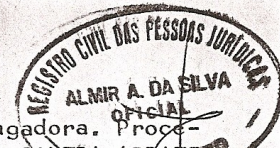
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE TRADUTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABRATES/RJ COM O FIM DE TRANSFORMAR A ABRATES/RJ EM SINDICATO, APROVAR SEUS ESTATUTOS E ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA E O PRIMEIRO CONSELHO FISCAL

Às 17 horas do dia 30 de novembro de 1988, em segunda e última convocação conforme o edital publicado no "Jornal do Comércio" de 18 de novembro de 1988, na sede da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, na Avenida Almirante Barroso 97, 3ª andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os membros da Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro-ABRATES/RJ, sob a presidência da Sra. Vilma Vidal. Também fizeram parte da Mesa a Sra. Waldívia M. Portinho e o Sr. Henrique V. Leite Rollemberg, respectivamente suplente da Presidente e Secretário-Geral da ABRATES/RJ. Compareceram 43 associados, cujas assinaturas figuram no livro de presença. Abrindo os trabalhos, a Presidente informou sobre a pauta da reunião, da qual constava, em primeiro lugar, a proposta de transformação imediata da Associação Profissional de Tradutores em Sindicato, sob a sigla SINTRA-ABRATES, dada a conveniência de se iniciarem os trâmites nesse sentido com a maior urgência, a fim de salvaguardar para a ABRATES o lugar por esta já conquistado junto à classe. Posta em votação essa proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade por aclamação, dispensando, dessa maneira, a necessidade de formação de mesa eleitoral. Em consequência, a Assembleia Geral Extraordinária reconhece a constituição da antiga Associação Profissional de Tradutores do Estado do Rio de Janeiro-ABRATES/RJ em SINTRA-ABRATES-Sindicato Nacional de Tradutores-ABRATES. Passando-se à discussão dos Estatutos do SINTRA-ABRATES, a Sra. Waldívia Portinho esclareceu que um grupo da Diretoria havia redigido uma minuta de Estatutos que seria imediatamente dada a conhecer ao plenário e submetida à votação, entendendo-se, porém, que se tratava de um texto básico, e que, dentro dos próximos três meses, se convocaria uma assembleia geral extraordinária para discutir e aprovar a redação final, a ser elaborada com a desejada colaboração de todos os associados. Neste ponto, manifestando-se contra a urgência do registro proposto, o Sr. Waltensir Dutra contestou a pressa com que se estava tratando o assunto e afirmou que a ABRATES tinha prioridade para o registro em questão, na sua qualidade de associação profissional com mais de 14 anos de funcionamento. Disse ainda que, tal como redigidos, os Estatutos apresentavam falhas que cumpria sanar. Após vários pronunciamentos sobre o caráter urgente da matéria, foi a mesma sintetizada nestas duas propostas: uma, no sentido do registro dos Estatutos com urgência máxima, e outra, no do estabelecimento de uma nova data para o seu estudo. Postas em votação,

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
 10-AN-89-2-9697
 30/11/1988

- 2 -

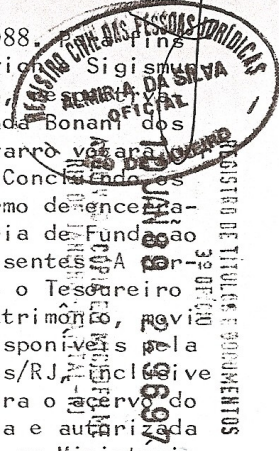
a primeira proposta foi aprovada por maioria esmagadora. Proce- deu-se então à leitura da minuta dos Estatutos do SINTRA-ABRATES, sobre a qual vários comentários foram feitos, tendo os mesmos se consubstanciado nas seguintes decisões imediatas da Assembleia: (1) suprimir da alínea b do artigo 7º da minuta a expressão "de modo permanente ou eventual"; (2) suprimir do parágrafo II do artigo 9º a expressão "técnica e jurídica", e (3) eliminar o parágrafo III do artigo 9º, renumerando-se, conseqüentemente, os dois parágrafos seguintes. O Sr. Jean-Marie Remy solicitou que, antes de proceder-se à aprovação dos Estatutos, se determinasse explicitamente que uma Assembleia Extraordinária referendária da sua redação definitiva, sugerindo que tal reunião se realizasse com a máxima urgência. Em conseqüência, os Estatutos apensos a esta Ata foram aprovados, registrando-se um voto em branco, vencido, e um voto em favor de manter a redação da minuta. Ficou estabelecido por esmagadora maioria que até a terceira terça-feira de março de 1989 será revista a redação dos Estatutos do SINTRA-ABRATES e que os associados, a todos os quais será enviado o texto que se acabara de aprovar, fariam suas sugestões e recomendações no sentido de aprimorá-lo. Passou-se a seguir à eleição da primeira Diretoria do SINTRA-ABRATES, tendo sido o plenário informado sobre a composição de uma chapa única concorrente, assim constituída: Presidente - Vilma Vidal; 1º Vice-Presidente - Waldivia L. M. Portinho; 2º Vice-Presidente - Henrique V. Leite Rollemberg; Secretário-Geral - Celina Cavalcante Falck; 1º Secretário - Pedro Seume; 2º Secretário - Tizziana Giorgini; 1º Tesoureiro - Estela dos Santos Abreu; 2º Tesoureiro - Jean-Marie Remy; Conselho Consultivo: Paulo Ronai, Daniel da Silva Rocha, Waltensir Dutra, Elias Davidovich, Mário Galvão de Queiroz Filho, Luíza L. L. Ribeiro, Alfredo B. Pinheiro de Lemos, Waltraud Rose, Francis Aubert, Danilo Nogueira, Maria Teresa Lindsay e Milton F. Tito; Conselho Fiscal - Titulares: Rosa Maria Ripper D'Almeida, Sigismundo da Rocha Spiegel e Edna Vasconcelos Tito; Suplentes: Eliane Zagury L. V. de Mello, Zita Machado Salazar Pessoa e Ana Lúcia Campbell Tyler-Williams. Por proposta do Sr. Waltensir Dutra, a Assembleia Geral elegeu a Diretoria por aclamação. Tomando a palavra, a Presidente referiu-se ao seu mandato, de três anos, conforme prevêem os Estatutos, prazo no seu entender necessário para consolidar o trabalho de criação e estruturação do Sindicato dos Tradutores. Para tanto, pedia o voto de confiança dos associados e declarava a sua intenção de trabalhar devotadamente para a consecução dos objetivos da classe, acatando a opinião de todos os associados, porém resguardando-se de ser prejudicada sob o ponto de vista ético. Por maioria absoluta, a Assembleia confirmou o período de 3 (três) anos para o mandato da nova Diretoria. A seguir, a Vice-Presidente Waldivia Portinho leu o parecer favorável do Conselho Fiscal, datado de 28 de novembro de 1988, sobre o balanço e os demonstrativos financeiros



REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
10/03/89
ALMIR A. DA SILVA
OFICIAL

Handwritten signature or initials.

da ABRATES/RJ encerrados em 21 de novembro de 1988. *Ata* de registro, anotou-se que os Srs. Elias Davidovich *Sigismundo* da Rocha Spiegel haviam votado por procuração, *em nome da Sra. Rebecca Davidovich e do Sr. Miranda Bonani dos Santos, e que o Sr. Juan Alvaro Christian B. Navarro votara pessoalmente* (votos devidamente comprovados). Concluídos os trabalhos, a Sra. Vilma Vidal leu o seguinte termo de encerramento desta ata da Assembléia Geral Extraordinária de Fundação do SINTRA-ABRATES, o qual foi aprovado pelos presentes. A partir desta data, ficam autorizados o Presidente e o Tesoureiro a assinarem quaisquer documentos relativos ao patrimônio, movimentação e aplicação financeiras dos recursos disponíveis na ABRATES/RJ, Associação Profissional de Tradutores/RJ, incluindo as contas bancárias existentes, transferidos para o *encargado* do SINTRA-ABRATES; fica também a Diretoria incumbida e autorizada a adotar as novas providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda e demais instituições públicas e privadas. Para constar, eu, Zita Machado Salazar Pessoa, secretária "ad hoc", na ausência do 1º Secretário, lavrei a presente ata a ser lida e, se achada conforme, assinada por mim e pela Presidente da ABRATES/RJ. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1988. A presente é cópia fiel da lavrada no livro próprio do Sindicato supra. *Zita Machado Salazar Pessoa - Vilma Vidal*



3.º OFÍCIO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 RUA DO ROSÁRIO, 107 - 1.º AND. - TEL. 221-2005
 Documento distribuído, Microfilmado e
 Protocolado no Livro A N.º 9 sob o N.º
 de ordem 249.694 e registrado
 sob o N.º 36.195 do Livro N-6
 O QUE CERTIFICO

Rio de Janeiro, 10 de 01 de 1989

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Oficial: *[Signature]*
 AV. PRES. FRANKLIN ROOSEVELT, 126 - 2.º S/205
 Apresentado hoje para registro e apontada sob o
 n.º de ordem 433.762 de PROTOCOLO
 do livro "A" n.º 38 Registrada sob o n.º
 de ordem 40.381 do livro "C" n.º 26
 do REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Rio de Janeiro, RJ, 28/11/89
 O QUE CERTIFICO
[Signature]
 Oficial

CUSTAS	
TAB. - II - 1	Cr\$
TAB. - II - 2A	Cr\$
TAB. - II - 7	Cr\$ 4633
TAB. - III - 1	Cr\$
TAB. - III - 2	Cr\$ 11190
TAB. - III - 3	Cr\$
TAB. - III - 4	Cr\$
TAB. - III - 5	Cr\$
SUB TOTAL	Cr\$
MUTUA	Cr\$ 634,00
TOTAL	Cr\$ 1791,00

ANEXO 8 – Prefácio de Lourenço Filho à primeira edição (1954) do livro *A arte de traduzir* de Brenno Silveira.

A muita gente, afigura-se extremamente simples a tarefa de traduzir. Pois não basta que uma pessoa saiba ler num idioma estrangeiro qualquer e que, em língua nacional, vá reescrevendo o texto, palavra a palavra, frase a frase, parágrafo a parágrafo? ... Na aparência, é assim; na realidade, porém, muito mais que isso. Traduzir não se contém na operação elementar da busca da correspondência dos vocábulos. Arte muito mais complexa e sutil, deverá harmonizar aquelas duas outras, já de si tão delicadas, a de ler e a de escrever. Nelas, são os tradutores arrastados e pecados veniais muito freqüentes, como também a autêntica traição de pensamento. Donde, o dito mordaz, da justa aplicação tantas vezes: *traduttore, traditore...*

Ao longo de quase vinte anos de trabalho, traduzindo e dirigindo a atividade de um grupo de tradutores, o escritor Brenno Silveira teve a oportunidade de reunir abundantes observações e ilustrativos exemplos de erros e acertos. Não o fez apenas na qualidade de consumado técnico, que é. Foi muito além. Refletiu sobre os aspectos mais profundos de cada fase do trabalho, as condições culturais e os atributos pessoais do tradutor; delineou mesmo aquilo que se poderia chamar de uma “psicologia de tradutor”. Ao cabo, redigiu esta bela obra. Destinada de início aos que praticam a atividade, com caráter profissional, e aos que para ela se orientam, logo tomou, porém, a forma de valioso ensaio de cultura geral, que não deve faltar à estante de qualquer professor de línguas, para não dizer já à de qualquer pessoa que preze a boa leitura.

Que um livro desta ordem seja indispensável aos professores de línguas e, assim, aos que nas faculdades de Filosofia se preparam para o magistério, não carece de maior justificação. Pela natureza do ofício, o professor de línguas a cada instante defronta situações similares às que diante de si tem o tradutor; acresce que ele está formando tradutores potenciais, para uso próprio ou alheio. Sua habilitação pedagógica ganhará, portanto, em conhecer os fatos, as observações e a documentação que nesta obra se coligem, mesmo porque no trabalho de traduzir, queiramos ou não, emergem as qualidades e os defeitos do ensino de línguas.

Quanto aos amantes da boa leitura, no contato com obras na forma original, ou em tradução, o mesmo fato se apresenta. O conhecimento do material aqui reunido lhes iluminará as incursões, diretas ou indiretas, que possam fazer na literatura de outros povos e de outras épocas. Fazendo refletir sobre os problemas de tradução, proporá o exame das diferentes modalidades de construção em cada língua, o que quer dizer, os delineamentos de uma “gramática comparada”. Ao mesmo tempo, ensinar-lhes-á a melhor degustar os matizes da composição escrita, levando-os a mais claramente sentir a trama das idéias e a força do estilo. Para o caso particular das obras traduzidas, ensinar-lhes-á a ver qualidades e defeitos, incertezas e primores, revelando-lhes, assim, a beleza e a seriedade da arte de traduzir...

Professores, estudantes e leitores por prazer poderão concordar ou não, com as qualidades que Brenno Silveira reputa essenciais. No tradutor: a “humildade intelectual”, expressa em completa submissão ao texto original: a “paciência”, o que significa disposição tenaz em vencer as grandes e pequenas tentações; e, enfim, a “honestidade”, ou o firme propósito de alcançar a máxima fidelidade, a fim de que o pensamento e a emoção do escritor original sejam trasladados, de um a outro idioma, com perfeita inteireza.

Reconhece-o o autor que tais predicados são mais de ordem moral que mesmo resultantes de preparação técnico-lingüística. Esta última, ninguém o nega, terá de ser “requisito”, ou condição preliminar. Que ninguém pense em traduzir, com exatidão, sem o trato apurado de ambas as línguas – a de que traduza e a para a qual traduza. Neste ponto há o engano generalizado de que bastará conhecer a língua de origem. Vã ilusão! Se acaso, por este aspecto há de querer-se no tradutor perfeita habilitação, isso não o prepara se não a ler, e a ler como atividade ainda pessoal, não para que se lance a reescrever o texto, a fim de que outros o leiam, como se lendo o original estivessem... A capacidade de comunicação, dentro dos melhores recursos da segunda língua, torna-se para isso insubstituível.

O processo mental de traduzir é, na verdade, de natureza “circular”. De uma parte, o agente há de “apreender” o que encontre expresso, não aí identificando ou reconhecendo apenas vocábulos ou frases, mas penetrando a essência do contexto, ou caminhando da compreensão literal ao sentido implícito que contenha; de outra parte, terá de projetar essa compreensão profunda em sua língua nacional, com todas as nuances e sutilezas da matriz: e há de voltar, enfim, ao texto primitivo para confrontá-lo com o que haja escrito, buscando a mais perfeita harmonia e equilíbrio da expressão. Ora, isso não se torna possível sem que o tradutor tenha amplo conhecimento da língua para a qual traduza, seus recursos léxicos e sintáticos, ou seja, vocabulário, formas de construção, e sua própria índole. Quando assim ocorra, o resultado é o que tantas vezes vemos: traduções que, embora não sejam literalmente incorretas, mostram forma titubeante, ou, ainda que firme, desprovida de maior senso de harmonia, tão necessário ao estilo como o próprio uso das palavras.

Mas o conhecimento lingüístico não se obtém isolado de outros aspectos da formação intelectual. A rigor, ninguém chega a conhecer uma língua (qualquer que ela seja, ainda a materna), em todas as suas variadíssimas manifestações, no espaço e no tempo. Aprendemos e apuramos “uma linguagem”, ou “algumas linguagens” dentro de uma língua, isso sim, e na medida de nossa cultura e de nossos interesses. O bom tradutor de obras literárias de certa época nem sempre facilmente se adapta aos documentos de outra: o que verta com exemplar correção textos de ordem técnica, numa especialidade, poderá não fazê-lo em especialidade diversa: aquele que bem translade a literatura erudita, já freqüentemente não poderá fazê-lo em trechos de folclore ou de linguajar regional...

Com autoridade incontestada, salienta Brenno Silveira a conseqüência prática de tudo isso na formação do tradutor: é que ela não se completa de uma vez por todas; ou, melhor, que ela demanda adaptação a cada caso especial, no gênero e na espécie, donde a necessidade de estudo e reflexão, e o aprimoramento daquelas qualidades éticas essenciais, a que faz referência. A atividade de traduzir assume, assim, a feição de uma “arte”, como todas as artes, delicada; porque tendo de estar apoiada em elementos de execução técnica, terá de exercer-se com adequado senso criador. Na arte literária, quem escreve obedece à sua própria inspiração; tanto melhor ela será, no entanto, quanto mais fixada esteja numa “concepção” definida. No caso do tradutor, a concepção foi fixada por outrem, em outra língua. Mas, se quem traduz é um escritor “sub-rogado”, não deixa de ser, ainda assim, ainda e também um escritor, com personalidade própria.

A todas essas reflexões *A arte de traduzir* nos conduz. E ainda a outras, de cunho mais amplo, como a do importante papel que o tradutor desempenha na comunicação das grandes realizações da cultura, de um a outro povo. Nos dias atuais, em que o mundo anseia por melhor e mais profunda compreensão, o trabalho aparentemente modesto de traduzir desempenha função de extraordinária

importância no adiantamento literário, científico e técnico, muito especialmente entre os povos de mais jovem formação; e, em todos, e em qualquer hipótese, papel também relevante na unificação espiritual e moral.

Tal unificação, no entanto, não deve ser obtida à custa de sacrifício das conquistas de cultura peculiares a cada povo, entre as quais está o seu idioma. O bom tradutor deve saber respeitá-lo e tudo fazer para crescê-lo em recursos e vigor, sem que concorra, no entanto, para deturpá-lo por estrangeirismos equivocados, ou dispensáveis, ou por formas bárbaras de construção. Já nos livros, já na imprensa diária, muito temos a lamentar, certamente, por este aspecto. Só a boa formação dos tradutores e jornalistas poderá obstar, no entanto, tais e tantas máculas...

Para saná-las, este livro muito poderá concorrer, porque é um bom e belo livro, que se lê com agrado e inegável proveito. Não desprezou o seu ilustre autor nem mesmo os aspectos pitorescos da matéria. Coligindo textos de boa e de má tradução, com estes últimos compôs férteis canteiros de um surpreendente “Jardim de suplícios”. E, ao passar os olhos por ele, o leitor muitas vezes terá de sorrir, como em outras, de gostosamente rir...

Mas a intenção não é aí de crítica pessoal. Não se nomeiam os pecadores, nem se lhes indica penitência. O que move o autor é o sincero desejo de concorrer para o aperfeiçoamento da arte a que se consagrou. No ponto a que, felizmente, já atingiu em nosso país a atividade está a merecer maior número de cultores, e coletores de superior informação. Para isso, este livro oferece inspiração e elementos técnicos que não podem ser desprezados, mesmo porque alguns deles são de apresentação original, como o das listas de “falsos amigos”, isto é, dos vocábulos que, neste ou naquele idioma, facilmente iludem quanto à significação ou valor sintático.

Apontando “falsos amigos”, o livro torna-se, enfim, “amigo verdadeiro”, de mestres, estudantes e pessoas desejosas de aprimorar a cultura. E, a esse título, passará a ser por todos considerado, não tenhamos dúvida.

Rio, janeiro de 1954.
Lourenço Filho

ANEXO 9 – Prefácio de Tatiana Belinky à segunda edição (2004) do livro *A arte de traduzir* de Brenno Silveira.

Desde o famoso e memorável episódio bíblico da Torre de Babel – quando, como castigo pela pretensão de construir um precursor do arranha-céu que deveria atingir o próprio firmamento, a humanidade perdeu seu idioma único e universal, substituído por uma imensa confusão de línguas – surgiu, ao que parece, a necessidade da tradução para os homens poderem se comunicar entre si.

Era só traduzir em palavras inteligíveis os pensamentos e as idéias das pessoas e estaria tudo resolvido. Simples assim, certo?

Errado. Traduzir é tudo menos simples. A tradução é uma arte, como bem diz o título deste livro nada menos que precioso, de autoria do supertradutor e superprofessor Brenno Silveira, mestre dessa “Arte Exata”, como a definiu, em um dos seus brilhantes ensaios, o eminente escritor e crítico literário, dos mais respeitados do nosso tempo, o professor George Steiner. Um erudito senhor que sabe das coisas e, como poucos, fala de tudo o que é importante, em inúmeras áreas do conhecimento humano: filosófico, científico, técnico, político, religioso, artístico, e por aí vai.

Mas aqui vamos falar um pouco mais do livro *A arte de traduzir*, que tão adequadamente se refere à Arte, por tratar de um assunto que, além de técnica, estudo, traquejo e outros relevantes requisitos, necessita e exige grande dose de cultura geral, não só literária, como também psicológica, histórica e, claro, pendor artístico – ou não seria Arte. Sem querer esquecer a criatividade, e *last but not least*, a Ética. A grande Ética geral que deve permear todo o trabalho – e que trabalho – do tradutor de qualquer área de conhecimento, mas principalmente nessa área mais exigente e difícil que é a tradução da Literatura. Literatura com L maiúsculo, bem entendido.

Claro que existem boas e más traduções. Traduções ótimas e outras medíocres. Mas não vamos falar aqui das traduções ruins: o próprio livro se encarrega delas, com exemplos curiosos, ridículos e mesmo hilariantes – se não fossem no mínimo tristes, como resultado.

Preferimos falar das boas traduções – e que as há “boas” e “boas”. Mal comparando, como música: há muitos bons intérpretes da mesma partitura, mas cada uma das interpretações é diferente da outra: cada intérprete é, à sua própria maneira, um “tradutor”, cada qual deles bom, ou ótimo, à sua própria maneira.

(Ainda mal comparado, sempre com a música, alguém pode dizer que ouvir uma partitura de Beethoven mais ou menos mal interpretada e melhor do que não ouvir Beethoven de todo. Não sei, nem vou discutir isso. Mas certamente não consigo aceitar tal coisa com relação à Literatura.)

O mesmo livro, do mesmo autor, reflete, como uma espécie de espelho, a imagem do seu intérprete, que é o tradutor. E podem ser diversos tradutores, todos bons – com suas diferenças pessoais. Mas não tão pessoais ao ponto de “trair” o original. Todos conhecem o dito italiano *traduttore, traditore* ... isto sem falar naquele outro, pior ainda, machista e tolo, não me lembro de que origem, que diz que “tradução é como mulher: quando é bela não é fiel, e quando é fiel não é bela” ...

E aqui voltamos ao assunto fidelidade, dentro do capítulo da ética do tradutor, tão bem explicada no - repito - precioso livro de cabeceira que é este volume, maior por dentro do que por fora, de Brenno Silveira.

Fidelidade, sim! É condição *sine qua non* de uma boa tradução séria, conscienciosa (e trabalhosa...) que respeita o autor original, sem ser *ipsis litteris*, claro. (Tradução “literal” quem faz é o computador.)

O respeito devido é devido não só às palavras, ao texto do autor; vale também para a sua “voz”, ao clima do texto traduzido, à época, ao ambiente, ao local a tanta e tanta coisa mais. Mas sem a pretensão se “melhorar” o texto original, por maior que seja a tentação (e ainda que, ocasionalmente, isso possa corresponder à verdade). Isso nunca!

Todos aqueles requisitos acima mencionados são como, em se tratando por exemplo de teatro, se referissem à cenografia, ao ambiente, ao figurino, ao modo de falar, ao modo de se mover etc. – sem modificar o texto da peça.

O texto literário traduzido para o nosso português brasileiro deve ser, é claro, em português correto, escorreito, e de acordo com o original traduzido. E, evidentemente, o tradutor deve conhecer muito bem a sua própria língua, com todas as suas peculiaridades (o que nem sempre acontece, infelizmente), tanto quanto a língua da qual traduz. Ou ainda mais. Mas sem querer fazer crer que o livro traduzido foi escrito no próprio idioma do tradutor. Eu quase direi que o – corretíssimo – texto traduzido deve conservar como que uma espécie de leve “sotaque” do texto original. Não dá para aceitar um livro traduzido de um texto original inglês cuja ação se passa na Inglaterra elisabetana, em um português brasileiro do século XXI, com palavras “modernas”, com gíria e tudo!

Outra coisa importante, ainda dentro do tema da ética: a tradução deve ser *honest*. Isto é, não pode “pular” palavras que o tradutor acha difíceis – e haja pesquisa! Muito menos frases ou mesmo parágrafos inteiros – o que vi acontecer muitas vezes, vergonhosamente... Um bom dicionário (e, hoje em dia, para quem pode, o providencial computador) deve estar sempre ao alcance da mão do tradutor honesto e consciencioso, que leva o seu trabalho – a sua *missão!* – a sério. Claro que o computador é “uma mão na roda”, sim: ele ajuda muito, mas não substitui o bom-senso, e muito menos a criatividade e a imaginação do tradutor dedicado e competente. O computador é eficiente, mas não é inteligente – ainda!

Outro preceito: o tradutor também deve evitar sucumbir à tentação de “facilitar” o texto para o leitor, com modificações arbitrárias ou outros recursos. Quando isso chega a acontecer, o correto é chamar esse trabalho de “adaptação”, e não “tradução”: tradução não significa redução, ou mesmo o que os ingleses chamam de “bowdlerização” (mas isso já é outra história).

Também não se deve desprezar o perigo que ronda o tradutor quando é ele próprio um escritor. Normalmente isso é bom, mas nem sempre: até nesse caso existem exceções – como quando, por exemplo, falta ao tradutor-escritor certa dose de saudável humildade pessoal e profissional, para não cair nessa outra tentação – a de impor ao leitor o seu próprio “estilo”, em vez do estilo do autor original. E quando o mesmo escritor traduz vários autores de livros diversos, o resultado é que se perdem a “voz” e o “jeito” do autor original, em “benefício” da “voz” do tradutor.

E por falar em original, é importante lembrar que, na medida do humanamente possível, a tradução respeitosa e respeitável deve ser feita com base na língua original do texto traduzido, evitando a tradução intermediada: tradução da tradução da tradução, muitas vezes nada menos do que calamitosa.

Mas na verdade não sei por que estou falando isso, já que isso, e muito mais, está comentado e explicado no conteúdo deste livro tão importante e, o que é melhor ainda, tão agradável e gostoso de ler... E também tão divertido de expor algumas barbaridades em traduções no mínimo infelizes, exemplos de como não se

deve traduzir e como aproveitar as interessantes e utilíssimas listas de “falsos amigos”, verdadeiras armadilhas para o tradutor inexperiente ou despreparado, ou mesmo, como direi, “corajoso” (ou atrevido?) demais!

Em poucas palavras; o livro *A arte de traduzir*, do saudoso Brenno Silveira, continua, nesta nova edição da Editora UNESP e da Melhoramentos, tão atual e moderno como na primeira – lançada há exato e breve meio século, quando eu, já tradutora com certa experiência, o li e me apaixonei por ele, até hoje. Sem sentir falta das tendências da erudição atual, tão científica, com toda a sua sofisticação lingüística, seus significantes e significados, sua semiótica, e tudo o mais para acadêmicos e *scholars* em geral. Para uma tradutora e leitora como eu, o livro de Brenno Silveira foi e é suficiente - inclusive me ensinando como enfrentar dificuldades e encontrar soluções para os não poucos problemas da tradução, com os quais tem de se haver o tradutor honesto e ético, tantas vezes ao longo da sua multifacetada carreira.

Por tudo isso, é com entusiasmo que tenho o prazer e a honra de recomendar este importante livro a todos os que se dedicam, ou querem se dedicar, à nobre arte de oferecer ao leitor suas versões em português, sérias e dignas, de obras literárias estrangeiras. Com plena consciência do estimulante desafio e da grande responsabilidade representados por este, nem sempre fácil, mas sempre necessário e gratificante ofício intelectual e cultural, *A arte de traduzir*.

ANEXO 10 – Prefácio de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira ao livro de Paulo Rónai, *A Tradução Viva*.

O BRASILEIRO PAULO RÓNAI

De tal maneira é notável, em Paulo Rónai, a qualidade de brasileiro, que agora me assalta uma dúvida: será original o título deste prefácio? Porém, mal acabo de lançar no papel esse período, lembro-me de correr a vista pela extraordinária “Pequena Palavra”, de João Guimarães Rosa, prefácio à **Antologia do Conto Húngaro**, e logo na segunda linha encontro: “Seu autor – o brasileiro Paulo Rónai – é húngaro, de nascimento e de primeira nação”.

Mantenho o título, contudo, a despeito da falta de originalidade. Sejam verdadeiros – até pleonasticamente verdadeiros – antes que mediocrementemente originais. Na capa do **Como Aprendi o Português, e Outras Aventuras**, vemos Magalhães Júnior, Joel Pontes, Wilson Martins, a confirmarem essa brasilidade ronaiana. Do último dos três são estas palavras: “O Sr. Paulo Rónai, intelectual húngaro, escolheu, simultaneamente, a liberdade e o Brasil. Eu, de minha parte, se me fosse dado escolher um compatriota, teria escolhido o Sr. Paulo Rónai”.

Dirão que estou citando muito. Contravirei: é pouco, a levarmos em conta a abundância do que se tem escrito do meu apresentado; e cederei ao desejo de ainda transcrever o que daquela obra escreveu Carlos Drummond:

“O português, como aprendi,
Paulo Rónai conta, fagueiro.
Outra façanha dele eu vi:
Aprendeu a ser brasileiro.”

E aprendeu bem depressa. Chegado ao Brasil em 1941, não tardou muito que passasse a lecionar – o latim e o francês, sobretudo – em colégios particulares, contatando com alunos e professores, e com o povo em geral. O contato com o povo começava bem cedo, nos bondes, sobretudo os que levavam ao Méier, muito matinalmente. Bondes superlotados, por vezes; e não raro devia Rónai viajar em pé, no estribo. Por sinal que, certo dia, vinha no estribo do veículo, junto ao Mestre, um passageiro alagoano, de verbo solto. Pôs-se o meu conterrâneo a conversar com o homem que viera da Europa – e não tardou que o senso de humor, tão hungaramente vivo, de Paulo Rónai, se regalasse com esta preciosa informação: “- Está vendo aquele homem com quem eu falei? Pois é alagoano, como eu. Eu sou alagoano, meu amigo. E tenho muitos conhecidos alagoanos. A bem dizer, todo o mundo aqui é de Alagoas.”

Mas eu iria longe se fosse falar da biografia de Paulo Rónai, brasileiro que já o era bem antes de se naturalizar, em 1945. Mais longe iria eu se pretendesse esmiuçar-lhe a bibliografia: muitas dezenas de títulos e maior número de volumes. Sim, dezenas e dezenas, entre livros propriamente seus e livros que traduziu ou cotraduziu, e livros – é o caso, por exemplo, dos 17 volumes de **A Comédia Humana**, de Balzac – que prefaciou e enriqueceu com anotações.

Livros dos mais desvairados gêneros. Porque a ninguém melhor que Paulo Rónai – “reto, discreto, sábio”, como lhe chamei, dedicando-lhe o **Território Lírico** – cabe a designação de “homem de sete instrumentos”: professor, tradutor (sabe umas dez línguas, sem contar as universais), editor literário, antologista, autor

didático (boa porção de obras de francês e latim), crítico, ensaísta, conferencista (que já tem andado pelo Brasil e pelo estrangeiro) e – já o sabiam? – romancista (**Le mystère du carnet gris**) e teatrólogo (**A Princesinha Dengosa**, peça infantil).

Homem dos sete instrumentos... Cumpre, aliás, no seu caso mais do que noutros, não tomar ao pé da letra a locução – nem quanto ao número, nem quanto aos instrumentos. Pois o número não se contém no limite dos sete da frase feita nem à palavra **instrumentos** se pode associar nenhuma idéia de música. Não deixemos o campo da metáfora; porque o homem, senhores, é antimelômano. Música, lá isso é com uma das filhas, Laura, flautista, tendo a outra, Cora, cambiado o violino, em que não chegou a sentir-se plenamente realizada, pelo jornalismo, sobretudo literário, em que vem pintando bem. Nem esqueçamos Nora, a mulher de Rónai, cuja vocação musical o destino veio a torcer, fazendo-a arquiteta e professora. Talento, nessa gente, é mal de família.

Nas salas de aula ou de conferência, pelos jornais ou revistas, no trato íntimo, exerce Paulo Rónai um magistério sereno, sem ênfase. Tem a arte de ser profundo parecendo apenas deslizar sobre os assuntos. É sutil sem afetação; eu o diria distraidamente arguto. Um classificador, por excelência; um iluminador.

É o que se notará nas páginas de **A Tradução Vivida**. Nos oito capítulos deste volume que nasceram conferências – não é apenas do poliglota que o leitor terá ocasião de aproximar-se ou reaproximar-se. É também do humanista de largas fronteiras; do homem de perfeita formação universitária européia; do conhecedor seguro e certo de literatura; e da inteligência viva, vigilante, sempre a observar, a descobrir e apontar caminhos, a estabelecer ou sugerir soluções, a descer, não raro, ao leitor, primeiramente, para depois, aos poucos, levá-lo até si.

Principia definido a tradução e o tradutor. Fala das traduções interlingual, sociolingüística e intersemiótica, e dos requisitos do tradutor ideal. Com a finura trata dos “falsos amigos”! Ventila o problema da tradução do trocadilho, e lembra, citando-se, que “esse jogo do espírito, tantas vezes julgado inferior, desempenha na literatura papel muito mais importante do que se pensa e aparece tanto em Platão como nos trágicos gregos, nas Escrituras como nos clássicos latinos, nos moralistas e filósofos mais severos”. Não esquece a “linguagem silenciosa”, o emprego dos sinais diacríticos e da pontuação, o uso de iniciais maiúsculas ou minúsculas, que “não raras vezes obedece a intenções que o tradutor deve saber despistar”, e a frequência das maiúsculas na pena dos simbolistas.

Quanta coisa inteligente e culta sobre a quadra de Goethe mal traduzida – mal traduzida porque dois dos tradutores dela “verteram escrupulosamente as palavras constantes do texto”, sem lhes ocorrer que “o sentido de um enunciado não é a simples soma dos vocábulos que o compõem”!

Anda-se livro em fora, e aprendem-se as “vantagens e desvantagens do copidesque”, e novidades acerca da tradução dos títulos, ou de “como verter textos sem contextos”. Que a tradução indireta pode valer mais que a direta, Rónai o diz com referência à versão do **Fausto** feita pelo velho Castilho, ignorante do alemão. Não lhe escapa a necessidade, ou a inconveniência, de notas do tradutor explicativas de certos passos do original; nem a oportunidade da tradução infiel do título duma obra, como no caso de **Vers l’armée de métier**, do General de Gaulle, que em português veio a dar ... e a **França teria vencido**.

Erudição e sagacidade crítica se reúnem, por exemplo, no escólito acerca das traduções – em inglês, francês, italiano, espanhol, alemão, português – duns versos do livro IV da **Eneida**. Que feliz se mostra ele ao tratar da versão de uma frase do **Doente Imaginário**, no Molière, interrompida por pontos de reticência! Rónai,

adivinhandando o que está implícito nos pontinhos, propõe uma tradução muito plausível daquilo que Molière deixou no tinteiro.

Para que prosseguir na exposição da excelência da obra? Tudo quanto Rónai pensa e diz é – além de substancialmente importante – de uma textura tão sólida, tão bem concatenada, em sua pura simplicidade, que não é fácil compendiá-lo. Cumpre lê-lo na íntegra.

Agrada particularmente encontrar, no sexto capítulo – “O Desafio da Tradução Poética” -, um completo, seguríssimo exegeta de poesia. Toca-me, de modo muito especial, a análise de original e tradução do “Repouso”, de Henriqueta Lisboa, belíssimo poema cujos segredos e sutilezas Rónai viu de todos os ângulos, visitou sem perder o mínimo traço, aprofundou e iluminou com espantosa mestria.

Mestria larga e variada. Mestria em literatura, em línguas, em tudo que ficou dito – e na arte da amizade. O mestre perfeito, “reto, discreto, sábio”, é também, de quebra, amigo perfeitíssimo. Custa-me escrever a seu respeito. Quase trinta e cinco anos de amizade – plenos, inteiros, sem lacunas ou fissuras. Não sei, dele tratando – do homem ou do escritor -, senão louvá-lo. Mas firmemente creio que com isto não lhe faço favor. Grande brasileiro, o brasileiro Paulo Rónai.

Rio de Janeiro, novembro de 1975

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)